



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA

TEREZINHA DE FÁTIMA RIBEIRO BASSALO

O LUGAR DO CORPO NO CORPO DO LUGAR: uma etnografia da *panha* do açaí entre
jovens da Ilha das Onças - Pa

Belém-Pa

2020

TEREZINHA DE FÁTIMA RIBEIRO BASSALO

O LUGAR DO CORPO NO CORPO DO LUGAR: uma etnografia da *panha* do açáí entre
jovens da Ilha das Onças - Pa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Antropologia.

Linha de pesquisa: Ética, trabalho e sociabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Flavio Leonel Abreu da Silveira.

Belém-Pa

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

R484l Ribeiro Bassalo, Terezinha de Fátima
O LUGAR do corpo no corpo do lugar : uma etnografia da panha do açaí
entre jovens da Ilha das Onças-PA / Terezinha de Fátima Ribeiro Bassalo.
— 2020.
287 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira Coorientação:
Profª. Dra. Maria Angélica Motta-maués
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Corporalidades. 2. Lugar. 3. Ilha. 4. Panha. 5. Trançado.
I. Título.

CDD 301.2098115

TEREZINHA DE FÁTIMA RIBEIRO BASSALO

O LUGAR DO CORPO NO CORPO DO LUGAR: uma etnografia da *panha* do açaí entre
jovens da Ilha das Onças - Pa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, da Universidade Federal do Pará
(UFPA), como requisito parcial para a obtenção do
Título de Doutora em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Flavio Leonel Abreu da
Silveira.

Data de avaliação: _____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flavio Leonel Abreu da Silveira
(UFPA – Orientador)

Profa. Dra. Maria Angélica Motta-Maués
(UFPA/PPGSA – Coorientadora)

Prof. Dra. Cornélia Eckert da Rocha
(UFRGS/PPGAS – Examinadora Externa)

Prof. Dra. Carmem Izabel Rodrigues
(UFPA/PPGSA – Examinadora Interna)

Prof. Dr. Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares
(UFPA/ICSA/PPGSS – Examinador Externo)

Profa. Dra. Edna Ferreira Alencar
(UFPA/PPGSA – Examinadora Interna)

Profa. Dra. Rosângela Marques de Britto
(UFPA/ICA – Examinadora Externa Suplente)

Prof. Dr. Manoel Ribeiro de Moraes Júnior
(UEPA/ UFPA /PPGSA) – Examinador Interno Suplente)

AGRADECIMENTOS

À vida e ao Grande Poder que faz o mundo girar e o açaí florescer.

Ao meu orientador Flávio Leonel Abreu da Silveira e a minha co-orientadora Maria Angélica Motta-Maués, pelas orientações, por tantos ensinamentos, perspectivas, força, paciência e amor.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e a todas as professoras e professores.

Aos amigos da Turma de 2015: Heloisa, Mariana, Lanna, Raida, Alessandro, Tati, Albino, Edson, Goreti, Eduardo, Tânia, Emilson, Ulriens e Sandra pelas contribuições.

Aos grupos de pesquisa Antropologia das Paisagens e Seminários Angel pelas escutas e trocas de conhecimento e afeto.

Às amigas Lanna Lima, Sílvia Lília Silva, Leila Leite e ao amigo Matheus Henrique, pelo auxílio valioso na construção da tese, em especial à Lanna pela diagramação das imagens.

Aos amigos Patrick Abate (*in memorian*) e Francídio Abate que, tendo nascido e vivido em Limoeiro do Ajuru, muito me auxiliaram a compreender a prática nos açazais, através de diálogos e indicação de bibliografia.

Às pessoas que trabalham na panha do açaí e que me receberam em suas casas/açazais, dedicando um tempo de suas vidas compartilhando suas experiências comigo: Bobo e Seu Vito; Ariel, Carlos Ariel, Gabriel e Seu Nilson; Rodrigo, Naldinho e Seu Ronaldo; Marceley, Michely, Marcelo e Luciane; Camila, Tiffany, Seu Márcio, Vânia, Mikaela, Dona Lourdes, Dona Maria José; Vinicius, Pedro e Luis Inácio (nome dado em homenagem ao Presidente Lula); Leandro, Gilberto e Seu Léo.

Às mulheres interlocutoras e as mães que me receberam com tanto carinho e disposição para o diálogo regado à açaí fresquinho em suas moradias: Ana Júlia, Dona Conce, Dona Sandra e Jamily, Dona Silvana; Dona Lúcia; Dona Domingas; Dona Ivaneide (e seus bolos deliciosos); e à professora Socorro e Rai, nascidas e criadas na Ilha das Onças.

À minha família ‘mui’ querida: seu Zé, dona Teresinha (*in memorian*), Tarcísio, Gabriel, João, meu neto Heitor e à tia Joaninha (*in memorian*).

A todos os amigos e amigas que amo e que me incentivam sempre e de várias maneiras.

À Ana Rubim e a Roda da Transformação, Ângela e o grupo de Raja Yoga, Roseana Nogueira, Ana Luisa Tonini, Jane Gabbay, Léa Sales e Junior pela arte de cuidar.

RESUMO

A relação entre corpos e lugares nas atividades cotidianas é o tema deste estudo que objetiva apresentar e ao mesmo tempo compreender, as formas e significados atribuídos a tais relações na prática da coleta do açaí. A pesquisa desenvolvida na Ilha das Onças – região insular próxima à Belém, capital do estado do Pará, região norte do Brasil – se deu a partir da entrada nos açazais pertencentes a sete jovens interlocutores e interlocutoras – dois do sexo feminino e cinco do sexo masculino – e permitiu acompanhar o universo da “panha” do açaí, através de vivências e narrativas. A “panha” – nome dado pelos moradores/moradoras da Ilha das Onças à atividade de coletar o açaí – é aqui entendida como ação relacional entre humanos e plantas, que se expressa enquanto técnica e ao mesmo tempo enquanto habilidade individual porque conforma um jeito próprio de realização, cujo intuito é colher os frutos sem magoá-los, envolvendo riscos, alturas e muitos cuidados. Revela o quão imbricados estão os corpos das pessoas com os seus lugares de moradia, que também são lugares de trabalho. A coleta do açaí, dentre o conjunto de técnicas corporais praticadas nas ilhas próximas de Belém, é uma atividade secular, ancestral e, por isso, tradicional, sendo que o produto coletado é fonte de alimento e base econômica de quem vive na Ilha das Onças. A vivência nos açazais acompanhando pessoas que coletam o açaí, resultou numa etnografia da “panha”, baseada em três movimentos corporais com ritmos distintos: a subida, a chegada na copa, a descida e outras percepções. Depois da “panha” vem a “dibulha” e o acondicionamento dos frutos em rasas de um jeito artesanal, porque belo e útil, preparando o momento em que o produto será exposto, tocado, degustado e comercializado. A “panha” também deixa marcas nos corpos das pessoas coletoras, revelando vestígios da agência da planta, estigmas e atribuição de masculinidade. Ela é “serviço de homem”, mas é de mulher também. Mulheres “panham” o “bébi” e “panham” o açaí. Em suma, as corporalidades de coletores e coletoras são constituídas por um imbricamento interagencial permanente e atualizado entre ambiente, sociedade e indivíduo que fica impresso nelas, como em um palimpsesto. A relação homem/mulher e planta/açaizeira configura um trançado nas paisagens da ilha.

Palavras-chave: Panha. Corporalidades. Ilha. Lugar. Trançado.

ABSTRACT

The relationship between bodies and places in daily activities is the theme of this study which aims to present and at the same time understand, the forms and meanings attributed to such relationships in the practice of collecting açai. The research carried out on Ilha das Onças - an island region close to Belém, capital of the state of Pará, in the northern region of Brazil - took place from the entrance in the açaiuais belonging to seven young interlocutors - two female and five male - and made it possible to follow the universe of açai "panha", through experiences and narratives. The "panha" - name given by the residents of Ilha das Onças to the activity of collecting açai - is here understood as a relational action between humans and plants, which is expressed as a technique and at the same time as an individual skill why conforms one own way of accomplishment, whose aim is to reap the rewards without hurting them, involving risks, heights and a lot of care. It reveals how interwoven the bodies of people are with their places of residence, which are also places of work. The collection of açai, among the set of body techniques practiced on the islands near Belém, is a secular, ancestral and, therefore, traditional activity, and the collected product is a source of food and an economic base for those who live on Ilha das Onças. The experience in the açaiuais accompanying people who collect the açai, resulted in an ethnography of the "panha", based on three body movements with different rhythms: the ascent, the arrival at top of palm tree, the descent and other perceptions. After the "panha" comes the "dibulha" and the packaging of the fruits in rasas in a handmade way, because beautiful and useful, preparing the moment when the product will be exposed, touched, tasted and marketed. The "panha" also leaves marks on the bodies of the collectors, revealing traces of the plant's agency, stigmas and attribution of masculinity. She is a "man's job", but she is also a woman's. Women "panham" the "bébi" and "panham" the açai. In short, the bodies of collectors and collectors are constituted by a permanent and updated inter-agency interplay between environment, society and the individual that is imprinted on them, as in a palimpsest. The relationship between man / woman and plant / açai sets up a braid in the island's landscapes.

Keywords: Panha. Corporalities. Place. Braided.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Google Maps Ilha das Onças Belém Pará	28
Imagem 2 - Barcos ancorados na “ponte” da Escola Laurival ao fundo a cidade de Belém....	32
Imagem 3 - Porto do Foca, Ver-o-Peso	35
Imagem 4 - O desembarque no Porto do Foca	36
Imagem 5 - Saída do Porto do Foca	36
Imagem 6 - Baía do Guajará, na saída do Porto	36
Imagem 7 - Baía do Guajará, na saída do Porto	39
Imagem 8 - Escola Laurival Cunha, Ilha das Onças.....	39
Imagem 9 - Produção visual realizada pelos alunos da Escola Laurival Cunha	48
Imagem 10 - Fotografia produzida por alunos durante a oficina	49
Imagem 11 - Idem Barcos atracados no Porto da Ilha das Onças	50
Imagem 12 - Idem Oficina de produção visual	50
Imagem 13 - Idem Ponte Escola Laurival	51
Imagem 14 - Passeio pelos rios da Ilha das Onças	52
Imagem 16 - Alunos da Escola Laurival Cunha.....	52
Imagem 15 - Idem Alunos da Escola Laurival Cunha.....	52
Imagem 17 - Mapa de localização das pessoas interlocutoras, realização Ingrid Cássia Porto Lima (Geografia/Ufpa).....	59
Imagem 18 -Bobo e Ana Júlia no açazal	61
Imagem 19 - Bobo e Ana Júlia em casa	61
Imagem 20 - Dona Conce e João, o filho mais velho.....	61
Imagem 21 - Seu Vitor descendo a palmeira com o cacho de açaí	62
Imagem 22 - Rodrigo Botelho e seu pai Ronaldo Botelho.....	64
Imagem 23 - Seu Ronaldo e Dona Silvana (pais de Rodrigo).....	64
Imagem 24 - Ariel Teixeira e sua mãe Sandra Teixeira	65
Imagem 25 - Eu e os irmãos Carlos Ariel, Gabriel e Jamily, fotografia de Ariel Teixeira	66
Imagem 26 - Animais de estimação da família Lima Terixeira na ponte.....	66
Imagem 27 - Ariel e seu Nilson na travessia do açaí a Belém	67
Imagem 28 - Marcely e sua mãe Lúcia.....	68
Imagem 29 - Marcelo (irmão de Marcely) após a panha do açaí	69
Imagem 30 - Dona Lúcia na frente de sua casa.....	69
Imagem 31 - Vânia de Jesus [tia de Camila] apanhadora de açaí	70

Imagem 32 - Camila de Jesus [sobrinha de Vânia] junto aos pais e irmãos.....	71
Imagem 33 - Vânia, dona Maria José, dona Lourdes, Milena e Mikaela	72
Imagem 34 - Vinícius e Luis Inácio	73
Imagem 35 - Dona Domingas, professora Rai, eu e Ingrid (geógrafa)	73
Imagem 36 - Leandro de Lima segura a haste da açazeira.....	74
Imagem 37 - Leandro de Lima escalando a palmeira.....	75
Imagem 38 - Leandro de Lima descendo com o cacho de açaí.....	75
Imagem 39 - Leandro, Gilberto, seu Leo e Dona Ivaneide	76
Imagem 40 - Pintura de Theodoro Braga [1908] A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará	79
Imagem 41 - Google Maps, foz do Amazonas, Ilha das Onças [1].....	81
Imagem 42 - Google Maps, foz do Amazonas, Ilha das Onças [2].....	82
Imagem 43 - Cartão Olaria Noguez, antiga Olaria Landi, Rio Tauerá, Ilha das Onças	86
Imagem 44 - Cartaz Olaria Noguez.....	87
Imagem 45 - Rio Tauerá ruínas da Olaria Landi/Noguez	88
Imagem 46 - Seu João nas ruínas da Olaria Landi/Noguez.....	88
Imagem 47 - Pintura de autoria François de Biard Fazenda na Ilha de Arapiranga.....	90
Imagem 48 - Mapa do Bispado do Pará, Enrico Galuzzi, 1759	92
Imagem 49 - Cartaz Usina Vitória.....	96
Imagem 50 - Jaques Huber e pesquisadores em excursão à Ilha das Onças, 1930	97
Imagem 51 - Tamaquaré.....	99
Imagem 52 - Ilha das Onças, Igarapé Cavado	101
Imagem 53 - Moradia Ilha das Onças em croqui de minha autoria.....	111
Imagem 54 - Casa de Rodrigo Beira da Costa.....	112
Imagem 55 - Casa de Rodrigo idem	112
Imagem 56 - Ilha das Onças, Furo do Nazário, venda de óleo e gasolina.....	114
Imagem 57 - Furo do Nazário, embarcação com teto.....	115
Imagem 58 - Furo do Nazário, Ponte da Escola Laurival, uso de rabetas.....	115
Imagem 59 - Furo Laranjeira, Ponte da casa de Vânia.....	117
Imagem 60 - Beira da Costa, Ponte da casa de Rodrigo, seu Ronaldo toma banho com o sobrinho	117
Imagem 61 - Ponte na casa de Ariel gatinha de estimação	118
Imagem 62 - Furo Laranjeira, Ponte da casa de Camila.....	118
Imagem 63 - Furo Laranjeira, pontes de tronco de açazeiras.....	119

Imagem 64 - Furo Laranjeira idem.....	120
Imagem 65 - Bobo atravessa a ponte.....	121
Imagem 66 - Igarapé Madre Deus, casa de Ariel	121
Imagem 67 - Idem Ariel e Carlos Ariel	122
Imagem 68 - Interior casa de Ariel, o jirau.....	123
Imagem 69 - Interior casa de Ariel, máquina de bater açai.....	123
Imagem 70 - Vânia produz sua peconha	124
Imagem 71 - O barco se decompondo	124
Imagem 72 - O cachorro Buchudo, casa de Bobo	125
Imagem 73 - Ponte externa ligando a casa ao banheiro	126
Imagem 74 - Bicho preguiça escalando a açazeira.....	144
Imagem 75 - Folhas de Guarumã	147
Imagem 76 - Dona Ivaneide mostra as rasas	149
Imagem 77 - Dona Ivaneide idem	149
Imagem 78 - Dona Ivaneide idem	149
Imagem 79 - Duas rasas.....	152
Imagem 80 - Rasas na frente da casa do Rodrigo.....	153
Imagem 81 - Seu Nilson e Gabriel transportam rasas nos ombros.....	155
Imagem 82 - Marcelo leva a rasa no ombro	155
Imagem 83- A marca da peconha no pé de Leandro	157
Imagem 84 - A marca da açazeira na sola do pé	157
Imagem 85 - Vânia prepara o bocó	158
Imagem 86 - Vânia faz o laço.....	158
Imagem 87 - Vânia e sua peconha.....	158
Imagem 88 - Os pés de Dona Lourdes	159
Imagem 89 - Vânia subindo na açazeira.....	160
Imagem 90 - Vânia calça o tênis	160
Imagem 91 - Leandro sobe com os pés descalços	160
Imagem 92 - Bobo usa botas na panha	160
Imagem 93 - Ariel pés descalços e peconha de ráfia.....	161
Imagem 94 - Cachos da açazeira	163
Imagem 95 - As “munhecas” dos cachos seguras pela mão de Bobo	163
Imagem 96 - Ariel e o terçado concentra para subir.....	166
Imagem 97 - Ariel segura o terçado e o caule	166

Imagem 98 - Ariel mostra como os dedos seguram o terçado.....	166
Imagem 99 - Ariel na descida o terçado vai no cós da calça.....	167
Imagem 100 - Dona Lúcia na subida.....	177
Imagem 101 - Ana Júlia caminha sobre a ponte.....	181
Imagem 102 - Ana Júlia idem.....	182
Imagem 103 - Os pés de Ana Júlia.....	182
Imagem 104 - Ana Júlia encostada na árvore segue Bobo e seu pai.....	183
Imagem 105 - Bobo caminha de botas.....	183
Imagem 106 - A rasa de bébi.....	184
Imagem 107 - Os cachos cheios de frutos aguardam a dibulha.....	185
Imagem 108 - Vassouras empilhadas no açazal.....	185
Imagem 109 - Vassouras e a peconha de Bobo.....	185
Imagem 110 - Ana Júlia caminha no açazal.....	186
Imagem 111 - Ana Julia segue Bobo.....	186
Imagem 112 - Ana Júlia idem.....	186
Imagem 113 - Meus pés enlameados.....	187
Imagem 114 - Meus pés idem.....	187
Imagem 115 - Ana Júlia abeirando o charco.....	188
Imagem 116 - Ana Júlia minha cicerone.....	189
Imagem 117 - A peconha nos pés de Naldinho.....	196
Imagem 118 - Bobo na subida.....	197
Imagem 119 - Seu Vítor na subida.....	197
Imagem 120 - Vinícius mãos entrelaçadas na subida.....	198
Imagem 121 - Ariel sobe no modo preguiça.....	198
Imagem 122 - Ariel idem.....	198
Imagem 123 - Vânia sobe no modo preguiça.....	199
Imagem 124 - Vânia caminha levando a faca no cós do short.....	199
Imagem 125 - Vinicius idem.....	200
Imagem 126 - Vinícius sobe no modo macacco.....	200
Imagem 127 - Naldinho sobe no modo macaco.....	200
Imagem 128 - Bobo caminha em direção a próxima subida.....	202
Imagem 129 - Bobo na subida.....	202
Imagem 130 - Bobo na subida idem.....	202
Imagem 131 - Bobo idem.....	202

Imagem 132 - Bobo idem	202
Imagem 133 - Bobo idem	202
Imagem 134 - Bobo de costas na copa da palmeira	210
Imagem 135 - Bobo na copa.....	211
Imagem 136 - Vânia na descida pernas esticadas.....	213
Imagem 137 - Bobo desce pernas flexionadas	213
Imagem 138 - Bobo na descida	213
Imagem 139 - Bobo caminha carregando cachos de açaí.....	215
Imagem 140 - Bobo sentado decansa no açaizal	216
Imagem 141 - Bobo juntando os caroços do chão.....	217
Imagem 142 - Bobo juntando os caroços do chão Idem.....	217
Imagem 143 - Bobo na dibulha	222
Imagem 144 - Seu Vitor na dibulha.....	223
Imagem 145 - Vânia e família na dibulha	224
Imagem 146 - Vânia e família idem	224
Imagem 147 - A rasa do açaí e a rasa do bébi	225
Imagem 148 - Bobo dibulha ao lado as rasas	227
Imagem 149 - Mãos de Ana Júlia mostram o açaí olhudo	228
Imagem 150 - Mãos de Ana Júlia mostram o açaí sem olho.....	228
Imagem 151 - Cestaria indígena foto de Lúcia Van Velthen (2008).....	231
Imagem 152 - Rasa de açaí cheia e rasa de bébi	231
Imagem 153 - As folhas da açazeira cobrem a rasa repleta de açaí	232
Imagem 154 - As folhas da açazeira idem.....	232
Imagem 155 - As folhas da açazeira idem.....	232
Imagem 156 - Bobo recobre as rasas com sarrapilheira.....	232
Imagem 157 - Marcelo e dona Lúcia confeccionam a rasa	232
Imagem 158 - Seu Vito mostra o caroço verde de açaí	239
Imagem 159 - As mãos de Ariel tingidas pelo açaí.....	239
Imagem 160 - Ariel e dona Sandra sua mãe	240
Imagem 161 - Dona Lourdes, Dona Maria, José Vânia e Mikaela	252
Imagem 162 - Vânia segura a palmeira no modo preguiça	252
Imagem 163 - Dona Ivaneide prepara a escalada	252
Imagem 164 - Dona Lúcia o filho Marcelo colocam a coroa na rasa.....	253
Imagem 165 - Dona Conce conversa comigo na varanda	253

Imagem 166 - Dona Silvana encostada e as crianças brincam com a rasa	253
Imagem 167- Dona Sandra ao lado de Ariel	254
Imagem 168 - Dona Lúcia no alto da palmeira	254
Imagem 169 - Dona Domingas, a filha Rai e os netos	254
Imagem 170 - Marcelly	254
Imagem 171 - Açaizal, Seu Vitor no alto da copa.....	255
Imagem 172 - Baía do Guajará, Ilha das Onças, margem verde	268
Imagem 173 - Bobo descendo da açazeira	274
Imagem 174 - Bobo caminhando no açazal	274

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - TRANÇANDO AS MARGENS DO GUAJARÁ.....	28
1.1 Como cheguei ao corpo e ao lugar: o tema e o <i>locus</i> da pesquisa	29
1.2 Quem me leva da <i>beira</i> pro <i>centro</i>	57
CAPÍTULO 2 - O CORPO DO LUGAR.....	77
2.1 Mas tem onça mesmo?!	77
2.2 Ilha das onças e de muitos rios, furos e igarapés	101
CAPÍTULO 3 - O LUGAR DO CORPO NO CORPO DO LUGAR.....	111
3.1 No rio, na “Beira” e no “Centro” – Morar é manejar	112
3.1.1 A caminhada da “beira” até o “centro”	128
3.2 Objetos, vestimentas, acessórios e improvisações no açaizal.....	146
3.2.1 As rasas.....	147
3.2.2 A peconha	156
3.2.3 O terçado.....	162
3.2.4 Vestimentas, acessórios e improvisações	169
CAPÍTULO 4 - O TRANÇADO DOS CORPOS NA PANHA.....	177
4.1 O meu corpo no <i>trançado</i>	180
4.2 Primeiro eles vão olhá, juntá do chão, vê como a gente faz	189
4.3 A subida	195
4.4 Chegando na copa.....	203
4.5 A descida.....	211
CAPÍTULO 5 - DEPOIS DA PANHA	219
5.1 <i>Dibulha</i> e artesanato na produção comercial da rasa	219
5.2 As marcas da panha: do modelo de masculinidade, ao estigma e à agência da planta	235
5.3 As mulheres e a panha.....	244

CAPÍTULO 6 - O TRANÇADO <i>PAISAGEIRO</i> DOS CORPOS NA PANHA	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS OU O CORPO QUE RETORNA NO FINAL DA TESE	275
REFERÊNCIAS.....	280

INTRODUÇÃO

Os modos e significados das relações de jovens coletores e coletoras de açaí com o lugar onde vivem e praticam esta atividade é o tema do estudo que apresento aqui. O trocadilho entre lugar do corpo e corpo do lugar, conforme se pode ver no título escolhido, busca enfatizar o quão imbricados estão os corpos destas pessoas com os seus lugares de moradia, que também são lugares de trabalho. Moradores e moradoras de diferentes margens de rios em uma mesma região insular, denominada de Ilha das Onças, que junto de outras ilhas circundam a cidade de Belém, capital do estado do Pará. A Ilha das Onças está localizada na margem esquerda da Baía do Guajará, à noroeste da cidade e conta hoje com uma população de aproximadamente três mil habitantes, cuja principal fonte de renda é a coleta e a comercialização do açaí.

Consta ainda no título deste estudo, a produção de uma etnografia da “panha”¹ – nome dado pelos moradores/moradoras à atividade de coletar o açaí – realizada entre essas pessoas que aceitaram dialogar comigo nas suas casas/açaizais durante o período da pesquisa. O que corresponde a apresentar uma descrição das vivências nos açaizais com o objetivo de observar/registrar a prática da extração do açaí. O que caracteriza a descrição nos moldes etnográficos é, para Descola (2018, p. 323-324), algo mais do que um simples relato, pois:

[...] descrever, para os etnógrafos, não é apenas fazer um relato do que observam; mas também significa organizar, para uso próprio, de acordo com sequências ordenadas e padrões de comportamento, o fluxo do que vêem (sic) e do que lhes é dito. Essa filtragem quase inconsciente resulta de uma aspiração para compreender atos ou enunciados que muitas vezes são enigmáticos, confrontando-os com respostas que, nós como etnógrafos, teríamos nós mesmos levado às circunstâncias que engendraram essas reações.

De acordo com este autor, o fazer etnográfico aproxima-se do ato de inventariar, pela necessidade de um convívio mais duradouro como condição para aprender e compreender as práticas cotidianas, é o que afirma neste trecho (DESCOLA, 2016, p. 9):

[p]ara fazer o inventário, é necessário ir ao encontro das pessoas e observar seus costumes, suas formas de fazer, de dizer; é necessário compartilhar sua vida cotidiana durante vários anos, aprender aquilo que sabem, compreender aquilo que fazem. Em suma, é preciso praticar a etnografia.

A coleta do açaí, dentre o conjunto de técnicas corporais praticadas nas ilhas, chama atenção por vários motivos: desde o fato de ser uma atividade secular e, por isso, tradicional; pelo produto coletado ser a fonte basilar de alimento e recentemente a principal fonte econômica

¹ A partir deste momento utilizarei no texto a categoria êmica sem aspas.

de moradores da Ilha das Onças, e também por ser uma prática que envolve riscos, alturas e muitos cuidados. Uma sequência de atividades compõe a coleta e preenche o caminho que segue até a comercialização. O corpo que coleta o açaí é também o corpo que habita a Ilha, maneja a palmeira *Euterpe oleracea*, se alimenta dos seus frutos e comercializa-os na feira situada em margem urbana.

A observação que faço do corpo de coletores e coletoras parte do estudo das técnicas corporais pela via maussiana, sintetizado nas “maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo (...) Antes das técnicas de instrumentos, há o conjunto das técnicas do corpo” (MAUSS, 2003, p. 401-407), buscando evidenciar – pelo tríplice ponto de vista maussiano –, as corporalidades dessas pessoas de um lado, enquanto palimpsestos, onde é possível perceber impressas as relações entre sociedade e indivíduo; e de outro, a constituição dessas corporalidades como resultantes de interações entre ambiente, sociedade e indivíduo. Mauss (2003, p. 401) enfatiza a necessidade da utilização de uma perspectiva multidisciplinar:

[...] concluí que não se podia ter uma visão clara de todos esses fatos, da corrida, do nado etc., senão fazendo intervir uma tríplice consideração em vez de uma única, fosse ela mecânica e física, como uma teoria anatômica e fisiológica da marcha, ou, ao contrário, psicológica ou sociológica. É o tríplice ponto de vista, o do "homem total", que é necessário.

À medida que fui percorrendo os açazais comecei a ver a panha como uma atividade que reúne em torno de si uma espécie de sistema que agrega o homem à terra, alimenta-o e gera lucros que irão suprir outras necessidades, movimentando toda a sociedade onde estão inseridos esses sujeitos e, nesse sentido, aproxima-se muito da noção de “fato social total” de que fala Mauss (2003, p. 336), no trecho a seguir, ele remete ao fenômeno da totalidade:

Com efeito, na nossa ciência, em sociologia, nunca ou quase nunca encontramos, exceto em matéria de literatura ou de ciências puras, o homem dividido em faculdades. Lidamos sempre com seu corpo, com sua mentalidade por inteiro, dados de maneira simultânea e imediata. No fundo, tudo aqui se mistura, corpo, alma, sociedade. Não são mais fatos especiais dessa ou daquela parte da mentalidade, são fatos de uma ordem muito complexa, a mais complexa imaginável, que nos interessam. E o que chamo fenômenos de *totalidade*, dos quais participam não apenas o grupo, mas também, por ele, todas as personalidades, todos os indivíduos em sua integridade moral, social, mental e, sobretudo, corporal e material.

Com base nessas observações, considero de fundamental importância a observação das corporalidades envolvidas na coleta do açaí e no que elas têm de complexo, o que justifica a necessidade de uma leitura multidisciplinar. É bom lembrar que na introdução à obra de Mauss

(2003, p. 14), Lévi-Strauss também enfatiza que a abrangência do fato social total inclui o próprio observador, é o que diz nesse trecho:

Há, portanto, bem mais, na noção de fato social total, do que uma recomendação dirigida aos pesquisadores, para que não deixem de relacionar as técnicas agrícolas e o ritual, ou a construção da canoa, a forma da aglomeração familiar e as regras de distribuição dos produtos da pesca. Que o fato social seja total não significa apenas que *tudo o que é observado faz parte da observação*; mas também e sobretudo que, numa ciência em que o observador é da mesma natureza que seu objeto, *o observador é ele próprio uma parte de sua observação*. Não fazemos alusão, com isso, às modificações que a observação etnológica traz inevitavelmente ao funcionamento da sociedade na qual se exerce, pois essa dificuldade não é exclusiva das ciências sociais; ela ocorre onde quer que se proponha fazer medições finas, isto é, onde o observador (ele próprio ou seus meios de observação) é da mesma ordem de grandeza que o objeto observado.

Todo esse mundo insular, a uma distância de trinta minutos da margem urbana, ao mesmo tempo exótico e familiar; isolado e tão próximo, me fez buscar equilibrar tais sensações aparentemente contraditórias, enquanto dizia a mim mesma que também sou uma coletora de palavras, de silêncios, gestos, sensações e perspectivas diversas. Minha chegada à Ilha das Onças se dá primeiro nas beiras, só com o tempo é que chego aos açazais. Observando o lugar enquanto referência importante na vida das pessoas tanto quanto constitutiva de suas corporalidades, percebi que na fala de Arturo Escobar (2005, p. 69), o lugar revela-se também como uma fonte de discussão teórica:

O lugar, em outras palavras, desapareceu no “frenesi da globalização” dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia. Talvez seja o momento de reverter algumas destas assimetrias ao focar novamente a constante importância do lugar e da criação do lugar, para a cultura, a natureza e a economia² – da perspectiva de lugar oferecida pelos próprios críticos.

A questão trazida por Escobar de restabelecer a importância do lugar sobrepujado pelos fluxos advindos com a tecnologia da informação e a sociedade das redes pontuada por Castels, vide nota que acompanha a palavra economia no trecho acima destacado (2005, p. 84), que resultaria na atribuição de desenraizamento (idem, p. 69), dada à condição moderna.

A discussão chamou minha atenção por contrastar com o sentimento que percebi mesmo entre moradores e moradoras da Ilha que deslocam-se diariamente para Belém para atender necessidades diversas, as qualidades do lugar ilha sempre foram exaltadas nas suas narrativas, enfatizando “um alto grau de enraizamento” e de pertencimento, sem falar nos coletores e coletoras de açaí, cuja vida pulsa no mesmo compasso da Ilha, para dizer que a satisfação de muitas de suas necessidades vincula-se ao lugar onde vivem.

O retorno ao lugar, diz Casey (1997, p. 203-204), começa pelo próprio corpo, como ressalta neste trecho:

Dada a conversão do espaço em um esmagador monólito na era moderna, o melhor retorno para o lugar é através do que Freud chamou de "estrito desfiladeiro" – no entanto, não é o desfiladeiro do sonho (que é o que Freud tinha em mente), mas do corpo. O lugar redescoberto por meio do corpo. [...] Quanto mais refletimos sobre lugar, no entanto, mais reconhecemos que seja algo não apenas caracterizável, mas realmente experimentado em termos qualitativos. Estes termos, por exemplo, cor, textura e profundidade, são conhecidos por nós apenas no e pelo corpo que entra e ocupa um determinado lugar.

O próprio existir estaria vinculado a percepções corporais situadas, neste caso começo a me dar conta da importância do lugar por intermédio da observação do corpo dos coletores, e também pela observação do meu corpo, por isso apresento minhas impressões a partir do que meu corpo passou a experimentar no deslocamento diário Belém-Ilha, no trajeto do barco que leva aproximadamente trinta minutos para cruzar as margens, entrelaçando o familiar/isolado/exótico/próximo, ao final de cada deslocamento. Descola (2018, p. 324) ressalta o quanto o trabalho de campo molda *os corpos, os julgamentos e o comportamento* do etnógrafo de um modo bem abrangente.

Daí a necessidade de apresentar minha chegada à Ilha das Onças por intermédio da docência, momento em que identifiquei a panha como atividade diária, praticada entre os alunos do Ensino Médio, o que despertou meu interesse em conhecer mais e, ao mesmo tempo, percebendo que pouco ou nada sabia sobre o fruto que tanto admiro e gosto de consumir. Passei a questionar como essas pessoas, jovens estudantes, praticavam a panha na Ilha das Onças, estava eu, naquele momento, delineando a questão central desta tese, querendo saber quem eram aquelas pessoas moradoras da outra margem da Baía do Guajará e como praticavam a panha do açaí, quais os modos e significados atribuídos àquela atividade.

A coleta de alimentos vegetais é uma prática milenar ligada aos primórdios da existência humana, alguns autores que relacionam o surgimento dessa prática ao momento em que o homem passou a erguer-se sobre os pés inaugurando uma nova etapa na história da espécie. Recentemente encontrei em Maturana (2009, p. 24) a afirmação de que *ainda somos animais colheitadores*, basta perceber *o bem-estar que sentimos nos supermercados* e a *nossa dependência vital da agricultura*, quer dizer que no olhar de Maturana, algo inerente à condição animal que a civilização tanto quer desfazer-se, contudo ainda reverbera em nossos modos de viver.

Logo, eu estava dando continuidade ao tema já estudado anteriormente sobre as relações de proximidade entre moradores e moradoras da Ilha do Maracujá com a cidade de Belém, em minha dissertação² apresentada no ano de 2011, quando passei a identificar os modos como as pessoas praticavam lugares cotidianos, relacionando à constituição de seus corpos, percebendo o quanto esses corpos expressavam de alguma forma suas relações com os lugares praticados.

A observação do cotidiano dos moradores da Ilha do Maracujá aproximou-me do tema do corpo e suas práticas diversas de conformação no/do ambiente. Naquela ocasião mencionei que os corpos de meus interlocutores emergiam na relação entre as margens insular/rural e continental/urbana, como grandes articuladores dessa relacionalidade, destacando a destreza com que aquelas pessoas percorriam (e percorrem) diariamente os caminhos de várzeas, de águas e de terras firmes, por cima de barcos, margens, pontes³ e açazeiras. Lugares que vão sendo praticados num jogo de equilíbrio expresso através de dinâmicas próprias da vida insular, assim os corpos constroem seu pertencimento a esses lugares, de um modo acima de tudo vibrante.

E agora eu estava de volta ao tema da corporalidade relacionada aos lugares praticados, sendo que em outra ilha e dessa vez o lugar de observação seria o “centro” – nome dado pelos moradores ao açazal –, e a principal questão a ser observada seria a panha do açaí por meio do acompanhamento, observação, interpretação das dimensões simbólico-práticas dos corpos de jovens coletores e coletoras de açaí da Ilha das Onças.

O caminho descrito na pesquisa se dá conforme vou chegando às moradias das pessoas que aceitaram dialogar comigo neste trabalho, revela-se como um deslocar-se pelo rio até a beira das casas e de lá para o centro onde ficam os açazais, em um movimento metafórico que corresponde a atingir o centro, quer dizer chegar ao cerne do que busco por meio da pesquisa, partindo do corpo ou das técnicas corporais, chegar a saber como interior e exterior, beira e centro, se correspondem em cada interlocutor(a), na visão que tem de si mesmo a partir das práticas desenvolvidas, portanto, no modo como vivem, para entender como veem a si mesmos e aos outros.

O uso dos corpos na coleta do açaí é a questão central da pesquisa, seja por integrar um conjunto de técnicas corporais por mim estudadas quando da minha dissertação e que chamei

² BASSALO, T. de F. R. *Diálogos com a metrópole*: um estudo antropológico dos moradores da ilha do Maracujá em relação de proximidade com Belém (PA). 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

³ A palavra ponte para os moradores das ilhas próximas de Belém assume, na prática, formatos diversos, mas, sempre mantendo o significado comum de ligar pontos separados, seja por um curso de água, seja por qualquer tipo de depressão do terreno, portanto, palavras como passarela, porto e trapiche, nas ilhas, geralmente são substituídas pela palavra ponte.

de técnicas corporais insulares; seja por ser uma prática bem antiga entre aqueles moradores que há tempos utilizam o açaí como alimento; seja por ser uma prática aprendida desde a infância e desenvolvida até a idade adulta; ou, ainda, por ser um exercício corporal que demonstra equilíbrio e preparo físico constantes e incomuns.

Devo mencionar que o fruto coletado, produz uma bebida que, com o passar do tempo, deixa de ser uma “comida de pobre”⁴ para tornar-se uma marca identitária⁵ ligada ao *ethos* paraense, passando a ser consumido em larga escala, para além do estado e do país, o que vem alterando tanto os lugares de coleta quanto o corpo dos coletores. Note-se o seguinte: ainda que a Ilha das Onças não esteja diretamente inserida na rede de exportação, também não está fora dela, principalmente quando pensamos o mercado como um sistema mais amplo.

O açaí coletado na Ilha das Onças e comercializado nas feiras urbanas de Belém, abastece maquiadores⁶ exigentes da capital e de outros lugares, digo que são exigentes porque o açaí, produzido nas ilhas próximas à capital, tem um diferencial no sabor e, conseqüentemente, no valor. O sabor está diretamente ligado ao tempo que leva da coleta à máquina⁷, conforme me explicara o morador da Ilha do Maracujá⁸, seu Abaeté:

Açaí das ilha é o açaí que vem de toda essas ilha aqui perto, que chega mais rápido, por isso que é a diferença nossa, da ilha, e o açaí de fora porque o açaí da ilha quando chega ele chega novo, né? Tirado hoje, o de ontem é açaí morto, pode até ser batido mas não, é açaí morto que chega, de ontem é tirado ontem, né? Pra hoje ele já perdeu a vida dele, né? Um bocado da vida dele, que o açaí é assim, você tira ele, ele já vai começá morrendo, quanto mais tempo você demorá pa batê ele, você vai perdendo mais a produção dele, o aroma dele, né? É por isso que muita gente só conhece o nome de açaí, mas a qualidade de açaí mesmo é bem poucos que conhece, açaí da ilha é mais caro, né? É novo, mas é caro, porque o preço é alto, vou lhe dá uma base, o açaí morto de ontem pra hoje custa \$26,00 reais a lata, o açaí d’agora tirado agora custo \$40,00 reais a lata, olha a diferença, meio por meio, né?

O açaí das ilhas próximas é mais caro, contribuindo para propagar em larga escala os prazeres degustativos e benéficos que a bebida proporciona aos consumidores, e a partir daí, aumentar-lhe o consumo e a fama, identificada por Dalcídio Jurandir, no romance *Marajó* (1992), como o “vinho manso da terra” e “sangue das palmeiras”.

⁴ XIMENES, R. *Assahy-yukicé, iassaí, oyasaí, quasey, açã, jussara, manaca, açaí, acay-berry*: rizoma. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013, p. 123.

⁵ XIMENES, 2013, p. 116.

⁶ Profissionais que operam a máquina elétrica de bater o açaí, como é comumente conhecida.

⁷ Trata-se de uma máquina elétrica surgida em meados no século XX, de formato cilíndrico com um eixo vertical central e uma torneira na parte inferior, feita de aço e alumínio, conhecida popularmente como máquina de bater açaí. Outras informações consultar: XIMENES, 2013, p. 148.

⁸ BASSALO, 2011, p. 73.

Sobre as pessoas coletoras e interlocutoras no diálogo comigo, a maioria foram meus alunos no Ensino Médio da Escola Laurival Cunha, como ainda não haviam constituído família – exceto Vânia –, e moravam à época junto com seus pais chamo-os de jovens, todas essas pessoas aprenderam a coletar mediados pelos pais, praticam a coleta em família, no açazal que é da família, participam da terceira geração de herdeiros de uma terra que foi inicialmente arrendada para a agricultura e, hoje, a vegetação predominante é o açaí.

Devido a relação bem próxima com os familiares, muitos deles participam intensamente nos diálogos e foram fundamentais para minha compreensão daquela realidade. A participação das famílias é notável, refiro-me às suas falas como narrativas transbordantes, porque me trouxeram muitos detalhes, senti neles um prazer em me explicar as coisas até mais do que alguns jovens, o que, como já disse, me auxiliou um tanto na ampliação do meu olhar sobre todo aquele mundo insular.

Além dos familiares, também dialoguei com professores e professoras da Escola Laurival Cunha, os nascidos e criados na Ilha das Onças – a professora Socorro, o professor Givanildo e a professora Rai –, outro interlocutor importante foi o historiador Luis Antonio Valente Guimarães, conhecido como professor Leno, morador de Barcarena que me trouxe uma perspectiva histórica sobre a relação entre a Ilha das Onças, Belém e Barcarena, que me era desconhecida.

Quando comecei a divulgar entre os alunos o meu interesse em pesquisar sobre os usos do corpo na coleta do açaí, fui inquirida por alguns deles se o meu objetivo era denunciar tal prática. Naquele momento me dei conta de que iria observar uma atividade de risco e considerada “ilegal”, primeiro porque escalar artesanalmente palmeiras que chegam a quase a vinte metros de altura, e segundo porque envolvia coletores com idade inferior a dezoito anos de idade, e neste caso, há o risco de ser considerada como trabalho infantil, de acordo com o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ao revelar que os objetivos de minha pesquisa estavam relacionados aos usos do corpo na panha do açaí e as possíveis modificações ou alterações deixadas pela prática constante no corpo dos coletores, mais surpresos ficavam. Ainda na escola, mesmo antes de visitá-los em suas casas, perguntei a alguns alunos que coletavam, se percebiam que a coleta “moldava” seus corpos, e a resposta era “não”. Aquilo me deixava intrigada: como será que percebiam seus corpos? Certa vez foram eles que me indagaram quando disse que iria junto com eles para o mato referindo-me ao açazal, o local onde é realizada a panha e um deles me interpelou: “A senhora tá preparada pra ir pro mato? A senhora tá preparada pra ver um casal transando no mato?” Estas e outras questões são observadas no corpo deste trabalho.

O contato mais prolongado no campo passou a ocorrer no segundo semestre do ano de 2015 de forma esporádica até se tornar regular no ano seguinte, durante o segundo semestre de 2016 e boa parte do ano de 2017. Decidi permanecer em Belém e me deslocar bem cedo para a Ilha e retornar no final da tarde, três vezes por semana, foi a forma que encontrei para continuar acompanhando meu filho adolescente – à época com doze anos de idade – nas demandas diárias. Assim pude perceber que enquanto eu estava indo para a Ilha bem cedo, muitos moradores vinham de lá neste mesmo horário para trabalhar em Belém, nos encontrávamos no Porto do Foca em pleno deslocamento diário.

Consegui adaptar meu horário às visitas aos açazais que ocorriam prioritariamente no horário da manhã, o horário preferencial para coletar o açai, chegando a tempo de acompanhá-los nos açazais. Em meados de junho do ano de 2017, fiquei quatro dias hospedada na casa do seu Márcio de Jesus – pai de Camila e irmão de Vânia –, situada no Furo Laranjeira, essa estadia foi fundamental para minha percepção do que é dormir e acordar nas ilhas tão próximas e, ao mesmo tempo, tão distantes de um centro urbano como Belém.

Conhecer os jovens e as jovens em suas moradias foi algo marcante para mim, um aprendizado que ampliou meu olhar enquanto educadora/pesquisadora, numa relação dialética, como um revés, sentindo-me uma aprendiz, percebendo outras maneiras/modos de conhecer, por meio da participação na sua experiência cotidiana. Devo mencionar que ter passado um tempo como professora na escola facilitou muito meu acesso às moradias e das suas moradias ao açazal, mediante uma confiança mútua estabelecida ainda na escola.

Por outro lado, a chegada ao campo também significou a apresentação de um novo papel diante daqueles que eram meus alunos e tornaram-se meus interlocutores enquanto eu passava de professora à pesquisadora, o que implicou alguns questionamentos da parte deles, uns mais do que outros, como no caso do Ariel Lima Teixeira que me vendo, não apenas como professora e pesquisadora, mas como alguém da outra margem, da margem urbana, me perguntou sobre o que eu acho deles, dos moradores da ilha.

Segundo o próprio Ariel, as pessoas da margem urbana “acham” que os moradores da ilha são “burros” porque moram em um lugar que tem lama, não tem ruas – só tem rios –, e nem energia elétrica. A pergunta dele, para mim, traz outras questões pertinentes que passam por saber quem eu sou, o que eu penso sobre eles e quais as minhas intenções em pesquisar sobre as suas vidas, ao mesmo tempo em que me diz saber como os moradores da ilha são vistos pelos habitantes da cidade. Posso dizer que esses diálogos estreitaram ainda mais nossa relação.

Acompanhar os interlocutores nos lugares praticados incluiu o conhecimento de uma diversidade de cursos d’água e durante as visitas passei a me envolver cada vez mais com aquele

ambiente, a ponto de experimentar subir em uma açazeira, enquanto meus interlocutores registravam em vídeo e se divertiam com a minha iniciativa um tanto desajeitada, mas cheia de vontade. Considero que essa foi uma estratégia metodológica interessante, pois eles experimentaram também o lugar do pesquisador.

Depois pudemos conversar sobre a minha performance, e percebi que eles observaram-se através de mim, viram o quanto não é fácil deslocar-se do chão até o alto, desafiando a gravidade, e começaram a me dar orientações de como subir melhor, enquanto eu observava meu corpo: as partes que ficaram arranhadas, doloridas, a forma correta de usar a peconha⁹, o lado da palmeira que é mais adequado para ser escalado, uma série de detalhes que passavam despercebidos para mim.

É importante mencionar que existem registros de demonstração da coleta e outros da coleta propriamente dita: por exemplo, em visita à casa do Seu Vitor acompanhei ele e o filho, José Armando, no açazal em dia de trabalho. Eles saem às sete de casa e retornam às onze horas, tempo suficiente para o jovem tomar banho, almoçar e esperar o barco que o levará a escola.

No açazal, cada um deles têm trajetos distintos. Decidi seguir o mais jovem e percebi que não tem como o coletor dar atenção à pesquisadora nesse momento, por outro lado, considerei um desafio acompanhá-lo pela sua agilidade no “mato”, tanto para escalar a palmeira quanto no caminhar e escolher cada nova subida visualizada lá do alto, pois é assim que estipulam a próxima palmeira cheia de frutos maduros a ser escalada.

A coleta do açá é dinâmica e toma o coletor por inteiro, não há muito tempo para explicar como se faz, por isso, exige do pesquisador certa agilidade e destreza para andar no chão alagado, onde podem surgir cobras, escorpiões e aranhas; além disso exigiu-me equilíbrio para utilizar a câmera fotográfica – ferramenta que tornou-se essencial principalmente para observar os serviços feitos na copa das palmeiras, e nem sempre consegui, pois o “mato” é denso e a copa fica, por vezes, escondida pelas folhagens mais baixas.

Os registros fotográficos e em vídeo foram fundamentais na composição de narrativas associadas às falas das pessoas, me auxiliando a descrever com mais precisão o que registrei com o auxílio da câmera, visto que, no momento da coleta não há condições de proceder o diálogo, apenas a observação e, nesse caso, a utilização desses registros ofereceram-me a

⁹ Língua ou cinturão de corda, pano forte ou envira que serve para, colocado nos pés descalços, firmar as plantas no tronco liso das palmeiras a cujo cocoruto se quer chegar. Etim. tupi *pycoïn* com a mesma significação (MIRANDA, 1968, p. 65).

possibilidade de descrever mais detalhadamente o que vivenciei, sendo que esses conteúdos estimularam outros diálogos com as pessoas envolvidas na pesquisa.

Aproveito para justificar que a opção de apresentar os registros fotográficos sem a utilização de legenda, constando apenas uma lista numerada de imagens com seus respectivos títulos, cuja ordem está inserida de acordo com a numeração das páginas, deve-se a um compromisso assumido com a fluidez da narrativa de modo que as imagens estejam integradas a esse fluxo.

O registro em vídeo possibilitou-me capturar o gesto na sua inteireza, como bem enfatizou certa vez, a fotógrafa Maureen Bisilliat¹⁰, justificando sua atual dedicação a produção de vídeos em detrimento da fotografia. Penso no quanto a fala de Maureen incentivou-me a registrar a coleta em vídeo, possibilitando-me ver a dificuldade em capturar imagens do corpo quando este atinge a copa da palmeira, devido à altura e a quantidade de mato trançado.

Senti-me dependente da câmera fotográfica, sem os closes como eu analisaria a performance de Bobo na copa das palmeiras? Tudo isso ocorreu dentro de uma preparação para introduzir o uso da câmera, uma vez que sou muito tímida para fotografar pessoas e precisei conversar com eles para assim me sentir mais à vontade em registrá-los. Com o tempo, já nem estranhava mais minhas mãos revezando-se para carregar a câmera sempre presente. Creio que passei a ver como algo “natural” e as pessoas interlocutoras também. Isso foi até eu ler um trecho de Donna Haraway (2009, p. 28) – [e]stamos falando de coabitação: entre diferentes ciências e diferentes formas de cultura, entre organismos e máquinas - foi quando me dei conta que sim eu era uma pesquisadora ciborgue. A câmera havia se tornado uma extensão de minha mão e a lente um olho mecânico de longo alcance, ao mesmo tempo em que minha imagem era registrada pelos celulares das pessoas em volta de mim.

A análise dos registros em vídeo possibilitaram-me descrições interessantes, como exemplo, que a vista da copa das açazeiras situadas no terreno em volta das casas é mais limpa do que aquelas situadas no “mato” porque no terreno em volta das casas, o chão é limpo e as árvores existentes ali são escolhidas pelas famílias – açazeiras, goiabeiras, mangueiras, entre outras –, mas o chão é limpo constantemente. Por isso, os moradores distinguem do que eles chamam de “mato”, onde as plantas crescem em maior quantidade, mais livremente e a limpeza

¹⁰ A inglesa Maureen Bisilliat, nascida em Englefield, Surrey, construiu desde os anos 1950, quando se mudou para o Brasil, um dos mais sólidos trabalhos de investigação fotográfica da alma brasileira, aliando a seu olhar de estrangeira um respeito profundo por seus temas – sobretudo, sertanejos e índios – e a busca de apoio conceitual na antropologia e em grandes obras da literatura nacional. Desde dezembro de 2003, sua obra completa está incorporada ao acervo do Instituto Moreira Salles, num total de 16.251 imagens, entre fotografias, negativos em preto e branco e cromos coloridos. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/maureen-bisilliat/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

é mais esporádica, e o que eles chamam de “terreno” para a área em volta da casa que é cuidada diariamente.

Tais condições me remeteram à obra de Bateson e Mead¹¹ citada por Marcius Freire (2006, p. 66) no que se refere à utilização dos registros fílmicos e fotográficos em campo, por ocasião da pesquisa sobre o caráter balinês:

[...] tentamos usar as câmeras de filmar e fotografar para registrar o comportamento balinês, e isso é uma coisa completamente diferente da preparação de um documentário fílmico ou fotográfico. Tentamos filmar o que acontecia normal e espontaneamente, ao invés de decidir a respeito das normas e depois conseguir que os balineses adotassem esse comportamento de forma apropriada. No campo, nós éramos guiados, primeiramente, por algumas hipóteses principais. Por exemplo, é mais provável que as relações entre irmãos sejam mais gratificantes que técnicas agrícolas. [...] Nós registramos tão completamente quanto possível o que acontecia enquanto estávamos no pátio das casas, e é tão difícil prever o comportamento que raramente era possível selecionar posturas particulares ou gestos para o registro fotográfico. Em geral, nós achamos que qualquer tentativa para selecionar detalhes especiais era fatal, e os melhores resultados foram obtidos quando a fotografia era muito rápida e aleatória.

Identifiquei minha atitude no açazal em dia de trabalho com o que diz Bateson no trecho acima, eu tentava interferir o mínimo possível, no açazal era trabalho, o clima era tenso, às vezes, me sentia atrapalhando só por estar ali, sempre me coloco no lugar da pessoa observada e penso será que eu permitiria ser observada assim de perto? Então, no açazal de Bobo, não havia como selecionar nada e o recurso da fotografia muito rápida e aleatória foi muito importante para registrar subidas e descidas, eu lembro que corria de um lado a outro, pois, ele descia de uma palmeira e rápido já estava escalando outra.

Enquanto eu caminhava na várzea tentando segui-lo, meus pés atolavam, mesmo assim foi bom ter registrado tudo sem precisar contratar um fotógrafo profissional, creio que foi uma tática (CERTEAU, 2008) porque através das imagens, lembro dos percalços em campo, dos alagados, eu vejo meu corpo ali nas imagens trêmulas, apesar de ter um olhar treinado, tenho pouco domínio da técnica. Nesse sentido, exercitei muito o que Claudine de France (1998 *apud* FREIRE, 2006) denominou “observação diferida” para a observação direta realizada por Bateson com o auxílio da câmera.

Identifico minha trajetória nessa tênue linha, onde a professora, a pesquisadora e a pessoa comum, por vezes, se misturam àquela imensidão de águas, barulhos de motor, corpos subindo e descendo em finas hastes, cachos de açáí cortados com facão, depois “empaneirados”

¹¹ Bateson, Gregory e Mead, Margaret. *Balinese Character. A Photographic Analysis*. New York: The New York Academy of Sciences, 1942.

nas rasas¹² e a hora de degustar o “vinho manso da terra”, sentada à mesa junto com as famílias, estes foram momentos muito especiais, beber o açaí da Ilha na Ilha, porque sou devotada por essa bebida.

A organização do material seguiu uma ordem que estabeleci a partir de um trocadilho feito a partir do texto de Escobar (2005) intitulado *O lugar da natureza e a natureza do lugar*, que resultou em “o lugar do corpo no corpo do lugar”, uma vez que por meio das leituras que vinha fazendo sobre a obra de Ingold (2000) cada vez mais despertava para perceber o quanto a relação com o lugar, com o entorno, com os arredores, era de fundamental importância para olhar o desenvolvimento de uma atividade como a panha.

Foi então que motivada pelas discussões com os amigos e orientador/co-orientadora, comecei a me interessar e a buscar respostas para a pergunta – que lugar era aquele chamado Ilha das Onças? Resolvi abrir o meu trabalho com a apresentação da quele lugar, então, eu começo pelo corpo do lugar, seus significados, sua história etc. e depois vou para o lugar do corpo dos coletores no corpo do lugar-Ilha das Onças e assim procedi metodologicamente, ouvia as histórias da Ilha e, ao mesmo tempo, vivenciava os açaizais.

Com o tempo senti que metodologicamente antes de apresentar o lugar, eu deveria me apresentar na pesquisa e em seguida apresentar as pessoas com quem dialoguei. No primeiro capítulo apresento as impressões da minha chegada na Ilha das Onças, o que eu projetava olhando-a do outro lado da Baía do Guajará e à medida que vou me aproximando, aos poucos vou construindo um outro olhar. A importância da Escola Laurival Cunha e da minha atuação enquanto professora para o desenvolvimento da pesquisa e do desempenho enquanto pesquisadora.

De acordo com minha aproximação, as margens rural e urbana vão se trançando, se conformando ao convívio entre as pessoas interlocutoras. Em seguida, apresento as pessoas com quem estabeleci diálogos e convivências em suas moradias e junto de seus familiares, da forma que os captei. A ordem de apresentação segue a dinâmica da minha chegada até cada um e cada uma.

O contato se deu com sete jovens – cinco do sexo masculino e duas do sexo feminino, cinco estudaram comigo e já concluíram o Ensino Médio, os outros dois apesar de não terem sido meus alunos, frequentavam a mesma escola. Utilizo um mapa para localizar as sete margens de diferentes rios em diferentes pontos da Ilha, produzido pela geógrafa Ingrid, onde é possível relacionar as sete moradias distribuídas ao longo da Ilha, o que me possibilitou uma

¹² Paneiros confeccionados a partir de fibras orgânicas e sintéticas que serve para o acondicionamento do açaí coletado bem como de medida no ato da comercialização do fruto.

visão panorâmica do lugar e o estabelecimento de diferenças e aproximações quanto aos modos de viver e praticar a coleta.

No segundo capítulo, apresento a Ilha das Onças a partir da pergunta – mas tem onça mesmo?! Buscando saber se tem ou se já tiveram onças ali, apresento relatos históricos documentais, geográficos e hidrográficos, entremeados de narrativas reveladoras do quanto esta Ilha tem sido transitada ao longo da história. Um lugar marcado pela proximidade com Belém, a capital do estado do Pará, entremeado de muitos rios, furos e igarapés.

No terceiro capítulo descrevo o modo como as pessoas praticam suas moradias, onde vivem e coletam o açaí, utilizando-se de seus corpos através de “técnicas corporais” insulares, obedecendo as configurações de seus arredores, assim passei a observar que o aprendizado da coleta se dá a partir de um envolvimento ativo com o lugar de moradia, tal envolvimento é condensado na expressão “dwelling perspective” traduzida como *perspectiva de habitação* (INGOLD, 2000, p. 5) onde plantas, demais seres vivos e humanos compartilham necessidades, saberes e fazeres.

A descrição etnográfica da panha constitui o quarto capítulo, o modo como procedem os jovens coletores e coletoras nos açazais, o ato de subir na palmeira, a exploração da copa e a descida, como eles entendem o aprendizado, todos os detalhes possíveis. No quinto capítulo apresento três discussões que surgem depois da panha: a primeira sobre a produção comercial da rasa nas feiras livres que entendo como produção artesanal, onde há beleza e utilidade e a descrição etnográfica do ato de debulhar os grãos de açaí.

A segunda discussão tem a ver com a questão das marcas deixadas no corpo das pessoas pela panha e algumas perspectivas de olhar que sobressaem tanto como atributo de masculinidade, mas também como estigma e como agência da planta; a terceira discussão se dá em torno da presença feminina no açazal que é considerado como serviço de homem, nesse sentido, apresento a panha como serviço de homem e de mulher também.

No sexto capítulo encerro a tese considerando que os imbricamentos entre coletores e coletoras aos açazais podem ser compreendidos como um trançado. O trançado tem a ver com as relações estabelecidas entre pessoas e seus lugares de pertencimento por meio de práticas corporais, configurando saberes e fazeres incorporados que articulam paisagens e são também por elas articuladas. É por esta via que observo a relação entre homem e ambiente entre pessoas coletoras e plantas. Utilizo as categorias corpo e paisagem, de tal modo imbricadas, para representar o desenvolvimento, desde muito cedo, de um conjunto de técnicas corporais (MAUSS, 2003), cujas características são construídas no lugar e com o lugar, revelando aspectos dessa inter-relação fundamental.

CAPÍTULO 1

TRANÇANDO AS MARGENS DO GUAJARÁ



Apresento aqui minha chegada à Ilha das Onças como professora do Ensino Médio e depois como pesquisadora. A docência me oportunizou o contato com os/as jovens e a Escola Laurival Cunha – enquanto um dos raros espaços públicos ali existentes – o que facilitou e muito a minha chegada até as casas das pessoas interlocutoras que aceitaram colaborar com este trabalho. Afinal, não se chega de qualquer jeito nas ilhas que circundam Belém, não para pesquisar. Há uma desconfiança reinante por parte de moradores e moradoras com relação a visitantes e ter feito parte do quadro de docentes da Escola, de certo modo, revestiu-me de confiabilidade.

Para denominar o contato com o lugar e com as pessoas, utilizei aqui o verbo trançar que me foi citado em campo por um dos moradores/interlocutores ao compartilhar lembranças comigo. Ele mencionou que numa touceira de açaí antes do manejo, *as palmeiras ficavam se trançando uma na outra*. Eu me apropriei dessa imagem para expressar minha aproximação ao

mundo da Ilha das Onças, enfatizando que apesar de estarmos em margens distintas – Belém e Ilha das Onças – somos conectados a um mesmo rio-baía do Guajará e consumimos com devoção a mesma bebida retirada do fruto das açazeiras.

É interessante mencionar que convivi com habitantes de uma mesma ilha – a Ilha das Onças – porém suas casas/açaizais, situadas em diferentes margens de rio apontavam-me nuances características. Com o passar do tempo me dei conta que cada margem remete a uma localidade, somando um total de treze, nomeadas pelos rios, furos e igarapés. Vivenciar essa diversidade de cursos d’água me fez experimentar um trançado entre águas, beiras e centros, internamente naquele espaço insular.

1.1 Como cheguei ao corpo e ao lugar: o tema e o *locus* da pesquisa

Em minha dissertação, apresentada no ano de 2011, a observação do cotidiano dos moradores da Ilha do Maracujá aproximou-me do tema do corpo e de suas práticas diversas de conformação no/do ambiente. Naquela ocasião, mencionei que os corpos dos interlocutores emergiam na relação entre as margens insular/rural e continental/urbana, como grandes articuladores dessa relacionalidade, principalmente por intermédio da destreza com que aquelas pessoas percorriam (e percorrem) diariamente os caminhos de várzeas, de águas e de terras firmes, por cima de barcos, margens, pontes e açazeiros. Lugares que vão sendo trilhados num jogo de equilíbrio expresso por meio de dinâmicas próprias da vida insular, e é assim que os corpos constroem seu pertencimento a esses lugares, de um modo, acima de tudo, vibrante.

Ao praticar as paisagens por meio dos fazeres cotidianos, os corpos ligam-se a todos os elementos do ambiente como numa tessitura em que, ora eles mesmos tecem e ora eles são tecidos, de modo que é por meio de um conjunto de técnicas corporais (MAUSS, 2003), conjugadas na emergência de fronteiras e fluxos diversos, que os moradores constituem seu pertencimento ao lugar, ao mesmo tempo em que aponta para uma totalidade¹³ que deve ser considerada.

Iniciei minhas reflexões a partir das considerações de alguns teóricos acerca do corpo, a exemplo da forma como os moradores se utilizam de seus corpos, ou “sabem servir-se” deles, ao que Mauss (2003) chamou de “técnicas corporais”. A noção de “táticas corporais”, elaborada por Certeau (2008), enquanto práticas capazes de responder de modo ágil e flexível as necessidades que porventura se apresentam. Barba e Savarese (1995), com seus estudos sobre

¹³ Relaciono aqui a expressão totalidade antropológica de que fala Edgar Morin (1975, p. 200).

“o abandono do equilíbrio cotidiano em favor de um equilíbrio ‘precário’ ou extracotidiano¹⁴”, tem por objetivo provocar no corpo do ator dançarino um “estar vivo”, uma presença vibrante no palco.

Identifiquei esse “equilíbrio precário ou extracotidiano” no próprio dia a dia dos moradores da Ilha, ao pisarem recorrentemente em solos de várzea; navegarem em barcos que balançam ao sabor dos ventos e das intempéries das marés e caminharem em pontes estreitas feitas com o caule da açazeira, fino e, ao mesmo tempo, resistente. Tudo isso chamei de superfícies vacilantes, possibilitando práticas diárias que produzem um corpo tensionado e, por isso, mais atento aos seus modos de envolvimento com o lugar.

Fui um pouco mais longe para compreender que não era o corpo-objeto a representação que estava buscando, e sim um corpo indissociado da totalidade do ser, pois na visão de Merleau-Ponty (1971) é o corpo que conhece e produz conhecimento, ou ainda, é o corpo que aprende e compreende o estar no mundo. Portanto, trata-se do mesmo corpo que, no dizer de Csordas (2008), é a “base existencial da cultura”.

A perspectiva metafórica de Eidorfe Moreira (1966), quando se refere à Belém e sua “guirlanda de ilhas”, continua a guiar o meu olhar sobre aquele universo, quando busco compreender a cidade onde moro para além de suas margens, o que me motivou em agosto de 2011 a aceitar a experiência como docente na Ilha das Onças, que se estendeu até março de 2015. Nesse período, continuei minhas observações e vivenciei novamente as relações entre a metrópole e as ilhas, inicialmente como professora e, depois, apenas como pesquisadora.

A Ilha do Maracujá e a Ilha das Onças, tão próximas de Belém, fazem parte da mesma “guirlanda”, mas ocupam diferentes posições geográficas e têm vínculos administrativos com municípios distintos – Acará e Barcarena, respectivamente. Entretanto, todas as ilhas que circundam “a metrópole amazônica” sabidamente “vivem em função da capital” (KLAUTAU DE ARAÚJO, 1995) porque voltadas ao abastecimento do mesmo centro urbano: Belém.

Para Moreira (1966), tal “guirlanda” distribui-se em três grupos: primeiro, o grupo das ilhas que defrontam a cidade – consideradas como a moldura geográfica de Belém – é aqui que está incluída a Ilha das Onças. O segundo grupo se refere às ilhas que margeiam a cidade e, por fim, o terceiro grupo aponta para as ilhas que estão localizadas no rio Guamá, onde situa-se a Ilha do Maracujá.

¹⁴ Extracotidiano no sentido de ser fora do cotidiano, o ator sendo colocado fora do equilíbrio cotidiano, sendo que o que os autores denominam de extracotidiano, eu encontrei como parte do cotidiano nas ilhas próximas de Belém (BARBA; SAVARESE, 1995).

Chego a pensar que minha motivação em estudá-las reside nessa proximidade entre esses polos, o urbano e o rural, o que alimenta antigos sonhos de poder estar entre ambos os mundos, o “mato” e a cidade, submersa no silêncio, recolhimento, no ser “inteiro” e, simultaneamente, no barulho da expansão da cidade, do ser fragmentado que vem junto ao contato acolhedor da troca, no burburinho das feiras, tudo isso a uma distância de aproximadamente 6,8 km de água.

Iniciei meu contato com a Ilha das Onças ao ingressar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Laurival Cunha, como professora de Filosofia para o Ensino Médio, no segundo semestre do ano de 2011, assim que soube da oportunidade de lecionar no lugar por meio de um amigo, professor de Sociologia lotado nessa escola, cuja carga horária de Filosofia estava disponível. Imediatamente, entrei em contato com a escola e rumei para lá no intuito de garantir a oportunidade de continuar a observar/pesquisar as ilhas do entorno de Belém.

Apesar da distância entre Belém e a referida ilha ser pequena, de 20 a 40 minutos de barco, não é tarefa muito fácil conseguir professores para ministrar aulas na escola, pois, muitos consideram a travessia perigosa, sendo realizada por embarcações que não oferecem segurança. Somado aos problemas estruturais das escolas naquele contexto, dentre eles, a escassez de água potável, situações que acabam afastando os profissionais capazes de desenvolver seus trabalhos na Ilha.



Esse registro foi feito de dentro de um barco vindo pelo Furo do Nazário¹⁵, quase chegando à Baía do Guajará, pronto para aportar na Escola Laurival Cunha, situada nessa confluência. Vê-se a maré cheia e um pequeno aglomerado de barcos que estão ancorados no porto da escola, aguardando para levar os estudantes de volta as suas casas. É possível ver ao fundo, um aglomerado de prédios na outra margem, evidenciando a proximidade com a cidade de Belém, quase que numa linha reta, nessa outra margem, está a Feira do Ver-o-Peso¹⁶.

Apesar de ser uma escola municipal vinculada ao município de Barcarena, a forte ligação com a cidade de Belém está presente de várias formas, uma delas é que a maioria de professores e funcionários, aprovados por concurso para atuarem na instituição, são moradores da capital, o que justifica o trânsito diário no sentido Belém – Ilha das Onças – Belém. Outro exemplo, é o momento em que o Ensino Médio começou a funcionar em 2004 para atender a significativa demanda local, quando foi realizado um convênio com a Secretaria Estadual de

¹⁵ Furo é um curso de água que estabelece comunicação entre dois rios ou entre um rio e uma baía, como nesse caso. O Furo do Nazário é uma via de acesso entre o Rio Piramanha e a Baía do Guajará.

¹⁶ Em 1688 surgiu o Porto do Piri, depois chamado “lugar de haver o peso”, que posteriormente transformou-se numa enorme feira a céu aberto chamada “Ver-o-Peso”, “nome que a tradição oral há mais de trezentos anos soube preservar”. Disponível em: <http://www.ufpa.br/cma/verosite/historico.html>. Acesso em: 14 fev. 2019.

Educação (SEDUC), juntamente com a Escola Estadual de Ensino Médio José Maria Machado, situada no município de Barcarena, a quem coube disponibilizar os professores inicialmente.

Porém, no ano de 2010 esse convênio foi transferido para uma escola situada em Belém, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rui Barbosa, localizada no bairro da Cidade Velha, estrategicamente próxima das margens da baía, o que facilita o embarque/desembarque para a Ilha das Onças. A partir daí, o Ensino Médio na Ilha das Onças passou a funcionar oficialmente como um “Anexo” da Escola Rui Barbosa, e esse convênio continua a vigorar até o presente momento.

Quero evidenciar a partir dessas informações que há um fluxo constante entre as margens rural e urbana; um *continuum* que se mantém ao longo da história de ocupação da Ilha de várias formas, agora, por meio do funcionamento de serviços considerados essenciais, como é o caso, recentemente, do acesso ao Ensino Médio. Essa menção é importante porque todos os interlocutores neste trabalho de pesquisa foram meus alunos no “recém” implantado Ensino Médio, tratando-se de uma experiência nova para os moradores da Ilha, a possibilidade de um número crescente de pessoas cursarem o Ensino Médio, sendo que a maioria dos estudantes é coletora de açaí para comercialização.

A Ilha também tem um Posto de Saúde que funciona ao lado da Escola, e os funcionários do posto são da margem urbana. Existem barcos que fazem o traslado diário dos funcionários do posto e da escola a partir de horários e locais pré-fixados. No caso da Escola, o barco que sai da Ilha das Onças em direção à Belém soma um total de seis viagens diárias para garantir o funcionamento dos três turnos: manhã, tarde e noite, em vigência na escola. Porém, na margem urbana, o local de embarque e desembarque ainda é um problema, evidenciando uma contradição: apesar de ser quase uma ilha, a cidade de Belém dispõe de poucos portos ou trapiches, ou quaisquer espaços públicos capazes de receberem dignamente tripulantes de embarcações oriundas das ilhas.

O barco, contratado para transladar os funcionários da margem urbana até a Ilha das Onças, ancora nas imediações do Ver-o-Peso, no “Porto do Foca” como é conhecido popularmente. Apesar de estar localizado em espaço público, trata-se de um porto particular, o que também é uma contradição, ou melhor, uma irregularidade, e funciona em horário comercial das sete horas da manhã até às dezoito horas da noite. Portanto, o desembarque de funcionários e professores do turno da noite que ocorre por volta das 21h30, é realizado no local conhecido popularmente como “Escadinha do Cais do Porto”, que faz parte da praça Pedro Teixeira, localizada entre a Estação das Docas e os galpões da Companhia das Docas do Pará-CDP.

A “Escadinha” é uma passagem centenária, construída junto ao muro de arrimo que sustenta toda aquela área, por ser uma construção muito antiga e gasta – há o risco de desabamento, além de exalar o mau cheiro de urina e fezes, e também o risco de assaltos –, é imprópria para uso, porém, continua hoje utilizada para embarque e desembarque nas águas da Baía pelos moradores das ilhas e é lá que desembarcam professores e funcionários da Escola Laurival Cunha todas às noites letivas.

Numa visão mais ampla, os portos situados na área metropolitana marginal da cidade são lugares onde o “rural” e o “urbano” se misturam expandindo complexidades, tal e qual na ideia de bacia semântica, conforme pensada por Durand (1994; 2004, p. 98), que aqui se dá por uma convergência de fluxos, vindos de pontos diversos, insulares ou não, geradores de imagens, expressões, significados, conceitos e pontos de vista, que compõem o universo daqueles que transladam o rio e praticam suas margens, ora insular-rural, ora continental-urbana, e que não raro passa despercebido por aqueles que praticam a cidade para longe de suas margens, como diz a antropóloga Carmem Rodrigues (2008, p.78, grifos da autora):

Quem chega à Belém por via rodoviária não vê a *cidade ribeirinha* e quem mora em Belém e nunca visitou a orla, não faz ideia do mundo que aí pulsa em movimento constante, dorme e acorda, num vaivém ininterrupto de canoas e barcos, nos diversos portos em atividade.

Numa visão mais localizada, é perceptível que existem notáveis diferenças entre os portos, a começar pelo acesso a eles que pode ser público ou particular, por exemplo. O Porto do Açaí é público funcionando também como feira de compra e venda ininterrupta do açaí, é um porto sempre aberto. Quanto ao Porto do Foca, é privado apesar de, como já disse, funcionar em espaço público e o seu funcionamento ser restrito ao embarque/desembarque de pessoas.

A cidade de Belém tem uma dimensão insular que é “o seu pedaço maior” (KLAUTAU DE ARAÚJO, 1995), mas os portos disponíveis em suas margens parecem não refletir essa dimensão e oferecem muitas leituras sobre a relação da cidade com esses espaços, e deles entre si. A relativa proximidade de algumas ilhas a determinados portos, marcam a utilização destes pelas pessoas. Ou seja, são realidades disponíveis para quem pratica esses lugares, e é sabido que os moradores da Ilha do Combu acessam mais o Porto da Palha, enquanto os moradores da Ilha do Maracujá acessam o Porto do Açaí, o que significa dizer também que os bairros onde estão localizados esses portos, bairro da Cremação e do Jurunas, respectivamente, são “afetados” por essas populações e vice-versa.

Quero dizer com isso que os portos são lugares praticados, cujas disposições geográficas, aliadas às formas de praticá-los, imprimem diferenças consideráveis entre eles. No

caso do Porto “do Foca”, não é diferente, pois se trata de um ancoradouro privado com vinculações a uma empresa de navegação que atende demandas diárias, principalmente, para o município de Barcarena, localizado numa área denominada anteriormente de Praça do Pescador e que corresponde, hoje, ao estacionamento da Feira do Ver-o-Peso.

O termo improvisação cai bem para definir o porto em questão, formado a partir de um assoalho de madeira rodeada por um gradil e coberto com material plástico que abriga uma cabine de venda de passagens e alguns bancos de madeira disponíveis nas laterais. Uma rampa de ferro inclinada liga o assoalho de madeira a uma superfície de ferro flutuante, onde os barcos ficam atracados. Visto ao longo do rio, o porto mais parece uma armação de brinquedo sendo comum as interdições que, seguidas de pequenos reparos, garantem minimamente o funcionamento daquele espaço.





Os moradores da Ilha das Onças relatam que suas embarcações não podem atracar no Porto do Foca, a não ser para embarque e desembarque rápido, de modo a não prejudicar o serviço particular que utiliza espaço público, como é possível ver nos registros fotográficos. O tamanho das embarcações da empresa não deixa espaço para outras embarcações atracarem, a não ser nos intervalos de horários, fora isso, eles só podem atracar rapidamente, pois não têm permissão para tal atividade.

O desembarque da produção de açaí é feito direto na Feira do Açaí ou no Porto do Açaí, ambos situados em lugares diferentes. A Feira do Açaí situa-se às proximidades da Feira do Ver-o-Peso, enquanto que o Porto do Açaí situa-se no bairro do Jurunas. Na Feira do Açaí não existe um porto, então, o açaí é desembarcado na “beira”. Cada um desses locais tem características próprias para atender demandas específicas de acordo com os moradores da Ilha, o Porto do Açaí tem os melhores preços para os vendedores e compradores mais exigentes, enquanto que na Feira do Açaí, para o vendedor, o preço não é dos melhores.

Entretanto, na Feira do Açaí também há fregueses exigentes, assim me relatou seu Vitor Medeiros, pai de Ana Júlia, a primeira aluna-interlocutora a me receber em sua casa na Ilha das Onças. Ele vende seu produto há muitos anos para o mesmo comprador, as quartas-feiras e sábados, na Feira do Açaí. Segundo seu Vitor, o comprador de seu produto tem terras na Ilha do Marajó, mas gosta do açaí da Ilha das Onças.

Apesar do Porto do Açaí ser um espaço público, sua localização às margens do Rio Guamá, não é viável para todos os moradores da Ilha, apenas aos que moram em uma de suas extremidades. Já o Porto do Foca, apesar de sua localização ser mais apropriada aos moradores, por ser um espaço privado, privilegia seus usuários, que fazem o trajeto diário entre Belém – Barcarena, com o objetivo de trabalho, restando para a maioria dos moradores da Ilha, o acesso liberado da Feira do Açaí e suas imediações, no entanto, porto público ali não existe.

Todos esses lugares praticados refletem aspectos de uma relação diária intensa entre as margens, os portos e as beiras, onde os moradores e frequentadores das ilhas embarcam e desembarcam, inclusive eu, pesquisadora, que diariamente me desloco até a Ilha pela manhã e retorno para Belém no final da tarde, e por ali também encontro moradores que se deslocam de maneira inversa; essa movimentação de uma maneira ou de outra, compõe o aspecto importante do *locus* da pesquisa.

Os moradores que encontro no Porto do Foca são aqueles que pedem carona nos dois barcos que vem da Ilha buscar os funcionários da Escola e do Posto de Saúde. Conheci alguns deles durante as travessias no barco, trocamos sorrisos, olhares e cumprimentos, às vezes, até conversamos quando o tempo permitia, pois, tanto nós que estávamos indo para a ilha quanto eles que estavam vindo para Belém, cumpríamos horários.

O que fazem aqui diz muito da forma como vivem lá, alguns vêm estudar desde o Ensino Regular até cursos profissionalizantes, destacando-se o curso técnico de Enfermagem, outros vêm para atendimentos médicos especializados ou para cumprir horário de trabalho. Fazer compras também é muito comum, desde o vestuário, gêneros alimentícios, principalmente, as carnes bovina, o frango, a farinha e até o peixe. Existem também as visitas aos parentes que

incluem, às vezes, temporadas mais longas, enfim, há um fluxo diário da Ilha para Belém, as margens mais acessadas são o Ver-O-Peso, a Feira do Açaí, o Porto do Açaí, o Distrito de Icoaraci, e o município de Barcarena.

Sobre a minha lotação na Escola Laurival Cunha como professora, recebi todas as turmas do ensino médio, do primeiro ao terceiro ano distribuídos nos horários da tarde e noite, tanto no Ensino Regular quanto na modalidade correspondente ao antigo supletivo, que hoje é chamada Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujas turmas são sempre maiores do que as do Ensino Regular. É interessante destacar aqui que não raro dei aula para os jovens à tarde e aos seus pais no horário da noite, como é o caso do jovem Leandro e sua mãe, dona Ivaneide, que durante a pesquisa tornaram-se meus interlocutores, sendo que ambos foram meus alunos.

Para garantir os dois turnos atravessava para a Ilha ao meio dia e retornava a Belém às 21h30. Vale lembrar que a disciplina Filosofia “era” obrigatória em todas as séries do Ensino Médio e seu conteúdo correspondia a cinco questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamental para garantir o ingresso dos estudantes das escolas públicas nas universidades públicas por meio do sistema de cotas.

Antes disso, as vagas das universidades públicas, notadamente as melhores, eram ocupadas majoritariamente por alunos egressos de escolas particulares – digo que “era” porque no momento em que escrevo este trabalho há um golpe de Estado em curso, portanto, nessa ocasião, as instituições públicas estão sendo reconfiguradas correndo o risco de serem privatizadas.

Todas essas informações são importantes para que eu possa, finalmente, atravessar com o leitor pela Baía do Guajará rumo à Ilha das Onças e atracar no “porto” da Escola Laurival Cunha. O registro a seguir foi feito com a maré cheia: a frente da escola fica para o Furo do Nazário enquanto que uma de suas laterais está para a Baía do Guajará. Essa posição justifica para alguns o fato de que a Escola seja tão quente em um lugar tão ventilado, devido à posição em que foi construída.



Meu encantamento pela Ilha das Onças começou bem antes de chegar até lá, desde quando contemplava a baía da margem continental. Na travessia, eu me sentia ainda mais vulnerável à beleza daquele lugar, às águas da baía, aos caminhos de água em meio a uma floresta ainda densa e, quando lá cheguei, mesmo de dentro da sala de aula, me via absorta olhando através das janelas e portas, o rio-baía tão próximo com aquela floresta imponente, margeando uma paisagem fortemente esverdeada e aquosa. Longe, no horizonte, avistava a outra margem de prédios em miniatura.

A primeira impressão que tive dos/das estudantes da Ilha comparada à minha experiência como professora nas escolas de Belém veio por intermédio da percepção de um silêncio notório em sala de aula, contrastante com o barulho das escolas de margem urbana, que me fez pensar em certa timidez. Com o tempo fui percebendo que se tratava de observação, eu também estava sendo observada por aquelas pessoas.

Aquelas pessoas apresentaram-me uma forma menos barulhenta de se comportar em classe e, isso, está perfeitamente de acordo com as sonoridades presentes no lugar, bem como as formas que o silêncio assume no local. Ainda não estava habituada e, por isso, tal fato chamou minha atenção. Senti-me mais respeitada do que nas salas de aula da margem urbana, ao mesmo tempo em que pensava que poderia ser passividade, porque obedeciam imediatamente aos comandos e, quando solicitados por meio das leituras e exercícios em grupo, também interagiam no diálogo, tímidos, mas presentes.

Nesse período que passei na escola tive alunos e alunas bastante aplicados no que diz respeito à escrita, a leitura e a compreensão de textos e com uma relativa compreensão sobre a disciplina ministrada. Justificava em parte esse interesse maior pelo estudo devido ao modo de vida mais pacata que levavam, sem a presença intermitente da programação da televisão, mas como não fui adiante em comprovar essas hipóteses, seria prematuro afirmar algo mais sobre isso. Porém, havia uma receptividade maior por parte dos alunos tanto à presença da professora em sala quanto ao interesse pelos conteúdos ministrados.

Esses aspectos me fizeram encorajá-los diariamente durante minhas aulas a prestarem o vestibular e a continuarem os estudos no Ensino Superior, devo dizer que o interesse por ingressar em uma universidade era tão pequeno que não lembro em uma sala de aula, dez alunos levantarem a mão quando eu perguntava quantos queriam cursar o Ensino Superior, a maioria dizia só querer concluir o Ensino Médio.

Outro ponto que atentei diz respeito ao interesse das alunas e dos alunos do Ensino Médio pela disciplina Educação Física, porque quando havia aula dessa disciplina, dificilmente retornavam em maioria para a sala de aula, ou quando retornavam estavam suados e felizes. É

comum nas escolas da margem urbana, sobretudo em turmas de Ensino Fundamental, o interesse pela Educação Física, porém, na ilha, esse era um ponto diferencial, as/os estudantes do Ensino Médio valorizavam a disciplina tanto quanto pessoas do fundamental: rapazes e moças jogavam futebol, vôlei e queimada num pequeno espaço improvisado e bem à margem da baía quando a maré estava seca.

Tudo isso me levava a pensar que movimentar o corpo constituía algo mais interessante do que ficar sentado lendo ou escrevendo, pelo modo de vida ativa que levavam na Ilha. Por isso, fazia sentido para mim que se interessassem em demasia por disciplinas, como Educação Física. Ainda assim tivemos momentos muito proveitosos, como exemplo, quando para falarmos de ciência, assistimos juntos ao filme *O Óleo de Lorenzo*, ou quando levei alguns mitos da Grécia para lermos em sala de aula.

Se por um lado ingressar na escola fazia parte do meu projeto de continuar a pesquisa sobre populações que habitam a região insular de Belém, de outro, ir uma vez por semana à ilha e dar aula das 13h00 às 21h30, quase que sem pausa, não me deixava muito tempo para observar além da sala de aula.

Havia o compromisso de repassar o conteúdo de uma disciplina como Filosofia, com uma carga horária tão reduzida e, concomitante, despertar nos alunos o interesse pelo Curso Superior e pela aprovação no vestibular, de modo que começassem a preencher as vagas garantidas pelo sistema de cotas, sabendo que na ilha o número de moradores que consegue chegar até o Curso Superior ainda é insignificante.

Em sala, comecei a saber um pouco mais sobre suas vidas fora da escola. Soube que a maioria deles apanhava o açaí, e que iniciavam essa prática ainda na infância. Aprendi que o açaí era “tirado” de manhã bem cedo antes de virem para a escola - alguns dizem “tirar” e outros “apanhar”. Certa vez, inclusive, um aluno justificou assim a questão: “aqui ninguém ‘apanha’, aqui a gente ‘tira’ o açaí”, mais tarde, durante a pesquisa, conheci outros modos de falar sobre a coleta, como exemplo, “arriá”¹⁷ ou “baixá uns cachos”. Entre os alunos mais velhos, do turno da noite, a maioria com família já constituída, era ainda mais comum ouvi-los comentar sobre as “rasas” de açaí que haviam “tirado”, ou “apanhado” durante o dia, o que justificava o sono na hora da aula.

Certo dia, solicitei às alunas e aos alunos que colocassem na primeira frequência do ano, junto às suas assinaturas, o nome do rio onde moravam. Foi quando me dei conta de uma lista de nomes de rios muito variada, apenas para se ter uma ideia havia: Igarapé Bota, Igarapé

¹⁷ Arriá e baixar são expressões êmicas no sentido de coletar, apanhar, tirar o açaí.

Cavado, Furo Laranjeira, Rio Piramanha, Rio Araraquara, Furo Grande, Rio Tracuateua, Igarapé Madre Deus, Rio Tauerá, entre outros. Havia, também, estudantes de outras ilhas, como exemplo: Ilha da Mucura, Ilha dos Macacos, Ilhinha e Arapiranga, revelando um lugar bastante entrecortada pelas águas, muito diferente da Ilha do Maracujá, e daquilo que havia imaginado. Minha imersão naquela realidade começa por intermédio do diálogo, mediado pela experiência didático-pedagógica, em sala de aula.

Todas essas experiências foram construindo meu olhar sobre a Ilha, mesmo antes de percorrê-la, coisa que só fiz mais tarde, no ano de 2014, quando a escola foi incluída no projeto de cunho nacional, intitulado *Inventar com a diferença*, e que exigiu de mim e do professor de Sociologia um passeio pela realidade de estudantes que eram moradores do Furo do Nazário. Então, posso dizer que iniciei minhas observações de dentro da sala de aula, daí comecei a dar forma para um projeto de conhecer as alunas e os alunos para além da escola, no cotidiano de suas habitações, no trânsito de rios e furos e, principalmente, no mato, coletando o açaí.

Nesse sentido, a minha aproximação com a ilha e a população local foi se estabelecendo devagar: inicialmente pelo Porto do Foca; em seguida, fluindo pela baía e atracando na Escola; depois, ao receber os alunos em sala de aula e observá-los e, obviamente, sendo observada por eles. Ainda nesse período como professora, tomei conhecimento de que havia uma observação mais detida das alunas e dos alunos em relação à mim – e acredito que a maioria dos professores novatos – que consistia numa espécie de avaliação por parte deles e contava com o apoio da então diretora da escola, nascida e criada na Ilha, professora Socorro Moura.

Éramos avaliados sobre o nosso desempenho em classe, tanto no que dizia respeito ao repasse do conteúdo quanto ao tratamento dispensado às alunas e aos alunos, porque sendo a maioria dos professores vindos da margem urbana, havia a expectativa sobre como trataríamos as/os estudantes, porque, apesar de nunca me ter sido relatado abertamente, pairava uma insegurança entre as alunas e os alunos sobre se seriam tratados com respeito ou com discriminação pela gente “da cidade” devido morarem “no interior”.

Com o tempo percebi que havia sempre entre as alunas e os alunos um comportamento defensivo em relação aos professores de margem urbana, como se pairasse uma ameaça de serem tratados como preguiçosos, ignorantes e incompetentes, por morarem em área rural. Conforme me disse Ariel Lima Teixeira (18 anos), ex-aluno e interlocutor na pesquisa:

Ariel: – Eu queria tipo assim, que a senhora me dissesse assim, tipo assim, a pessoa já nasceu na ilha, nasce na ilha, mas porque tem muita gente que acha que a pessoa da ilha é tipo, assim, burro, né? Um bocado de coisa assim que a gente é, muitos acham, caboco besta da ilha, falam. Porque a gente moramo aqui, num tem luz elétrica, num tem rua, é alagado.

Terezinha: – É, mas eu não penso assim, eu penso que onde eu moro tem muito cimento e aqui tem floresta, eu já valorizo esse conhecimento que vocês têm aqui. É, e inda vim valorizá mais, depois que eu comecei a visitá as casas, aí eu me, eu fico assim, eu fico às vezes meio impressionada de vê a quantidade de conhecimento que vocês têm com o meio que vocês vivem, entende? Então, pelo que tu tá me falando o pessoal, mas é o pessoal da cidade?

Ariel: – Como assim?

Terezinha: – Que tu diz que acha isso!

Ariel: – Pode sê também, né? Muitos que são, tipo, assim, da alta sociedade.

Terezinha: – E o que é que tu achas disso?

Ariel: – O que eu acho disso?

Terezinha: – É, dessas pessoas que pensam essas coisas.

Ariel: – Eu acho, assim, que eles deveriam repensar sua opinião, né? Tem caboco da ilha que sabe de coisas que o da cidade num sabe, aí, o que o da cidade sabe, o da ilha num sabe. Cada um tem sua área de conhecimento, né? A gente num pode julgar só pelas aparências. Sabê como é que mexe num carro, sabê como é que anda numa moto. Aí nós já sabe como é que mexe num barco, numa rabeta. Aí, se vocês vierem pra cá, vocês vão sabê isso, a mesma coisa a gente indo pra lá, vamo sabê a mesma coisa que vocês sabem.

O diálogo com Ariel me lembrou de uma conversa que tive com dona Edna, na Ilha do Maracujá, sobre um de seus filhos, morador de Belém e que não gostava de visitar a família, pois dizia que não gostava da ilha porque para morar ali só sendo muito pobre. As fronteiras estão onde está o fluxo e as movimentações de pessoas são de todas as ordens. Ariel aponta para as fronteiras entre o rural e o urbano, entre ilha e continente, mas também e, principalmente, entre ricos e pobres, como desigualdades que isolam as pessoas, tornando-as, por vezes, invisíveis. Em sala de aula, na relação com os professores vindos da margem urbana, as fronteiras estão presentes, porém, só são perceptíveis para quem se vê no limite do isolamento que elas impõem.

A partir do contato estabelecido pela pesquisa através das escutas realizadas com meus interlocutores, que incluem estudantes e docentes da escola, nascidos e criados na Ilha, pude identificar que há um forte sentimento de que são considerados “inferiores” pelos “de fora”, pelos que moram na cidade, como se referem. A professora Socorro Moura falou-me que a implantação da Escola Laurival Cunha foi a realização de um sonho e, nesse sonho, os responsáveis pela sua construção e implantação almejavam que só houvessem professores que fossem moradores da ilha, o que ainda não é uma realidade, afinal são poucos os moradores que chegam até a universidade.

A proximidade entre Belém e sua “guirlanda de ilhas” é intrigante, porque a julgar pela proximidade geográfica deveriam existir ações afirmativas de inclusão dessas populações enquanto sujeitos de direitos, mas ao contrário, faltam serviços públicos essenciais, como: água potável, saneamento e energia elétrica, educação e saúde de qualidade, assim como os terminais de embarque/desembarque em Belém. É nesse sentido que entendo a “invisibilidade” a que

estão submetidas essas populações. Entendo que ela se faz presente na própria disposição arquitetônica da cidade de Belém, que foi construída de costas para suas margens fluviais, evidenciando um distanciamento do rio. Segundo Klautau de Araújo (1995, p. 8):

[...] Belém ignorou, pelas elites do planejamento, a sua natureza amazônica, que é ribeirinha, e foi perdendo, com a ocupação de sua orla, o elemento mais substantivo de sua paisagem e de sua economia – o rio – que conforma a moldura cênica da sua dimensão insular, o seu pedaço maior.

Compreendo, também, que há um movimento em curso de voltar-se para essas mesmas margens, aproximar-se do rio, que inclui um “dar-se conta” das ilhas e suas populações, mas se trata de um movimento recente, talvez, por isso, as ilhas próximas sejam ainda pouco estudadas na academia, que prefere estudar a sua ictiofauna e o açaí separados da sua gente e, mesmo assim, são trabalhos louváveis e tem me auxiliado na construção da pesquisa.

As questões aqui tratadas, reveladoras de limites entre o rural e o urbano, estão apoiadas na crença de que a vida rural é inferior ao tipo de vida na cidade e atualiza, de certo modo, a complexa relação entre colonizadores e colonizados, quando o sentimento dos cidadãos em ambiente rural assemelha-se ao sentimento dos colonizadores quando chegavam em terras estranhas. O mundo “globalizado” disponibiliza virtualmente informações de toda ordem, mas o acesso de fato, continua restrito aos que acumulam poder econômico, portanto, as fronteiras, nesse caso, parecem resistir, porém, muito mais do que imobilizar (HANNERZ, 1997) contribuem para alimentar o fluxo.

Ainda que a vida na ilha seja identificada com a ideia de “atraso” e a vida na cidade com a noção de “progresso”, fato é que áreas rurais, próximas de grandes metrópoles são alvo de interesse por parte da população urbana. A própria vida urbana desperta a valorização desses espaços e os moradores das ilhas, também sabem que, apesar de toda discriminação, moram em um lugar privilegiado e temem perder suas terras, por isso, não são muito amáveis com estranhos.

É importante mencionar que a “guirlanda de ilhas” imprime uma característica singular à Belém, mas sem modificar essas fronteiras sentidas e narradas pelos moradores, ao mesmo tempo é interessante pensar no vínculo entre esses espaços desde tempos imemoriais, e que até hoje, o enorme fluxo leva-as a serem consideradas uma extensão, de certa forma, como bairros de Belém. O que significa que não dá para falar nas ilhas sem falar de Belém, e vice-versa, por isso, se fala de uma Belém Insular. Para Klautau de Araújo (1995, p. 8):

[...] não há exagero em afirmar a partir de um mapeamento rigoroso, que passa de uma centena o número de ilhas e ilhotas adjacentes à cidade. Mas apenas 39 (segundo os

dados atuais da Codem) pertencem legalmente aos domínios de Belém, isto é, podem e devem ser incorporadas à administração municipal e fazer parte de sua política para o município. Ainda que reduzida para 39 (embora a maioria das demais viva em função da capital) que é o número pertencente legalmente aos domínios de Belém, as Ilhas representam o seu pedaço maior, (69% da superfície da cidade) indiscutivelmente também o mais rico e intencionalmente o mais esquecido.

Mas como falar dessa Belém Insular para uma Belém Continental que parece rejeitar a ruralidade, porque ainda busca afirmar sua urbanidade, negando a todo custo, as áreas rurais que a cercam, sem ao menos considerar que são essas áreas que abastecem de todas as formas as populações que a constituem em sua heterogeneidade (VELHO, 1994).

É claro que há uma continuidade entre esses espaços próximos, interligados e interdependentes, e isso já foi mencionado desde minha dissertação, entretanto, as fronteiras resistem, ou melhor, estão sempre sendo atualizadas porque ainda persiste a falsa ideia de que é possível emancipar-se da natureza, como um objetivo que deve ser alcançado a qualquer custo. Nesse sentido penso que é oportuno o que diz Morin (1975, p. 201) nesse trecho:

O desenvolvimento da cultura permitiu ao homem adaptar-se aos meios ambientes mais diversos e adaptá-los a si, extrair dos nichos ecológicos exteriores os recursos que lhe eram necessários, o que levou a pensar que a humanidade, cada vez mais senhora da natureza, se emancipara dela. [...] As sociedades históricas parecem libertar-se das sujeições do meio ambiente imediato, mas dependem, para seu abastecimento em subsistências, matérias-primas e produtos diversos, de outros ecossistemas e, conforme já dissemos, há aumento correlativo da independência e da dependência, isto é, da interdependência, entre a civilização e o ecossistema.

A ideia de emancipação também aparece em Ingold¹⁸ (2000, p. 61), quando ele se prepara para apresentar uma perspectiva mais abrangente da história “que contamos no ocidente sobre a exploração humana e eventual domesticação de animais”, e que é reveladora de “como os seres humanos se colocaram acima e tentaram trazer sob controle um mundo de natureza que inclui sua própria animalidade”, continua ele:

Nesta história, é criado um papel especial para essa categoria de seres humanos que ainda está para alcançar tal *emancipação* do mundo natural: conhecidos no passado como homens selvagens ou selvagens, agora são mais polidamente designados como caçadores e coletores. (tradução minha)

Considero que a citação crítica de Ingold (2000) expressa o quanto essa ideia de emancipação da natureza é presente e contribui, obviamente, para acirrar os limites entre o rural e o urbano, desqualificando aqueles que vivem mais diretamente no mundo rural. Aqui vejo

¹⁸ In this story, a special role is created for that category of human beings who have yet to achieve such emancipation from the natural world: known in the past as wild men or savages, they are now more politely designated as hunters and gatherers.

que a indagação de Ariel: “[...] mas porque tem muita gente que acha que a pessoa da ilha é tipo, assim, burro, né? Um bocado de coisa assim que a gente é, muitos acham”, não é uma indagação isolada, ela se insere como o resultado de um equívoco bem mais abrangente, que considera mesmo possível ao humano separar-se da “natureza”, concomitante à ideia de progresso e com isso ocorrem as discriminações, os preconceitos em relação aos moradores de área rurais e uma série de reações que alimentam fronteiras apesar de não impedirem fluxos.

Outro episódio marcante por diversos motivos e também revelador de fronteiras foi a experiência de participação juntamente com o professor Breno, da disciplina Sociologia, e os alunos do segundo ano, no projeto *Inventar com a diferença: Cinema e Direitos Humanos*, promovido pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), no primeiro semestre de 2014.

Trata-se de um projeto ainda em vigência que reúne cinema e educação junto às escolas públicas do território nacional, cujo objetivo é disponibilizar conhecimento do mundo através das ferramentas do audiovisual e de maneira integrativa, propondo a produção e a comunicação de um material audiovisual denominado de filme-carta. O projeto ‘persegue’ o molde de uma carta que comunica uma mensagem aos alunos da rede nacional de ensino público e ao público em geral.

O projeto vem garantindo a circulação dessa produção nas principais capitais do país. Em Belém fomos contatados pelo então responsável na execução da proposta local, o cinegrafista e sociólogo Gilberto Mendonça e conseguimos incluir a Escola Laurival Cunha junto a duas escolas da área metropolitana na sua primeira edição. Além do repasse da formação e acompanhamento relativos à produção audiovisual, voltada para a temática do cinema e dos Direitos Humanos.

As alunas e os alunos do segundo ano do Ensino Médio que aceitaram participar, ficaram maravilhados com a possibilidade de aprenderem sobre o audiovisual e principalmente vivenciarem o aprendizado para além dos limites da sala de aula. A formação aconteceu durante o horário das aulas de Filosofia e Sociologia que, apesar de realizada num curto espaço de tempo, foi suficiente para revelar o interesse dos alunos pela produção de imagens, algo que já faz parte de suas vidas, pois todos têm aparelho celular, produzem muitas imagens e frequentam redes sociais virtuais.

O processo de formação proporcionado pelo projeto abriu um campo vasto para pensarmos, refletirmos e compartilharmos sobre o hábito de produzir imagens, e sobre auto-imagem, pois a ideia era a escolha de um tema vinculado a direitos humanos que pudesse ser compartilhado com as outras escolas. O tema escolhido surgiu de um modo quase acidental, a

partir de uma situação que estava sendo vivenciada pelos estudantes naquele momento: um conflito com a rede de transporte fluvial que faz a linha Belém-Barcarena e que há muito tempo utilizava o rio Piramanha como atalho para encurtar as viagens em quase uma hora.

O rio Piramanha, é o curso d'água mais importante da ilha, seja porque constitui um canal que começa no Furo do Nazário, atravessa a ilha quase que ao meio, ramifica-se para todos os lados e desagua no rio Carnapijó, que banha a cidade de Barcarena, onde se concentra uma área industrial conhecida pelos conflitos ambientais¹⁹. Portanto o rio Piramanha é uma importante via de acesso que liga Belém a Barcarena, além disso, suas margens reúnem serviços de abastecimento, saúde e educação importantes para a Ilha das Onças, que o faz ser praticado diariamente pelos moradores.

O conflito entre a empresa de navegação e os moradores já existia há bastante tempo pelo descaso da empresa em atender as reivindicações da população local, que clamavam dos barqueiros uma velocidade menor que não provocasse marolas, principais responsáveis pela erosão das margens. Além disso, a velocidade acentuada coloca em risco pequenas embarcações que por ali trafegam ininterruptamente. Portanto, a revolta da população crescia frente ao descaso diante dos perigos eminentes relativos à questão socioambiental e a ausência de respostas por parte da Capitania dos Portos de Belém, ciente da situação por meio de documento, erigido pelos moradores da Ilha das Onças.

Todos esses aspectos levaram moradores das margens envolvidas a unirem-se numa mobilização conjunta, que resultou na interdição do Furo do Nazário, mediante a construção de uma barreira feita com troncos de madeira amarradas com cabos de aço para impedir que os barcos maiores trafegassem por ali. A interdição levou alguns canais de comunicação de Belém a produzirem matérias tendenciosas ofendendo os moradores da ilha, movidos pelo interesse de salvaguardar a empresa de navegação, sacrificando o cotidiano dos moradores.

Coincidentemente, no dia em que nos preparávamos para dar início a primeira oficina de imagem para/com os alunos, ligamos a televisão e o apresentador de um jornal local acusava os moradores da ilha de irresponsabilidade para com os usuários do transporte fluvial que precisavam circular entre Belém e Barcarena. Foi esse o mote que deu origem ao *filme-carta*

¹⁹ Vide estudos relacionados por Edna Castro e Edila Moura: *Mega projetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia*. Edna Ramos de Castro • Jondison Cardoso Rodrigues; Marcel Hazeu; Sara Alonso. In: *Série Desenvolvimento e Sustentabilidade*. Sociedade, Campo Social e Espaço Público. Edna Maria Ramos de Castro, Silvio Lima Figueiredo (org.). Belém. 2014. Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/18/1/Livro_%20SociedadeDesenvolvimentoSustentabilidade. Pdf. Acesso em 14 fev. 2019. MOURA, E. A. F.; MAIA, M.L. *A reorganização do espaço de trabalho e do espaço doméstico das famílias de Barcarena: os efeitos do projeto Albrás/Alunorte*. Belém: UFPa; NAEA; CNPQ, 1990.

elaborado, filmado e protagonizado pelos alunos a partir da apresentação de sua versão dos fatos ocorridos, com uma exposição dos motivos que responde às ofensas que os levaram a tomar tal decisão. Todas as falas do vídeo foram escritas e gravadas por eles.

Os registros mostrados a seguir foram produzidos pelos alunos do Ensino Fundamental e Médio que estavam ao mesmo tempo aprendendo, registrando e produzindo imagens fotográficas e em vídeo.









Para construirmos o material em vídeo foi custeada uma viagem de barco seguindo o roteiro criado. Além de ser a minha entrada pelos caminhos de águas da Ilha das Onças, esse foi o momento que me permitiu experimentar outras formas da demarcação dos limites entre o rural e o urbano. Registramos o local da interdição no Furo do Nazário e refizemos uma parte do trajeto dos barcos da empresa ao acompanhar o aluno Ariel Teixeira de sua casa até a escola.



O vídeo chegou a ser exibido na sala de audiovisual do Centro de Cultura e Turismo Sesc Ver-o-Peso²⁰, antigo Sesc Boulevard e, posteriormente, circulou pelo resto do país. Para nós, professores participantes, foi uma oportunidade de vivenciarmos a realidade dos nossos alunos. No meu caso, mesmo dando aulas na escola desde o ano de 2011, não havia adentrado à ilha para além da escola. Considero que essa foi, de certa forma, uma entrada no núcleo do

²⁰ Localizado no centro histórico de Belém do Pará, fazendo parte da instituição privada Serviço Social do Comércio (SESC). Inaugurado, em 2010, oferece ao público programações mensais e gratuitas de atividades nas diversas linguagens artísticas, como: fotografia, cinema, artes visuais, teatro, dança, literatura e música.

campo de pesquisa, momento em que pude conhecer uma ponte de madeira de quase dois mil metros, que margeia o Furo do Nazário, segue pelo Igarapé Madre Deus e alcança o Rio Tauerá. Ela é praticada diariamente por muitos alunos, facilitando o acesso dessas margens até a escola.

Em relação ao ato de interdição do Furo é sabido que os moradores aguardaram vinte anos por respostas às suas reivindicações até que decidissem agir mais drasticamente, mas o público que assistia aquele telejornal belenense não sabia disso. Então, a resposta dos alunos apresenta (e representa) a luta legítima de uma população atingida em seus direitos mais elementares, que não foi ouvida e, ao invés disso, foi acusada de irresponsabilidade pela margem oposta, metropolitana.

Em carta aberta escrita pelos estudantes e lida por dois deles – Ariel e Ana Júlia – durante a sequência de imagens que compõe o documentário, os alunos apresentam a sua perspectiva enquanto moradores de uma ilha que margeia no sentido oposto a mesma Baía que circunda a metrópole, recortei o trecho final em que a margem urbana é citada:

[...] muitas pessoas que atravessam este rio não têm consciência do que é morar na ilha, temos uma realidade diferente das pessoas da cidade, sofremos com a erosão da terra, maresias batendo contra os nossos barcos, ferindo as nossas lanchas ancoradas. Hoje em dia vivemos uma triste realidade e as pessoas nem se importam com a vida dos ribeirinhos, nem sabem as dificuldades que enfrentamos em nosso dia a dia, por exemplo, a dificuldade de transporte, de saúde, de educação de qualidade e saneamento básico são problemas que afetam diretamente nossas vidas nos dias a dias de hoje. Nosso futuro e trabalho estão se perdendo, já não se pode mais fazer o que fazíamos antes das erosões e do fluxo intenso das embarcações, por exemplo, a pesca dos peixes e também fica difícil com o transporte de pequenas embarcações, esta é a vida da gente. Ah, já ia me esquecendo, se você vir por aqui, não faça marola. Ei, também não jogue lixo no rio, pois essa é a água que usamos para tomar banho, lavar as roupas, beber, lavar louça e pescar. Enquanto vocês, aí do outro lado, criam janelas para o rio, do lado de cá, na nossa janela, esperamos ser vistos com mais respeito e como iguais.

Penso que a “invisibilidade” pode revestir-se [do verbo revestir: vestir-se com paramentos] com as águas turvas da baía, compreendo que, nesse caso, não é a distância pura e simples, mas a distância pelo rio que contribui, e muito, para ocultar populações e seus direitos, e conseqüentemente, para exotizá-los. Afinal, a exotização e a invisibilidade para mim estão ancoradas naquilo que DaMatta (1978, p. 3) chama de “distância social” e ao seu lado perverso, por assim dizer, como o autor deixa claro:

De fato, só se tem Antropologia Social, quando se tem de algum modo o exótico, e o exótico depende invariavelmente da distância social, e a distância social tem como componente a marginalidade (relativa ou absoluta), e a marginalidade se alimenta de um sentimento de segregação e a segregação implica em estar só e tudo desemboca – para comutar rapidamente essa longa cadeia – na liminaridade e no estranhamento.

A Ilha das Onças localiza-se a vinte minutos da Feira do Ver-o-Peso, o que significa dizer que muitos bairros de Belém estão mais distantes da Feira do que a Ilha, portanto, há uma distância social que liminariza essas pessoas muito mais do que o relógio pode medir quanto às distâncias a percorrer até o lugar. Entretanto, a proximidade existe e o fluxo é constante, pois é da margem urbana que me desloco para a Ilha diariamente, e é para a margem urbana que os moradores da Ilha se deslocam todos os dias.

A relação com o município de Barcarena também é de proximidade e mobiliza outros fluxos e fronteiras, esse é um dado que aproxima meu trabalho àquele de uma Antropologia Urbana. Há uma troca permanente de elementos e a heterogeneidade (VELHO, 1994) está presente em ambos mundos, o rural e o urbano. Só para exemplificar, recentemente em uma conversa telefônica via celular com a mãe de meu ex-aluno e interlocutor da pesquisa, Rodrigo Botelho, fiquei sabendo que foi admitido como funcionário de uma rede de supermercados da capital lotado no bairro do Jurunas, e que só tem coletado o açaí nos finais de semana. Esse tipo de trânsito é comum e precisa ser enfatizado.

A travessia para as Ilhas do Maracujá e das Onças foi vivenciada por mim, tanto como professora quanto como pesquisadora de maneira muito prazerosa, como uma pausa para respirar mais fundo e aliviar qualquer desconforto relativo à carga do trabalho e da responsabilidade que envolve uma pesquisa de campo. Ali, de dentro do barco, contemplando o rio e suas margens, sentia que os problemas se dissipavam e se adequavam ao balanço das águas da baía, o próprio barulho do motor interceptava qualquer conversa mais prolongada, então, para mim, a travessia é um lugar de contemplação.

Durante a travessia, senti-me, também, e não foram poucas às vezes, como que diante de uma ponte que liga mundos distantes, apesar do movimento. Estar no barco era como estar sobre uma ponte móvel, talvez possa dizer uma ponte subjetiva, pela possibilidade de me ver em deslocamento. Metáforas e realidade coladas, indissociadas, operando um distanciamento em relação à outra margem de mim mesma.

Essa lembrança me remete à descrição do Ofício do Etnólogo (DAMATTA, 1978, p. 4 - grifos do autor), como um deslocamento da subjetividade, que resulta em conhecimento:

[...] não seria exagero afirmar que a Antropologia é um mecanismo dos mais importantes para deslocar nossa própria subjetividade. E o problema, como assume Louis Dumont, entre outros, não parece propriamente ser o de estudar as castas da Índia para 'conhecê-las integralmente, tarefa impossível e que exigiria muito mais do que o intelecto, mas – isso sim – permitir dialogar com as formas hierárquicas que convivem conosco. É a admissão – romantismo e *anthropological blues* aparte – de que o homem não se enxerga sozinho. E que ele precisa do outro como seu espelho e seu guia.

Por isso, enxergo o desenho diário de um barco que vai e vem muitas vezes durante o dia, como uma ponte, *como uma extensão da nossa esfera volitiva no espaço* (SIMMEL, 1996^a, p. 11), ainda que seja uma extensão móvel, mas o fluxo constante desenha uma ponte. Não importa a direção do movimento, importa que o ir e vir cotidiano associa, junta, reúne e permite ver o que inicialmente era mero contraste, como faces de uma mesma moeda, ou aspectos de uma mesma realidade. Para Simmel (1996a), a ponte oferece ao olhar o mesmo suporte que oferece ao corpo para realizar a *praxis*, quer dizer, a ponte é, a um só tempo ação e contemplação, é *praxis* e estética, ambas atravessam meu olhar em direção ao cotidiano dos moradores, como uma dialética previamente escolhida.

Mas o barco-ponte também se assemelha à porta descrita por Simmel (1996a), a porta que fala e que expande a vida para além do físico, do visível. A porta que junta “o espaço do homem e tudo o que se encontra fora dele” (SIMMEL, 1996a, p. 12); a porta que torna sem efeito as linhas entre interior e exterior: ambas ponte e porta que, segundo Simmel (1996a), trazem as formas que regem o dinamismo próprio, pois na revelação da ponte encontro a possibilidade do homem de unificar a divisão do ser puramente natural e na revelação da porta, a possibilidade desse ser natural dividir a uniformidade contínua. São elas, portanto, que se apresentam no efeito que o traslado tem em mim, equilibrando as tensões, porque durante o trajeto sinto-me ser de ligação, como se meu vínculo se dissipasse, unindo diferenças pelo abrir e fechar, movimento da porta que mexe mundos. Há muito disso também no trabalho do pesquisador.

Assim, fui chegando devagar na casa de ex-alunos que aceitaram me receber e participar da pesquisa para esta tese: a primeira família que visitei como pesquisadora no ano de 2015 foi a da Ana Júlia Teles Medeiros (18 anos), irmã do José Armando Teles Medeiros (15 anos), ambos moradores do Furo do Nazário. Em seguida passei a visitar a família do Rodrigo Souza Botelho (21 anos), morador da “Beira da Costa”, o que significa dizer que são moradores às margens da Baía do Guajará. Depois veio a família de Ariel Lima Teixeira (18 anos), morador do Igarapé Madre de Deus.

Passei a visitar a família de Marcelly e Marcelo Fonseca Gomes (20 e 21 anos, respectivamente), moradores do rio Araraquara. Depois veio a família da Camila de Jesus (21 anos), no Furo Laranjeira. Visitei ainda, a família de Vinicius da Costa do Espírito Santo (17 anos), sobrinho da professora Ray, moradores do Furo Grande. E finalmente, a família de Leandro Ramalho de Lima (21 anos), no Furo do Fundinho, localizado no Rio Piramanha Alto.

De todos eles, apenas dois não foram meus alunos, Vinicius e Camila, que acessei por intermédio das redes que foram se formando a partir das visitas à escola e às casas aqui

relacionadas. Também realizei entrevistas com professores e funcionários da escola que são moradores da Ilha das Onças, a exemplo das professoras Raimunda Gouveia e Socorro Moura, bem como do professor Givanildo.

Apesar do título inicial do meu trabalho fazer referência às crianças e aos jovens “apanhadores de açaí”, justificada pela descrição de um aprendizado que começa na infância, tive pouco acesso às crianças nas suas moradias, e quando digo moradias estou incluindo o açazal nesse contexto doméstico. No início da pesquisa fiz contato com uma família, cujos filhos na faixa de quatro a doze anos de idade são todos coletores, entretanto, a mãe expressou para mim o receio de seus filhos perderem a bolsa-família, apesar de garantir que não era meu interesse abordar a coleta do açaí como “trabalho infantil”, isso me fez recuar um pouco e refletir sobre as dimensões éticas do meu estudo naquele contexto.

O que trouxe para o meu trabalho são as crianças que de um modo ou de outro, estavam presentes durante as minhas visitas e observações, são os irmãos mais novos ou parentes de meus interlocutores e interlocutoras, e/ou residentes às proximidades, entre eles, destaco na família de Rodrigo, as primas Yasmin, Ingrid, Sofia, além de Artur – que estava começando seu aprendizado no “mato” e na escola; na família de Camila, a prima Mikaeli; na família de Ana Júlia, a irmã caçula Carol e na família de Vinícius, os primos Luis Inácio e Rodolfo. Realizei também, algumas entrevistas abertas, bastante participativas, com as crianças matriculadas na Escola Laurival Cunha, fundamentais para ampliar o meu olhar sobre a realidade em questão.

Considero nesta pesquisa a forte ligação das pessoas entrevistadas com suas famílias como uma característica marcante, o que me levou a incluí-las nas observações e entrevistas. Para dar uma ideia dessa relação exemplifico com um dado que se repetiu na maioria das casas que visitei: a condição de todos para agendar minha visita é que os pais, ou pelo menos a mãe, deveria estar em casa. Se por um acaso a mãe tivesse um compromisso a visita era remarcada posteriormente com a presença de um deles.

É interessante mencionar também que tanto os pais quanto as mães exercem ou já exerceram a tarefa da coleta do açaí. Nesse sentido, os filhos aprenderam com eles e, em algumas visitas, ambos demonstravam para mim as formas como se coleta o fruto, enfatizando as semelhanças no modo como escala(va)m a palmeira em relação aos filhos. Surgem nessas narrativas, as memórias da infância, as primeiras idas ao “mato”, as primeiras subidas e coletas realizadas por eles. São memórias compartilhadas entre pais, mães, filhos e filhas, numa constante recriação do vivido que se atualiza no presente.

Apresentar como cheguei ao tema do corpo e ao *locus* da pesquisa é revelar que venho entendendo esse *locus* como um corpo expandido que pode ser compreendido como um *corpo-paisagem*. Parafraseando Escobar (2005) e ao mesmo tempo apoiando-me nas suas ideias, busco evidenciar o lugar do corpo das pessoas coletoras no corpo do lugar-ilha, por observar de antemão que há um aspecto relacional, digo que corpos e lugares são indissociados, ao mesmo tempo, percebo que há um conjunto de lugares praticados por estas pessoas interlocutoras, como um *corpus* ampliado.

1.2 Quem me leva da *beira pro centro*

A relação dialógica com as pessoas que protagonizam a panha do açaí, neste trabalho, jovens em sua maioria, teve início nas salas de aula da Escola Laurival Cunha. São cinco interlocutores do sexo masculino e duas do sexo feminino, todos e todas frequentaram e/ou ainda frequentam as salas de aula da referida escola. Quatro foram meus alunos e já concluíram o Ensino Médio – Ariel, Rodrigo, Leandro e Marcely –; José Armando está cursando a quinta série do Ensino Fundamental e é irmão de minha ex-aluna Ana Júlia, sendo que Vinicius e Vânia, foram acessados pela rede construída a partir da escola – Vinicius está cursando o terceiro ano do Ensino Médio [ano de 2017] e Vânia está concluindo o Ensino Fundamental. Todas essas pessoas estão incluídas numa faixa etária que varia entre quatorze e trinte e três anos, chamo-os de “jovens em sua maioria” porque, à exceção de Vânia – que tem família constituída, reside ao lado da mãe e coleta o açaí na sua parte do terreno da família – todos e todas, moram com seus pais na condição de filhos e filhas e praticam junto destes a coleta e a comercialização do açaí, base econômica daquela sociedade. Nesse sentido, vivenciam em alguma medida um período de transição para o mundo adulto, onde deixarão de ser subordinados à autoridade dos pais e passarão a gerenciar suas próprias vidas, momento em que terão suas próprias famílias e passarão a morar em outra casa, geralmente ao lado da casa dos pais no mesmo terreno, visto que a terra se encarrega de manter a união das famílias.

O envolvimento nas atividades geradoras de renda, ligadas ao manejo de recursos naturais, começa desde cedo, durante a infância e na companhia dos pais, constituindo-se em um traço que caracteriza fortemente o meio rural (GAVÍRIA; MENASCHE, 2006, p. 72), entretanto, a proximidade com a metrópole da Amazônia (apenas vinte minutos de barco) e o trânsito constante, diário, altera essa configuração de muitas maneiras. Para se ter uma ideia, o “campo de possibilidades” dessa juventude engloba a cidade de Belém, reafirmando o *continuum* entre as realidades urbana e rural.

Não obstante conhecer os jovens e as jovens que moram nas ilhas próximas de Belém requer contextualizá-los(as) nesse deslocamento constante que ora aproxima ora distancia as margens insular e continental, imbricando ambas realidades, o que não pode nem deve ser ignorado, conforme apresenta Lucélia Ferreira (2017, p. 23) no seu estudo sobre jovens da Ilha de Cotijuba:

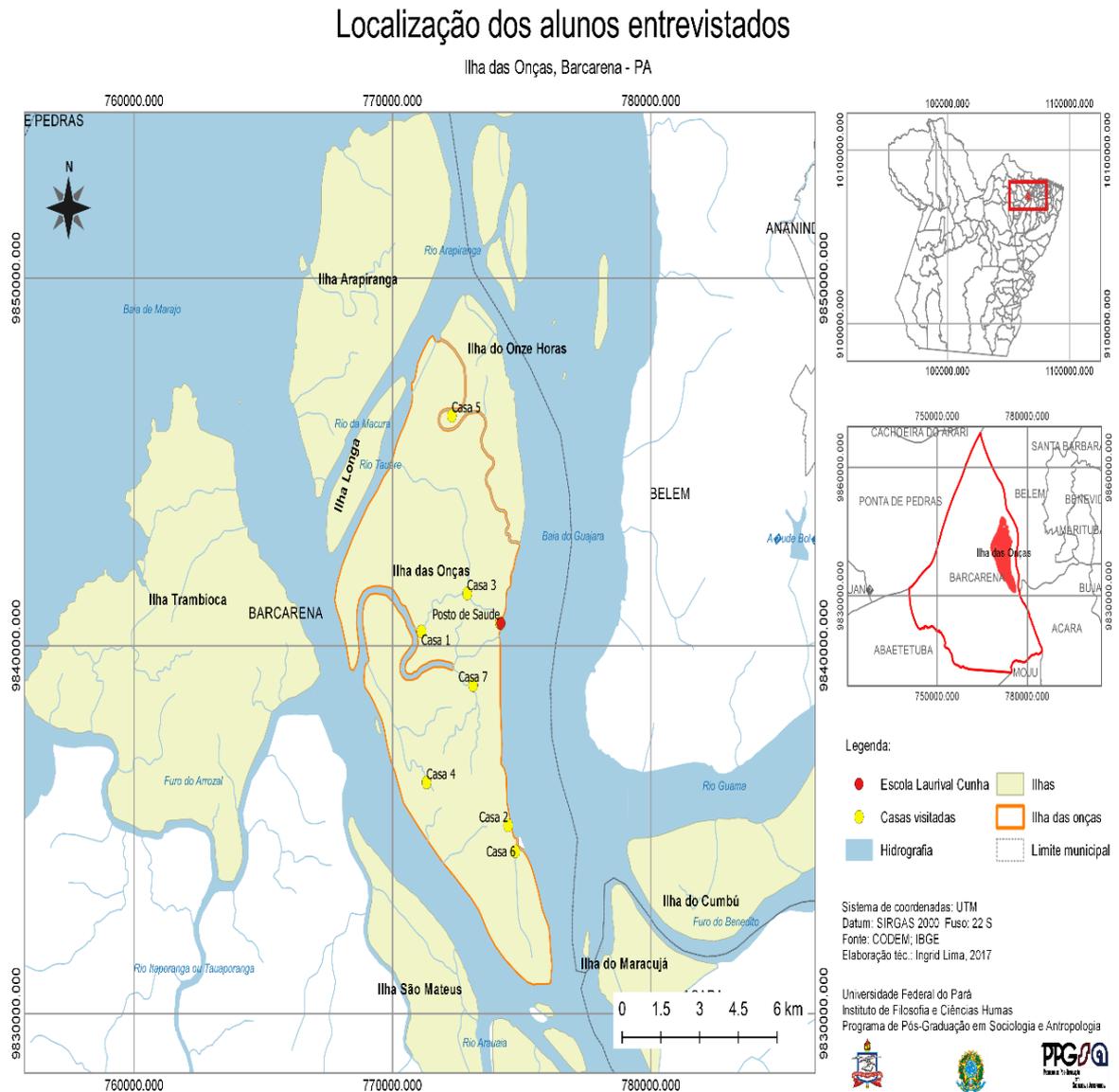
Assim, olhar a juventude que está, que vive na ilha de Cotijuba e que vive esse estreitamento de vivências entre os espaços rural e urbano através do movimento de ir e vir entre a ilha e a cidade de Belém, assim como a intensificação do contato com pessoas oriundas do espaço urbano ocasionado pelo fluxo turístico em direção à ilha, pode contribuir para o entendimento de quem é a juventude que, estando presente na cidade, nem sempre é percebida ou se percebe como parte desse contexto.

Na concepção de Gilberto Velho (2006, p. 192), a palavra juventude deve vir no plural, no sentido de “qualificá-la percebendo-a como uma categoria complexa e heterogênea, na busca de evitar simplificações e esquematismos”. Mesmo que o autor esteja se referindo aos jovens e as jovens de espaços urbanos, entendo que hoje é possível enxergar a heterogeneidade para além dos limites estabelecidos entre rural-urbano, nesse sentido, a Ilha das Onças não é menos complexa por estar localizada do outro lado do rio que circunda a Belém metrópole. As diferentes margens de rios que permitem o acesso a toda a extensão da Ilha, marcam pequenas sutilezas no agir de seus moradores, fazendo com que os jovens e as jovens sejam muitas vezes identificados pelo nome próprio acrescido do nome do rio onde moram.

As apresentações que faço dos interlocutores(as), seguem a mesma ordem de minha chegada em cada um dos rios onde estão localizadas as moradias dos jovens e das jovens apanhadores(as) de açaí. Assim, para auxiliar nesse intento exponho essa ordem por meio de um mapa da Ilha com os rios visitados e as moradias que aparecem marcadas pela indicação “Casa 1”, e assim por diante. Acrescentei observações e registros fotográficos obtidos em campo, compartilhando um certo jeito de olhar, o modo como eu os vejo, junto de suas famílias, em seus lugares praticados (CERTEAU, 2008), para que o/a leitor(a) acompanhe minha imersão no campo paisageiro (SANSOT, 1983) desta pesquisa.

Cada um e cada uma a seu modo, apresentam-se em seus hábeis corpos na panha do açaí, mas também fazem parte de um corpo familiar localizado porque insular. Cada corpo, familiar e individual ao mesmo tempo, participa do todo em uma relação sistêmica (BATESON, 2006; 2000), portanto, indissociada dos lugares praticados, onde convivem e interagem por meio de agências permeadas de significados, provenientes de interpretações, onde natureza e cultura são águas de um mesmo rio, apesar de possuírem nomações diversas.

Mapa 1– Localização dos alunos entrevistados



Fonte: elaborada pela autora a partir do Google Maps, 2019.

Casa 1 – Furo do Nazário: José Armando Teles Medeiros (apelido: Bobo).

Casa 2 – Beira da Costa – Rodrigo Costa Botelho.

Casa 3 – Igarapé Madre Deus – Ariel.

Casa 4 – Rio Araraquara – Marcelly.

Casa 5 – Furo Laranjeira – Vânia.

Casa 6 – Furo Grande – Vinicius.

Casa 7 – Rio Piramanha [Furo do Fundinho] – Leandro.

1. José Armando Teles Medeiros está com quinze anos cursando a quinta série do Ensino Fundamental [ano 2015] na Escola Laurival Cunha. Começou a tirar o açaí ainda criança, hoje, junto com o pai, é responsável pela coleta do açaí de todo o terreno pertencente a sua família, a primeira família que visitei na Ilha das Onças. Irmão de Ana Júlia Teles Medeiros, minha ex-aluna, foi por seu intermédio que nos conhecemos. A família é constituída pelo pai, seu José Vitor; pela mãe, dona Antônia da Conceição; e pelos quatro filhos, João, o mais velho, com vinte e um anos; Ana Júlia, então, com dezoito anos; José Armando, com quatorze; e Carol com dois anos de idade. Toda a família é nascida e criada na Ilha das Onças. Tanto a família da dona Antônia quanto a do seu Vitor sempre moraram no Furo do Nazário. Quando casaram foram morar no terreno da família de seu José Vitor.

Seu José Vitor tem mais quatro irmãos, cada um tem a sua parte no terreno que era do pai deles, o avô paterno de Ana Júlia, segundo ela, “todos vivem da extração do açaí, até os que moram em Belém vem aqui tirá o açaí e limpá o terreno”. A parte herdada é novamente dividida entre os membros das famílias que vão se constituindo. O terreno é arrendado há pelo menos três gerações, por isso, é considerado próprio.

A principal fonte de renda da família vem do açaí, sendo que cada um dos filhos e a esposa tem a sua “ponta” de açazal – que corresponde a subdivisão interna do terreno. Depois de coletado, o açaí é comercializado na Feira do Açaí, em Belém, Seu Vitor tem freguês fixo que vem toda semana do Marajó comprar açaí. No período da entressafra, comercializam o palmito e também coletam e comercializam talas de jupati²¹. O açazal também chamado de “centro” é extenso, Bobo não sabe dimensionar em números, fica relativamente próximo da casa, o que tornou possível a mim acompanhá-lo algumas vezes durante o horário da manhã, retornar para a escola no horário do almoço e de lá regressar junto com os professores para a margem urbana.

²¹ Uma palmeira cujo nome científico é *Raphia taedigera*, abundante nos terrenos de várzea, utilizada na construção de matapis, na confecção de gaiolas de passarinhos e de pipas e ainda no arcabouço da construção de casas de madeira e de barro





Seu Vitor valoriza a vida na Ilha e, em sua fala, é evidente os fortes laços de pertencimento que tem com o lugar: “porque aqui é melhor até pra gente criá os filho, criá perto da família, ensiná a trabalhá, ensiná a estudá, a gente tem um campinho pra jogá bola, em Belém, não”. Esses laços de pertencimento são transmitidos aos filhos e contrastam com a vida na margem urbana que é mostrada por ele como algo destituído de humanidade, evidenciado pela referência à violência, pela ênfase dada ao dinheiro, pois “na cidade tudo é comprado e aqui na ilha não”, entretanto, isso não significa dizer que não frequentem a cidade.

2. Rodrigo Souza Botelho é o jovem sentado no chão ao lado da rede, concluiu o ensino médio aos vinte anos [ano 2015], na Escola Laurival Cunha, é meu ex-aluno. O senhor que está deitado na rede ao lado é o seu pai, Ronaldo Botelho, atualmente com cinquenta e dois anos de idade. Rodrigo mora com a família que é constituída pelos pais, Ronaldo e Silvana, e por mais dois irmãos, Hellen e Ronaldo, sendo que Hellen mora em Abaetetuba com o marido. O pai, seu Ronaldo, nasceu e vive até hoje no mesmo local onde mora com a família que constituiu. Ao lado de sua casa estão as casas de seu avô paterno e de seus tios e tias. A mãe, dona Silvana, nasceu em Santarém, migrou para Belém, morou e estudou no bairro do Jurunas, onde conheceu a irmã de seu Ronaldo, tendo aceitado o convite dela para conhecer sua família do outro lado do rio, conheceu o futuro marido e, desde então, passou a morar na Ilha das Onças. Já foi professora, tendo alfabetizado muitas crianças na Ilha. Hoje auxilia na renda da família vendendo cosméticos a domicílio, utilizando, para isso, uma canoa a remo, e ainda cuida da alimentação da família. A renda principal da família é o açaí, Rodrigo auxilia o pai na coleta e o irmão mais novo, Ronaldo, que está começando a coletar também.

O terreno em que moram foi adquirido por arrendamento há pelo menos duas gerações, a parte que corresponde ao açazal da família de Rodrigo não é tão próxima de sua casa. Eu acompanhei o Rodrigo em coletas mais próximas da beira do rio onde fica localizada sua casa. Além de auxiliar o pai na coleta, Rodrigo também é barqueiro, pilota o barco Comandante Farias, sendo responsável pelo transporte de estudantes moradores daquele perímetro até a Escola Laurival e de volta para suas residências. A coleta é feita a partir das quatro horas da manhã, pois, às seis, ele deverá estar no barco transportando os alunos do turno da manhã.



A casa da família localiza-se de frente para a margem sul de Belém, que corresponde ao bairro do Jurunas, por isso, o açaí é comercializado no antigo Porto Conceição, hoje, chamado de Porto do Açaí, por ser mais próximo de onde vivem. A área onde moram pertence à Comunidade Fé em Deus, sendo que a Ilha das Onças tem aproximadamente treze comunidades em toda a sua extensão.

3. Ariel Lima Teixeira, na fotografia, segura a vassoura do açaí e bem à sua frente está a rasa coberta do fruto, ao seu lado está sua mãe.



Concluiu o Ensino Médio em 2015 aos 18 anos de idade. Mora com seus pais, Sandra e Nilson, e os irmãos Carlos Ariel, Gabriel e Jamilly, sendo que ele é o mais velho dos quatro filhos do casal. Além de Ariel, o restante dos irmãos estuda na Escola Laurival e tocam instrumentos musicais, acompanhando o pai que é pastor na igreja Assembleia de Deus. Apenas ele e o irmão Gabriel auxiliam o pai na coleta do açaí, que é o sustento da família.

No registro logo abaixo feito por Ariel, estou ao lado de Carlos Ariel que segura a guitarra, ele é multi-instrumentista e não pode subir na açazeira devido problemas de saúde, ao lado dele está o irmão Gabriel e a Jamilly que é a caçula, estudante e auxilia a mãe a cuidar da casa.



Fui apresentada aos outros integrantes da família, como o cachorrinho e a gatinha Meg, conheci também a “cacaiandeua” que é um tipo de aranha vermelha venenosa, a formiga “tec-tec” que mora bem no “pé” da açazeira e reclama quando os coletores sobem, e as cobras que foram citadas, mas não estavam presentes no momento, só pela imagem capturada no celular.



O comércio do açaí feito pela família de Ariel, envolve o atravessador que é chamado de “marreta” – derivado de marreteiro, aquele que compra o açaí do produtor e vende para os maquineiros em margem urbana. Porém, quando eles têm dinheiro para colocar óleo no motor, eles mesmos atravessam para vender e lucram mais. O açaí deles é comercializado no Porto do Açaí, situado no bairro do Jurunas.



4. Marcely Fonseca Gomes também foi minha aluna no Ensino Médio. Ela e o irmão Marcelo. Ambos concluíram no ano de 2014, ela aos 17 anos de idade e ele aos 18 anos. Ela mora na casa dos pais, o pai Marcinho, a mãe Lúcia e a irmã Michely. E Marcelo é casado e mora ao lado da casa dos pais, estes são nascidos e criados na Ilha das Onças, sendo que dona Lúcia nasceu às margens do Rio Piramanha e depois de casar veio morar no terreno do marido. O terreno foi arrendado pelos avós paternos de Marcely e quando faleceram foi repartido entre todos os irmãos de seu pai e até pouco tempo ainda pagavam aluguel para usar a terra. Dona Lúcia disse-me que em virtude da parte deles ser grande, mesmo com os dois filhos coletores, sempre é necessário contratar coletores “de fora”, que ela chama de “peconhadô”, e me explica que é a pessoa que tira o açaí mediante pagamento.



A casa localizada às margens do Rio Araraquara fica a uma distância de quarenta minutos da Escola Laurival, quase a mesma distância entre Belém e a Escola. Cheguei até a Marcely pela insistência em acessar as jovens, ao ser informada que ela e a irmã Michely eram coletoras e das boas, resolvi procurá-las. Quando consegui localizá-las, dona Lúcia me alertou que somente a Marcely tira o açaí. Dona Lucia é nascida e criada na Ilha das Onças, no Rio Piramanha, também é coletora de açaí e me auxiliou muito com suas narrativas, além de permitir que eu a acompanhasse no açaizal e registrasse a atividade. Conversei com Marcely, apenas na primeira visita, nas outras visitas que fiz ela não se fez presente, resultado disso é que acabei acompanhando sua mãe e o irmão Marcelo no açaizal.



5. Vânia de Jesus é estudante do ensino fundamental no turno da noite na Escola Laurival, é casada, tem três filhos – Yuri, Milena e Mikaely e coleta o açaí desde os doze anos de idade.



Conheci Vânia através de sua sobrinha Camila Andrea Souza de Jesus, que me foi apresentada por uma amiga em comum, sabendo que eu estava pesquisando a Ilha das Onças, aceitou me receber em sua casa localizada no Furo Laranjeira, onde fiquei hospedada durante um final de semana prolongado. Camila mora com seus pais, Madalena e Márcio, a irmã Tiffany e o irmão caçula, Gabriel e Vânia é irmã de seu pai e sua vizinha. Todos são nascidos e criados na Ilha, Camila é universitária e cursa Pedagogia na UFPA, onde participa ativamente como bolsista do Projeto Conexão dos Saberes/UFPA.



No registro acima, Camila está de pé ladeada por seus pais. O pai da Camila, seu Márcio, foi o primeiro barqueiro da Escola Laurival Cunha, ele e sua família moram no terreno que foi arrendado pelo avô desde 1926, quando chegou no local e não saiu mais. Sua avó, dona Lourdes, sua mãe dona Maria José e a irmã Vânia são todas coletoras que comercializam o açaí no Porto do Açaí; cada um deles tem o seu mato, todos moram próximos, são vizinhos. Esta rede de relações acessada a partir de Camila foi muito importante para o trabalho. Sua família tem uma “tradição” de mulheres que “tiram” o açaí: a bisavó, dona Lourdes, a avó, dona Maria José e a tia, Vânia, todas são coletoras, exceto a bisavó que recentemente foi proibida pela família de tirar o açaí, mas ainda tira o “bébi” escondido. Sugeri uma foto com todas elas que aceitaram e foram para a “cabeça da ponte”: da esquerda para a direita, a tia paterna de Camila, Vânia; ao lado a bisavó, dona Lourdes; a filha de Vânia, chamada Milena com o filho Icaro no colo; a avó dona Maria José e, ao lado, a prima Mikaeli [filha de Vânia, irmã da Milena e do Yuri].



Apesar da tradição, as filhas de Vânia – Milena e Mikaeli – e as filhas de Seu Márcio – Camila e Tiffany – não coletam açaí, algumas vezes auxiliam na “dibulha”. Vânia lembra de Camila pequena, auxiliando na “dibulha”, que consiste em separar os frutos que estão bons e arrumá-los no paneiro para ser ofertado na feira. A debulha e a arrumação influenciam muito no preço do produto.

6. Vinícius Costa do Espírito Santo nascido na Ilha das Onças no ano 2000, é neto de Dona Domingas e sobrinho da professora Rai. Filho de Ane Regina Cascaes da Costa – irmã da professora Rai e filha de dona Domingas – e de Marinaldo Espírito Santo. Tem dois irmãos menores, Vitor e Keise. Quando de minha visita em 2017, ele estava com dezessete anos, cursando o terceiro ano do Ensino Médio na Escola Laurival Cunha. Coleta o açaí desde os seis anos de idade e integra o time de futebol juvenil do Clube do Remo em Belém.

A sua habilidade é notável, pois sobe de três maneiras diferentes e uma delas – a que mais gosta – é considerada a mais difícil, sem encostar os braços e o abdômen no estipe da palmeira. Sua rotina na coleta consiste em “tirá” duas vezes por semana, nos dias de sexta e segunda. Cada coletor pelo que percebi constrói seu cronograma semanal junto com a família, que inclui as idas ao mato, a coleta, a debulha e a travessia para comercializar o açaí. A tia ao vê-lo subir

com perfeição, diz assim: “Olha! Parece um macaco!”, enquanto ele está no alto parece que a força da gravidade não o atinge, ali também fiquei sabendo pela professora, que subir no açazeiro machuca o “saco” dos homens.





7. Leandro Ramalho de Lima nasceu na Ilha das Onças no ano de 1995, também meu ex-aluno, tendo concluído o Ensino Médio em 2016, aos 21 anos de idade. Mora com os pais (dona Ivaneide e Seu Leo) e o irmão Gilberto. Já morou em Belém junto com sua família no bairro do Una, algum tempo, mas depois retornaram à Ilha das Onças, onde compraram o terreno em que vivem hoje.

Dona Ivaneide fez questão de me dizer que todo açazal que possuem foi plantado por eles, que havia “palmeira aqui e acolá”, mas o açazal que eu vejo hoje foi planejado e cultivado por eles. Leandro me disse que trabalha no “ramo do cabelo” desde os 17 anos, agora está com 22 anos. Menciona que no verão faz as duas coisas – coleta

o açaí (de 7 até às 11 h) e depois corta cabelos, o salão fica na parte da frente de sua casa. Começou a subir na açazeira a partir dos 9 anos de idade. O irmão Gilberto, certa vez caiu da açazeira e ficou com sequelas, portanto não pode subir mais como antes, apenas para “tirá o bébi”, o que significa que Leandro precisa coletar também pelo irmão; ele assume para mim que coleta por obrigação, pois gosta muito mais de ser cabelereiro. Para o jovem, o que se ganha com a coleta não vale o esforço físico, pois segundo ele a venda do açaí não compensa tanto assim. Não obstante, durante as refeições que participei em sua casa, o açaí tem um destaque muito especial, batido na hora e servido em seguida é de um sabor que guardo na memória com carinho.





CAPÍTULO 2

O CORPO DO LUGAR

Apresento aqui uma descrição etnográfica com ênfase nos aspectos históricos, geográficos e hidrográficos da Ilha das Onças, lugar praticado secularmente e marcado pela proximidade com Belém, a capital do estado do Pará. A problematização do espaço e lugar enquanto categorias tão importantes quanto o tempo, para a compreensão das dinâmicas sociais locais, evidencia fluxos e fronteiras entre o rural e o urbano no contexto insular metropolitano, tomados como aspectos constitutivos do cotidiano das pessoas que estabelecem ali o seu pertencimento.

As memórias da vida na Ilha são trazidas nos diálogos com os moradores(as)/interlocutores(as), à medida que constituem o vivido. Misturadas à expansão dos açaiçais que tomam conta da Ilha, consequência do consumo da bebida que cresce no mercado regional, nacional e internacional, estão as lembranças do seringal, das pequenas roças, da floresta de árvores lenhosas, das fábricas de cerâmica e de processamento de sementes oleaginosas. Todos esses aspectos de alguma forma, mobilizam os corpos dos moradores e do lugar, revelando profusão de paisagens em constante devir.

Para Yi Fu Tuan (2013, p. 41), o espaço é passivo, pois se conforma tanto às necessidades biológicas quanto às relações sociais impostas pelo humano, portanto, a organização espacial é atributo de suas ações. Penso, no entanto, que se trata de um duplo processo onde humanos e ambiente estão co-produzindo-se em agenciamentos incessantemente, buscando múltiplas adequações e conformações ao longo do tempo. É por esta perspectiva que apresento a Ilha das Onças, um lugar cuja insularidade abriga muitas formas de vida em constantes interações entre si.

2.1 Mas tem onça mesmo?!

O nome do lugar que escolhi para vivenciar a pesquisa, quando mencionado, suscita imediatamente a pergunta acima. Os moradores relataram que por diversas vezes ouviram tal indagação. Sempre que dizem onde moram observam que as pessoas ficam surpresas e perguntam: “mas tem onça mesmo?!”, ao que eles se apressam em responder negativamente: “Não!!! É só o nome mesmo”. Começar pelo nome do lugar é considerar o que esse nome evoca

tanto para os seus habitantes quanto para os “de fora”, é considerar as relações entre pessoas e lugares, afinal, como diz Ginzburg (2004) nenhuma ilha é uma ilha.

A importância dada neste trabalho ao lugar busca enfatizar o quanto os lugares praticados são constitutivos dos corpos de seus habitantes que, por sua vez, constituem o corpo do lugar, é esta a perspectiva dialética que adotei aqui e o que me levou a buscar referências históricas, geográficas e hidrográficas, entremeadas pelas narrativas dos moradores com quem dialoguei ao longo dessa vivência.

Durante a pesquisa do mestrado, considerei que as características corporais são estreitamente relacionadas às formas de praticar os lugares, assinalando que, tão importante quanto o tempo, é o lugar na constituição do corpo. Arturo Escobar (2005, p. 69) ressalta a importância de discutir o lugar como uma forma de resistência frente à globalização:

o fato é que o lugar – como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir, o que faz com que se considere se a idéia (sic) de “regressar ao lugar” – para usar a expressão de Casey – ou a defesa do lugar como projeto – no caso de Dirlik – não são, afinal de contas, questões tão irrelevantes.

Escobar (2005) fala do quanto é importante para a maioria das pessoas a experiência diária em uma localidade específica, o quanto essa experiência gera um sentimento de pertencimento, cuja relevância não pode ser ignorada e, nessa relação de pertencimento, vejo que o corpo dos moradores e moradoras se constitui também.

A pergunta que abre esse tópico aponta para as relações entre moradores e não moradores, pessoas de outras margens, o que comumente acontece quando os que moram na Ilha das Onças atravessam para margem urbana, principalmente a fim de vender produtos extrativistas, o mais importante atualmente é o açaí. E é de lá da margem urbana que, quando se olha para a imensidão de água que banha a cidade de Belém, observa-se no horizonte uma outra margem ainda verde, sobrepujada pela imensidão de água.

Essa contra-margem formada de várias ilhas, dá origem à Baía do Guajará, quando se tem uma vista para a Baía é a Ilha das Onças que se vê, por ser a mais extensa, como no registro a óleo feito por Theodoro Braga²² sobre a fundação de Belém. A Ilha das Onças está representada como um fio no horizonte a separar água e céu. Na margem de cá, bem ao centro da tela, tupinambás e europeus dividem o mesmo espaço, sob o olhar do pintor, lembram quem

²² *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará*, Theodoro Braga, 1908.

Disponível em: http://pelasruasdebelem.zip.net/arch2011-01-01_2011-01-31.html. Acesso em: 14 fev. 2019.

são os primeiros habitantes e a condição de colônia, dentre eles, uma palmeira de açaí e uma seringueira destacam-se quase solitárias, porém, do outro lado do rio, elas constituem abundantemente o lugar, principalmente o açaí.



A Ilha das Onças apresenta-se a uma relativa distância, como um horizonte verde, porém à medida que a distância diminui, as moradias começam a aparecer, mas o verde e a água ainda predominam sobre as construções de madeira. Devido a sua extensão – 96 km² de área e 19 km de comprimento – ela contorna uma boa porção da cidade, tal proximidade permitiu que fosse um lugar visitado por viajantes secularmente, constando em relatos de viagens posteriormente publicados. Em 1819, quando os naturalistas alemães Spix e Martius (1938, p. 68) por lá passaram, registraram, em seu livro, que a Ilha das Onças media 3600 braças em extensão e 1200 braças de largura. Para o geógrafo Eidorfe Moreira (1966, p. 69), defrontar a cidade é sua primeira qualidade:

Dessas ilhas, as mais importantes são as que defrontam o litoral da cidade, precisamente por essa circunstância posicional. Alinhando-se ao longo desse litoral, elas constituem a contra margem do mesmo, formando assim a Baía de Guajará. [...] De sul para norte, destacam-se entre outras as seguintes: Ilha das Onças, Arapiranga, Longa, dos Patos, Urubuoca, Jararaca, Paquetá-mirim, Paquetá-açú, Jutuba, Cutijuba e Tatuoca.

Aliada à sua extensão e a uma forma singular – semelhante a um bumerangue – ela é a mais importante “paisagisticamente falando”, conclui o geógrafo. Hoje, é considerada a terceira maior ilha da região insular de Belém (NEU, 2016), sendo superada por Outeiro e Mosqueiro, respectivamente, sendo que estas possuem acesso rodo-fluvial.

A questão do acesso é algo fundamental de ser mencionado, por ser unicamente fluvial é feito por intermédio de pequenas embarcações que saem da Feira do Açaí em diferentes horários durante todo o dia, compondo uma rede informal de barqueiros, o que restringe bastante a veiculação de pessoas “de fora” até a Ilha. O preço do traslado varia entre \$8,00 e \$10,00, de acordo com a potência do motor e os aspectos físicos do barco. O embarque/desembarque dos moradores da Ilha se dá preferencialmente na “beira” da Feira, onde não existe um terminal ou qualquer tipo de rampa que facilite a subida/descida nos barcos, por parte dos ribeirinhos.

De acordo com o censo promovido em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Ilha tem dois mil e quinhentos habitantes, distribuídos em aproximadamente quinhentas famílias, apresentando uma densidade demográfica de 34,25 habitantes /km² (NEU, 2016, p. 21). Administrativamente, a Ilha das Onças pertence ao município de Barcarena, por meio do Decreto-Lei de dezembro de 1943, que reuniu naquele momento alguns distritos, a saber: do Murucupi, de Vila do Conde, a Região das Estradas e a Região das Ilhas, formada pela Ilha da Trambioca, Ilha das Onças, Ilha de Arapiranga, Ilha do Arapari, Ilha Longa, Ilha da Mucura e Ilha dos Macacos.

Apesar de pertencer administrativamente à cidade de Barcarena, a proximidade com Belém leva a Ilha das Onças a ser incluída na zona insular que faz parte da capital, como na apresentação desta cartilha feita em 2014 pela Universidade Federal do Pará (UFPA), intitulada *Zoneamento Econômico e Ambiental das Ilhas do Entorno de Belém*²³, conforme mostra o trecho a seguir:

O município de Belém está inserido na porção interna do estuário amazônico e possui o principal centro urbano na zona de transição entre as regiões da Amazônia Oriental, Central e Ocidental. Seu território está dividido em duas zonas distintas, uma continental (173,78 km – 34,36% de área) e outra insular composta por 39 ilhas (332,04 km - 65,64% de área). [...] As ilhas do Combu, Onças, Cotijuba e Mosqueiro foram escolhidas para a realização do zoneamento proposto no projeto, pois representam bem a diversidade socioeconômica e ambiental presente na porção insular do município de Belém.

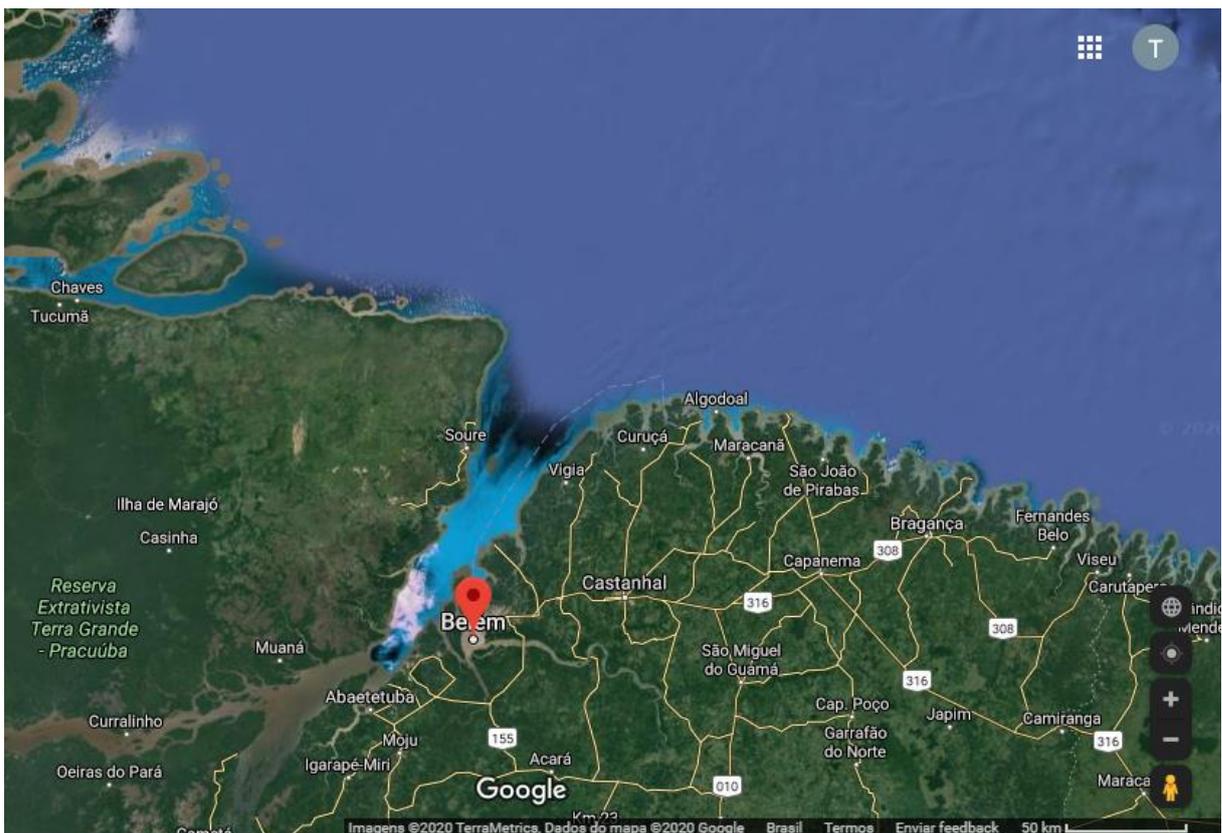
²³ Disponível em; https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612015000400010. Acesso em: 19 fev. 2019.

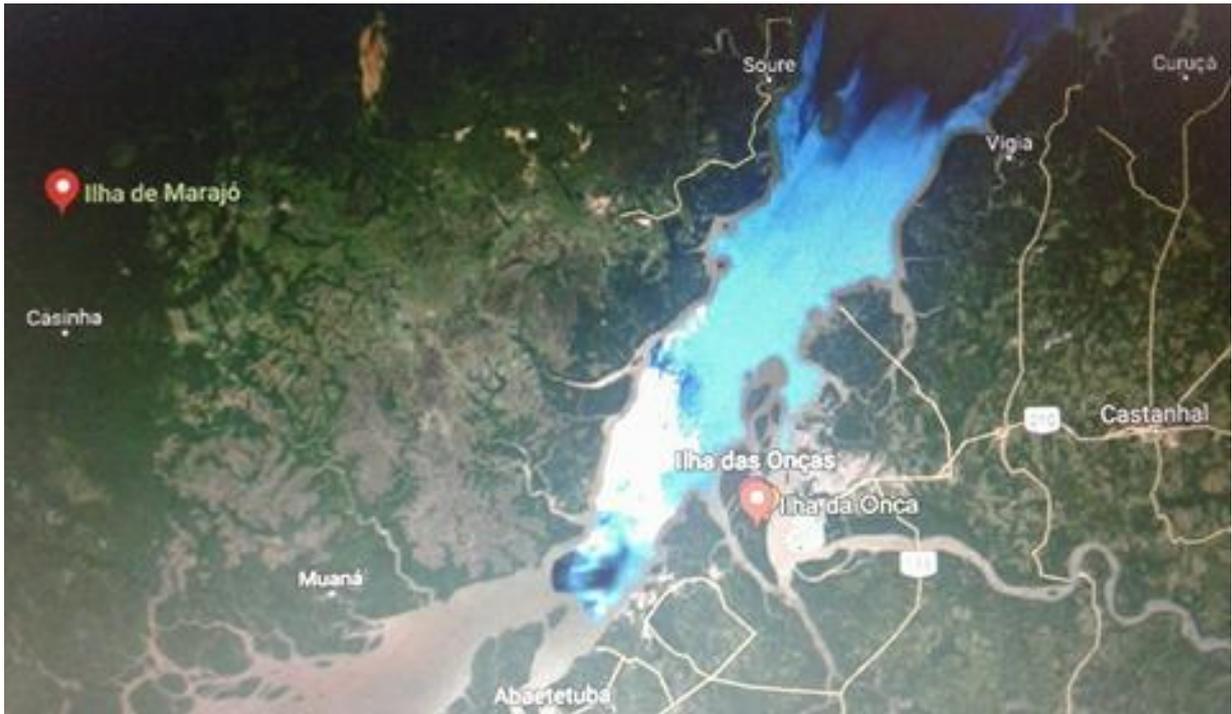
Isso configura uma ambiguidade geopolítica, reforçada pelo cotidiano de um lugar que não tem direitos básicos assegurados, tais como: saúde, educação, saneamento, distribuição de água potável e energia elétrica, o que leva seus moradores a buscar supri-los na margem urbana.

Ainda hoje não se sabe ao certo a quantidade de ilhas que formam a “guirlanda” e que coexistem ao redor dos dois centros urbanos, porque as informações há muito são voltadas para o modelo desenvolvimentista que valoriza o urbano. Belém interiorizou-se, esquecendo o rio e as ilhas, como bem apontou Klautau de Araújo (1995, p. 7):

Belém ignorou, pelas elites do planejamento, a sua natureza amazônica, que é ribeirinha, e foi perdendo, com a ocupação da sua orla, o elemento mais substantivo de sua paisagem e de sua economia – o rio – que conforma a moldura cênica da sua dimensão insular, o seu pedaço maior... indiscutivelmente também o mais rico e intencionalmente o mais esquecido.

Para além dos limites urbanos, a Ilha das Onças é cercada de outras ilhas, a pequena Ilha dos Papagaios, a ilha de Trambioca, a ilha de Arapiranga, a Ilha da Mucura e dos Macacos. Todas elas participam da zona estuarina do rio Amazonas, o que lhes reveste de características próprias tanto pela salubridade da água quanto por outros fatores, que repercutem em todas as formas vivas do ambiente.





Os estuários são áreas normalmente ameaçadas pela expansão humana que, devido a sua localização, tornam-se muito atrativas pela proximidade com o oceano. Estudos revelam que uma parte considerável da população brasileira, aproximadamente 60%, ocupa áreas próximas de estuários²⁴, o que favorece a degradação de tais zonas. Por outro lado, como já foi mostrado, áreas estuarinas são vulneráveis a derivas aquáticas como pluviosidade e nível do mar, bem como a mudança dos ventos, o que significa dizer que todos os seres que ali vivem são afetados pelo ecossistema, assim constituído, mas obviamente também atuam de acordo com os agenciamentos sofridos.

Um estudo, realizado em 1985 por pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), apresenta o ambiente insular a partir de suas limitações, destacando a vocação dos moradores da Ilha das Onças para a utilização de sistemas agroflorestais justamente pelas características de zona estuarina amazônica. A pesquisa sobre práticas cotidianas de uma família de moradores do Furo Grande, revela os seguintes dados (ANDERSON, 1985, p. 197-198) que contrastam de certa forma com a abundância ilimitada aqui descrita:

A família é brasileira e tem hábitos culturais semelhantes aos da maioria dos moradores no estuário amazônico, conhecidos regionalmente como "caboclos" (PARKER, 1985). Estabelecida na Ilha das Onças desde 1970, essa família mantém fortes relações sociais com seus vizinhos e segue as práticas econômicas predominantes entre a população rural em todo o estuário amazônico: a pesca, a colheita de produtos silvestres e a criação de animais (principalmente porcos). Essas

²⁴ CASTRO, P.; HUBER, M. *Biologia marinha*, 8. ed. São Carlos: Editora AMGH, 2012.

atividades representam uma adaptação às condições ambientais características da Ilha das Onças e do estuário amazônico em geral. O clima da Ilha das Onças, semelhante ao de Belém (2,5 km distante), é o tipo Af no sistema de Köppen. A pluviosidade média de Belém é 2.732 mm por ano, com altas (>200 mm por mês) em janeiro a maio e baixas (<100 mm por mês) em outubro e novembro. A temperatura média mensal varia de 25,0°C (fevereiro) até 26,3°C (novembro). As marés representam o fator ambiental mais marcante na Ilha das Onças. Devido a esse fator, grandes áreas da Ilha sofrem inundações diárias durante a estação chuvosa e, nas épocas de marés mais altas (na lua nova ou lua cheia durante os equinócios), a Ilha fica totalmente inundada. Além de uma leve salinização do Atlântico, as águas das marés são carregadas de sedimentos ricos em N, P, Ca, Mg, e K (LIMA, 1956). As enchentes periódicas das marés exercem uma forte influência sobre o solo e a vegetação. O solo da Ilha das Onças é do tipo Glei Pouco Humico (VIERA *et al*, 1970), caracterizado por um alto conteúdo de argila. Devido à baixa infiltração desses solos e à falta geral de relevo na Ilha, este solo é mal drenado e consequentemente pobre em oxigênio. Apesar da alta fertilidade do solo, essas características impõem fortes restrições à agricultura (Lima 1956), e causa reflexos na composição e fisiognomia da própria vegetação nativa. Na Ilha das Onças, essa vegetação é constituída de mata de várzea, caracterizada por uma diversidade relativamente reduzida e uma dominância acentuada de poucas espécies, muitas das quais têm valor econômico, como açaí (*Euterpe oleracea*), seringueira (*Hevea brasiliensis*), taperebá (*Spondias mombin*), andiroba (*Carapa guianensis*), etc. Nessa mata, há uma abundância de sapopemas, raízes aéreas, pneumatóforos, lenticelas, etc., que parecem ser adaptações às condições peculiares do solo. Devido às enchentes, a agricultura na várzea torna-se mais difícil e sua prática em grande escala exige tecnologias e recursos fora do alcance da maioria dos moradores atuais (ROSS, 1978). Por outro lado, a dificuldade de praticar agricultura nesse meio desestimula o desmatamento, possibilitando a implantação de sistemas agroflorestais que conservam a estrutura da floresta nativa e contribuem para a manutenção de atividades econômicas como a colheita de produtos silvestres, a criação de porcos e a pesca. O sistema agroflorestal descrito nesse trabalho é bastante integrado com tais atividades, e por isso parece ser bem adaptado as condições peculiares da várzea no estuário amazônico.

O conjunto de fatores ambientais correspondentes às áreas estuarinas e aqui descritos, implica modos específicos de praticar esses lugares, ressaltando a capacidade de adaptação dos seres humanos ali presentes que se dá, concomitante às configurações ambientais em constante devir, próprias de uma área, cuja maior influência são as marés. A Ilha das Onças carrega os reflexos desse fenômeno em toda a sua extensão e em todo ser vivo que dela participa. Interessante observar na vegetação, por exemplo, a predominância de poucas espécies e dentre as que tem maior valor econômico estão: o açaí (*Euterpe oleracea*), a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o taperebá (*Spondias mombin*), a andiroba (*Carapa guianensis*), todas elas participam das condições propostas pelo ambiente.

A utilização do solo também é limitada, necessitando de tecnologias e recursos que, segundo os pesquisadores, estão fora do alcance dos moradores daquele período e reitero, dizendo que dos moradores atuais também. Todas essas características oriundas das constantes mudanças que envolvem periodicamente o espaço insular, leva a totalidade do ambiente vivo a agências acordadas com essa totalidade, o que me levou a pensar em uma aproximação com a ideia de co-deriva de que fala Maturana (2014), bem como às paisagens que configuram.

Todos esses aspectos são importantes para entender que geograficamente a Ilha das Onças ocupa um lugar privilegiado seja pela sua extensão, seja por participar de um estuário e estar próxima do oceano, seja pela proximidade a dois centros urbanos. São esses elementos que definem o campo de possibilidades (VELHO, 1994) acessível a seus moradores que estão sempre buscando formas de diálogos possíveis para suas coexistências, mediante tais configurações.

Os moradores aprendem na escola que a história do município de Barcarena corresponde à história da Ilha onde moram, pelo fato de pertencerem administrativamente aquele município. Tomei conhecimento de um informativo produzido por alunos e alunas, resultante de uma oficina realizada na escola, quando ainda estavam cursando o Ensino Fundamental, e que se encontra disponível virtualmente²⁵, onde contam a história da fundação do município de Barcarena, como sendo a história dos moradores da Ilha.

A forte ligação da Ilha com o município de Barcarena me instigou a visitar a cidade em busca de mais informações. Fui orientada por alguns professores da Escola Laurival Cunha, a fazer contato com o historiador e morador de Barcarena, Luis Antonio Valente Guimarães, conhecido como professor Leno, que aceitou conversar comigo sobre o que ele mesmo definiu: “[...] situar o que é que é a Ilha [das Onças] pra Barcarena [...] a gente tem uma história, assim, bem em construção”. Ele começa pela relação entre Belém e Barcarena, segundo ele:

Barcarena era Belém, e Belém era um município e tinha uma série de distritos, 23 distritos: Barcarena era um deles. Havia uma dependência do ponto de vista político, do ponto de vista policial e eleitoral. Primeiro ela [Barcarena] é uma aldeia, depois uma missão religiosa, e depois uma freguesia. Essa Freguesia de Belém, ela vai se estender até 1945, quando surge a Lei de Definição Territorial para o estado do Pará.

Entretanto, continua ele, a Ilha das Onças devido à proximidade com a cidade de Belém foi recortada em pelo menos três partes quando da divisão dos distritos, participando, assim, de três distritos. Uma parte da Ilha era do Distrito da Sé, em Belém; outra parte compunha o Distrito de Barcarena; e a terceira, o Distrito do Icarau. O professor riscou no papel para que eu entendesse que a Ilha foi dividida administrativamente em três partes, pertencendo a três distritos, ao mesmo em que conversava comigo:

[I]sto aqui era Belém [Sé], isto aqui era Icaraú e isto aqui era Barcarena... e nesse conjunto, a Ilha das Onças era uma verdadeira colcha de retalhos... Em 1943, Barcarena sai de Belém, se torna município, [...] o município, quando ele se emancipa, ele incorporou o Distrito do Icarau, incorporou parte de Vila do Conde e, aqui vem a grande novidade, a Ilha das Onças, que era parte pra Belém, ela passa integralmente

²⁵ Disponível em: <https://ilhadasoncas.files.wordpress.com/2011/07/informativo-ilha-das-onc3a7as-site-2.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

para Barcarena. Então, a inclusão da Ilha das Onças, tem uma data, 1943. Do ponto de vista legal, do ponto de vista institucional e geo-administrativo, Barcarena incorpora a Ilha nesse período. O que não quer dizer, por exemplo, que isso é uma formalidade... [...] o que é interessante é que as famílias que estavam aqui na Ilha das Onças, o que a gente sabe é que elas tem um forte laço com famílias de Belém, outras são ligadas à famílias de Barcarena e outras, um forte laço com Icarau. Qual é a imagem que a gente pode ter da ilha? É um bando de caboclo que tão ali submetidos e que viveram sempre originário daquele lugar? Não, nesse caso, não. O que é a ilha? A Ilha das Onças é uma área de terra que devido à proximidade com Belém foi uma área muito transitada!

A realidade geo-administrativa da Ilha das Onças até 1943 é a de um lugar sob a responsabilidade de três distritos, o que lhe condiciona a ser, na fala de meu interlocutor, uma área muito transitada, incluindo viajantes europeus que citam suas visitas a essa Ilha em suas obras²⁶. Lugar de trânsito e lugar de pertença (HANNERZ, 1997), é, portanto, uma condição ambígua constitutiva daqueles que por ali moram, pois não raro, deslocam-se para Belém e/ou Barcarena, alguns tem casa ou algum lugar para ficar tanto em Belém quanto em Barcarena.

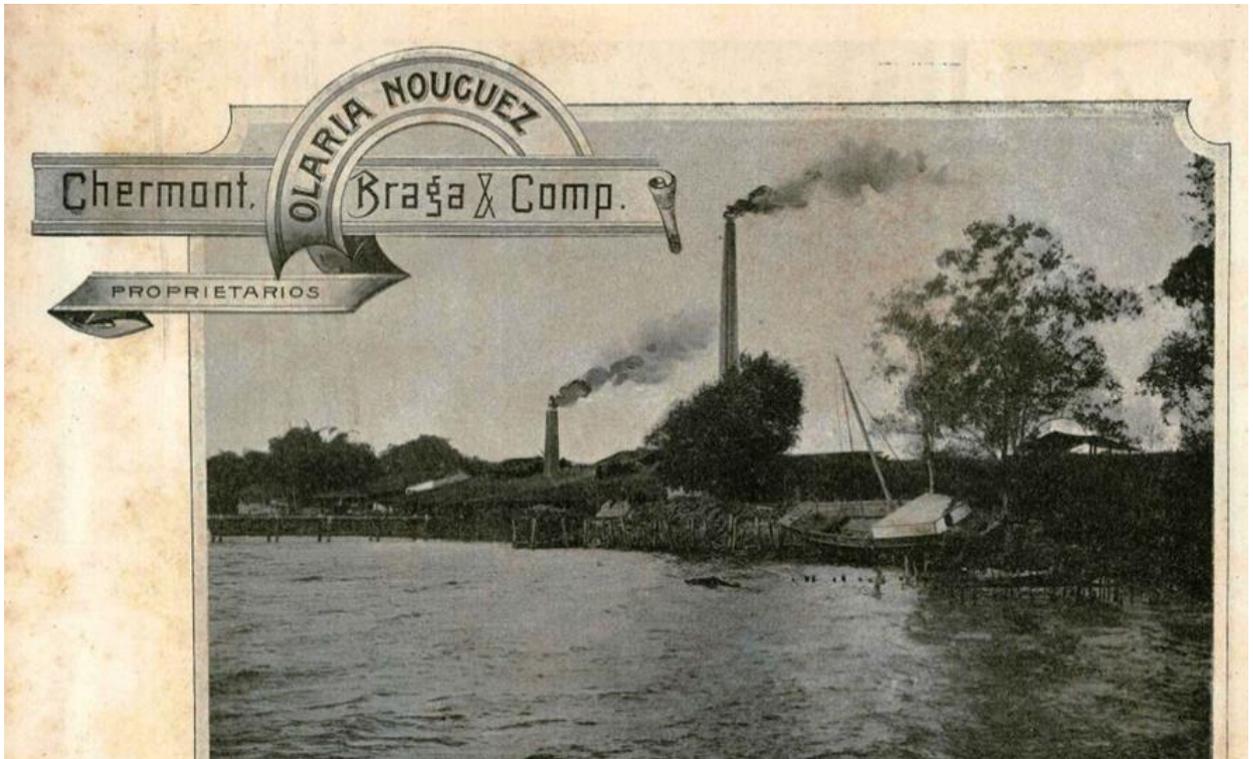
Outro aspecto importante na história da Ilha das Onças, mencionado pelo historiador, foi a presença de pequenas indústrias e o incentivo à produção agrícola:

[...] eu localizo por exemplo na costa da ilha, bem aqui, se a gente pensar Belém aqui, olhando, subindo aqui, você vai encontrar olarias... Aqui tem a [olaria] do Arapiranga [ilha do Arapiranga que faz fronteira com a Ilha das Onças, separada pelo rio Arapiranga] que fica lá, descendo a costa e a [olaria] do Landi [na Ilha das Onças], que foram assim as mais longevas. Não quer dizer que não tivessem outras... E isso é uma coisa que é superinteressante de pensar, quando o mercado imobiliário surge em Belém, isso especialmente no final do XVIII pro XIX, você tem um fluxo de crescimento urbano. Belém carecia de materiais que pudesse subsidiar esse mercado imobiliário, certo? Quer dizer as distâncias pra transporte também é uma coisa que deve ser considerada.

O surgimento de olarias tanto na Ilha das Onças quanto na Ilha de Arapiranga, ambas fronteiriças, estão inseridas no processo urbano que estava acontecendo na capital, foi o que pude constatar quando visitei a Vila Landi – antes mesmo de conversar com o professor Leno –, localizada às margens do rio Tauerá – que separa as Ilhas das Onças e de Arapiranga –, onde funcionou a fábrica de telhas e tijolos. O local hoje é habitado por moradores que nada sabem sobre a fábrica e/ou sobre seus antigos trabalhadores.

²⁶ Vide *Viagem ao Brasil* de Spix e Martius; *Deux années au Brésil* (1862) de François Biard; *No Rio Amazonas* (1859/1980) de AVÉ-LALLEMANT.

No acervo digital da revista, intitulada *Pará Comercial*, consta a propaganda da olaria com fotos mostrando seus maquinários importados e uma linha férrea de mais de 1500m de extensão, acompanha ainda um texto que menciona a febre edificadora que aumentava vertiginosamente, marcando a estatística municipal mais de 400 edificações anuais (CACCAVONI, 1900)²⁷, são informações referentes ao século XIX.



Basta olhar a imagem da olaria, em pleno funcionamento, para imaginar o que isso representou na vida daquela Ilha e a quantidade de pessoas que deve ter transitado por essa época. A Olaria Noguez é a mesma Olaria Landi, tendo mudado de dono e de nome algumas vezes. Como bem enfatizou o professor Leno, o mercado oleiro começou a desenvolver-se no final do XVIII, porém, é no XIX que atingiu o auge.

²⁷Disponível em:

<http://marte.musegoeldi.br/arqueologia/relatorios/Relatorio%20Final%20Projeto%20Barcarena-Abaetetuba.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

OLARIA NOGUEZ

Fabricação de Ceramica aperfeçoada

Sobre este importante estabelecimento industrial — o primeiro do Estado — escreveu o illustrado e habilissimo Engenheiro, D.^r Ignacio Baptista de Moura, no seu livro — *Exposição Benjamin Constant*, — os mais levantados e honrosos conceitos sobre a prosperidade do estabelecimento, aperfeçoamento dos seus productos e modernismo dos machinismos empregados.

Para darmos ao publico uma bella produção desse talento privilegiado que com auctoridade aborda os assumptos mais defficeis e complicados, transcrevemos com a devida venia, os conceitos emettidos sobre a **Olaria Noguez** :

« São belissimos os productos apresentados a este certamen pela **Olaria Noguez**. Constan elles de telhas de diversos systemas, tijolos rectangulares, angulares e para canteiros de jardins, etc.

As louça tem a superficie polida o que é dado pela *docilidade* e apurado calor as fornos; uma côr vermelha de *terra cota* proveniente da excellente argilla de que é feita; é impermeavel pela boa trituração das masseiras e pouco sejeita ao quebramento pelo bom seccamento solidificante e cosimento homogeneo do producto.

A **Olaria Noguez** fundada pelo cidadão francez O. NOGUEZ na ilha das Onças, fronteira á capital do Pará, é a primeira do norte da Republica e uma das mais importantes do Brazil.

Noguez importou todos os machinismos da Europa e já com os aperfeçoamentos d'essa industria, conseguindo obter os mais bem reputados productos de ceramica, telhas e tijolos tão bons como os que vem da Europa.

A louça feita trazia gravado o nome do grande industrial que conseguiu abastecer o mercado de Belem de materiaes de contrucção em uma epocha em que a febre edificadora augmentava vertiginosamente, marcando a estatística municipal mais de 400 edificações annuaes na media.

Noguez foi quem primeiro introduzio no Pará a telha chata do systema de Marselha.

Hoje esse grande estabelecimento é da propriedade da firma commercial *Chermont, Braga & C.^a* que mudou o nome de *Olaria Noguez* para o de *Tauaré*. Esta firma componha-se dos distinctos cidadãos: Dr. Justo Chermont, José Marques Braga, que, tomando a administração da grande *usina*, procedeo á geraes substituições nos machinismos que se achavam gastos.

No verso deste texto fala-se de três vilas que serviam de moradia para mais de duzentos operários, situadas próximas às instalações da fábrica na Ilha das Onças, portanto, a Vila Landi deve ser o que restou delas e apesar dos moradores com quem conversei não terem conhecimento da história do lugar, aconteceu que no dia de minha visita, tive a oportunidade de encontrar e conversar com um antigo funcionário da olaria, Seu João, que estava presente no local, ele possui uma casa na vila e outra em Belém e desloca-se com frequência entre as margens rural e urbana do município.



Seu João levou-me até uma casa de alvenaria – que contrasta com as moradias predominantes de madeira –, a construção, em ruínas, data do final do século XIX e chama a atenção pelo porte, evocando muitas memórias relativas ao lugar (SILVEIRA, 2011, p. 59), ignoradas ou não, as memórias pulsam e seu João, antigo funcionário, começa a lembrar que nela havia morado um dos donos da fábrica, acompanhado de toda sua família.

Adentramos no interior da casa agora ornada de trepadeiras, invadida pelo mato, ainda dá para ler o nome “Landi”, impresso nas telhas quebradas que recobrem-lhe o chão de amplos cômodos, dentre eles, chama atenção uma sala de banho com banheira. As memórias fluem de modo fantástico, algo que é próprio de sua funcionalidade (ECKERT; ROCHA, 2005) e Seu João continua sua narrativa sobre o dono da fábrica que chamava-se Sebastião Landi, vindo da Inglaterra, pelas muitas histórias que teria escutado a seu respeito era como se o tivesse conhecido.

Lembrou-se dos trilhos que serviam para escoar a produção realizada no barracão – situado a alguns metros adentrando a margem do rio –, até o porto que ficava logo à frente. De um lado e outro do barracão haviam casas que seu João chamou de “bangalô”, onde moravam alguns empregados, ele lembra que era tudo bem organizado: “[...] os bangalôs muito bonitos, cobertos com telhas de modelo francês, dez para um lado e dez para o outro”.

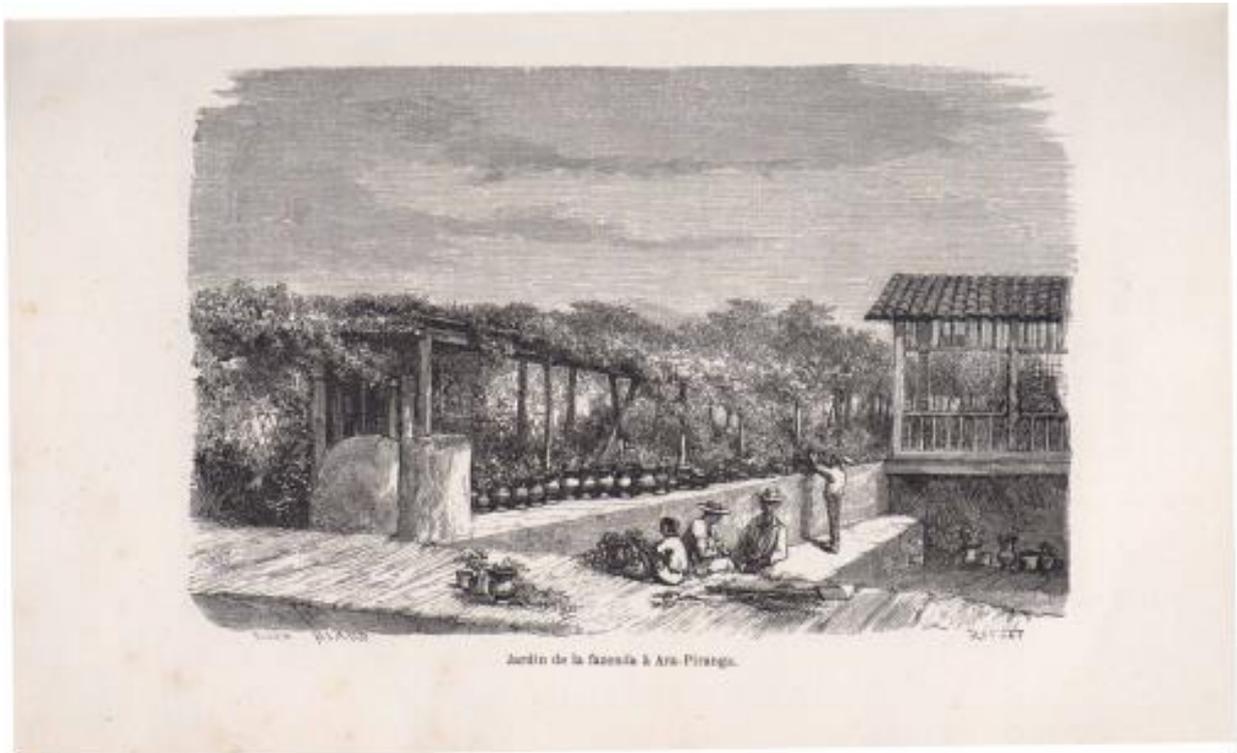
A movimentação de pessoas naquele local era intensa, segundo ele, tanto na margem quanto no rio, os barcos de grande porte e iates ficavam ancorados no porto, hoje, são lembranças, camadas de uma outra realidade feita de vegetal encobrem as ruínas da velha casa, capim e cipós elevam-se do chão cobrindo quase tudo. Do barracão com suas chaminés, não há vestígios, nem dos trilhos ou da ponte. Os moradores dali, além de Seu João, sabem pouco ou nada sobre o mundo industrial que existiu outrora.

Ele conta que chegou à Ilha – vindo de Belém – no ano de 1963, em busca de emprego na fábrica, trabalhou na produção de telhas e tijolos até por volta do ano de 2002, quando se tornou insustentável aos proprietários mantê-la, pelo alto preço do óleo que alimentava os motores. Até esse momento, muito do material utilizado na construção da urbanidade de Belém veio de lá, disse-me ele:

[...] esses edifício antigos, tudo, foram feito com tijolo daqui, Manoel Pinto, edifício Mururé, Edifício Antonio Velho, aquela fábrica que funcionava em Icoaraci, a FASA, tudo foram feito com tijolo daqui: aí dava o tijolo em troca dava o apartamento, eram muito grande as máquina de prensá as telha, tinha assim três barco todo dia aqui pra embarcar o material.

Busquei saber o que era a FASA aqui referida e encontrei a empresa Fósforos da Amazônia Sociedade Anônima²⁸, cujo funcionamento de fato era em Icoaraci. Apesar de toda a maquinaria grande e pesada bem como a estrutura física da fábrica e o moderno porto terem desaparecido sem deixar vestígios, é interessante pensar no quanto a Ilha das Onças teria sido um lugar praticado e que nela trabalharam moradores da Ilha, de Belém e de outros locais e ali compartilharam seus mundos em pleno deslocamento.

Em 1859, o pintor François de Biard, de passagem pelo Brasil e pela região norte, se hospedara em uma fazenda na Ilha de Arapiranga. O pintor menciona a Ilha das Onças pela proximidade com a Ilha de Arapiranga e sua narrativa apresenta uma realidade, para mim, pouco conhecida. Todo esse material foi lançado posteriormente, em 1862, trata-se de uma narrativa ilustrada, cujo título *Deux Années au Brésil* apresenta uma descrição minuciosa do lugar – refere-se ao proprietário como sendo um português que cultivava uvas verdes em seu jardim. Ilustra a sua estadia que ocorre no auge da produção oleira, tendo ele mencionado a presença de negros e indígenas escravizados.



²⁸Disponível

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=123307&pagfis=954&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 30 mar. 2019.

A fazenda que o hospedou produzia vasos de cerâmica em larga escala e de todos os tipos. Biard (1862) expõe o seu desapontamento ao ver uma escrava sendo chicoteada, narra com detalhes a mesa farta de caças: tartaruga, paca, tatu, descreve as pessoas nativas como “tipos exóticos”, usou-as como modelo em suas pinturas, pois, segundo ele, variavam do branco ao negro, passando pelo cafuzo, mameluco e indígena. Todos a transitar pela fazenda. Na ilustração acima que faz parte do livro, vê-se as parreiras, bem abaixo delas uma quantidade de vasos enfileirados e alguns homens trabalhando.

Para contrastar com a mesa farta de caças da narrativa apresentada, descrevo um trecho de uma conversa com o professor Givanildo, que nasceu e viveu na Ilha (atualmente reside em Belém) e trabalha na Escola como vice-diretor, onde já não havia nem variedade e nem abundância, a caça era um alimento restrito aos domingos:

[...] Na minha época tinha de ir com seis a oito anos pro mato caçar mucura, jacuraru²⁹, preguiça, era o alimento de domingo, vasilha de arroz, macarrão, era só em tempo de festa, a caça era só em tempo de festa, a caça era uma necessidade, o sítio da [professora] Socorro não é cercado, já pegou dois jacarés.

O pintor menciona também o intenso fluxo de embarcações durante o traslado entre a fazenda e a cidade, comenta sobre a proximidade da Ilha das Onças e da Ilha do Marajó: “Nous fimes un jour la partie d’aller dans l’île d’Ara-Piranga, tout près de l’île des Onces et de la grande île de Marajó, la patrie des crotales et des tigres” (BIARD, 1862, p. 338). A julgar por essa declaração – Um dia acabamos indo para a Ilha de Ara-Piranga, muito perto de Ilha de Onças e a grande ilha de Marajó, a pátria de cascavéis e tigres –, se a Ilha de Marajó é a pátria de cascavéis e tigres, é bem provável que seja verdadeira a história que me foi contada pelo pai de Ana Júlia, de que há muito tempo atrás, embarcações vindas do Marajó teriam despejado muitas onças naquela ilha, daí o nome de Ilha das Onças. Biard ainda enfatiza em nota de rodapé³⁰, que a Ilha do Marajó separa em dois a embocadura do Amazonas.

A Ilha de Arapiranga, pela proximidade, guarda muitas semelhanças com a Ilha das Onças. Lembro que em certa conversa com o professor Givanildo, ele assegurou que as ilhas de Arapiranga, Macacos, Mucura e Ilhinha, todas fronteiriças à Ilha das Onças eram parte de seu território que foi desmembrado e posteriormente, receberam essas denominações.

O nome Ilha das Onças até hoje é motivo de controvérsias, por esse motivo, assim que comecei a visitar os jovens em suas casas, repetia a mesma pergunta a todas e todos: “[...]”

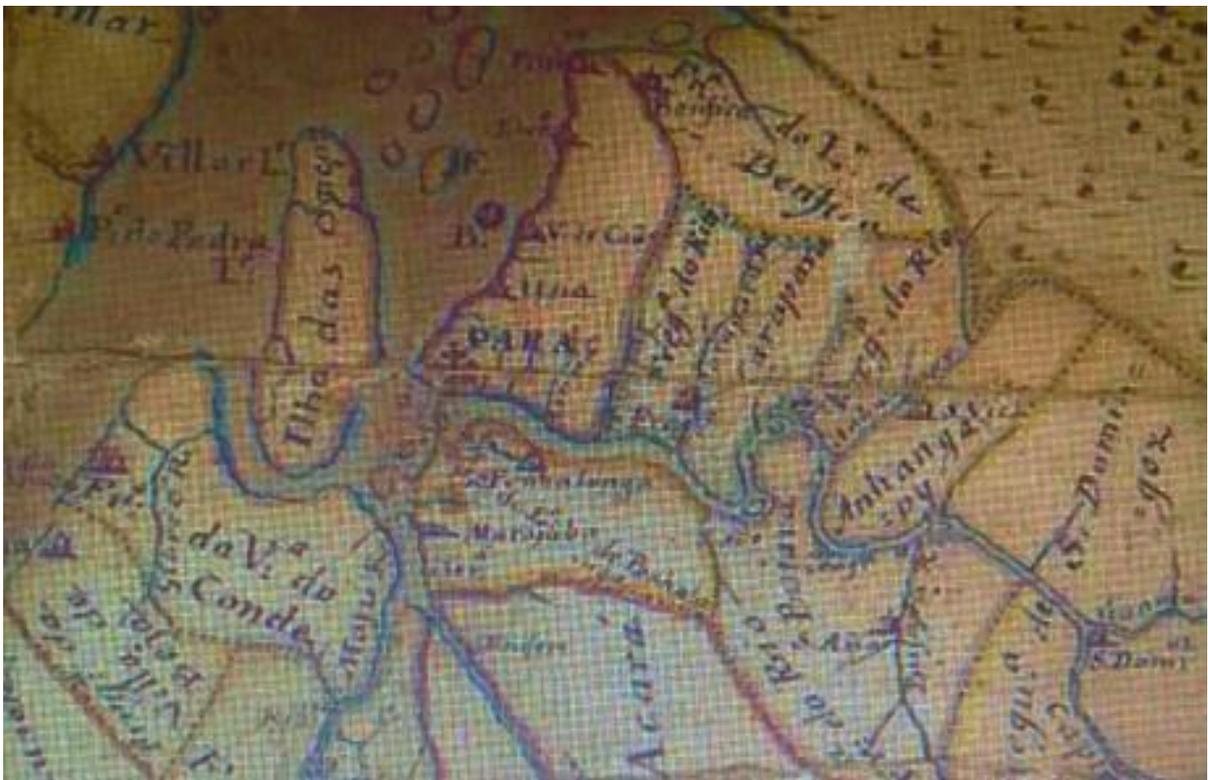
²⁹ "Jacuraru", "jacuararu", "jacuaru", "jacruaru" e "caruaru" vieram do termo tupi *yakuruaru*^{LI}. O nome "teiú" vem do guarani *teju* (lê-se teiú, significando "lagarto"). Fonte: *Glosbe*: o dicionário multilíngue on-line. Dicionário Guarani-Português. Disponível em: <https://pt.glosbe.com/gn/pt/teju>. Acesso em: 26 jul. 2019.

³⁰ l'île de Marajó separe en deux l'embouchure de l'Arnazone (1862, p. 338)

porque Ilha das Onças?” Como resposta, certo embaraço e justificativas bem diversas, houve quem citasse o nome de Domingos Onça, como sendo um antigo morador da ilha, fugitivo da revolução cabana, muito “brabo” e que teria dado origem ao nome da Ilha. Então, não seria a onça, mas um homem-onça, encontrei o nome de Domingos Onça em um trabalho acadêmico³¹ que o colocava como responsável pelo nome dado à Ilha.

Longe de ser uma unanimidade, a história de Domingos Onça dura no tempo, entretanto, para meu interlocutor barcarenense, trata-se de um personagem fictício, quando se observa o documento do Mapa do Bispado do Pará³² feito sob encomenda por Enrico Galuzzi, (1759, p. xx). Segundo ele:

Faz um mapa encomendado pelo Frei Bulhões, só que pega toda essa extensão aqui, ele nomeia todas as localidades de Belém, e bem chapado na cara de Belém está a Ilha das Onças, com o nome Ilha das Onças. Aí eu disse Domingos Onça não foi o cara que deu o nome Ilha das Onças, porquê? Porque o Domingos Onça viveu em 1835, 1840, perto da Revolução Cabana e a Ilha das Onças já se chamava Ilha das Onças, cem anos antes.



³¹ *Classes multisseriadas: o processo de ensino-aprendizagem nas escolas da zona rural ribeirinha da Ilha das Onças*. Trabalho de Conclusão de Curso, autoras: Iracely de Maria do Carmo Castro, Maria Magali Santos da Silva, Sandra Geraldo de Magela Araújo Acioli, apresentado como requisito para obtenção do grau em Pedagogia Licenciatura Plena em Educação Básica, Belém. Universidade do Vale do Acaraú (UVA) em 2004.

³² *Mapa do Bispado do Pará*, Enrico Galuzzi, 1759.

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512337/cart512337. Acesso em: 26 jul. 2019.

Ao considerar essa e outras narrativas, entendo que Domingos Onça herda o nome do lugar onde viveu, pois de acordo com Seu Vitor e dona Domingas, no lugar de moradores mais antigos e filhos destes, afirmam que ao longo da Ilha havia sim muitas onças trazidas do arquipélago do Marajó que foram ali realocadas ou despejadas.

Em conversa com o Seu Ronaldo, perguntei se ele já tinha ouvido falar de Domingos Onça, ele acrescenta mais multiplicidade à narrativa, quando parece lembrar-se de alguém que conheceu, alguém que esteve a algum tempo atrás na Ilha:

[...] Era o Onção ... Era um homem que morava aqui e depois ele se mudou pra Belém, depois ele voltou de novo, era o finado velho Onça, chamavam de Onção pra ele, aí pegou o nome na Ilha das Onça por causa desse homem, Onça! Era o Onção que falavam pra ele, ainda tem família dele por aí, ainda moram gente aí, por isso que pegou o nome na ilha das Onças e a ilha das Onças agora é muito grande, né!?

Cabe acrescentar aqui mais uma versão acerca da origem do nome da Ilha, trazida pelo professor Givanildo, nascido e criado na Ilha das Onças:

Na verdade houve uma mudança porque não era Onça, era Onços que era uma tribo indígena, foi a primeira tribo indígena que habitou isso aqui no tempo da colonização. Na verdade, os Onços nem eram índios, eles eram escravos fugidos que atravessavam o Carnapijó e aqui se abrigavam, então eles ficaram denominados de Onços. No tempo da colonização, a coroa portuguesa não atravessava pra cá porque ela tinha medo deles, eles se tornaram violentos, muito tempo depois foi que eles [os portugueses] resolveram invadir isso aqui, foi quando eles extinguiram, como eles queriam essa rota aqui e quando eles passavam por aqui esses Onços matavam pra saquear os produtos que levavam, aí o que aconteceu? Eles tiveram que vir e exterminar eles. ... Só que aí, até então era chamado de Ilha dos Onços, com o tempo o pessoal adaptou pra Ilha das Onças. Não tem nada a ver com a história de onça, com nada.

Dona Domingas me relatou que sempre indagou sua mãe a respeito do nome da Ilha, ao que esta lhe respondia: “– [...] minha filha quando eu nasci eu já sabia que este nome era ilha das Onças agora ninguém sabe porque”. Na opinião de dona Domingas, o nome onça tem a ver com um foragido da guerra que era um homem muito brabo, porque segundo ela, onça nunca teve no local. Esse assunto retornou há pouco tempo em uma conversa com sua neta, ela me contou que a neta lhe disse: – “[...] vovó teve onça” e ela responde: – “não, eu já tô com 74, nasci em 1940” e continuou a defender a história do foragido de guerra: – “dizem que ele era cearense, dia de corpus christi, o homem se enterrou, a terra se abriu, ele se enterrou até a cintura”.

Apesar do nome onça permear todas essas histórias de maneira metafórica, e de haver uma multiplicidade de interpretações, sabe-se que é bem possível a existência de onças em um tempo distante. Retomo o diálogo com o professor Leno para o momento em que a Ilha abrigou colônias agrícolas, voltadas para o abastecimento da capital, uma dessas colônias foi implantada

pelo português de sobrenome Ó de Almeida, no século XIX, que levou consigo um grupo de conterrâneos. Houve também a chegada de nordestinos na Ilha, devido à seca (cearenses em sua maioria), há indícios de que soldados da borracha teriam ido para as ilhas, em sua passagem por Belém, ao invés de seguirem para o Amazonas alguns vieram morar na Ilha das Onças.

A historiadora Leila Mourão fala da ocupação da Ilha das Onças pelos europeus (2017, p. 5) desde o XVIII e da sua vocação para manufaturas:

A Ilha das Onças foi, desde o início de sua ocupação pelos europeus, sede de manufaturas. Ela foi concedida com Data e Carta de Sesmaria a Dom Lourenço Álvares Roxo de Portlis, no século XVIII, para plantação de cana-de-açúcar, instalação de engenho de açúcar e aguardente, e posteriormente, parte de sua área foi desmembrada e comercializada com Antônio José Landi, para a instalação de uma olaria para a fabricação de telhas e tijolos e outros utensílios de barro cozido.

Conforme o texto de Mourão, a olaria Landi, como ficou conhecida – digo isto porque teve outros nomes, a exemplo de Olaria Noguez –, foi propriedade do arquiteto Giuseppe Antonio Landi, também conhecido como Antônio José Landi, por um breve período de tempo, devido problemas com a mão de obra³³ ele transferiu-a para o município de Belém, instalou-a em sua fazenda no Engenho Murutucu, localizada no bairro do Curió-Utinga, situada na estrada da Ceasa, às margens do Igarapé Murutucu.

Os viajantes naturalistas Spix e Martius (1938) descrevem a produção de cana, milho e arroz mantidos por negros e índios escravizados, no local denominado de “Engenho do Faria”, onde estiveram hospedados na Ilha das Onças. O empreendimento ficava situado bem no meio da margem leste da Ilha, onde notaram também que havia pasto para bois, fabricação de cachaça e licor de Aniz da melhor qualidade, em barris vindos da Inglaterra, e sabão feito com excesso de sementes oleaginosas, segundo eles:

O engenho-do-Faria, situado quase no meio da margem oriental da ilha, pode (sic) dar-nos, melhor do que qualquer outro, um exemplo da lavoura aqui habitual. Cultivava-se a cana de açúcar nos lugares um tanto altos da ilha e emprega-se a maior parte da calda em melão e cachaça. Os aparelhos de destilação, adequadamente dispostos, foram feitos na Inglaterra e produzem, em parte, excelente aguardente mais fina, e especialmente anisete para cujo fabrico, se importam sementes de aniz de Portugal e de Gibraltar. O arroz dá com uma rapidez pouco comum, mais abundante o de grão pequeno.

³³ “A sesmaria da ilha das Onças deu lugar uma olaria pertencente a Antônio José Landi, voltada para a fabricação de telhas e tijolos, entre outros utensílios de barro cozido. O empreendimento durou pouco tempo e logo foi transferido para sua fazenda e engenho (Murutucu), uma vez que eram constantes os problemas de doenças e fuga da mão-de-obra indígena, além de ser um tanto onerosa manter a mão-de-obra negra.” (CHAVES RODRIGUES, A.F.A.; CARDOSO, S.M.. O espaço e as políticas de turismo na região insular de Belém: entre a ordem próxima e a ordem distante. Paper do NAEA 380, Janeiro de 2018 ISSN 15169111, p. 11)

Fonte: <file:///C:/Users/T/Downloads/Paper%20380.pdf>

De acordo com suas impressões: “[...] em outros países menos favorecidos, a tarefa do lavrador é desenvolver a produção de suas terras, aqui se cuida exclusivamente de colher a tempo, guardar e empregar a fartura da produção”, há o contraste entre abundância e pouco esforço mas o que é possível observar são condições extraordinárias proporcionadas pela presença de europeus e de todo um aparato trazido por eles, dos quais não restaram sequer vestígios.

Os grupos humanos que passaram pelo local, alguns ficaram, arrendaram ou herdaram terras, enfim, constituíram famílias e seus descendentes ainda vivem lá. A descendência cearense é muito mencionada pelas pessoas durante as visitas que fiz ao lugar. Por outro lado, os portugueses sempre são mencionados como os donos das terras, os “legítimos” proprietários. Seus nomes figuram em recibos pagos pelos moradores até pouco tempo atrás e ainda guardados.

Seu Márcio, pai de Camila e irmão de Vânia, narra que seu avô era um agricultor cearense que chegou à Ilha ainda jovem e passou a trabalhar como empregado de um português que detinha a maioria das terras. O português manteve alguns poucos moradores, à época, trabalhando a terra mediante pagamento de aluguel. Hoje, quase cem anos depois, a família de Seu Márcio ainda mora neste lugar e corresponde à terceira geração que vive na mesma terra onde nasceram e constituíram famílias com pessoas também nascidas na Ilha das Onças.

O projeto de transformar a Ilha das Onças em polo industrial persiste até a década de 1930, quando surge a Usina Vitória, às margens da Baía do Guajará, apresentando regime de trabalho, movimento sindical, trabalhadores, operários e uma lógica de labuta dentro de um ritmo de produção fabril e, mesmo depois, com a extinção da fábrica, as pessoas continuaram morando no local.

A Usina era uma zona de processamento, pois os navios ali deixavam as bolas de borracha para serem beneficiadas e, posteriormente, exportadas, funcionando também como um centro de abastecimento de seringa. Se de um lado o professor afirma que a produção de seringa na Ilha das Onças foi pequena, o cultivo da borracha foi bastante mencionado pelos pais dos jovens com quem conversei. A grande quantidade de borracha vinha principalmente de Santarém em barcos enormes e era desembarcada direto na Usina Vitória, situada estrategicamente próxima ao oceano, para onde deveria seguir a produção já beneficiada rumo ao exterior. Dona Domingas relembra:

Chamié, a usina era dele, no começo ela era fábrica de caroço do muru-muru aí encostava os navios que vinha do Amazona, agora não tem mais o meio do rio, já, já, foi lá pra Icoaraci. É por isso que a gente num vê mais navio, era navio de guerra, era navio de todo jeito, agora num tem mais. Eles vendiam as bolas assim grandona de

borracha, trabalhava mais de 100 mulheres estendendo aquilo, a maioria era de Belém, eu tinha um irmão que trabalhava lá, era foguista, ele que colocava a madeira no forno. A gente vendia muru-muru em caixa. O muru-muru a gente quebrava os caroços com martelo e a semente de dentro dá uma manteiga. É elas que era vendido em quilo.



Dona Domingas lembra de enormes navios que aportavam em frente à Ilha das Onças, o que não acontece mais porque não há profundidade suficiente, menciona também a presença massiva de mulheres operárias na usina, ela lembra das mulheres estendendo “aquilo”, como se refere, que corresponde às lâminas de borracha referidas pela historiadora Leila Mourão quando cita a Usina Vitória em artigo³⁴ sobre a indústria no Pará:

A Ilha das Onças também foi sede, por quase sessenta anos (1930-1975), da fábrica “Usina Vitória”, indicando as heterogeneidades existentes na indústria Paraense se analisarmos um conjunto bem mais amplo de indústrias, consórcios e parcerias econômicas e políticas entre agentes internos (paraense e brasileiro) e externos (britânicos, norte-americanos e italianos). Essa fábrica foi uma importante fornecedora de matéria prima para a indústria estrangeira, selecionando semente, preparando lâminas de borracha, extraindo e embalando óleos e essências. Mas não só isso: ela representou a fonte de renda de parcela de imigrantes nordestinos, que rumaram para o Pará naquele momento do estabelecimento do processo de

³⁴ MOURÃO, L. Memórias da indústria paraense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 13., 2017. *Anais eletrônicos* [...]. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/10%20Mem%C3%B3rias%20da%20ind%C3%BAstria%20Paraense.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

“integração” do Pará ao restante do Brasil, proposto pelo projeto integracionista do então presidente Getúlio Vargas.

Em 1903, uma fotografia tirada por Jacques Huber registra um grupo de pesquisadores reunidos na Ilha das Onças, dentre eles está o naturalista e zoólogo suíço, Emílio Goeldi. Segundo Eidorfe Moreira (1966, p. 70), Huber foi quem melhor estudou as ilhas do entorno de Belém, desmontando uma ideia corrente de que seriam fragmentos de uma imensa área de terra entre os rios Tocantins e Guamá.

Segundo Moreira (1966) foi Huber quem concluiu que as ilhas formam uma “guirlanda” que circunda Belém e possuem formação e idades diferenciadas umas das outras. Jacques Huber classificou-as de acordo “com seu critério genético” em “antigas” e “novas”: as “antigas” seriam “formadas de depósitos arenosos e argilosos, com uma ou mais camadas de arenito, apresentando constituição semelhante à terra firme continental”, a exemplo das ilhas de Arapiranga, Tatuoca e Cutijuba, enquanto que as “novas” seriam formações recentes de lama, fixadas pela vegetação pantanosa, a exemplo da Ilha das Onças.



Imagem da excursão à ilha das Onças, em fotografia tirada por Jacques Huber, ca. setembro de 1903, vendo-se, da esquerda para a direita, Georg Radax (1862-1912), Emílio Goeldi, pessoa não identificada (fazendo incisão na seringueira), Johann Santarius (taxidermista, aparentemente exclusivamente de Reiser), pessoa não identificada, Rodolpho de Siqueira Rodrigues, Franz Steindachner, Aureliano Pinto de Lima Guedes, garoto não identificado e Otmar Reiser. Foto publicada nos anais do Museu de História Natural de Viena, volume XLIII, 1929.^{907, 908} Cortesia do Museu Nacional da Bósnia e Herzegovina.

Nessa imagem, o grupo de pesquisadores encontra-se reunido em volta de uma seringueira. É notável a presença de árvores lenhosas, aspecto que me remete à fala de dois moradores: Seu Vitor e dona Ivaneide. Primeiro tratarei das narrativas e conversas que tive com Seu Vitor que me apresentou uma das altivas seringueiras presentes no seu açazal, e me descreveu um período “do tempo que ainda era novinho” e viveu da coleta do látex e das sementes da seringueira.

Suas lembranças emergem com diversas figuras e figurações, como pessoas de “língua enrolada” que apareciam pelo local vindas em canoas – para quem vendia caixas de sementes. Depois disso notou que a venda caiu, momento em que soube que os estrangeiros já tinham levado a semente e plantado “lá para o lugar deles”. A memória de Seu Vitor apesar de não estar ligada ao apogeu do comércio do látex na Amazônia, e sim as suas ruínas, apresenta um modesto comércio que permitia a sobrevivência dos moradores. O professor Leno complementa que até bem pouco tempo ainda chegou a ver moradores da Ilha trocarem bolas de látex por mantimentos nas mercearias em Barcarena.

Nas memórias de dona Ivaneide, havia mais madeiras que palmeiras na Ilha das Onças, no local onde mora hoje, por exemplo, todo o açazal que eu vejo em volta de sua casa foi plantado por ela e seu marido, “não é que o açaí não existisse”, disse-me ela, mas não havia produção, coleta e comercialização em uma escala maior como é a de hoje. Segundo ela, “[...] eles são muito inteligentes e ensinaram muitas coisas importantes pra nós”, foram os mojuenses, quando vieram para a Ilha das Onças, em busca de madeira, que ensinaram o cultivo e a coleta do açaí para a comercialização.

Portanto, a panha do bébi sempre houve, referindo-se à coleta do fruto exclusivamente para consumo próprio, mas segundo ela, não era farto, algumas vezes foi preciso tirar do mato de outros, quer dizer, tirar o açaí do terreno pertencente a outra família, para poder beber e dividir com várias famílias. O apanhador subia nas árvores e apanhava os frutos para, em seguida, moer na mão e beber, mas não havia comércio porque o consumo por parte dos moradores de Belém era reduzido, ao ponto de se fazer voltar à produção que ia da Ilha à cidade.

A devastação das árvores lenhosas e a crescente predominância da palmeira do açaí por meio de cuidados específicos remete a uma transformação mais ampla, que tem no cultivo do açaí o seu núcleo, gerado pelo aumento do consumo e expansão comercial. Na visão do professor Leno, esse fenômeno traz consigo uma nova profissão, a do peconheiro ou “peconhadô” – com isso se organizam as associações voltadas para buscar e garantir direitos para essa prática.

O indivíduo “da peconha”, segundo ele referindo-se ao coletor profissional e contratado mediante pagamento, não é tão antigo assim, pois até os anos de 1970 e início de 1980, os moradores apanhavam o açaí apenas para o consumo pessoal. De fato, a observação e a escuta confirmam esse dado, as famílias de meus alunos, por exemplo, trouxeram memórias da produção do açaí retornando da Feira do Ver-o-Peso para a Ilha porque o consumo era bem menor.

Houve também o período das pequenas roças presente nas narrativas dos interlocutores, como um tempo anterior à expansão do consumo e comercialização do açaí como se dá hoje. O tempo em que dependiam da “roça” é lembrado como um “tempo difícil”, de forma recorrente, tais falas são corroboradas pela notória dificuldade em praticar agricultura em solos de várzea.

Entretanto, produtos como quiabo, maxixe, jerimum e milho são citados como aqueles que conseguiam ser cultivados “com sacrifício” para serem vendidos no Ver-o-Peso, junto com outros materiais coletados, a exemplo de um pequeno réptil conhecido como tamaquaré, encontrado às margens da Ilha e vendido para ser utilizado como “feitiço” em forma de chá, para “deixar o homem besta”. A professora Socorro, moradora da Ilha, lembra que junto com outros moradores, capturava o tamaquaré que não oferecia nenhuma resistência e depois era vendido na feira do Ver-o-Peso.



Foram citados também a venda das folhas de guarumã, onde eram embrulhados os peixes, as carnes e as verduras, hoje, substituídas pelos sacos plásticos; das talas da palmeira de jupati usadas para inúmeros finalidades, desde a fabricação de matapis³⁵, paneiros, gaiolas, pipas, entre outras, e que são comercializadas até hoje.

Importante citar o lugar chamado de Cafezal, um local de terra firme situado às proximidades da cidade de Barcarena, e como o próprio nome indica remete a uma plantação de café, onde muitas pessoas da região trabalharam outrora. Hoje, o nome do lugar é referência principalmente porque a água potável que abastece a Ilha vem de lá e também onde fica localizado o cemitério mais utilizado pelos moradores da Ilha das Onças.

Dona Lúcia lembrou que a renda de sua família vinha da pesca e da roça, seu pai vendia na feira do Ver-o-Peso o camarão, o peixe e as verduras como maxixe e quiabo. Nesse tempo, eram as suas irmãs que coletavam o açaí consumido pela família, enquanto seu pai era responsável pela pesca.

Seu Ronaldo considera que o período atual da comercialização do açaí corresponde ao melhor momento em termos financeiros para todos na Ilha, mas relembra que o fenômeno da comercialização do açaí é muito recente, sente-se inseguro e menciona a importância da escola para seus filhos, o que ele chama de plano B: “[...] a gente não sabe até quando vai isso, então tem de estudar porque quando faltar tem de ter um outro jeito de viver”.

Das onças ao açaí, a Ilha ainda percorre um trajeto voltado para o abastecimento da capital, que remete a uma constante dependência em relação à capital, segundo o professor Leno. A população da Ilha foi, e continua sendo construída, por meio de múltiplos processos migratórios motivados pela proximidade a um centro urbano gerador de necessidades e negócios a serem satisfeitos pelo ambiente rural, por isso, a porção insular em que a Ilha das Onças está inserida, comporta-se como uma extensão rural de Belém. Nesse caso, a pesquisa que realizei pode ser considerada teórico-metodologicamente como uma pesquisa de meio urbano, sem deixar de atender as peculiaridades de uma vida insular com nuances rurais.

Os moradores da Ilha, meus interlocutores, trazem múltiplas histórias, onde percebe-se que não se mantiveram unicamente como extrativistas. Alguns familiares que conheci, estão perfeitamente inseridos nas atividades urbanas de Belém, e utilizam a Ilha apenas como dormitório. É o caso de diaristas, enfermeiros, um cantor de ópera, cabelereiros, vendedores informais, feirantes, pois essas são algumas atividades desenvolvidas por moradores que tive

³⁵ Objeto de formato cilíndrico afunilado nas extremidades, confeccionado originalmente com varas de jupati e recentemente com garrafas *pet*, muito utilizado nos rios amazônicos para capturar peixes pequenos e camarões.

referência e contato. Mas sempre que interpelados sobre seu lugar de origem, mencionam que são oriundos de uma Ilha [que é] a das Onças.

2.2 Ilha das onças e de muitos rios, furos e igarapés



Na fala dos viajantes naturalistas, Spix e Martius (1938) que aportaram durante o início do século XIX nas águas do Guajará, “nenhuma qualidade de terra pode melhor renovar para o viajante o espetáculo da criação do mundo, quando surgiu das águas”, referindo-se estupefatos à Ilha das Onças, como terra nova, portanto, recém nascida nas águas que, sem dúvida, é o elemento mais animoso para quem vive no local.

A Ilha das Onças não é apenas um pedaço de terra cercada de água por todos os lados, é um pedaço de terra trançado com a água em toda a sua extensão, não bastasse sua participação no estuário amazônico e na conformação da Baía do Guajará que, por sua vez, é considerada um subestuário – dos rios Guamá, Acará e Moju. Falar em estuário é falar da bacia amazônica, a maior do mundo³⁶, cuja área mede cerca de 3,9 milhões de km², ocupando uma área total da

³⁶ Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29097-o-que-e-uma-bacia-hidrografica/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

ordem de 6,1 milhões de km², desde sua nascente nos Andes Peruanos até sua foz no oceano Atlântico, estendendo-se pelo Brasil (63%), Peru (17%), Bolívia (11%), Colômbia (5,8%), Equador (2,2%), Venezuela (0,7%) e Guiana (0,2%), o que coloca a Ilha em conexão direta com a maior porção de água do globo terrestre.

Os cursos de água internos da Ilha são muitos, chamam atenção e recebem os mais variados nomes e é por essa configuração hidrográfica interior que apresento aqui algumas observações a respeito do que vivenciei e do quanto compreendo que essa condição de habitar um corpo-ilha ramificado de rios, como veias irrigando um corpo humano, que influencia a vida das pessoas interlocutoras nesta pesquisa. Disse certa vez Paulo Freire (1995, p. 115) que “abrir-se a alma da cultura é deixar-se molhar-se, ensopar das águas culturais e históricas dos indivíduos envolvidos na experiência”, compreendi que quando se está na Ilha das Onças essas palavras não são metafóricas, visto que foi necessário banhar-me em tantos rios quantos interlocutores e interlocutoras visitei, para apresentar suas/minhas vivências.

Visitei sete margens de sete cursos d’água, cada vez que um ex-aluno aceitava me receber em sua casa e no seu açaizal para conversarmos e estabelecermos uma troca, eu percebia que estaria visitando um novo curso de água, finalizando um total de sete jovens em sete rios, todos entrecortando a Ilha das Onças. Em ordem de chegada transitei pelo Furo do Nazário – José Armando e Ana Júlia; Igarapé Tracuateua, também chamado de Beira da Costa – Rodrigo; Igarapé Madre de Deus – Ariel; Rio Araraquara – Marcelly e Marcelo; Furo Laranjeira – Camila, Vânia e Mikaeli; Furo Grande – Vinicius; e Rio Piramanha no Furo do Fundinho – Leandro.

Alguns rios são considerados naturais, quer dizer que já estavam ali desde tempos imemoriais e contrastam com outros que nasceram sob testemunho de vários moradores, revelando demandas logísticas de mobilidade, pois se no continente urbano abrem-se ruas, na Ilha das Onças abrem-se rios. Ouvei dizer que o Furo do Nazário foi aberto a partir de uma iniciativa política de Barcarena, além deste, o Igarapé Cavado, como o próprio nome diz, foi cavado pelos moradores e o Igarapé do Inferno também.

Parafraseando Eidorfe Moreira (1966, p. 63), ao falar de Belém, digo que na Ilha das Onças, o elemento água não é apenas uma moldura, é onde “reside a animação do quadro, pois rio é movimento, é comércio, é sociabilidade”. Em fluxo constante, a água é também o agente modelador do elemento terra e dos seres vivos que nela coexistem.

Os rios transbordam em múltiplas funções, impondo movimento a tudo que está sob seu domínio. São fonte de alimentos – a pesca do peixe e do camarão com a presença dos matapis espalhados em todos os rios que trafeguei; de a higiene dos corpos, das moradias, dos utensílios

domésticos e vestuário; de sociabilidade mediante o contato, comunicação e comércio, por onde escoam a produção, hoje, principalmente de açaí e palmito.

Todos os materiais utilizados pelos moradores, como: carvão, gás de cozinha, óleo para embarcações e para o gerador de energia elétrica, água potável, gelo, lanches fabricados artesanalmente tais como picolé, coxinha, suco, bolo; além de gentes de todas as idades e tamanhos e bichos – cachorros, gatos, preguiças, tudo isso é transportado de casa em casa, de rio em rio, de margem em margem pelos muitos barcos que por ali circulam. Não há caminhos por terra, se existem são poucos.

O “fator ambiental de maior relevância” (ANDERSON *et al*, 1985, p. 197) são as marés que determinam fortemente o cotidiano dos moradores, desde a saída e entrada em suas casas, as visitas que recebem, tudo o que fazem e o que deixam de fazer obedece aos horários diários de subida e descida da água, como pude constatar no trabalho de campo, pois as visitas eram agendadas de acordo com o horário da maré.

Algumas práticas que distinguem a enchente e a vazante foram observadas e descritas pelos pesquisadores do MPEG, quanto a um braço de rio que passava ao lado da casa, onde estavam alojados – nas margens do Furo de Santo Antônio –, durante a maré alta servia de escoamento para o lixo orgânico, “enquanto na maré baixa, é um local em que porcos, galinhas, e patos domésticos mariscam” (ANDERSON *et al*, 1985, p. 204). Há uma lógica na forma como esses elementos naturais são utilizados num acordo que parece beneficiar todo o ambiente de forma partilhada.

As marés, com suas enchentes e vazantes periódicas, influenciam fortemente o solo e a vegetação, restringindo a agricultura, como já foi dito, determinando a composição e fisionomia da própria vegetação nativa. Entretanto, mesmo com uma diversidade limitada, há uma notável autossustentabilidade, como na presença em larga escala do guarumã e da palmeira de jupati (*Raphia taedigera*) – fartamente citada nas narrativas de Spix e Martius (1938) –, que além de marcarem a paisagem da Ilha, são matéria prima da confecção de objetos como matapis e rasas, fundamentais para a pesca do camarão e comercialização do açaí.

As águas oceânicas tornam-se predominantes sobre a água doce em determinada época do ano, geralmente no final do segundo semestre, essas variações se intensificam de acordo com o movimento das marés. Um exemplo disso é a aparição de crustáceos como o siri, visto com frequência pelas margens da baía do Guajará, sendo capturado e consumido, principalmente durante o final do segundo semestre, quando as águas da Baía estão mais salinizadas, ficando até esverdeadas nesse período.

A afinidade entre a água e a madeira pode ser observada em todos os trajetos pela Ilha, em forma de moradias, embarcações e pontes, muitas pontes. Notei a presença de uma ponte de uso coletivo, que tem aproximadamente dois mil metros de comprimento, ligando o Furo do Nazário ao Igarapé Madre de Deus, chegando às proximidades do rio Tauerá. Construída pela prefeitura de Barcarena, a ponte situa-se bem na beira dos rios, facilitando o acesso de estudantes de vários pontos às embarcações que levam até a Escola Laurival Cunha e dos moradores em geral pois muitas moradias encontram-se em locais rasos que não permitem a entrada das embarcações.

Sempre há um curso d'água por conhecer, o furo de Santo Antônio, citado pelos pesquisadores é um dentre tantos ainda desconhecidos para mim, durante toda a pesquisa me deparei com descobertas de novos cursos d'água, como foi o Rio Tauerá por onde escoavam as cerâmicas produzidas na famosa Olaria Landi, rumo a cidade de Belém. O Igarapé Cavado, cuja denominação me foi alertada pelos barqueiros, foi “cavado” no sentido literal, pelos próprios moradores do local. O Igarapé da Costa, também conhecido como Igarapé da Crescência, cujo nome remete a sua primeira moradora. Conversando com Carmem e Dona Domingas, tia e avó de Vinícius, percebi que mesmo sendo moradoras, mãe e filha nascidas e criadas na Ilha, elas também não conhecem todos os rios:

Carmem: [...] Lá pra cima tem o Cavado, Fé em Deus e o Laranjeira. Eu vou conhecer o Laranjeira porque quero ir pra casa da mãe daquele aluno que te falei.

Dona Domingas: [...] Também nunca fui no Laranjeira, a mamãe falava tanto e eu nunca fui, é na Ponta de Cima que eles chamam.

Carmem: [...] Eu nunca fui no Cavado.

Dona Domingas: [...]O Cavado é dentro do Piramanha, minha filha.

Carmem: [...] Não é.

Dona Domingas: [...] Não, na boca, na praia, tá certo!

Carmem: [...]Passando a Vitoria, passando o Nazário.

Dona Domingas: [...]passando o Nazário, entra por lá [pelo Cavado] e vai varar lá no Piramanha.

Carmem: [...]Dentro desse Cavado tem um rio que chamam de Inferno, parece que vai varar dentro do Araraquara, que vai dar pra frente da Baía do Carnapijó.

Segundo Carmem, a Ilha das Onças tem treze localidades, sendo que a maioria é nomeada por rios, furos e igarapés: Furo Grande, Igarapé Madre Deus, Rio Piramanha, Rio Araraquara, Furo do Nazário, Furinho, Furo Laranjeira, Furo Samaúma, Rio Tauerá, Igarapé Cavado, Comunidade Fé em Deus, Usina Vitória. Porém, cada rio, dependendo de sua extensão, tem uma divisão em si mesmo como é o caso do Piramanha Alto e Piramanha Baixo.

O mais importante curso de água da Ilha, o Piramanha liga a Baía do Guajará ao Canal do Carnapijó, local, onde – dizem os moradores –, está o centro da ilha, agregando muitos cursos d'água, formando uma espécie de bacia nesse centro. Suas margens abrigam pelo menos

duas escolas municipais – a Escola do Rio Piramanha e a Escola de São José –, algumas igrejas evangélicas e uma única igreja católica, onde é realizado o Círio de Santa Maria durante o primeiro semestre do ano, há também muitos locais de venda de produtos alimentícios e a concentração de boa parte da população.

A abundância de água do rio Piramanha é o que lhe confere tamanha importância, pois garante uma espécie de estabilidade diante da alteração causada pelo movimento das marés, e proporciona acesso rápido tanto à Baía do Guajará quanto ao Canal do Carnapijó, ligando Belém à Barcarena, as duas margens urbanas, tão acessadas pelos moradores e moradoras em busca de satisfazer inúmeras necessidades.

Outro curso de água de grande importância é o Furo Grande, que visitei acompanhada de dona Domingas e de suas filhas, Rai e Carmem, ambas professoras na Ilha. Saímos juntas da Escola Laurival Cunha até a casa da família, nas margens do Furo que durante a ida estava cheio e na volta estava seco. Disse-me d. Domingas:

A Ilha das Onças tem diversos furos como este agora que nós viemo, agora, esse que nós estamos, Furo Grande. Tem o Samaúma também, todos tem alunos, esse aqui, que daqui a uns quinze minutos chega na boca do Furo, vai vará defronte do [rio] Arapiranga.

A ênfase dada à presença de estudantes é algo que na sua infância e juventude ela não viveu, e que hoje lhe chama atenção: a grande movimentação de estudantes que praticam os rios da ilha, são os estudantes regularmente matriculados nas escolas existentes e que acessam o transporte público, garantido pelo município e pelo estado, para deslocarem-se de suas casas até as escolas e de volta para suas casas. O Furo Grande começa na Baía do Guajará chegando até o rio Arapiranga que separa a Ilha das Onças da Ilha de Arapiranga, entram também suas memórias:

Dona Domingas: [...] Eu soube o que contavam o meu sogro e a minha sogra. Esse rio era bem estreito.

Terezinha: [...] Esse que a gente tá?

Domingas: [...] Sim. Agora por causa de tanto motor, muita maresia, muito barco, como eu tava dizendo pra senhora que tem sábado que passa quase duzentos, aquilo faz muita maresia!

Terezinha: [...] Quase duzentos jet-skis, minha nossa!!!

A proximidade da Ilha das Onças a um centro urbano como Belém propicia esse tipo de acontecimento descrito por Dona Domingas, os jet-skis a que se refere são motos aquáticas utilizadas para fins de competição e lazer, que durante os finais de semana invadem rios, furos e igarapés próximos à metrópole, causando transtorno as populações ribeirinhas tanto pelo barulho quanto pelo assoreamento das margens por onde trafegam. Outra descrição feita por

ela é quanto a largura do Furo Grande, que se não fosse o seu comentário, eu continuaria pensando que tinha sido sempre largo. Cada visita que faço, me leva a conhecer outro curso de rio e, dependendo de meus acompanhantes, algumas camadas de memórias são trazidas pelas águas, e é bom perceber que as narrativas vão se encaixando entre si.

Questionei sobre o que torna importante esse ou aquele rio na hora de escolher onde morar, dona Lúcia, mãe de Marceley me trouxe a seguinte informação: “[...] aqui num tem esse negócio de escolher não, eu moro aqui porque é aqui que eu herdei. Aqui tudo é passado de pai pra filho, agora quando alguém quer vender, vende mas num tem escolha”. Ela e a nora Luciany explicam que a maré enche e esvazia de doze em doze horas:

[...] Olha, ela encheu umas cinco horas da manhã, aí ela vai começá a encher de novo cinco horas da tarde. De antes, era o mês de março, quando eu era molequinha que dava aquela maré grandona, agora não, que a natureza mudou, nunca mais deu maré grande: tem uns três anos que a maré deu grandona, quase afunda nossa casa. A maré subiu que foi quase no último degrau da nossa casa, pra ficar até no assoalho, agora ela invade, mas não é muito.

De acordo com Luciany o lugar onde moram “é alto” em relação às outras terras que são “baixas” e quanto mais baixas, mais as pessoas sofrem com as marés e a ação das águas. Portanto, as terras altas são mais valorizadas se forem margens de rios abundantes, pois aprendi que não adianta a margem ser alta se as águas do rio forem escassas pois durante a vazante, as embarcações não poderão nele entrar.

Retornei a mesma pergunta sobre o que torna importante esse ou aquele rio na hora de escolher onde morar, ao jovem Leandro, ele respondeu que o melhor é aquele em que a pessoa tem acesso fácil para Belém, e pode chegar a qualquer hora em sua casa, marcando, com isso, a importância que tem o deslocamento na hora de fixar-se ao lugar. Por isso, existem os rios mais valorizados para morar em suas margens, são aqueles que têm cursos de água abundantes, o que significa dizer que independente das marés, existe água suficiente para os transportes trafegarem sem o risco de ficarem encalhados, por esse motivo é que, para Leandro, o Furo do Nazário é considerado como um exemplo de lugar bom para morar, por preencher os dois quesitos mencionados.

Isso significa dizer que em alguns locais, dependendo da maré, tanto o barco não chega porque corre o risco de encalhar, quanto os moradores correm o risco de pisar na lama e sujar os pés. Lembro que alguns barcos se recusaram a me levar em certos endereços pela dificuldade de acesso. O Igarapé Madre de Deus, onde está localizada a residência de Ariel, foi um lugar que mesmo as rabetas, pediram-me que esperasse até a maré encher para que não corresse o risco de encalhar, o que me levou a esperar algumas horas na escola até que a maré enchesse.

Porém, quando relatei o motivo da minha demora para o interlocutor, ele me disse que havia um jeito a ser dado, e que o barqueiro teve “má vontade”.

Continuei ouvindo de outros barqueiros que me transportavam eventualmente para outros endereços, que deveríamos seguir a maré, então, em tal casa só dava para ir tal hora, com a maré cheia, e em outras podia ser a qualquer horário. As alegações giravam em torno de preservar as embarcações que poderiam ficar encalhadas e que eu não teria como descer em determinados locais.

Lembrei de seu Manuel Padeiro, residente à Ilha do Maracujá e interlocutor na minha pesquisa de mestrado, me contando que quando decidiu mudar de Belém para morar na Ilha do Maracujá, passou vergonha logo na chegada ao descer do barco, ele caiu, atolou os pés e os bolsos da calça ficaram cheios de água. Não há como negar que morar em um lugar com essas características requer adaptações que incluem táticas corporais (CERTEAU, 2008) para solucionar os percalços cotidianos, uma delas, a mais comum, é aderir a água e a lama, tirando os sapatos, outra, é equilibrar-se nos barcos e nas pontes de modo a não sujar os pés.

A presença da água mistura-se à geografia e à história da Ilha das Onças, o elemento água chama atenção pela abundância e, no meu entender, marca a formação dos corpos das pessoas com quem convivi. Os lugares praticados tem muita água. São comumente alagados e definem toda uma maneira de pisar o chão, seja através de “pontes”, seja aderindo diretamente à lama e a água, o que me levou, desde a pesquisa na Ilha do Maracujá, a chamar o chão por onde pisam, de superfícies vacilantes.

Nos estudos de Barba e Savarese (1995, p. 34), uma espécie de manual de orientações para o trabalho do ator, encontrei a expressão “equilíbrio precário”, assim definida por ambos:

A característica mais comum dos atores e dançarinos de diferentes culturas e épocas é o abandono do equilíbrio cotidiano em favor de um equilíbrio “precário” ou extra-cotidiano. O equilíbrio extra-cotidiano exige um esforço físico maior, e é esse esforço extra que dilata as tensões do corpo, de tal maneira que o ator-bailarino parece estar vivo antes mesmo que ele comece a se expressar.

Obviamente que os autores se referem a situações construídas, cuja finalidade seria levar o corpo a buscar uma nova situação, nesse sentido, um tipo de equilíbrio precário, tais situações seriam vivenciadas de modo consciente pelos atores e uma sequência delas em várias partes do mundo, podem ser vistas no livro. Aproximei esses estudos da realidade estudada por mim e passei a relacionar de algum modo as superfícies que os moradores/apanhadores praticam diariamente e com as quais estabelecem uma relação de busca de equilíbrio diariamente, como

próximas da busca de um equilíbrio precário de que falam os autores. Mesmo não sendo uma prática extra cotidiana, percebo que resulta em um corpo tonificado, vigoroso e desperto.

As formas como os jovens coletores que habitam um corpo insular utilizam os seus corpos, estando rodeados de água e entrecortados por rios, furos, igarapés e outras inúmeras vias ou veias que irrigam, modelam e ligam as diversas margens entre si e externamente, parafraseando Mauss (2003) chamo-as de técnicas corporais insulares, que tem no ambiente aquoso um agente flexibilizador de seus corpos, preparando-os por intermédio do equilíbrio e do balanço, para cumprir as exigências de uma vida na várzea insular, os corpos vão se tornando rijos e, ao mesmo tempo, maleáveis, só assim estarão habilitados a subirem nos açazeiros, exercício que requer tamanha flexibilidade.

A água como um elemento de ligação tem sido útil para pensar a Ilha das Onças, como um ecossistema integrado a outros e como parte do estuário amazônico que integra, também, a margem urbana. Parece-me apropriado falar que há entres eles, relações entre sistemas dinâmicos, que mesmo distintos, são congruentes, porque interagem de maneira recorrente entre si, cada vez mais entendo as técnicas corporais praticadas nesse sistema, como táticas expressivas de uma co-deriva (MATURANA, 2014), pois suas respectivas derivas estruturais seguem um caminho de congruências com o meio sem perderem suas singularidades, dinâmicas e autônomas.

São muitas demonstrações de táticas corporais de coexistência autossustentável em ambiente aquático, seja pelo uso da madeira existente na própria ilha ou pelo uso do tronco da açazeira. Na fala de dona Ivaneide, por exemplo, precisamos lançar mão de estratégias quando se trata de enchente e vazante da maré:

Terezinha: [...] E quando a maré enche, enche aqui?

Leandro: [...] É, alaga um pouco.

Ivaneide: [...] professora, tá bom da senhora voltar. Fique bem aí. Pronto. Então, professora, tudo é uma estratégia. Atravessamos agora esse baxio aqui. Esse igarapé. Agora vamos por esse bico de terra que vai embora.

De volta à margem urbana, lembro da narrativa de Spix e Martius (1938, p. 67) em solo belenense durante o século dezanove, a presença de rios, igarapés e embarcações é constante, eles começam em volta da cidade, mas depois referem-se a capital:

Os passeios em volta da cidade já nos haviam dado a conhecer que estávamos aqui em solo muito diferente de qualquer outro antes percorrido. Por toda parte arroios, lagoas e ipueiras; muito poucas estradas e veredas em terra firme; espaçadas habitações e roças, quase sempre sitas à beira d'água. Serviam-se os habitantes, para as comunicações, ao invés de carroças e animais, de tiro, quasi exclusivamente das inúmeras vias fluviais. Entre as mais populosas vilas da província trafegam incessantes canoas, maiores e menores, numa e noutra direção; e a gente do povo está

tão acostumada à vida de barqueiro, que eles transpõem mesmo trechos de légua nas embocaduras dos rios, em pequenas igaras; e quando nas habituais borrascas à tarde, a frágil canoa é virada, de novo a põem vagando esvaziada, ou, quando isso é impossível, salvam-se nadando para a costa. Nestas paragens, era-nos preciso, portanto, ter sempre à disposição uma montaria, dirigida por um ou dois índios, para atravessarmos as diversas enseadas do rio, os riachos que nele desaguam, e as ipueiras em comunicação com estes que se enchem de água por ocasião da maré alta; esse é o único meio de entrar nas regiões do continente, para as quais as estradas são quase impraticáveis.

Se a Belém de hoje, como é perceptível, aterrou o quanto pôde seus cursos de água outrora cheios de embarcações e deu ‘as costas’ ao grande complexo aquático que a circunda, invisibilizando com isso todas as vidas que por ali circulam. Talvez por esse motivo a Ilha das Onças e todas as demais ilhas que circundam a metrópole, mesmo participando da maior bacia hidrográfica do mundo, com tantos rios irrigando este corpo-ilha, não possuem serviços de saneamento nem de qualquer tipo de tratamento de água. A salinização periódica já é um impedimento ao consumo da água do rio, mas sabe-se que muitos ainda bebem essa água, não é só isso, há um crescimento desenfreado de fontes de contaminação pela proximidade de um grande centro urbano como Belém.

Infelizmente não se trata de um problema local, dados recentes apontam que apenas 24,3% da população rural tem acesso à água potável na Amazônia – responsável por 74% dos recursos hídricos no Brasil e 20% no mundo. E o que é ainda mais grave, a contaminação com metais pesados advindos da mineração, segundo Neu (2018, p. 185):

Na Amazônia, além da precariedade do saneamento básico, a contaminação dos sistemas aquáticos com metais pesados utilizados na mineração, como o mercúrio e o arsênio, e pelos agrotóxicos utilizados nas atividades agropecuárias também é preocupante (RUIVO, 2003). A mineração e a queima de florestas são os principais responsáveis pela liberação de mercúrio que está chegando aos corpos hídricos (FENZL; MATHIS, 2003). Além da elevada toxicidade, o mercúrio se destaca pela capacidade de biomagnificação ao longo das cadeias tróficas (KEHRIG *et al*, 2011). Outros metais pesados como o chumbo, cádmio e cromo, que têm efeitos negativos na saúde humana e no meio ambiente, estão presentes em diversos efluentes e se acumulam na coluna d’água, muitas vezes em concentrações acima dos limites máximos estabelecidos pela legislação (LIMA *et al*, 2015).

A Ilha das Onças encontra-se diretamente encharcada nesse tipo de problema, de um lado encontra-se exposta à contaminação vinda de Belém, e pelo outro expõe-se aos dejetos do beneficiamento do alumínio e caulim e da produção de fertilizantes advindos do Porto de Vila do Conde e do Polo Industrial de Barcarena, conforme os estudos de Vânia Neu (2018, p. 185), que vem realizando um projeto no Furo Grande-Ilha das Onças:

A comunidade recebe elevada carga de poluentes químicos e biológicos, além dos dejetos e efluentes provenientes da própria população. Segundo Neves *et al* (2001), as elevadas concentrações de metais pesados encontrados nesse estuário também são

oriundas de atividades industriais pesqueiras, madeireiras e de curtição de couro. Desde o ano 2000, são registrados recorrentes acidentes ambientais na região, envolvendo transbordamentos de lama vermelha, vazamentos de soda cáustica, afundamentos de balsas transportadoras de óleo (NASCIMENTO, 2010) e bovinos, dentre outros.

A ideia de que os interlocutores e interlocutoras praticam um lugar cuja materialidade constitui-se em um corpo, levou-me a utilizar a expressão corpo-ilha, como sendo o lugar que abriga e confere existência àqueles que o habitam/praticam, portanto, o seu lugar de pertencimento. Não obstante, observei na fala das pessoas com quem convivi, que a Ilha possui braços e costa. Os braços dizem respeito a alguns cursos d'água considerados como braços de rio, no sentido de serem extensões destes; a costa – Rodrigo mora na “Beira da Costa”, denominação dada à margem banhada pela Baía do Guajará, de frente para a margem metropolitana. Marcelo me auxilia a compreender que se a Ilha tem as costas voltadas para Belém é porque posiciona-se de frente para o oceano. Mesmo sem indagar o porquê de a Ilha voltar-se para o oceano, percebi ao longo da pesquisa que Belém apresenta-se como um lugar hostil, violento e excludente para a maioria dos moradores, por essa perspectiva compreendo que a Ilha dê as costas à metrópole, mesmo acessando-a diariamente.

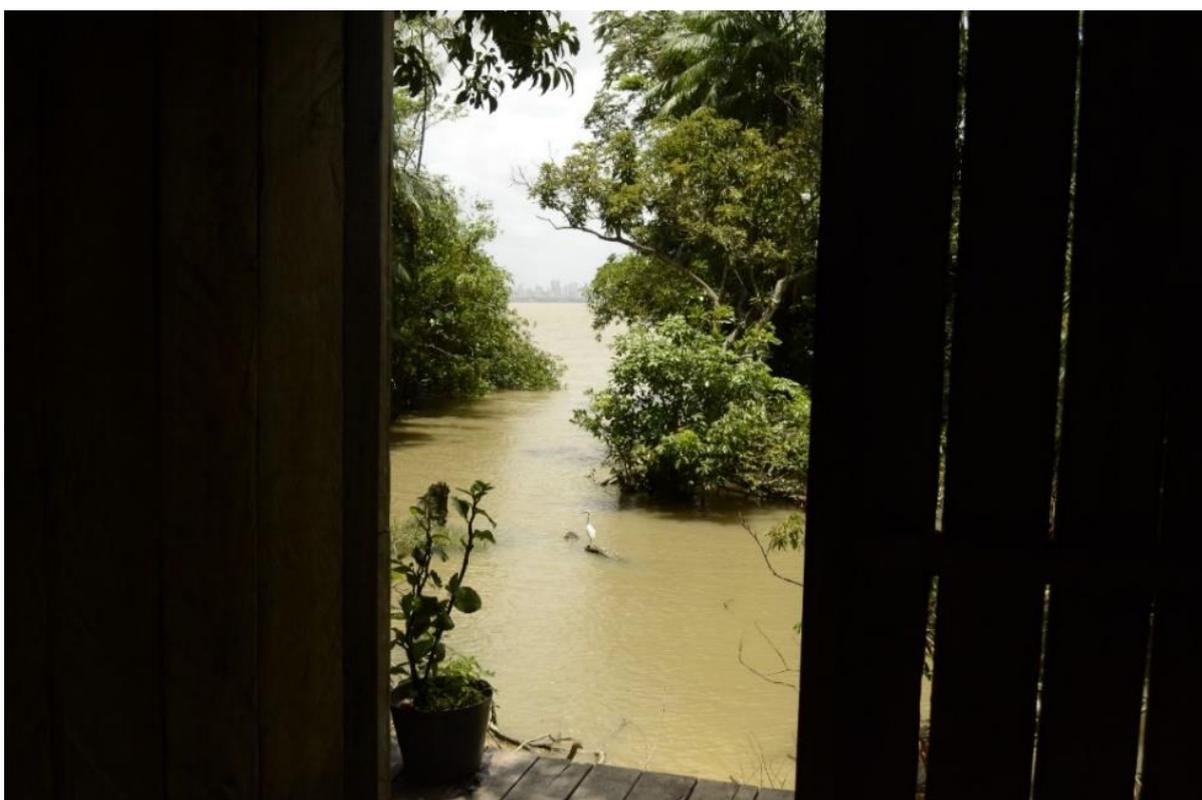
CAPÍTULO 3

O LUGAR DO CORPO NO CORPO DO LUGAR

Neste capítulo, apresento as formas como o lugar-ilha revela-se trançado ou entrelaçado aos corpos das pessoas coletoras, no que configura o ato de morar, aderir a um lugar para fixar-se nele e a partir desse lugar fluir em todas as direções. O resultado disso é o saber-viver, característico de cada um que faz sua moradia e estabelece condições para a existência. Lugares são corpos e os corpos são lugares, ambos se constituem mutuamente e é neles e a partir deles que a existência é praticada.



3.1 No rio, na “Beira” e no “Centro” – Morar é manejar



Busco considerar modos, maneiras, formas, jeitos, ou seja, lá como se quer chamar para as singularidades humanas relativas aos aspectos mais amplos e ao mesmo tempo tão determinantes, denominados de ambientalidade climático–paisagística (WATSUJI, 2006, p. 17). Para este, o estilo de habitação deriva do clima e da paisagem local, por isso são aspectos tão determinantes. Aqui observo que o ato de “tirar o açaí” vincula-se ao ato de morar na Ilha das Onças, ambos são atos que se implicam mutuamente por meio de diversas conformações entre humanos e ambientes.

O ato de morar relaciona tantos elementos quantos participam da existência dos seres vivos. Relacionar as prioridades na forma de moradia das pessoas coletoras com quem dialogo na Ilha das Onças a um estilo de habitação que é um reflexo do trajeto de entendimento do ser humano no clima e na paisagem pela perspectiva de Watsuji (2006, p. 30; p. 17):

El objeto de esta obra es resaltar la importancia de la ambientalidad -clima y paisaje- como elemento estructural de la existencia humana. No se trata solamente del influjo del medio ambiente en el ser humano, porque lo que se entiende habitualmente por medio ambiente es algo derivado, que tiene su fundamento en lo que aquí llamo ambientalidad climático-paisajística como característica de la vida humana.

Para este autor, a ambientalidade climático-paisagística é um elemento estrutural constitutivo da existência humana, por esse motivo tal aspecto é digno de notoriedade. É com esse intento que passo a apresentar as moradias dos interlocutores, primeiro observo o quanto assemelham-se entre si e expressam trajetos que se estendem a partir dos rios, passando pela “beira” e prolongando-se até os matos, onde ficam os açazais, também chamados de “centro”. Por esse motivo é pertinente entender cada moradia como um complexo de lugares praticados diariamente por humanos e não humanos também.

O que chamo de complexo corresponde a forma como os moradores vivem no ambiente insular estuarino que inclui os rios, as terras alagadas chamadas de “baixo” – ora o baixo do “baixo”, ora o alto do “baixo” –, o mato e o açazal com suas “pontas”, as construções de madeira, tais como: pontes, barcos e casas que ligam esses espaços dando-lhes sentidos diversos.

Nesse complexo – construído em ambiente insular estuarino amazônico e a vinte minutos da margem metropolitana, onde vivem os coletores de açaí com quem dialogo aqui –, a importância dos rios não se reduz apenas à mobilidade, e sim que pela sua abundância apresentam um conjunto de fatores que determinam o jeito de morar/praticar o lugar-ilha-rio, configurando-o como lugar constitutivo da existência e não apenas de transitar. A qualquer hora

do dia ou da noite, os rios são lugares praticados de diversas formas, a água, apesar de poluída, é um recurso natural vasto que espalha liquidez, dominando paisagisticamente os espaços.

As moradias feitas em madeira assemelham-se aos transportes fluviais, estes vêm se modificando e conseqüentemente aos corpos que os praticam e as paisagens. As embarcações a remo, também chamadas de “cascos”, predominantes até bem pouco tempo, são cada vez mais raras e têm sido substituídas por adaptações de motores a óleo e gasolina, cuja venda é feita à retalho na própria Ilha, como no registro a seguir:



Os barcos de madeira são os mais comuns, alguns com teto e outros sem, os motores têm diversos tamanhos. Há também as rabetas³⁷, assim chamadas pelo nome do motor, acoplado aos mais diversos modelos – comumente feitas de madeira – são os antigos cascos adaptados aos motores – mas são encontradas também feitas de metal.

³⁷ Denominação dada a pequenos motores de propulsão que, acoplado na traseira de pequenas embarcações ou barcos, é conduzido manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções. [Por Extensão] Pequena embarcação com esse motor; canoa motorizada.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/rabeta/>. Acesso em: 14 fev. 2019.



Barcos e rabetas aderem aos corpos dos moradores da Ilha que, em razão inversa, expandem-se praticando em múltiplas direções os diversos caminhos de água, que irrigam o corpo insular. Merleau Ponty (1999, p. 199) lembra que nossa existência corpórea é maleável, dilata-se, participando de outros corpos, conformando-se às necessidades que se apresentam.

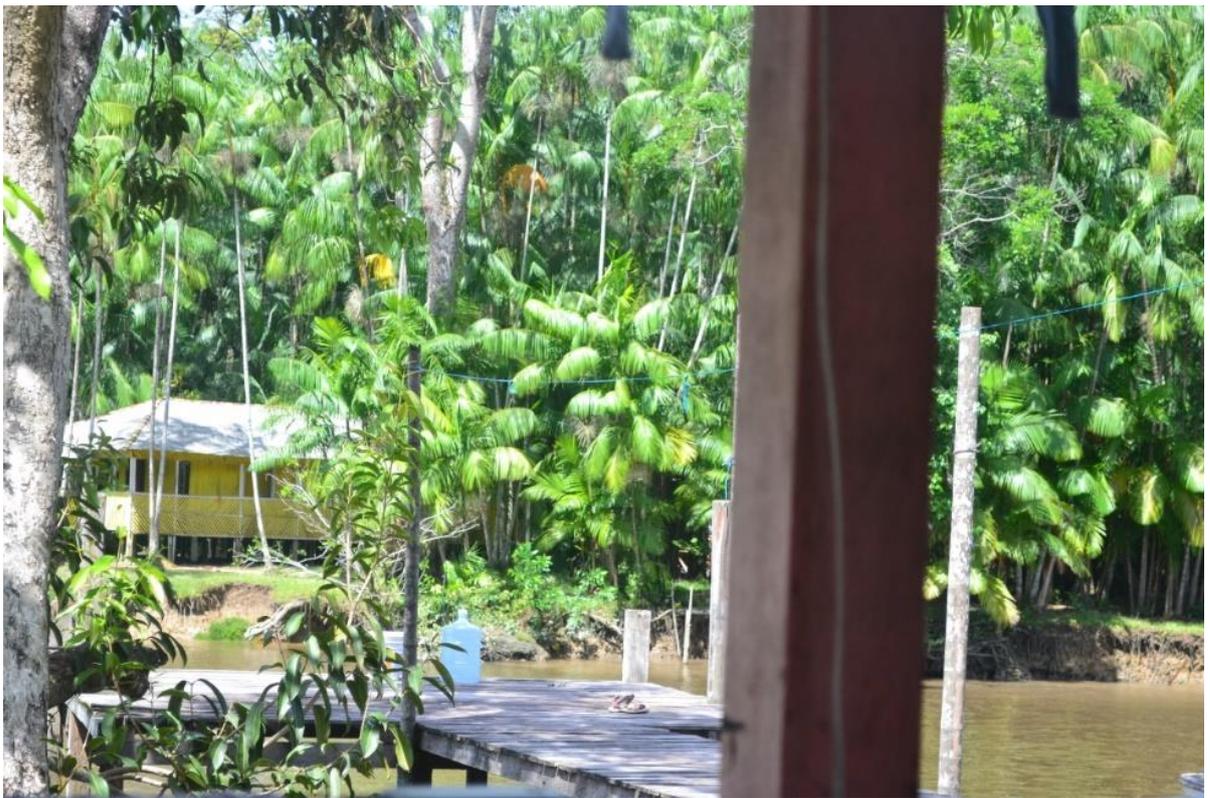
Habituar-se a um chapéu, a um automóvel ou a uma bengala é instalar-se neles ou, inversamente, fazê-los participar do caráter volumoso de nosso corpo próprio. O hábito exprime o poder que temos de dilatar nosso ser no mundo ou de mudar de existência anexando a nós novos instrumentos. Pode-se saber datilografar sem saber indicar onde estão, no teclado, as letras que compõem as palavras. Portanto, saber datilografar não é conhecer a localização de cada letra no teclado, nem mesmo ter adquirido, para cada uma, um reflexo condicionado que ela

O elemento mais abundante na Ilha é a água, matéria movente e modeladora, o que implica que para morar na Ilha, é necessário lidar com a água: por ela se chega e se vai, com ela se convive no sobe e desce diário das marés. A afinidade entre a água e a madeira revela-se nas habitações e embarcações construídas para abrigar e transportar as pessoas, mas, o contato frequente com a água desgasta a madeira e as construções precisam ser substituídas com certa frequência. O curso dos rios é ornado de matapis apesar da pesca não ser apontada como uma atividade prioritária na Ilha, significa que a alimentação ainda está bastante vinculada à água.

As “pontes” são armações de madeira um pouco ou muito acima do chão – dependendo da quantidade de água que o terreno recebe – cujo objetivo é evitar o contato direto com a água e a lama –, elas atravessam os terrenos em várias direções, ligando prioritariamente o rio às casas e ao entorno destas, onde existem dependências externas, tais como: banheiros e áreas reservadas a animais domésticos – porcos, galinhas e patos –; mas também no mato mais distante das moradias, veem-se aqui e acolá a presença de pontes.

Feitas de madeira processada em tábuas ou em tiras, mas também feitas com os troncos de açazeiras, as pontes estão por todos os espaços. Quanto mais próximas das casas mais são praticadas em múltiplas atividades, desde a lavagem e secagem de roupas, a lavagem de louças, a lavagem e a preparação dos alimentos, o cultivo e a exposição de plantas medicinais, servindo também para atracar canoas e barcos, conectando-os ao interior das casas. Lugares de “banhar”, como dizem os moradores, referindo-se ao banho diário que as famílias o fazem ali mesmo, em qualquer hora do dia ou da noite, por isso, não é de estranhar a presença de saboneteiras nas pontes. É comum ver animais domésticos ali interagindo ou descansando, por isso, destaco sua multifuncionalidade.





As pontes feitas da própria açazeira são as mais comuns de serem encontradas, de aparente fragilidade, revelam grande resistência para aguentar o corpo dos moradores e são as que mais testam o preparo dos visitantes, pois, seus troncos, além de cilíndricos são finos. Ao praticá-las, demonstrei pouca habilidade e medo de cair, meu equilíbrio corporal foi colocado à prova e a pequena Mikaelle, filha de Vânia, percebendo meu embaraço pediu à mãe que segurasse minha mão: “[...] segura na mão dela mãe, num tá vendo, ela é igual criancinha que num sabe andar”.

Apesar de estar tão próxima do lugar onde vivo, os hábitos da Ilha me fizeram lembrar uma passagem de *Os índios e nós*, em que Anthony Seeger (1980, p. 34) afirma que no campo nos assemelhamos às crianças:

Retrospectivamente, dou-me conta que, de certa forma, fui criado pelos Suyá. Quando lá chegamos pela primeira vez, trataram-me como uma criança – o que eu era, já que não sabia falar ou ver como eles viam. Levei meses, por exemplo, para ver a sombra ou as ondulações de um peixe rápido na água e para atirar com presteza para atingi-lo com a flecha. Não sabia distinguir os sons que os Suyá ouviam, pois não os entendia e sequer os conhecia. No início, não me deixavam fora de vista. Nunca saí sozinho numa canoa e nunca vaguei desacompanhado pela floresta, embora caminhasse pelas roças. Aprendi a pisar exatamente onde eles pisavam para evitar por os pés em espinhos, arraias e formigueiros, e aprendi lentamente onde era bom pescar e como fazê-lo. Não compensava para os adultos desperdiciar seu tempo me ensinando, e por isso me mandavam sair com os meninos que sabiam mais do que eu.





Assumir limitações corporais em campo não é tão corriqueiro, por esse motivo, chamou minha atenção a descrição feita por Anibal Garcia Arrégui (2008, p. 24-29) de suas limitações corporais em campo, ao acompanhar ribeirinhos e quilombolas na floresta amazônica e no interior do estado da Bahia, na execução de “movimentos corporais que permitem ao homem desenvolver-se em um ambiente hostil, com certo êxito mecânico, na realização de tarefas mais básicas da vida na selva”. Além disso, o autor percebe o quanto seu desempenho atrasava as tarefas diárias que se dispunha a vivenciar e, com isso, sua presença tornava-se um peso a mais para os nativos que, além de buscar os alimentos diários, tinham de lhe dar atenção, ensinando-lhe como deveria se comportar em várias situações cotidianas.

Quando vi Bobo atravessar correndo a ponte feita de troncos de açazeira, por cima de um enorme valão que enche com a maré, tornando-se um igarapé que separa o entorno da casa do campo de futebol, foi exatamente assim que me senti, como um peso, eu tendo de segui-lo devagar passo a passo, com medo de cair, ele na frente e eu atrás. Ao me dar conta de minhas limitações, percebi o quanto essas construções táticas (CERTEAU, 1998) modelam e constituem o corpo de moradores e de moradoras.



As casas ficam localizadas à beira e de frente para os rios, feitas em madeira – paredes, pisos, portas e janelas –, suspensas do chão e cobertas com telhas de barro. Periodicamente, como resultado do desgaste pela ação das chuvas e das marés, as casas são desmontadas, sendo substituídas por madeira nova. Há um modelo muito comum de casas com varanda de treliça, arrodando todos os lados ou apenas a frente, ou ainda apenas uma das laterais, este avarandado dialoga intensamente com o entorno do ambiente. A maioria das casas tem mais de uma porta de entrada e uma porta que dá para os fundos, onde fica o mato e, dentro dele, o açazal. Há janelas na frente e nas laterais também.





Quanto ao interior da moradia, a divisão do espaço pode variar, contudo, há normalmente um corredor que pode ser largo ou estreito e que atravessa a casa de ponta a ponta; ao lado, as pequenas divisões de madeira dão lugar aos quartos. Em algumas casas, os banheiros são internos; e, em outras, externos. Mesmo havendo um espaço que é utilizado como banheiro, todos os moradores tomam banho no rio, por isso, guardo a imagem de, ao passar de barco, ver famílias tomando banho juntas, ensaboando-se e conversando divertidamente às proximidades das pontes de suas casas.

A cozinha fica no final do corredor, sendo que em algumas casas o jirau de lavar louças pode estar do lado de fora, nas pontes. Na moradia de Ariel, por exemplo, o jirau fica dentro de casa e, em cima dele, um conjunto de panelas e tampas penduradas; vê-se também uma vasilha térmica de guardar água, lembrando que a energia elétrica vem pelo gerador que é adquirido individualmente pelas famílias. A presença de garrações de água remete ao problema que vivem os moradores das ilhas, quanto ao acesso à água potável. Na Ilha das Onças, boa parte de meus interlocutores compra sua água potável, os vendedores deslocam-se nos barcos atendendo as demandas dos moradores, haja vista que a distribuição de água mantida pela Prefeitura de Barcarena aos moradores da Ilha das Onças não consegue suprir as necessidades diárias das famílias.

A máquina de bater o açaí é um utensílio que integra todas as moradias por onde visitei, justamente pela presença do gerador de energia, vale lembrar que nem todos os moradores possuem gerador, o resultado que apresento aqui restringe-se aos meus interlocutores e interlocutoras, portanto, não representa a totalidade dos moradores da Ilha das Onças.



A presença da máquina de bater o açaí acentua o quanto que o vinho extraído dessa planta intermedia a existência de humanos e não humanos de várias maneiras, só para se ter uma ideia, ela é parte indispensável da alimentação diária das pessoas coletoras que visitei, sendo consumida no almoço e jantar, sob a forma líquida e misturada à farinha de mandioca. Além disso, consta em pesquisa sobre a ictiofauna³⁸ que o açaí é alimento de peixes e camarões comumente pescados na Ilha das Onças. Outros bichos criados em terra – patos, galinhas e porcos – também se alimentam dos frutos que caem e do bagaço processado pelas máquinas.

Costumo pensar também que a predominância da palmeira em solo insular resulta que suas raízes em maioria são responsáveis por manter coeso aquele chão, que além disso, recebe caroços, pendões esvaziados, estipes abertas de onde já teria sido retirado o palmito, folhas secas, capas, todos esses elementos que constituem a açazeira, desintegram-se no chão da Ilha, são novamente reintegrados adubando novas plantas secularmente, num ciclo que vem alimentando toda uma cadeia sistêmica que participa deste ambiente.

As casas têm um entorno chamado pelos moradores de quintal ou terreiro, trata-se de um espaço bem cultivado, onde elevam-se apenas árvores frutíferas selecionadas, dentre as mais comuns estão cupuaçuzeiros, mangueiras, jambeiros, goiabeiras, taperebazeiros, ingazeiros, ameixeiras e açazeiras que erguem-se de um chão coberto por um mato bem rasteirinho, tipo gramínea, sendo que, em algumas casas, são adornados de plantas florísticas, as mais comuns são as papoulas e as salamandras.

Nesses espaços, ficam também alguns objetos que precisam de reparos e outros que não servem mais, foi assim que um barco encalhado e em plena decomposição chamou minha

³⁸ A ictiofauna e a atividade pesqueira na **Ilha das Onças**, Barcarena – Pará, 2010. TORRES, Danielly Gurjão. Universidade Federal do Pará. Disponível em: repositoriosacademicos.uchile.cl/index.php/browse/index/28?sortOrderId=3... Acesso em: 22 abr. 2019.

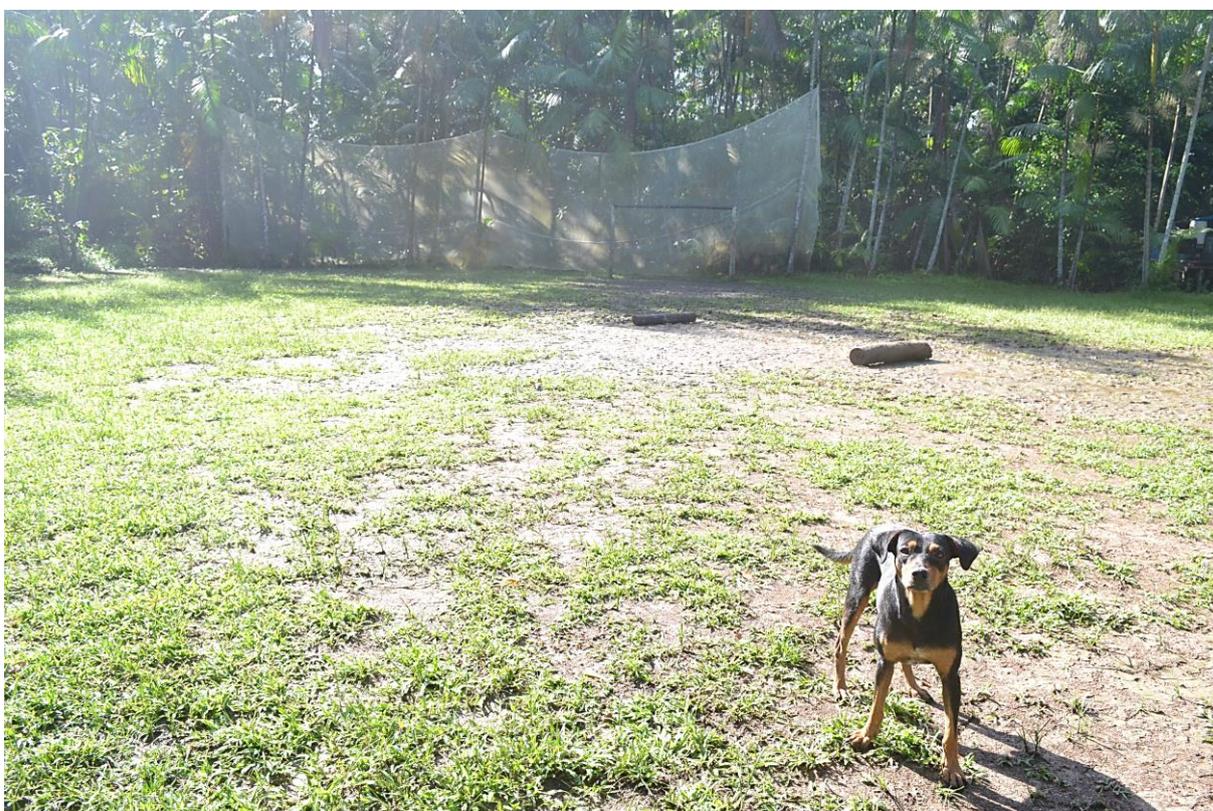
atenção. Enquanto colhia o registro de Vânia produzindo sua peconha de **capa**³⁹, bem na frente de sua casa, me dei conta da carcaça de um barco ao fundo. O barco, um objeto único, fabricado em madeira na própria Ilha, já serviu aquela família e a transportou tantas vezes e a quantas outras gentes e rasas de açáí e bichos também, agora está ali se desintegrando.

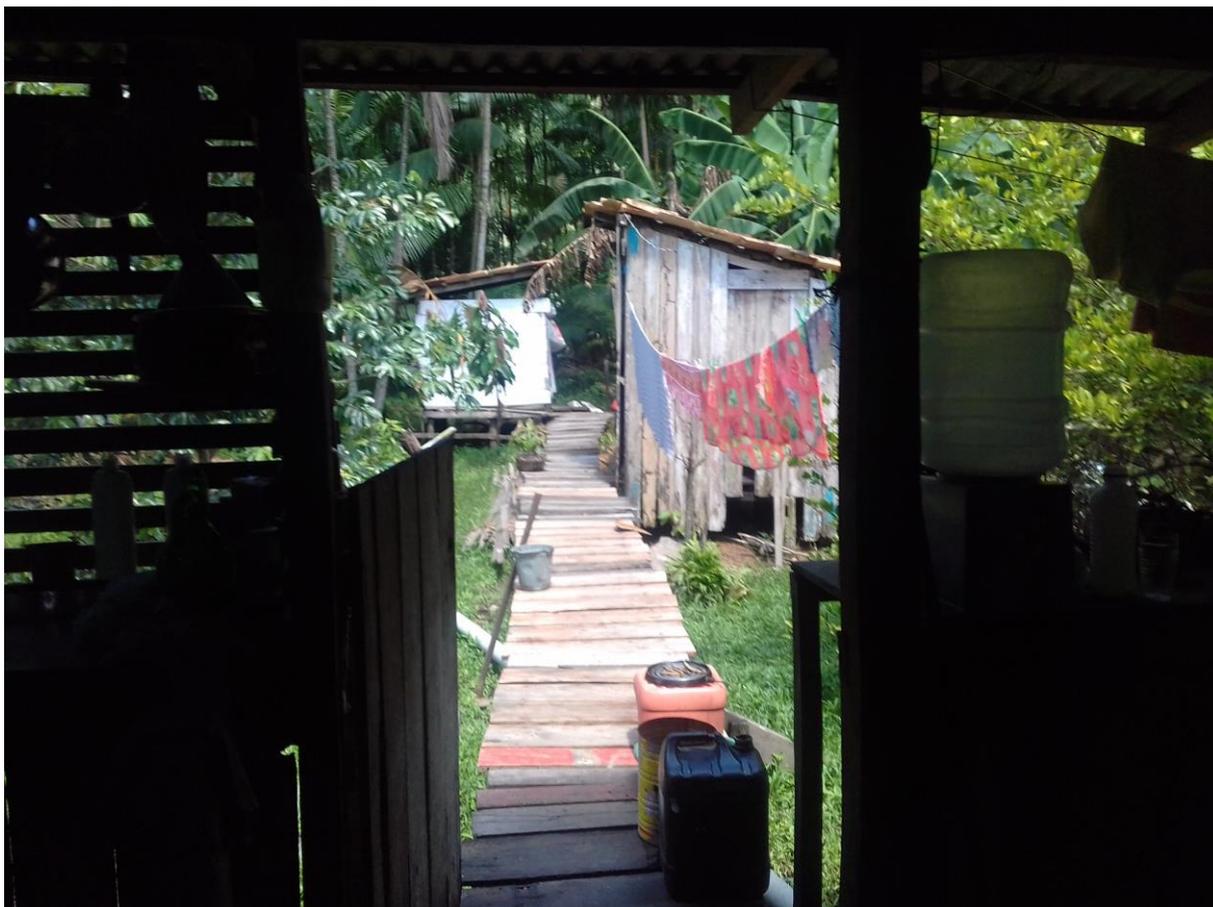


³⁹ Parte da açazeira que cobre os pendões, também chamada de bocó e de guaratã, material de onde é feita a peconha.

O artefato em adiantado estado de desintegração, cuja estrutura interior semelhante a uma espinha dorsal está à mostra. A terra já o acolheu sob a ação dos ventos, da água e do calor transformando-o a olhos nus em alimento/adubo de onde emergem outras novas vidas vegetais e outros seres. Um ciclo de vida que ali se encerra, mas de onde brotam novas e variadas touceiras de açaí crescendo junto a diversos tipos de vegetação, numa espetacular circularidade reintegradora.

No entorno da casa que dá para os fundos aparecem pequenas construções de madeira coberta que fazem parte da casa maior, são pequenos cômodos conectados por pontes, neles estão localizados banheiros, quartinhos de guardar as coisas do mato, como disse dona Ivaneide, e a casinha de guardar os bichos, tais como: patos, galinhas e porcos, durante a noite. Em algumas casas, o entorno abriga um espaço muito apreciado pelos moradores da Ilha que é o campo de futebol. Vi isso na casa de Marcely e também na casa de Bobo, onde o campo de futebol fica no limite entre o entorno e o mato e o cachorro de nome Buchudo posa para a foto.





Nas casas coabitam preferencialmente as famílias de sangue e as casas mais próximas umas das outras são de parentes, afinal, a terra é herdada e dividida entre os membros das famílias ligando-os fortemente. As famílias são constituídas de pai, mãe, filhos e/ou filhas e animais domésticos – cães e gatos – que são criados como membros da família com carinho e afeto, habitando a própria casa e fora da casa há preguiças e mucuras.

Os fundos dessas casas localizam-se na direção do mato, o centro. O mato, segundo Seu Vitor, é muito atrativo para as crianças, todas querem ir para o mato desde cedo, foi assim com seus filhos. No mato coexistem árvores grandes e pequenas, arbustos e trepadeiras, seringueiras e palmeiras de jupati são abundantes, o guarumã, sororoca, andirobeira, cacaeiro, mututi e a samaúma. A principal característica do mato é ser menos manejado que a área correspondente ao entorno das casas. Dentro do mato fica o açaiçal, local de trabalho praticado de formas diversas, distanciado das casas, é também local de encontros furtivos, escondidos.

Na fala de Bobo e de outros moradores, o açaiçal é chamado de “centro” em relação ao mato, mas dentro do próprio açaiçal também há um centro, que corresponde ao final do terreno, uma espécie de núcleo, cuja caminhada longa e de difícil acesso, me impediu de conhecê-lo nos açaiçais que visitei. Alguns açaiçais eram tão distantes das casas – variando entre uma e duas horas de caminhada em áreas alagadas –, que se tornou impraticável para mim devido ao horário

em que chegava ao local, por volta de sete e meia da manhã, quando o coletor já estava a meio caminho de volta do centro. Na casa de Camila, onde fiquei hospedada alguns dias, o centro situava-se a uma distância de mais de uma hora de caminhada pelos alagados, por isso, não consegui acompanhar seu pai.

Os açazais vêm crescendo nos matos tornando-se muito extensos, uns mais, outros menos, mas em geral são extensos. Então, certa vez, perguntei ao Bobo qual era o tamanho do açazal deles e me respondeu: “[...] é um bom tamanho”. A extensão é fenômeno recente associado ao aumento do consumo do fruto, reduzindo a escassez ou “falha” – do açáí – como costumam chamar os ribeirinhos, o que, por sua vez, promove em um mesmo açazal a alternância de safra e entressafra, ainda que, durante o inverno, a produção seja marcadamente menor. Cada açazal é um mundo e a Ilha tem vários mundos, há uma incrível variação de safra e entressafra na totalidade desse ambiente insular.

O “centro” é uma expressão êmica, falada constantemente pelos interlocutores, sempre relacionada à “beira”, outra expressão muito utilizada, que corresponde ao extremo do centro. São expressões que não se restringem à Ilha das Onças, outras localidades próximas fazem uso dessa nomenclatura, conforme mostra Scoles (2009, p.166) ao estudar comunidades quilombolas no Baixo Acará, também localizadas no estuário amazônico e próximas à Ilha das Onças:

O uso do território de Itacoã organiza-se espacialmente segundo as condições de uso do povoado e a geomorfologia do terreno. Do ponto de vista socioespacial, a localidade divide-se em duas zonas bem diferenciadas. Uma, o centro nevrálgico da comunidade e lugar de encontro social e comunitário, é conhecida com o nome de “Beira”. Nela se encontram as principais infra-estruturas³ do povoado e o porto fluvial. Neste espaço as casas estão bem próximas umas das outras, separadas unicamente pelos quintais e respondendo sua localização ao critério de proximidade familiar. A segunda, as zonas mais afastadas do porto e das principais infra-estruturas comunitárias de acordo com a terminologia de uso comum, denomina-se genericamente como “Centro”. Neste vasto território, há poucas casas, sendo os ecossistemas dominantes os bosques de formação secundária (capoeiras) e as áreas abertas de cultivo agrícola (roça). Os habitantes de Itacoã utilizam esse território para desenvolver atividades tradicionais de subsistência: caça, pesca, agricultura itinerante, coleta de frutos etc.

Itacoã distingue-se da Ilha das Onças e demais ilhas que circundam Belém, pois, nelas não há “o porto fluvial” como a porta única de entrada para o lugar. Na Ilha das Onças e demais ilhas, cada morador tem a sua “ponte” ou porto particular, não havendo nem uma entrada principal nem mesmo espaços públicos, além das escolas e do posto de saúde. Também não há uma “beira” e um “centro”, visto que, da mesma forma, cada morador tem a sua beira e o seu centro. Interessante é o fato de que o “centro” seja um lugar tão distante da “beira”, das casas e de um trânsito maior das pessoas, mas ainda assim praticado, como observei nos centros que

conheci – ouvi dizer que os melhores frutos do açaizal estão localizados no centro. Por ser este um local menos frequentado e cultivado até mesmo pela distância que chega, às vezes, a uma ou duas horas de caminhada, onde o mato é mais adensado e a quantidade de folhagem impede a passagem do sol, conseqüentemente é mais sombrio, são essas características que tornam propício os atos escondidos e não apenas a coleta.

Sua própria constituição de lugar-floresta, úmido, aquoso e encharcado, dificulta o acesso e favorece os encontros furtivos, as práticas proibidas, como exemplo, práticas sexuais, isso talvez tenha influenciado para que no açaizal da família de Bobo, Ana Júlia me acompanhasse sempre. Agora, faz todo sentido, o que ouvi numa de minhas primeiras explicações aos meus alunos do Ensino Médio, sobre a pesquisa que iria empreender no açaizal, quando um deles me questionou: “[...] a senhora tá preparada prá ir pro mato?”

Diante de meu pouco caso, ele continuou: “[...] a senhora tá preparada pra dá de cara com um casal transando no mato?” Nesse momento eles me advertiam que o açaizal não é apenas um lugar de coleta, talvez esse tenha sido o principal motivo das visitas que fiz ao açaizal da família de Bobo, sempre terem sido agendadas a partir da disponibilidade da Ana Júlia em me acompanhar, nunca fui sozinha.

O próprio nome, centro, indica que em toda a extensão das moradias, o mato – e nele o açaizal – é o que há de mais importante e em torno do qual tudo o mais se mantém girando, em torno do qual a vida é vivida, mesmo que, nesse caso, o centro não corresponda a uma posição central, geograficamente falando. O mundo vegetal ocupa o centro da vida econômica, entremeia-se à construção de casas e embarcações e entranha-se nos corpos que bebem o açaí diariamente. São corpos que apoiados em calcanhares descalços ou calçados, articulam todo o espaço das moradias por intermédio das caminhadas.

3.1.1 A caminhada da “beira” até o “centro”

“Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares”.

(CERTEAU, 1998, p. 176)

Todas as panhas descrevem um caminho praticado através do tempo nos vastos terrenos herdados pelos jovens interlocutores desta pesquisa. Os jovens eram ainda crianças quando começaram a acompanhar seus pais no trajeto que vai da casa de morar, sempre localizadas margeando os rios, até o mato. Geralmente, o mato é um trecho que descreve um trançado de terra e rio, longo e em constante transformação, coberto por uma vegetação, às vezes, rala e, outras, adensada, depende muito da prática dos moradores de cada açaizal.

Nos açazais que percorri o itinerário me parecia sempre incerto, por apresentar variações no trajeto de um dia para o outro, percorrê-lo, para mim, era ao mesmo tempo, difícil e emocionante. Difícil por ser o terreno alagado e solicitar uma intimidade com a várzea e com as finas pontes construídas a partir dos troncos de açazeiras – cujo objetivo é facilitar o deslocamento, mas antes de facilitar, pede o treino do corpo –; e a rapidez com que os coletores se movimentam, com os pés no chão e a cabeça voltada para a copa das árvores, calculando o melhor caule para ser escalado, o que pede novamente, intimidade com a lama, o equilíbrio e a agilidade corporal. A emoção fica por conta de vivenciar a floresta, situada numa imensidão de água, observando técnicas corporais utilizadas durante a coleta.

Em *Caminhos e Fronteiras*, Hollanda (1994, p. 20) relata por meio de vasta documentação a enorme habilidade com que os “naturais da terra” abriam caminhos, estreitas veredas e atalhos no mato, que cobria o continente recém invadido pelos europeus, e as práticas utilizadas para marcar os caminhos percorridos e mesmo impor limites:

Essa destreza com que sabiam conduzir-se os naturais da terra, mesmo em sítios ínvios, herdaram-na os velhos sertanistas e guardam-na até hoje nossos roceiros. Concebe-se que práticas inventadas pelo gentio para marcar os caminhos – por exemplo, o uso de dobrar os galhos ou de golpear os troncos de árvore, ainda frequente entre gente do interior – fossem facilmente aceitas pelos desbravadores paulistas.

O autor também enfatiza as relações entre humanos e não humanos na construção dos caminhos, revelando por detrás do modo peculiar de se locomover, um modo de pensar, de situar-se no mundo de maneira sistêmica, refletida na capacidade de orientação dos gentios, que confiavam nos astros, nos vegetais e animais para conduzir-se. Desse modo, Hollanda (1994, p. 34, grifos meus) descreve:

E assim como o branco e o mameluco se aproveitaram não raro das veredas dos índios, há motivo para pensar que estes, por sua vez, foram, em muitos casos, simples sucessores dos animais selvagens, do tapir [anta] especialmente, cujos carreiros [atalhos] ao longo de rios e riachos, ou em direção a nascentes de águas, se adaptavam perfeitamente às necessidades e hábitos daquelas populações. Hábitos a que o europeu e seu descendente tiveram de acomodar-se com frequência nas viagens terrestres e que muitos sertanejos ainda conservam.

De alguma maneira essa parceria entre humanos e não humanos, está sempre acontecendo, a constante presença de cães no açazal e o quanto sua companhia é valorizada pelos coletores, é um exemplo disso, sem falar na segurança das casas, reforça o quanto “somos, constitutivamente, espécies companheiras” (HARAWAY, 2003, p. 3). Conforme alguns relatos, durante a coleta, os cães são capazes de prestar socorro em situações bem difíceis enfrentadas, como no caso narrado por Marcelo:

Marcelo: [...] O avô do meu irmão, que mora no braço ali, ele conta que caiu do açazeiro no igarapé também, ele bateu a cabeça no açazeiro, caiu e a água tava enchendo, a companhia dele era só uma cachorra.

Terezinha: [...] E aí?

Marcelo: [...] Aí a água tava enchendo, quando a água ia dando no nariz dele a cachorra começou a lambar, lambar, quando ele se acordou ela tava pra se estourar de tanto beber água pra não deixar ele morrer, ele se espantou com ela lambendo o rosto dele, foi que ele sobreviveu, pois, se a água dá no nariz dele ele ia se afogar.

O reconhecimento por parte de alguns coletores de que os ambientes são moradas de diversos seres, o que para Seu Nilson é uma inteligência que o coletor deve ter. Um exemplo disso são os sinais compartilhados no mato que possibilitam às primeiras populações, a construção de sinais intencionais, o que é bem assinalado por Hollanda (1994, p. 21):

É possível, talvez, ter ideia da segurança com que os índios se guiavam pelos astros ou rastros, conhecendo a perícia de nosso caboclo no distinguir ou identificar os menores vestígios da passagem de animais nos carreiros [atalhos]. Um exame superficial das pegadas de um homem ou bicho basta-lhe muitas vezes para tirar deduções mais precisas sobre sua origem, sua direção e a época em que foram produzidas.

O “espírito de observação permanente e desperto”, desenvolvido no “contato prolongado com a vida nas selvas”, é o que torna possível a leitura desse “rústico alfabeto, unicamente acessível a indivíduos educados na existência andeja do sertanista”, tal leitura “requer qualidades individuais que dificilmente se improvisam”, diz o autor de *Caminhos e Fronteiras*.

A observação participante exigiu-me caminhar no açazal de Bobo aos moldes da “marcha em fileira simples” (HOLLANDA, 1994, p. 26), enquanto ele sumia de vista no mato denso entre o chão e a copa das palmeiras, eu acompanhava a irmã dele que o seguia e me guiava ao mesmo tempo. A marcha, que entendo como sendo a rítmica do caminhar e, nesse caso, um pouco mais ligeira, é que permitia tal façanha. Isso se tornava evidente quando por algum motivo, eu quebrava essa cadência e ficava para trás, minha cicerone parava e me esperava, até que retomávamos o trecho de novo, eu sempre em seu encalço.

Discorrendo sobre os caminhos dos gentios, Hollanda (1994, p. 31, grifos meus) ressalta os sentidos apurados, “exercitados pelo gênero da vida que levam” e evidenciados por “um senso de orientação quase miraculoso”. O autor descreve os modos de marcha que resultam em caracteres corporais distintos, como por exemplo, relativos aos pés:

Das intermináveis marchas a que se acostumam desde meninos, provêm, segundo todas as aparências, os pés alargados e disformes que Ehrenreich notou em numerosos índios brasileiros, traço que ainda persiste com muita frequência em nossos caboclos de hoje: “descalços, pés chatos e esparramados, dedos cabeçudos, longos, em garra, fincados no chão [...]”

Tal particularidade que poderia ser atribuída a outras causas, porém, de acordo com a fala dos próprios indígenas sempre são relacionadas aos modos de vida: “É curioso que os próprios índios atribuem por vezes a deformação dos pés achatados aos modos de vida que lhes são impostos ou às condições do terreno que pisam...” (HOLLANDA, 1994, p. 31); a particularidade dos pés achatados relacionam-se ao modo de embarcar dos guatós, e os “pés mimosos” dos guaicurus são atribuídos a andanças sempre a cavalo ou embarcados, nunca à pé.

Uma percepção ainda mais minuciosa sobre o modo de andar dos indígenas revela-lhes o êxito de caminhar longas distâncias com o mesmo vigor (HOLLANDA, 1994, p. 35):

O caminhar em fila, imposto pela exiguidade [estreiteza] das trilhas, principalmente no espesso da selva tropical, parece relacionar-se, além disso, às razões de ordem fisiológica que G. Friederici estudou entre índios norte-americanos, mas que parece aplicar-se de um modo geral aos de todo continente. É que, enquanto os brancos, por disposição natural ou educação, costumam caminhar voltando para fora a extremidade de cada pé, o índio caminha de ordinário com os pés para frente. Na sua marcha, nota ainda Friederici, a planta e os dedos do pé aplicam-se inteiramente sobre o solo, porque todo o peso do indivíduo recai sobre o conjunto de maneira uniforme, ao passo que entre os brancos o polegar suporta uma parcela de peso desproporcionadamente maior. Com seu sistema peculiar, os índios não só economizam trabalho, pois a ponta do pé encontra naturalmente menos superfície de resistência nos galhos e macegas, mas também, devido à distribuição mais proporcional do peso do corpo, “nenhuma junta desenvolve mais trabalho do que as outras, nenhuma parte sofre mais cansaço, e assim – *viribus unitis* – tornam-se possíveis percursos mais extensos”.

Entendo que o próprio engajamento com o lugar sugere formas adequadas de praticá-lo, portanto, não apenas os indígenas detêm esse saber corporal, mas os povos habitantes das florestas conseguem desenvolver tais habilidades por intermédio de caminhadas, é o que pude observar entre os jovens coletores no deslocamento da casa até o açaizal e do chão até o alto das copas das palmeiras. A caminhada, portanto, deve ser tomada como parte fundamental da coleta, é aqui que o aprendizado começa e a moradia se faz em toda a extensão do terreno.

Reconhecer no ato de caminhar muito mais do que o propósito de chegar em algum lugar, é o que Tim Ingold⁴⁰ (2010, p. 122) enfatiza ao dedicar uma boa parte de sua obra a mostrar que os pés apesar de pouco estudados em detrimento das mãos, constituem órgãos muito sensíveis e essenciais na produção do conhecimento:

(...) à medida que caminhamos, não tanto atravessamos a superfície exterior do mundo como negociamos um caminho através de uma zona de mistura e intercâmbio entre as substâncias mais ou menos sólidas da Terra e o meio volátil do ar. É nesta zona que

⁴⁰ Yet as we walk, we do not so much traverse the exterior surface of the world as negotiate a way through a zone of admixture and interchange between the more or less solid substances of the earth and the volatile medium of air. It is in this zone that all terrestrial life is lived. As inhabitants of this zone we are continually subject to those fluxes of the medium we call weather. The *experience of weather* lies at the root of our moods and motivations; indeed it is the very temperament of our being. It is therefore critical to the relation between bodily movement and the formation of knowledge.

toda a vida terrestre é vivida. Como habitantes desta zona, estamos continuamente sujeitos aos fluxos do meio que chamamos de clima. A experiência do tempo está na raiz dos nossos humores e motivações; na verdade, é o próprio temperamento do nosso ser. É, portanto, fundamental para a relação entre o movimento corporal e a formação do conhecimento. (tradução minha)

Sobre o ato de caminhar na Ilha, cujo chão é reconhecidamente de várzea, devo dizer que o percurso a pé é obrigatório, não há outro jeito, significa que o engajamento começa cedo intermediado pelos pais coletores:

Bobo: [...] Eu comecei a vim, vim mesmo desde criancinha, a vim com a mamãe, que a mamãe dibulhava e eu vinha, só que eu não tirava né! Mas eu vinha [...].
 Terezinha: [...] Tu acompanhava a tua mãe?
 Bobo: [...] Era porque não podia ficar só eu em casa, aí eu vinha com eles.
 Terezinha: [...] E tu também não podia vim com teu pai?
 Bobo: [...] Não, eu vinha com eles por que a mamãe vinha dibulhá e o papai vinha tirar.
 Terezinha: [...] Sim. E a Ana Júlia tava pra aula?
 Ana Júlia: [...] Tava pra aula.
 Terezinha: [...] Então de pequenininho mesmo?
 Ana Júlia: [...] De uns 3 (três), 4 (quatro) anos, nera?
 Bobo: [...] Era.
 Ana Júlia: [...] A mamãe falou que ele já ia pro mato com eles, não tinha com quem ele ficar tinha que levar.
 Terezinha: [...] Entendi.
 Ana Júlia: [...] Mas só começou a apanhar com sete anos, não foi?
 Bobo: [...] Foi.
 Terezinha: [...] E aí desde cedo tu já apresentava as qualidades da panha?
 Ana Júlia: [...] É e ele, eu acho... Daqui ... Eu acho que ele é um dos que apanha açai mais rápido, ele apanha muito rápido mesmo, às vezes, tá ele apanhando, tá o papai e o meu marido, ele apanha duas rasas e eles estão com uma ainda.

Seu Vitor dá a sua versão quando lhe pergunto como Bobo aprendeu a tirar o açai: “primeiro eles vão pa olhá o mato, juntá do chão, vê como a gente faz ... Hoje, ele ‘tira’ duas rasa por dia”. Nessa fala, Seu Vitor coloca ênfase na percepção do lugar, na participação integrada e por último a atenção aos gestos dos pais, assim se constrói uma relação de intimidade com o mato/açaizal.

Acrescento aqui a fala de Seu Nilson que demonstra bem esse ponto:

[...] Aí eles começam a andar quando tão assim com uns sete, dez anos de idade, eles começam a andar, aí quando começa a pegar os quatorze, quinze anos eles já estão subindo bem né! Aí a gente começa a ver, olha vai naquela ali, vai naquela outra, naquela não sobe, naquela é perigosa, aí a gente fica ensinando.

Ariel complementa a fala de Seu Nilson dizendo que não conseguia ir sozinho: “[...] papai ia comigo, entendeu? Papai ia comigo, mas com o tempo, ele já começou a me levar pra mais longe, pra mais longe”, com o objetivo de se dar conta da totalidade do açaizal por meio da caminhada que praticam até hoje, mas já o fazem em separado. Bobo e seu pai, ainda saem

juntos de casa e caminham até certo trecho, de lá seguem rumos distintos dentro do mesmo mato que para mim, parece um labirinto. Observo Seu Vitor caminhar descalço e subir descalço na açazeira, enquanto Bobo usa botas e meias durante a caminhada e a coleta.

Os itinerários que se seguem, porém, são distintos de modo a cobrir todo o terreno em suas divisões, haja vista que a parte de Seu Vitor subdivide-se entre membros da família que constituiu com Dona Conce que, nesse caso, é formada por ele, sua esposa e seus quatro filhos, e ainda é dividido com o filho mais velho de Seu Vitor do primeiro casamento. Ao todo são oito partes, cada uma dessas partes subdivide-se em “pontas” que juntas, totalizam a área de trabalho, por esse motivo que ambos, pai e filho, combinam previamente como irão conduzir a panha àquele dia, o que resulta no sustento de toda família.

A curiosa divisão do terreno em “pontas” define a caminhada no açazal, ao percorrermos-nas, os coletores buscam os frutos maduros chamados de “tuíra”⁴¹ e os que estão amadurecendo chamados de “parau”. Semelhantes aos nômades primevos, não há uma marcação com cercas e outros recursos mais ostensivos, o que há são demarcações que obedecem outros critérios que só uma percepção treinada e adquirida na vivência das caminhadas é capaz de perceber.

Ariel fala das “pontas” que correspondem às divisões do açazal e descreve o momento em que começa a caminhar sozinho – desafiando seus medos – quando o seu pai ficou seriamente doente sem poder andar, consequência da queda que o fez tombar do alto de uma palmeira:

Ariel: [...] Aí chegou um tempo que ele adoeceu, aí ele não pode ir pro mato, foi entre os meus 14 (quatorze) e 15 (quinze) anos ele adoeceu, aí eu tive que ir sozinho, aí eu fui me lembrando das partes por onde nós passava antes, entendeu? Porque o caminho é reto, vai direto, aí eu ia me lembrando os caminhos, as dobras, aí eu achava lugares que eu não tinha conhecido antes. Eu guardava na cabeça, aí ia embora sozinho tirar açá e voltava.

Terezinha: [...] E como é que faz? Tira daqui pra lá ou anda pra lá e vem tirando assim?

Ariel: [...] Porque esse mato aqui é duas fases ele, ele é inverno e verão. Quando tá no verão aqui na beira dá muito, aí o que nós faz? A gente tira tudinho aqui da beira, por exemplo, cinco dias direto, a gente tira aqui na beira, a gente tira um dia na semana pra ir pro **centro** entendeu? Pelo igarapé, a gente vai de embarcação pelo igarapé, aí deixa a rabeta lá, por que são divididos por igarapé.

Terezinha: [...] Ah! Entendi, e qual é esse igarapé?

Ariel: [...] São vários cortes de igarapé no mato, inclusive tem vários matos, não é só esse, tem divisões. Tem um terreno que é dividido por igarapé e tem um que é dividido por estaca por que é muito junto, aí é separado por estaca aí o dali já é se é separado por igarapé, a outra parte dali.

Ariel: [...] Tem um período que inclusive as árvores já tem que tá bem, tem um período que elas descansam entendeu? Aí o que a gente faz? Trabalha todo verão, aí a gente

⁴¹ Ambas expressões êmicas tuíra e paráu significam respectivamente o fruto maduro no ponto de ser coletado e o fruto quase maduro que necessita um pouco mais de tempo para ser coletado.

utiliza algumas partes pra nós, aí pega uma parte da panha aí a gente fica guardando entendeu? Pro inverno, o inverno que vem fervendo aí, fervendo por que o cara olha e tá só a copa do açazeiro, a gente não vai achar nada.

A fala de Ariel destaca o importante trabalho da memória tanto em perceber as divisões feitas de formas diversas – ora marcadas por igarapés, ora por estacas –, quanto em perceber lugares que antes não eram vistos. Quando pergunto a ele sobre a ordem da coleta, por onde que ele começa, ele lembra que há uma dinâmica temporal no açazal e ele segue seu fluxo. Parte da identificação de que o mato praticado possui duas fases: o inverno e verão. Durante o inverno, uma parte do mato produz açaí e durante o verão a produção acontece em outra parte do mesmo mato, o que assinala diferentes itinerários a serem percorridos num mesmo terreno. Ainda que tal sazonalidade esteja circunscrita a um espaço relativamente pequeno – em relação a totalidade da Ilha –, a mobilidade gerada remete ao nomadismo, sempre associado aos caçadores-coletores.

Não seria leviano dizer que o que pode ter fixado as famílias à Ilha das Onças, secularmente falando, além da proximidade à Belém, foi a riqueza de alimentos silvestres – caça, pesca e vegetais –; e dentre estes, o açaí sempre chamou atenção pela abundância e pelo consumo diário, a caça não existe mais e a pesca, apesar de praticada, é relegada como fonte de alimento suplementar, seja pelo pequeno porte de peixes e camarões, seja pelo baixo valor econômico (TORRES, 2010). Nesse sentido, mesmo considerando a proximidade a um centro urbano como Belém e a oferta de diversos tipos de alimentos disponíveis nas feiras livres, o consumo do açaí resiste ao tempo, mas não só isso, expande-se para as margens urbanas, para outros estados e recentemente, para outros países.

A caminhada por longas distâncias dentro dos açazais, e com certa frequência, no meu entender, não é neutra, já é uma intervenção no espaço que se faz mediante ruídos, o roçar dos corpos humanos nos corpos das plantas, os pés tocando o chão, suores, respirações, todo esse movimento desencadeia entre os seres vivos uma adaptabilidade que resulta de uma co-presença. Considero que a caminhada por si só já é um manejo, um cultivo, mesmo que nem se compare ao que ocorre no entorno das casas. Por outro lado, é notável que o mato tenha sido adensado por palmeiras do tipo *Euterpe oleracea* em toda a sua extensão.

O trajeto a ser percorrido é determinado pela safra e entressafra, sempre intercalado com as visitas à parte mais longínqua do açazal, chamada de “centro”. No caso do açazal de Ariel, se chega ao centro de barco, pelo igarapé. Como ele mesmo diz, o mato deles é todo entrecortado por rios e igarapés que funcionam como divisas. Essas divisas são chamadas de

“pontas”, nome comum entre os coletores, penso tratar-se de uma estratégia secular de modo a facilitar a identificação dos lugares praticados.

A conversa com Rodrigo e seu Ronaldo acrescenta mais informações sobre a divisão do mato em pontas:

Rodrigo: [...] Porque é dividido o mato por ponta, professora.

Terezinha: [...] Pois é.

Rodrigo: [...] Pois é, isso que ela tá perguntando.

Seu Ronaldo: [...] A tá, a senhora não tá perguntando do mato do outro vizinho nosso, a senhora tá perguntando só aqui assim.

Terezinha: [...] Também do outro vizinho, como o senhor tá respondendo, mas já que não tem cerca também no de vocês aí é como ele diz por ponta né?

Seu Ronaldo: [...] Por ponta, cada ponta tem um nome.

Terezinha: [...] Pois é. E cada nome tem. Como é o de vocês?

Seu Ronaldo: [...] Cada nome é uma pontinha de mato, vamos supor, bem ali nos temos a ponta, o nome dessa Ponta é Matinho que a gente chama pra ela, essa aqui é a Ponta do Quintal, aí a senhora anda mais ali pra trás tem a Ponta, que é da minha irmã, que se chama pra ela Bananeira, Ponta da Bananeira, mas é açazal.

Terezinha: [...] Porque bananeira?

Seu Ronaldo: [...] Porque lá era muito bananal antes, era roçado que nos fizemos uma vez, o papai plantou, lá era só banana. Banana, quiabo e maxixe, aí começamos a criar porco, não prestou mais, porque o porco quando ele vê banana ele arranca a banana inteirinha do chão, o porco. Aí, ali mais pra dentro do mato, mais um pedaço que comprei do meu irmão, a ponta pra lá se chama de Ponta do Muru-muru, aí mais lá na frente.

Terezinha: [...] Mas tem esse muru muru lá?

Seu Ronaldo: [...] Tem muru muru lá, tem. Muru muruzeiro, mas é mais açazal, mais lá na frente tem outra ponta, chama-se Ponta Baixa por que antes o açazal era tudo em baixo, por isso que era ponta baixa, mais lá na frente tem uma ponta chamada Ponta da Sororoca, aí mais pra lá um pouco tem a Ponta do Taperebá, taperebá eu chamo por que antes tinha um taperebazeiro muito grande, aí ele quebrou, virou, ele morreu. Dava bem taperebá, e ficou como a Ponta do Taperebá.

Terezinha: [...] Mas ainda tem marca dele lá?

Seu Ronaldo: [...] Não, não tem mais, apodreceu tudinho.

Terezinha: [...] E como é pra saber?

Seu Ronaldo: [...] Por que a ponta é conhecida, Ponta do Taperebá.

Terezinha: [...] Como é que vocês conhecem?

Rodrigo: [...] Eu já conheço, nossa! A gente sabe.

Seu Ronaldo: [...] A gente conhece tudinho, eu ando de noite se eu for, mais lá dentro professora, tem a ponta chamada assim de Ponta da Sumaumeira, que é aquela árvore grande de samaúma, né?

Terezinha: [...] Sim, bem bonita.

Seu Ronaldo: [...] É a maior sumaumeira que tem nesse mato aí é essa, a divisa do meu outro vizinho, lá passa bem no meio da raiz dela, bem perto de uma raiz dela, mais da metade dela fica pra dentro do meu mato, aí chama-se ponta da sumaumeira que a gente conhece, pro outro lado tem a Ponta do Jupati, a gente fala assim por que é aonde tem o pau grande, mas é as pontas de açazal só que a gente fala assim.

Terezinha: [...] O Jupati é o que faz a rasa?

Seu Ronaldo: [...] Não, o Jupati... o que faz a rasa é o guarumã. O Jupati é o que faz matapi, faz viveiro, é ... embarcaçõzinha de Jupati né? Isso que faz o Jupati. Aí é assim que funciona aí.

Terezinha: [...] Entendi, pois é [...].

Seu Ronaldo: [...] Porque se eu mandar eles assim, meus filhos pra dentro do mato: Olha, vão tirar açai, se eu falar pra eles assim, eles vão falar pra mim, aonde papai?

Terezinha: [...] Isso, exatamente.

Seu Ronaldo: [...] Vão lá naquele mato, mas qual mato? Vão tirar, tu sabe aquela ponta e tal assim? Não. Aí eu vou falar assim, vai lá na Ponta Baixa, aí eles sabem aonde é.

Terezinha: [...] E também por que o senhor sabe que lá tem agora aquele açaí.

Seu Ronaldo: [...] É, tem por que a gente já marca os dias que ele tá preto, olha, vamos supor que nós tiremos hoje, sexta feira, vai tá bom sexta feira que vem, só que no decorrer desses dias todinhos aí tem outros lugares que a gente vai tirando né? Como eu tava lhe falando, tem essas pontas todinho, tem Jupati, tem Bananeira, tem Sumaumeira, tem Sororoca, tem Ponta Baixa, Muru-muru e assim vai, a sororoca, a senhora sabe o que é sororoca?

Terezinha: [...] Ai não me lembro.

Seu Ronaldo: A árvore da sororoca, essa Ponta lá é chamada Sororoca por que lá só era sororocal.

Terezinha: [...] Por que ela dá muito na mata né?

Seu Ronaldo: [...] Muito, lá era fechado, era fechado mesmo aí foi espalhando.

Observo que o manejo não apaga da memória o vivido no lugar que se tornou açaizal, Seu Ronaldo faz questão de dizer que o nome da Ponta é Bananeira, só que não tem mais banana, o que tem é açaí, portanto, o que foi vivido e o que ali existiu – o roçado, a criação de porcos – é constitutivo daquele ambiente e se perpetua na memória. Os nomes escolhidos para as pontas são formas de homenagear o vivido e o revivido é o que constitui também a identidade das pessoas que praticaram e praticam o lugar.

Os limites são identificados até na escuridão da noite por Seu Ronaldo, portanto, não são muito compreensíveis a quem está de fora, porém, quando penso que consigo caminhar na escuridão em minha casa, eu entendo o que ele diz. Quando Seu Ronaldo fala, por exemplo, que o limite entre o terreno dele e o de seu vizinho passa bem no meio da raiz da sumaumeira, e esta continua lá, é respeitada, ela que é conhecida como a rainha da floresta pelo seu majestoso porte.

O vivido que dura no tempo e é revivido durante as caminhadas, porque reconhecidamente está imbricado à matéria do hoje, como no taperebazeiro que morreu e no lugar dele hoje, tem açaí. O sentido atribuído a cada uma das pontas por meio dos nomes que lhe são próprios, mostram a importância dada a cada elemento presente ou passado naquele lugar.

O ato de caminhar conecta o presente a outros tempos ali vividos, o constante devir das paisagens é revivido por meio das narrativas, impressas nas pontas, como lugares praticados desde a infância por gerações que por ali passaram; são camadas de memórias que vêm à superfície, trazidas pelos passos dos moradores-coletores enquanto caminham, perpetuam suas histórias e reafirmam suas identidades. Para Tilley (1994, p. 28), temporalidades e espacialidades se articulam no movimento:

Uma caminhada é sempre uma combinação de lugares e tempos - tempos sazonal e social. De Certeau (1984: Parte III) descreveu uma arte de andar que é simultaneamente uma arte de pensar e uma arte de praticar ou operar no mundo. O movimento através do espaço constrói 'histórias espaciais', formas de compreensão

narrativa. Isso envolve uma presença contínua de experiências anteriores em contextos atuais. O conhecimento espacial requer o acoplamento de um tempo acumulado de memória para superar um encontro inicialmente hostil e alienante com um novo lugar. Flashes de memória, por assim dizer, iluminam a ocasião.

Mais do que limites, as pontas são portais que remetem a temporalidades outras, lugares praticados desde a infância por gerações que geraram outros lugares e outras temporalidades sempre a partir da matéria do passado, agrupadas ali, circunscritas agora em forma de açailal.

O ato de perder-se durante uma caminhada no açailal pode ser indício de um encontro com os encantados que por ali também fazem morada, foi assim o encontro do pai de Seu Ronaldo, avô de Rodrigo, com a Curupira, transcrita na narrativa a seguir:

Terezinha: [...] Mas tem Curupira? Tem né?

Seu Ronaldo: [...] Hoje em dia não se vê falar mais né!? Mas, o meu pai conta que uma vez eles se perderam no mato e tiveram que dá vários nós no caminho, eles iam passando pra empatar ela, se não eles não chegaram, se perderam no mato.

Terezinha: [...] E eles sentiam a presença dela?

Ronaldo: [...] É, porque eles davam várias voltas e voltavam no mesmo lugar, eles giravam e voltavam, tavam no mesmo lugar, aí é tipo assim: pega as palhas de açai, né!?

Terezinha: [...] Sim.

Ronaldo: [...] Onde as folhas tão mais baixa, aí puxa uma palha dali e puxa outra daqui e enrola e dá um nó. Vai e deixa ficar lá, aí mais na frente se tiver mais uma baixa, pega e dá mais uma amarrada e deixa ficar. E procura um caminho e anda, porque esse nó quando ela for passar vai se empatar pra desmanchar o nó, aí é o tempo que a pessoa pega e anda, mas se não fizer nada, alguma coisa [...]. Outra coisa, se tiver alho assim, alguma coisa assim, por isso que, às vezes, tem gente que sai pro mato e leva um pouquinho de alho, uns dois dentinhos de alho, três dentinhos de alho, que sempre serve, até mesmo pra mordida de bicho né!?

Terezinha: [...] Sim.

Ronaldo: [...] Aí eu, aí eles me contaram isso, papai me contou, meu tio também, foi verdade mesmo, que sempre aonde tem pau grande assim ela [...]. Os pessoal fala que é onde ela mora né!? Onde a Curupira mora. Não sei se ficou assim, ou se é só lenda, não sei, mas se a pessoa, se for mexer, uma pessoa desconhecida entrar no mato assim, com certeza, vai ser candeada⁴², vai se perder.

A narrativa de Seu Ronaldo se dá como resposta à minha pergunta sobre a conhecida entidade da mata chamada de Curupira, considerada como fazendo parte do grupo de seres encantados, cuja presença não é perceptível a todas as pessoas, porém, em casos de necessidade ela pode ser vista e sentida. A Curupira está sempre na floresta, como diz Seu Ronaldo, ela mora onde tem pau grande. Trata-se de ser perigoso (MAUÉS, 2005, p. 265) para quem não respeita a mata:

É muito forte, na região do Salgado, a ideia dessas entidades como encantados ou bichos do fundo. Mas não está ausente a referência constante aos “encantados da mata”, que são apenas dois: a Anhangá e a Curupira. Trata-se, neste caso, de seres

⁴² Vai ser ofuscada, de modo que não conseguirá guiar-se por sozinha, o mesmo que mundiada, encantada, magnetizada.

perigosos, que podem provocar mau-olhado nas pessoas, ou “mundiá-las”, isto é, fazê-las perder-se na mata. Isto acontece com os caçadores que cometem “abusos”, sobretudo os que têm o costume de caçar persistentemente um só tipo de caça.

Se a Curupira mora onde tem pau grande – a fala de Seu Ronaldo é mais uma prova de que, onde hoje se veem açaiçais, antes poderia ter existido florestas de árvores lenhosas. A importância desses seres que Tilley (1994, p. 40) chama de míticos – *mythic beings*, se expressa de várias maneiras que vão desde a criação de caminhos, limites e pistas e as populações atuais movem-se ao longo delas ao caçar e coletar. Para este autor, os laços emocionais construídos com a terra estão relacionados a dependências econômicas, exigências de coleta e caça tanto quanto aos seres míticos, que nela vivem e são responsáveis pela criação e sustentação da fertilidade da terra e conseqüentemente pelo aumento natural das espécies.

No caso da Curupira, sua presença é mantenedora e guardiã da floresta diante da ação de estranhos, estes normalmente não conseguem livrar-se dela como o pai de Seu Ronaldo conseguiu. Não obstante, caminhar no açaiçal implica reconhecer a presença desses seres seja pela percepção, pelo sentir e/ou pelo trabalho da memória, como fez Seu Ronaldo.

O caminhar é ponte que liga espaços físicos e dimensões míticas, por meio de uma rítmica, praticando os lugares e atribuindo-lhes fixidez. Da beira ao centro, são múltiplos caminhos, o que me permite ver a caminhada diária como uma atualização de aspectos do nomadismo, presente entre os coletores primevos que se guiavam pelo tempo, através das estações, em busca de alimentos, e como um aspecto do fixar-se em um lugar, mantendo-o em toda a sua extensão, sob interagência constante.

Para Leroi-Gourhan (1965, p. 136), são esses trajetos que levam o *caçador-colector nômade* a aperceber-se da superfície de seu território e o *agricultor sedentário* a construir o mundo a partir de círculos concêntricos em torno de seu celeiro, pontuando assim uma diferença na percepção que reflete na forma como agricultores sedentários e nômades organizam o espaço.

O coletor, situado na Ilha das Onças tanto se apercebe de seu território quanto um nômade, por intermédio de suas caminhadas que descrevem distintos trajetos cotidianos, quanto constrói o seu mundo a partir de círculos cujo “centro”, ou celeiro, é o próprio açaiçal, isto porque o açaí colhido é quase que simultaneamente comercializado, situando o coletor num interposto entre o nômade e o agricultor sedentário. Vale lembrar aqui o estudo sobre o simbolismo do centro em Mircea Eliade (1992, p. 22) que diz ser o Universo algo concebido que se espalha a partir de um ponto central. O ponto central para os coletores é o mundo vegetal, do qual depende suas vidas, e é a partir dele que o universo se espalha.

O cotidiano de Bobo, e da maioria dos jovens que vivem da coleta, via de regra, é vivido entre o açazal, a casa, a escola e as feiras livres em Belém, todos esses espaços são atravessados/atravessáveis pela água. Por ser um elemento tão abundante, a água se encarrega de expandir o “centro” às demais pontas do açazal, a água rege o cotidiano, flexibiliza o tempo, conjugando as margens insular e citadinas, nesse *continuum* que torna possível inclusive o meu ingresso diário no açazal para acompanhar os interlocutores e as interlocutoras e retornar para a cidade no meio ou final do dia.

Algumas famílias têm dias fixos para coletar, por exemplo, na família de Bobo, o açaí é tirado às quartas e aos sábados, sempre pela parte da manhã e é levado para ser comercializado na Feira do Açaí, em Belém, durante a madrugada, de quarta para a quinta e do sábado para o domingo. Seu Vitor, me disse que vende para um único cliente que vem da Ilha do Marajó, há muitos anos, comprar deles, segundo Borges (2015, p. 4), esta relação que configura uma *freguesia*:

Muitas vezes, maquireiro e apanhador criam um vínculo próximo de fidelidade. Isto é, o maquireiro dá grande preferência, no momento da compra, aos frutos de um determinado apanhador, e este, por sua vez, prefere vender os caroços para um mesmo maquireiro (no Porto do Açaí esta ligação é chamada de “freguesia”).

Sempre há tarefas a fazer no mato, mesmo fora dos dias de coleta, por exemplo, a coleta de talas de jupati e guarumã – comercializadas nas feiras livres de Belém –, praticada pela maioria dessas famílias, algumas vezes, a família se divide, enquanto alguns dirigem-se ao açazal, outros seguem para a coleta das talas do jupati e guarumã.

Ao observar/vivenciar os horários de Bobo – das seis e meia às dez e meia/onze horas da manhã –, são quatro horas de trabalho quase que ininterrupto no açazal, percebo que seu tempo articula-se entre a coleta e os estudos na escola, cujo funcionamento obedece a uma conexão com Belém, pois, mesmo situada em território insular, a maioria dos professores e funcionários da escola, vem da capital, revelando um constante trançado entre as margens urbana e insular.

O tempo no açazal é regulado de modo que Bobo possa ir à escola no período da tarde, assim também aconteceu com os meus alunos que se tornaram meus interlocutores: Leandro, Marcely, Marcelo, Rodrigo e Ariel, e agora, já concluíram o Ensino Médio. Então, eu quis saber qual a importância da escola para Bobo, pois lembro que sua irmã já havia comentado comigo sobre a sua falta de interesse pelos estudos e o quanto a coleta lhe traz uma espécie de realização. Então, comecei pela questão da organização do tempo:

Terezinha: [...] Armando em relação a escola, tu faz essa tua atividade [refiro-me à panha] pela manha né?
 Bobo: [...] É.
 Terezinha: [...] Aí tu, depois tu te arruma vai esperar o barco?
 Bobo: [...] O barco passa meio dia, tiro até onze horas, vou, tomo banho, almoço e fico esperando o barco.
 Terezinha: [...] E não dá um sono?
 Bobo: [...] Não.
 Terezinha: [...] Tu não é daqueles que dormem?
 Bobo: [...] De dia é a coisa mais difícil.
 Terezinha: [...] E aí lá na escola, que matéria assim que tu gosta mais?
 Bobo: [...] Eu não gosto.
 Terezinha: [...] Nem de Educação Física?
 Bobo: [...] Nem Educação Física, lá é muito ruim pra jogar.
 Terezinha: [...] Não tem uma área né? Mas eu percebi que, de longe, é a disciplina que os alunos mais gostam.
 Bobo: [...] É que lá é muito gita⁴³, não pode chutar a bola forte que vai pra escola, vai lá pra...
 Terezinha: [...] quer dizer que tu não te interessa muito, mas tu passa né? Tu consegue ou tu chega a ficar de recuperação?
 Bobo: Às vez, já tô a três anos na quinta, intera três anos esse ano.
 Ana Júlia: [...] É, ele tá com dois anos.
 Terezinha: [...] Ana Júlia dá uma força pra esse rapaz.
 Ana Júlia: [...] Se ele passar esse ano, aí sim, ele não vai fazer três.
 Bobo: [...] Acho que esse ano eu passo.
 Terezinha: [...] É sim.
 Ana Júlia: [...] Mas sabe qual é o problema dele? É que ele chega e aí fala assim: – [...] Júlia, maninha, maninha eu tenho um trabalho aqui borá fazer? Aí, quando chega na hora ele quer que eu faça sozinha, pra fazer sozinha eu não faço por que ele não vai aprender, não adianta.
 Terezinha: [...] É verdade tu tem que fazer, mas o que é que tu, qual é a, tu entende a importância da escola?
 Armando: [...] Não muito.
 Terezinha: [...] Não muito? Então tu vais por quê?
 Bobo: [...] Por que às vez a mamãe quer que eu vá, aí, daqui pra escola eu gosto de ir.
 Ana Júlia: [...] Ele só não gosta de estudar.

A fala de Bobo não é uma fala solitária, quando diz que gosta de ir para a escola, mas não gosta de estudar, como professora da rede pública, sou consciente de que o modelo de aprendizado há muito não atende às necessidades de conhecimento de uma demanda considerável de estudantes e na Ilha das Onças não é diferente. Também não é diferente que espaços públicos como o da escola propiciam encontros, paqueras e trocas diversas, principalmente pelos corredores. A escola Laurival é um dos poucos espaços públicos existentes na Ilha das Onças, além dos Postos de Saúde. Então, a escola é um lugar de convivência e troca de informações.

Numa conversa anterior, eu já havia percebido que Bobo é muito envolvido com a panha e como tudo na vida, essa atividade requer planejamento e cálculos, daí resolvi perguntar sobre a matemática:

⁴³ De tamanho pequeno, miúdo.

Terezinha: [...] E tu faz as contas, assim, tu já entende da contabilidade?
 Bobo: [...] Como assim?
 Terezinha: [...] Da tua profissão mesmo ou é mais o teu pai que faz as contas?
 Bobo: [...] Não.
 Ana Júlia: [...] Quando o papai chega que o papai vai vender, quando o papai chega, às vezes, ele pede pra ele fazer as contas.
 Terezinha: [...] Ah entendi, e lá na escola a matemática...
 Bobo: [...] Eu não tenho problema com a matemática.
 Terezinha: [...] Que bom!
 Bobo: [...] A matéria que mais que eu não gosto é inglês.

Ouvi de muitos moradores que o melhor horário para realizar a coleta é de manhã quando a temperatura está fria, porque nesse horário o tronco da palmeira também está frio. Conforme o tempo vai caminhando para o meio-dia, a temperatura esquenta e a palmeira também, o que torna mais difícil a subida e a descida, no relato do Leandro, a durante a descida, os pés deslizam velozmente pelo caule da açazeira, o que naturalmente já esquenta, quando o sol começa a esquentar então, a descida torna-se um risco de queimar a sola dos pés descalços. Bobo afirma que não tem hora boa para coletar o açaí, toda hora é hora de tirar, nem o sol nem a escuridão são obstáculos:

Terezinha: [...] então tu sobe meio dia?
 Bobo: [...] qualquer hora.
 Terezinha: [...] o Renan [marido de Ana Júlia] não, ele já tentou, não consegue, ele diz que a perna dele dói, cansa.
 Bobo: [...] papai tira qualque hora ... sem sapato... meu primo também, ele tira todo dia, qualque hora.
 Terezinha: [...] no fim de semana tu faz o que Bobo?
 Bobo: [...] jogá bola, festa.

No caso de Bobo, o horário em que o trabalho está terminando é entre “dez e meia, onze hora”. É a hora de retornar para casa, carregando em média duas rasas nos ombros. Ao chegar em casa, depois da caminhada é hora de lavar bem as mãos, tomar banho, almoçar, aguardar o barco e ir para a escola.

Dentre os jovens interlocutores, todos de alguma forma, conduzem-se no cotidiano, articulando o tempo no açazal com alguma outra forma de praticar a vida na Ilha. Rodrigo, por exemplo, conjuga a panha com a profissão de barqueiro; Leandro, com a profissão de cabelereiro, cujo salão está montado no pátio de sua casa; Vinícius além de estudar o Ensino Médio noturno na Escola Laurival, integra oficialmente o time juvenil do Clube do Remo em área urbana; Vânia também vende lanche – coxinha e suco –, no horário da tarde, pilotando um barco a remo pelos rios próximos do Furo Laranjal onde mora. Apenas Marcelly e Ariel constam nas minhas observações, durante o período da pesquisa, como integrados apenas à panha.

Para Leroi-Gourhan (1965, p. 121), o ato de fixar-se em um lugar, resulta no que ele considera como sendo “talvez, o fato humano” por excelência, que é a domesticação do tempo e do espaço ou, como ele mesmo diz, “a criação de um tempo e de um espaço humanos”, é quando os fenômenos, relacionados ao espaço e ao tempo, passam a ser inseridos no dispositivo simbólico, cujo instrumento principal é a linguagem, o que historicamente ocorre, no paleolítico superior. Diz ele:

Esta ‘domesticação’ simbólica traduz-se na passagem da ritmicidade natural das estações do ano, dos dias, das distâncias de marcha, para uma ritmicidade regularmente condicionada pela rede de símbolos, calendários, horários métricos, símbolos que transformam o tempo e o espaço humanizados, no palco em que o homem comanda todo o movimento da natureza.

É a partir daí que se desenvolve toda a construção de um mundo social, e os movimentos humanos passam a ser controlados pelo tempo do relógio, o tempo de ir para o açaizal e o tempo de ir à escola (a fala do Bobo sobre a escola), tempo de ir à feira de Belém, ou o tempo de ir à Barcarena. Entretanto, todos esses tempos estão como que submetidos ao tempo das marés e das plantas, que já foi a seringueira, depois a roça, o guarumã, o jupati, a andiroba, o cacau e, agora é o açaí.

Na narrativa dos moradores, o tempo do açaí é o melhor tempo vivido por eles, que recordam de tempos outros – difíceis economicamente falando –, em que o açaí não tinha valor comercial, apesar de fazer parte da alimentação. Bobo aguarda na ponte a chegada do barco que o levará para a escola, já mudou de roupa, tomou banho, vestiu o uniforme da escola, almoçou, aguarda o barco atracar para que possa embarcar e seguir.

As moradias, por mim percorridas como pesquisadora, constituem núcleos familiares que ocupam extensas faixas de terra de difícil precisão até para quem mora nela, essa foi a impressão que Bobo me deixou, quando lhe perguntei o tamanho do açaizal e ele me respondeu “é um bom tamanho”. Através de dados apresentados em pesquisa recente⁴⁴, me dou conta que a resposta de Bobo faz parte de uma estatística considerável na Ilha das Onças:

O extrativismo do açaí é praticado nas áreas de várzea com forte envolvimento da mão de obra familiar (AZEVEDO, 2005). A maioria das famílias desenvolve suas atividades em áreas de até cinco hectares (25,9%), outros afirmam coletar em áreas entre 5 a 10 hectares (22,2%). Existem famílias explorando áreas entre 10 a 20 hectares (11,1%) e com mais de 20 hectares (7,5%). Mas, 33,3% não souberam informar com precisão a dimensão dos açazais nativos que exploram.

⁴⁴ NEU, V. et al. *Sustentabilidade e sociobiodiversidade na Amazônia: integrando ensino, pesquisa e extensão na região insular de Belém*. Belém: EDUFRA, 2016.

Por outro lado, os cinco apanhadores e as duas apanhadoras com quem estabeleci diálogo e convívio, moravam com seus pais e irmãos em uma única casa, sendo o meu contato extensivo aos familiares, uma prova disso é que as visitas sempre foram agendadas, partindo de uma consulta/consentimento prévio desses familiares, por mim interpretado como uma receptividade maior ao meu trabalho.

A extensão do “mato” confere importância à caminhada que, por sua vez, reúne a coleta do guarumã, da tala do jupati, das sementes da andiroba, e a mais importante e que inclui mais riscos, a do açaí. A caminhada é ato frequente e articula os espaços mais longínquos que compõem a moradia dos coletores na Ilha das Onças, modela os pés em especial, mas todo o corpo é aprimorado durante o trajeto.

Na ida, os coletores levam as rasas vazias e, na volta, elas vêm cheias, em seus ombros. Tanto a caminhada quanto a panha se dão sempre, ou quase sempre, na companhia dos familiares, incluindo seus cães – presenças constantes nos açazais e em toda a extensão das moradias.

A importância dada por Ingold (2000), ao reconhecer nas habilidades, o resultado da relação indissociada entre a humanidade e o seu redor, deriva do pensamento fundamental de Bateson (1972, p. 298/320/340), sintetizado na expressão *organism-environment*, enfatizando a indissolubilidade entre ambos, organismo e ambiente. Ao que Ingold (2000) acrescenta a também fundamental ideia do habitar em Martin Heidegger, que nomeia como *dwelling perspective*. Traduzida como “perspectiva de moradia”, ou “perspectiva do habitar”, reflete muito bem a realidade que apresento aqui dos coletores/moradores da Ilha das Onças no desenvolvimento da habilidade da coleta do açaí e do quanto essa habilidade expressa e condensa um conjunto de modos de praticar o lugar. Diz Ingold⁴⁵ (2000, p. 5), nesse trecho:

[...] o estudo da habilidade demanda uma perspectiva que situa o praticante, desde o início, no contexto de um engajamento ativo com os constituintes de seu entorno. Eu chamo isso de 'perspectiva da habitação'. Os seres humanos, eu argumento, são trazidos à existência como pessoas-organismo dentro de um mundo que é habitado por seres de vários tipos, humanos e não humanos. Portanto, as relações entre os seres humanos, que estamos acostumados a chamar de "social", são apenas um subconjunto de relações ecológicas. (tradução minha)

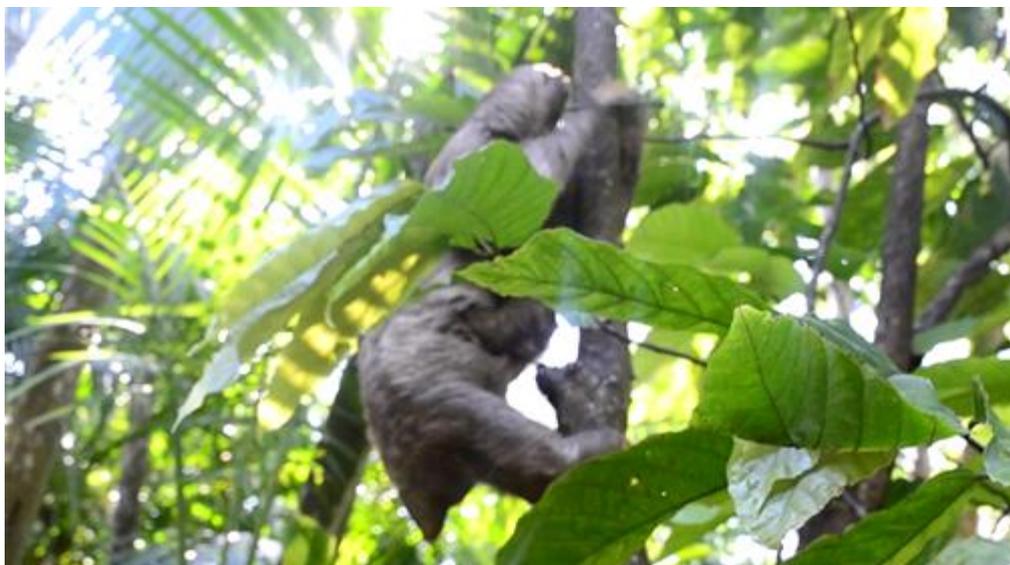
De fato, o que Ingold (2000) chama atenção é que as habilidades humanas implicam numa adequação ou co-relação entre habilidades e outros seres vivos, como no caso da árvore

⁴⁵ Texto original: [...] the study of skill demands a perspective which situates the practitioner, right from the start, in the context of an active engagement with the constituents of his or her surroundings. I call this the 'dwelling perspective'. Humans, I argue, are brought into existence as organism-persons within a world that is inhabited by beings of manifold kinds, both human and non-human. Therefore relations among humans, which we are accustomed to calling 'social', are but a sub-set of ecological relations.

que é habitada por vários seres diferentes. Da mesma forma, o ato de trançar os corpos humanos aos das açazeiras desde a mais tenra idade, também passa pela perspectiva de moradia que faz todo o sentido para o engajamento entre os corpos, tanto da pessoa coletora quanto da palmeira.

As narrativas de pais e filhos no açazal mostram essa percepção, em especial a fala de Seu Nilson e de Ariel quando se dão conta de que a própria palmeira é lugar de moradia das formigas *tec-tec* e lugar de passagem de outros bichos que durante a maré de lança, sobem no pé da planta com o intuito de se esquentar. O tempo inteiro outras habilidades estão sistemicamente ocorrendo e dependendo umas das outras.

Observar um bicho preguiça, subindo em uma açazeira, traz a exata noção desse compartilhamento do espaço entre seres vivos e do quanto esse compartilhar exige adequações e/ou manejos de todos esses seres, todos de algum modo deixam e levam marcas ao praticarem os lugares.



Por esse motivo o termo variação é questionado por Ingold pois no seu entendimento, o que varia são as habilidades, e estas não são nem inatas e nem adquiridas, é o que diz a sucinta apresentação de *The perception of the environment*⁴⁶ (INGOLD, 2000, p. 1):

Nem inatas habilidades são cultivadas/criadas, incorporadas no organismo humano através da prática e formação em um ambiente. Elas são tanto biológicas quanto culturais. Para explicar a geração de competências, temos, portanto, de entender a dinâmica do desenvolvimento. E este, por sua vez exige uma abordagem ecológica

⁴⁶ Neither innate nor acquired, skills are *grown*, incorporated into the human organism through practice and training in an environment. They are thus as much biological as cultural. To account for the generation of skills we have therefore to understand the dynamics of development. And this in turn calls for an ecological approach that situates practitioners in the context of an active engagement with the constituents of their surroundings.

das práticas situadas no contexto de um envolvimento ativo com os constituintes de seus arredores. (tradução minha)

Habilidades são formas de lidar com os arredores, o que não é restrito à humanidade, mas válido a todo ser vivente. A caminhada é um exemplo disso e de todo um compartilhar a existência que reúne humanos e não humanos como nos casos da descoberta de caminhos e trilhas feitos por animais e com múltiplos benefícios, segundo Ingold⁴⁷ (2000, p. 3):

Os seres humanos, eu argumento, são trazidos à existência como pessoas-organismo dentro de um mundo que é habitado por seres de vários tipos, humanos e não humanos. Portanto, as relações entre os seres humanos, que estamos acostumados a chamar de "social", são apenas um subconjunto de relações ecológicas. (tradução minha)

Ao manejar todos os espaços percorridos desde o rio, beira e centro por meio da caminhada, tudo é moradia, fixada no espaço, mas também no tempo pelo ato de caminhar que ativa a memória e as lembranças do vivido são incorporadas ao presente enquanto o corpo é preparado para o ato da coleta. De acordo com Ingold⁴⁸ (2010, p. 121):

Fazendo o seu caminho pelo chão, as pessoas criam caminhos e trilhas. Estes são feitos, no entanto, através da impressão de pegadas, em vez de inscrição gestual. Como as pegadas são feitas em solo macio ao invés de estampadas em uma superfície dura, sua temporalidade está ligada à dinâmica de sua formação. Essas dinâmicas são uma função do clima e das reações na interface entre a terra e o ar. Respirando a cada passo que dão, os viajantes caminham ao mesmo tempo no ar e no chão. Essa caminhada é em si um processo de pensar e conhecer. Assim, o conhecimento é formado ao longo de caminhos de movimento no clima-mundo. (tradução minha)

A caminhada assinala o contato dos pés com o chão e do resto do corpo com o ar e a vegetação. Este ato frequente e ritmado mobiliza a produção do conhecimento pela entrada e saída do ar. As pessoas que coletam o açaí, descrevem um trajeto que começa na beira do rio até a parte mais longínqua do açazal chamada de centro, de lá o retorno até a beira e a partir dela atravessam a baía em suas embarcações para comercializar a produção nas feiras livres. Da beira ao centro, a caminhada se faz de pés no chão e a cabeça voltada para a copa das açazeiras, observando os cachos que estão no ponto de serem retirados, enquanto todo o ambiente.

⁴⁷ Texto original: Humans, I argue, are brought into existence as organism-persons within a world that is inhabited by beings of manifold kinds, both human and non-human. Therefore relations among humans, which we are accustomed to calling 'social', are but a sub-set of ecological relations.

⁴⁸ Texto original: Making their way along the ground, people create paths and tracks. These are made, however, through the impression of footprints rather than gestural inscription. As footprints are made in soft ground rather than stamped on a hard surface, their temporality is bound to the dynamics of its formation. These dynamics are a function of the weather, and of reactions across the interface between earth and air. Breathing with every step they take, wayfarers walk at once in the air and on the ground. This walking is itself a process of thinking and knowing. Thus knowledge is formed along paths of movement in the weather-world.

Para Ingold (2000), habitar é estabelecer um caminho através do mundo, consumir diariamente a moradia em uma totalidade, o meu olhar que acompanha e registra a caminhada de coletores e coletoras interpreta esse ato como estender o domínio da habitação; morar não é apenas a casa, mas toda a extensão da caminhada diária que corresponde ao domínio da habitação dessas famílias. Caminhar é produzir o conhecer pelo engajamento ao ambiente; é articular toda a extensão é de fato, trançar vários elementos, pelo andar, superando dicotomias, como no dizer deste autor, inserir o humano e o devir no interior da continuidade do mundo da vida.

Encerro este tópico utilizando-me da fala de Ingold (2000, p.13) que é a um só tempo minha tarefa e a das pessoas coletoras, cujas práticas observo: “[...] se mover, conhecer e descrever não são operações separadas que se seguem uma as outras em série, mas facetas paralelas do mesmo processo – o da vida mesma [...]”.

3.2 Objetos, vestimentas, acessórios e improvisações no açaizal

O que apresento aqui trata dos modos de praticar a coleta considerando objetos, vestuários e demais acessórios corporais – acoplados ou não –, utilizados por coletores e coletoras. Os objetos escolhidos são as rasas, a peconha e o terçado e, em seguida, o vestuário e os acessórios. A observação desses objetos e peças corporais, mostram que as habilidades se desenvolvem a partir de relações, cada objeto e cada peça contribui para que a coleta aconteça, e as relações apontam sentidos e significados entre cada um dos envolvidos, pessoas, plantas, objetos, vestimentas e acessórios.

Para entender a panha é necessário observar tais elementos em conexão com a construção, desenvolvimento e finalidade desta atividade, não é um corpo nu que pratica a panha, mas um corpo vestido, amarrado pelos pés ao caule da palmeira por um laço feito da própria açazeira ou não, munido com um terçado e acompanhado pelas rasas, que esperam discretamente no chão, o momento de armazenarem os frutos no seu interior.

O que as pessoas usam é tão importante quanto o que fazem (SEEGGER, 1980, p. 41), porque não há como dissociar o que fazem do que usam, o que usam constitui o que fazem e revela o modo como fazem. Nesse sentido e no caso de minha pesquisa, objetos, vestuário e improvisações, exprimem conexões entre individualidades e socialidades em jogo no fazer, socialidades que não se restringem ao humano. Não por acaso, Mauss (2003) sugere a necessidade do tríptico ponto de vista ou caráter tridimensional – referindo-se à sociologia, psicologia e biologia – para quando se quer olhar o corpo e suas técnicas.

3.2.1 As rasas

As rasas são vistas em toda a extensão da Ilha das Onças, nas ilhas próximas e nas feiras da margem urbana na cidade de Belém, na Feira do Açaí e no Porto do Açaí. Mesmo num passeio de barco, por entre os rios que entrecortam a Ilha, é certo vê-las nas pontes que se erguem à beira dos rios e se estendem beira à dentro. As rasas são confeccionadas com o cipó do guarumã e da jacitara, ambas são plantas nativas, sendo que o guarumã é mais citado e mais abundante na Ilha das Onças.



De acordo com a fala saudosa de vários moradores antigos, como a de Dona Domingas, avó do coletor Vinícius, não era só as talas desse vegetal que aproveitavam antigamente na feitura dos paneiros. As folhas também eram coletadas e vendidas nas feiras para cobrir e embalar peixes e verduras, porém, com o passar do tempo foram substituídas pelas sacolas plásticas. O guarumã e as açazeiras são plantas próximas, nativas de ambiente de várzea, interessante que as rasas sejam feitas com as talas de guarumã e forradas com suas folhas, para acondicionar os frutos da açazeira, frutos delicados que têm uma sobrevida curta e dependem do aconchego vegetal para estenderem o seu sabor um pouco mais.

Há uma variedade de materiais utilizados na confecção das rasas, enquanto se ouve falar muito do cipó do guarumã, a jacitara é uma fibra orgânica muito mencionada na Ilha das Onças,

todavia, o guarumã é o mais conhecido. Ambas são plantas nativas abundantes. Porém, a maioria das rasas que hoje se vê, são entremeadas com “fibra” sintética, sendo que Marcelo nomeia apenas como “fibra” enquanto que para a fibra orgânica chama de cipó, chama também de guarumã ou jacitara, ambos nomes designam tipos específicos de cipós:

Terezinha: [...] Marcelo essa rasa aí é toda do guarumã ou ela é misturada com...
 Marcelo: [...] Tem fibra.
 Terezinha: [...] Tem fibra, né.
 Marcelo: [...] Tem umas que são só de fibra, têm umas que são só guarumã e agora já estão misturando. Eles fazem só essa parte de baixo só de fibra, pra não quebrar fácil.
 Terezinha: [...] Tem a vantagem o Guarumã?
 Marcelo: [...] Ele só é mais leve, a resistência é da fibra.
 Terezinha: [...] Por exemplo, uma rasa só de fibra, ela pesa mais?
 Marcelo: [...] Um pouco.

Dona Ivaneide detalha mais os materiais que compõem a rasa, afinal, ela gosta de transmitir o que sabe, e cresceu vendo seu pai confeccionar as rasas de jacitara, ela me explica que no trançado da fibra sintética com a fibra do guarumã, uma auxilia a outra principalmente para resistir à beira ou pedra, como é chamado o local onde as rasas ficam expostas em margem urbana:

D. Ivaneide: [...] então, a gente trabalhava com jacitara, tirava a jacitara, aqui nesse mato, agora não tem, porque a gente já cortou tudo, tirava aquelas fibras dela tudinho, botava pra secar, pra poder amarrar o beijo da rasa, que tinha que enxertar todinho com a corda da jacitara mesmo, então, meu pai, era um serviço bem feito mesmo que ele fazia, tinha encomenda de rasa.
 Terezinha: [...] Não faz mais?
 D. Ivaneide: [...] Meu pai não dobrava o fundo da rasa que ele não sabia, então, já era a minha mãe que dobrava o fundo da rasa pra ficar aquele paneiro né?
 Terezinha: [...] Entendo.
 D. Ivaneide: [...] Que a gente tem aqui hoje, então, era um trabalho muito feitinho, não ficava nenhum buraquinho assim como a gente vê hoje, não tinha por onde o bicho entrar ali, não tinha por onde entrar.
 D. Ivaneide: [...] É. O Guarumã é o que arma ele, é o que arma o paneiro.
 Terezinha: [...] Não é só o guarumã?
 D. Ivaneide: [...] Não, não é só o guarumã. Hoje tem a fibra já, que eles fazem a amarra lá pra dar o acabamento.
 Terezinha: [...] E essa fibra, ela é o que? Da fábrica?
 D. Ivaneide: [...] Professora eu não sei da onde vem essa fibra, mas eu sei que eles compram em saca.
 Terezinha: [...] É comprado?
 Leandro: [...] Acho que é.
 D. Ivaneide: [...] Eles compram em saca. Ele vai lhe mostrar o que é a fibra, é exatamente isso aqui a fibra oh, já tem o paneiro aqui.
 Terezinha: [...] Ah tá, é feito na fábrica mesmo.
 D. Ivaneide: Têm pessoas que fazem o paneiro da fibra aqui na ilha, já têm pessoas que faz o paneiro da fibra, tem ela mole...
 Leandro: [...] Geralmente essas fibras aqui atraca tijolo, professora.
 Terezinha: [...] Sim.
 Leandro: [...] No transporte do tijolo.
 Terezinha: [...] Sim.
 Leandro: [...] Que amarra caminhão são essas.
 D. Ivaneide: [...] Vem amarrado esses caixotes que vendem essas...

Terezinha: [...] Égua, não sabia.

D. Ivaneide: [...] Que vem amarrado caixotes, as pessoas chegam lá na fábrica...

Terezinha: [...] Eu não sabia, o que eu quero lhe dizer é que eu não sabia que era dessa fibra, como é que a gente chama? Sintética né?

Leandro: [...] Aham.

Terezinha: [...] É material sintético.

Terezinha: [...] Aqui já é a sintética com o guarumã né?

D. Ivaneide: [...] Com o guarumã, tem que ter o guarumã que é pra fazer assim, agora eles estão dando mais uma reforçada no fundo né com a fibra, que ela vai pra pedra.

Terezinha: [...] Sim.

D. Ivaneide: [...] Pra ela não se acabar logo na pedra né?

Terezinha: [...] Sim.

D. Ivaneide: [...] Pra não ralar tudo o guarumã, olha.

Terezinha: [...] A pedra é lá do outro lado?

D. Ivaneide: [...] É lá do outro lado, lá em Belém.



As rasas maiores são marcadas com o nome do seu dono, cada família identifica sua produção nominando a rasa. É o que confirma a fala de Dona Ivaneide:

Dona Ivaneide: [...] Ai professora lá na feira do açaí tem que ter a marca do dono do mato, aqui é do Léo, a marca dele, que tem que ser identificado pelo nome das pessoas. De quem é esse açaí? Aí ele vai e já sabe né? O cara que leva o açaí, ele sabe o de todo mundo que ele tá levando pela marca.

Dona Conce, mãe de Bobo, além de coletora confeccionava rasas e aprendeu com sua mãe, hoje ela não produz mais, a família prefere comprar de artesãos que confeccionam por um preço mais em conta e continuam coletando as talas e vendendo nas feiras de Belém. A existência de tais objetos, remonta ao secular e a origem indígena (VELTHEM, 2007, p. 117-118), pois

[a] flexibilidade, funcionalidade e também a facilidade de renovação sempre distinguiram os objetos tecidos com matérias vegetais como uma das mais antigas tecnologias da humanidade, antecedendo-se à cerâmica e fazendo-se presente da antiguidade ao mundo contemporâneo (VIDAL, 1998). A arte de trançar fibras vegetais representa a mais diversificada das categorias artesanais indígenas pois revela adaptações ecológicas e expressões culturais distintas (RIBEIRO, 1980, 1985, 1986, 1988; VELTHEM, 1980; RICARDO, 2000). Os objetos trançados produzidos possuem ampla distribuição geográfica e se apresentam segundo uma apreciável variedade de técnicas de confecção, de elementos decorativos, de formas, que conectam cada objeto a uma função específica ou a vários usos.

A presença do paneiro feito a partir da tala do guarumã, produzido no quilombo Jurassaca, situado na localidade de Tracuateua – nordeste paraense – é problematizado no trabalho⁴⁹ publicado por Maciel (2017, p. 21), mostrando a dupla influência que tem a cultura material e tantos outros modos de vida tradicionais no estado do Pará, derivados de populações indígenas e quilombolas, conforme diz nesse trecho:

O paneiro de guarumã segundo o morador B.G. é usado para “tudo até para colocar o feijão caupi”, segue os seguintes passos (Figuras 09 a 12), na construção que foi realizada gentilmente em miniatura, pelo artesão, exclusivamente para este trabalho: Tira-se o varão da planta do guarumã, racha a tala em quatro quartos, depois tira o bucho e faz uma quebra na ponta da tala para destalar o guarumã e fazer a armação; coloca o pé direito para firmar e começar a fazer o fundo do paneiro; começa por um olho onde agente atravessa de duas em duas talas sempre colocando o pé para fazer armação. A medida que a gente vai colocando as talas se divide ao meio para ficar certo a montagem dos olhos do paneiro. Existem dois tipos de paneiro, o de olho com um buraco pequeno, como a gente chama e o de urana que é o paneiro de buraco maior.

⁴⁹*Saberes tradicionais de jovens e adultos e a presença de conceitos geométricos em Tracuateua/PA*. Rogério Andrade Maciel, Edilene Farias Rozal.
Fonte: <http://www.redalyc.org/jatsRepo/1171/117154389013/html/index.html>.

A intenção é enfatizar a assimilação e o imbricamento entre as práticas indígenas e quilombolas, por parte dos ribeirinhos e habitantes da floresta amazônica. Uma característica desse artefato é a sua mobilidade, acompanha coletores e coletoras no trajeto até os açazais, ficam no pé das açazeiras “esperando” a hora da “dibulha”, momento em que irão acolher os frutos para em seguida serem transportados de barco até as feiras em margem urbana.

No trajeto de volta do açazal até a casa, adequam-se perfeitamente ao ombro dos coletores, que chegam a carregar três rasas ao mesmo tempo, por longas distâncias, cheias de desafios. As rasas assemelham-se em leveza e praticidade, aos objetos pertencentes ao nomadismo, por priorizarem a mobilidade, diminuindo o impacto do peso a ser transportado. Conforme observa Gusinde *apud* Sahlins (1978, p. 17), “os bens podem tornar-se “dolorosamente opressivos”, quanto mais longe tenham que ser transportados”.

A rasa é uma medida, por ela se calcula o preço e através dela, sabe-se aproximadamente quantas palmeiras foram escaladas, e quanto o coletor pode carregar, começo a entender o quão profunda é a relação do corpo com a rasa que será cheia e depois carregada pelo coletor. Bobo consegue encher duas rasas em uma manhã de trabalho, pergunto a ele, o que são essas duas rasas em relação as subidas:

Terezinha: [...] Apanhar duas rasas significa subir em quantas?

Bobo: [...] Depende. Porque tem dos cachinhos [cacho pequeno, caroço pequeno] sobe muito, quando é cacho grande sobe pouco, quando é cacho grande até 10 (dez) cachos dá uma rasa, aí quando tá fraco 35 (trinta e cinco), 40 (quarenta), 50 (cinquenta) pra dá uma rasa, cachos pra dá uma rasa, sobe em uma não presta.

Terezinha: [...] Pois é, aí sobe em quantas?

Bobo: [...] Sessenta árvores por aí

Ana Júlia: [...] Pra uma rasa só.

Bobo: [...] No verão que é menos.

Terezinha: [...] Agora que eu to entendendo o preparo físico, né?

A rasa figura nos estudos como sendo uma medida local (HOMMA, 2006, p. 6), e/ou como uma medida tipicamente regional representada por uma cesta de origem indígena (CALZAVARA, 1972, p. 66), ambos fazem referência à lata como outra medida utilizada, inclusive para medir a quantidade de açaí que cabe em uma rasa, variando entre 15 a 28,4 kg. Certos coletores utilizam a lata nas suas narrativas, por exemplo, quando Vinícius me diz: – [...] Hoje, eu tirei cinco latas até umas 10h30. E ao lhe perguntar sobre quantas latas cabem em uma rasa ele responde: – [...] Uma rasa grande dá duas latas, eu tirei duas rasas e meia.

Observei que pelo menos dois tamanhos são padronizados na Ilha das Onças, o formato um tanto diferenciado deve estar relacionado à sua atribuição que, dependendo, implica em quantidade e valor. Há uma rasa maior, cuja borda e paredes são circulares, sendo que a borda se apresenta maior que sua base, há também uma rasa menor, pintada de verde claro – a rasa

maior que tem a cor natural da tala –, cuja borda e paredes são quadradas. A variação, portanto, se dá no tamanho, no formato e na cor.

Na rasa maior são acondicionados os frutos para a venda; e na rasa menor, cuja borda é quadrada, é acondicionado o bébi, ou o açai para consumo próprio. É comum vê-las juntinhas durante a debulha, mas nem sempre isso acontece, pois o bébi é comumente tirado pelas mulheres, logo, a rasa menor nem sempre acompanha a rasa que será comercializada. No açaisal de Seu Vitor, pude vê-las juntas, em dupla, tanto com o Bobo quanto com seu pai, o que significa que a coleta do bébi é realizada junto com a coleta do açai para comercialização.





Na relação entre maquineiros e coletores no Porto do Açaí, conforme problematizada por Borges (2015, p. 13), deparei-me com um dado que me chamou atenção:

Outras representações que os maquineiros levam em conta, no momento da compra do açaí, estão relacionadas com a região, com a “medida” dos paneiros e rasas, com o apanhador, com o preço e com a qualidade do açaí. Com relação à primeira, há uma preferência dos maquineiros e marreteiros do Jurunas pelo açaí da Ilha das Onças, por ser um açaí de excelente sabor, cuja produção e “medida” não obedece ao padrão da lata[16], e por isso é considerado um dos melhores produtos de revenda, particularmente para os marreteiros, além do que a região é relativamente próxima do Porto do Açaí.

Esse dado considera que a medida das rasas da Ilha das Onças não segue o padrão da lata, que possivelmente deve vigorar para a produção de outros locais, sugerindo que o formato das rasas também as revestem de identidade do lugar de onde vem o açaí transportado nelas.

No momento em que as rasas estão recebendo os frutos do açaí, há outro material que acompanha, é um tecido, geralmente uma napa, mas pode ser um tipo de plástico ou um pano, onde o açaí é estendido para ser debulhado e em seguida, catado, escolhido, na etapa seguinte é que vai para a rasa. É interessante ver no registro fotográfico uma integração ou mesmo uma certa cumplicidade entre esses objetos, que realizam sempre juntos a mesma tarefa enquanto a matéria consegue durar no tempo.

Apesar de eu não ter percebido por parte das pessoas ligadas à coleta qualquer referência ou qualquer sinal sobre uma familiaridade entre esses objetos, entretanto, não há como negar que eles participam da família que pratica a coleta. Moram juntos na mesma casa, saem juntos para o açaizal, retornam juntos nos ombros de coletores e em seguida embarcam para as margens urbanas acompanhando as famílias e retornam vazios para iniciar uma etapa.

Ainda que, em um sentido algo distinto dos objetos familiares, estudados por Van Velthen (2012), mas não há como negar uma familiaridade entre humanos, plantas, artefatos e outros materiais que movimentam a coleta do açaí. No caso específico da rasa, um objeto que parece construído sob medida para o corpo humano transportar a produção coletada, considero essa precisão ou ajustamento, como uma condição de familiaridade também.

As rasas são de tal modo cúmplices na panha que tornam possível às pessoas carregarem uma quantidade de açaí que de outra forma seria impossível durante o transporte que ocorre a partir de um acoplamento ao ombro humano, resultando em uma modificação ao corpo que transporta. De acordo com a classificação de Leroi-Gourhan (1971, p. 89), a rasa se enquadra nos objetos de transporte que permitem carregar, o que implica em um modo de transportar que não toca o solo.

Apesar dos desenhos de carregamento utilizados pelo autor – ricos em detalhamentos e não conterem o modo como o coletor transporta a rasa – esta se inclui na definição dada como transporte ao ombro sem qualquer acessório, cuja existência e utilização é universal. Sua importância aqui é pela presença constante e pela estreita relação com o corpo ao transportar os frutos do açaí a longas distâncias dos açaiçais até as pontes de onde serão embarcadas para o traslado até as feiras nas margens urbanas.



3.2.2 A peconha

A peconha é um artefato imprescindível na arte da coleta, ainda que, na memória de muitos jovens e adultos com quem conversei, as primeiras subidas nas açazeiras quando crianças, eram praticadas sem o uso desse acessório. A origem tupi da palavra peconha (MIRANDA, 1968, p. 65) – *pycoin* –, indica a ascendência indígena do artefato e da técnica que se desenvolve a partir dele – trançado entre os pés das pessoas e o caule das palmeiras –, na coleta do açaí. Semelhante a um cinturão produzido a partir de vários tipos de materiais cujo objetivo é enlaçar firmemente os pés da pessoa coletora ao tronco da palmeira de modo que possa chegar até seus frutos situados na copa.

No primeiro açazal que visitei, durante o sobe e desce de Bobo, observei que a peconha utilizada por ele é feita com um material semelhante à sarrapilheira, além disso, Bobo não tem os pés descalços, estava calçado com botas de borracha, e mesmo assim, colocava e retirava a peconha com tamanha agilidade que a bota poderia até passar despercebida. O nome dado por eles àquele material é ráfia⁵⁰, também conhecido como sarrapilheira, e chega até a Ilha em forma de sacos que acondicionam principalmente alimentos.

Dos sete participantes da pesquisa, apenas dois utilizam a peconha feita com material da própria açazeira, este que recebe diferentes nomes, tais como: bocó, coroatá, gravatá e capa, correspondendo a parte que envolve os pendões, ela se desprende naturalmente da árvore, os coletores juntam do chão:

Terezinha:[...] Como é que se chama essa [parte da palmeira] que caiu?
 Gilberto: [...] Bocó, coroatá, tudo chamam pra essa daí.
 Terezinha: [...] Chama capa?
 Gilberto: [...] Também.
 Terezinha: [...] Também, né?
 Gilberto: [...] A palha da ...
 Terezinha: [...] Porque daí que faz a peconha, né?
 Gilberto: [...] Daí quando ela está seca e quando tá verde.

Enquanto Gilberto irmão de Leandro chama de coroatá, o mesmo material para Ariel é chamado de guaratá,

Terezinha: [...] O que é um guaratá?
 Ariel: [...] Uma folha de açaí que seca, ela encolhe aí ela cai.
 Terezinha: [...] o Rodrigo até fez uma peconha de guaratá, cadê essa peconha [refiro-me à peconha de ráfia]? Ah ta aqui! Essa é melhor do que o...?
 Ariel: [...] o guaratá? É muito melhor.

⁵⁰Ráfia é o nome dado pelos moradores, cuja origem tem a ver com fibras têxteis de palmeiras, normalmente usadas para fabricação de sacos para transporte de frutas ou pequenas cargas. Entretanto, o que é utilizado na Ilha das Onças, é um composto sintético de polipropileno que imita a fibra da ráfia e é também assim denominado.
 Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1fia>.

Terezinha: [...] Por quê?
 Ariel: [...] Porque ela [guaratá] é mais seca e faz o que? Faz mais calo no pé.
 Terezinha: [...] Faz mais calo no pé?
 Ariel: [...] Ela arrebenta mais facilmente entendeu?
 Terezinha: [...] Sim.
 Ariel: [...] Essa aqui não, ela resiste. Essa peconha aqui ela resiste por cinco a seis apanhos. Essa aí, aí já na sétima apanho, ela já fica desse jeito.
 Terezinha: [...] Esgarçada.
 Ariel: [...] Já fica desse jeito ali ó, já fininha, aí não usa mais ela entendeu? Porque já é um perigo já. Já é um perigo de arrebentar na açazeira lá em cima quando a gente tiver tirando entendeu? Ela arrebentar.
 Terezinha: [...] Já aconteceu contigo?
 Ariel: [...] Olha já arrebentou, mas eu não cai da açazeira eu só segurei, aí arrebentou a peconha, sorte que quando eu desci, aí chegou bem no meio ela arrebentou, no finalzinho da árvore, aí foi que eu pulei no chão, por que se ela tivesse arrebentado mais lá em cima já era.
 Terezinha: [...] Sim.

Ariel declarou que sobe na açazeira com os pés descalços, usando peconha de ráfia. Argumenta que a ráfia adere melhor os pés no caule da planta e segura com mais firmeza, além de durar mais. Quanto aos pés descalços ele me diz: “[...] é, eu subo do jeito grosseiro mesmo”, sua afirmação sugere haver um outro jeito não grosseiro que, de fato, justifica a presença do calçado nos pés, aliado ao incômodo a às marcas.

A afirmação de que a peconha orgânica machuca mais os pés não é compartilhada por todos, mas observei que tanto uma quanto a outra, marcam os pés, comprovado pelo aumento do uso de calçados. Dos jovens que apresentaram os pés descalços, a exceção de Ariel, é porque estavam aguardando para comprar sapatos novos. É o caso de Leandro que exhibe as marcas do contato com a peconha, transformadas em calos escurecidos na parte de cima dos pés que apresentam também uma espécie de inchaço. Na parte de baixo, na sola dos pés, a fricção no caule da planta também deixa marcas, conforme Leandro mostra no registro.



Vânia que produz sua peconha na hora da panha, com material orgânico, afirma que não se sente bem com a peconha sintética, mas os pés estão calçados com tênis.

Vânia: [...] Ia pro mato com a minha vó, ca minha mãe, elas iam apanhá, eu ficava juntando açai do chão, comecei a aprendê a fazê, eu vi elas fazê a peconha, aí eu achava interessante, comecei a tirá do próprio bocó da açazeira, pelo menos comecei a experimentá fazê a peconha, aí fazia o nó tudo torto, pelo menos foi assim que eu aprendi.

Terezinha: [...] mas hoje tu ainda usa dessa ou da outra?

Vânia: [...] eu prefiro da árvore mesmo, porque da sarrapilheira dá impressão assim que eu num tô sentindo ela no pé.

Terezinha: [...] ai dura quanto tempo a que tu faz?

Vânia: [...] ela num dura muito tempo, é rapidinho, ela gasta na açazeira, aí eu faço outra (risos) a de sarrapilheira dura mais.



Marcely me mostra duas peconhas que ficam dependuradas nas vigas do telhado, uma de um tecido azul e outra de ráfia, e o par de botas – parecidas com as botas de Bobo, de Marcelo e de sua mãe – engatados na ponte suspensa. Marcely me diz que o tempo de duração da peconha tem a ver com o peso colocado nos pés, “a minha [peconha] dura mais porque sou leve, a do Marcelo dura menos, é porque ele faz muita força no pé dele”.

Ao perceber que alguns pais e mães escalam a palmeira com os pés descalços, perguntei para o Seu Ronaldo o que ele achava dos rapazes que sobem calçados, ao que ele me responde:

Seu Ronaldo: [...] Eu não subo de sapato, o Rodrigo sobe de sapato, o Naldinho. Eu não subo, eu não fui acostumado assim.

Terezinha: [...] Mas porque que eles fazem?

Ronaldo: [...] É porque pra não ferir o pé, pra não engrossar o pé, eles têm medo de engrossar o pé, aí fica com o pé fino. É. Eles têm vergonha, né?

Eu volto para a fala de Ariel que considera “grosseiro” o seu jeito de subir descalço, quer dizer que há um olhar diferenciado para pés calçados e pés descalços. Observei que, além do Seu Ronaldo, a maioria dos pais e mães sobem descalços na açazeira, apenas Dona Lúcia sobe de botas. Da mesma forma, observo Vânia com seu tênis, ao lado de sua mãe e de sua avó, que sobem com os pés descalços e, pelo arqueamento das pernas e pés das duas senhoras, a mãe e a avó, posso deduzir que já tiraram muitas rasas de açaí, ao longo dos anos.

Percebo que os calçados exigem mais do coletor, principalmente a bota, em compensação, lhe devolve a proteção tanto no contato da sola dos pés com a estipe da palmeira, quanto da parte de cima dos pés em contato com a peconha, e garante a subida e a descida em qualquer hora do dia independente do calor. Por outro lado, observo que a peconha orgânica sempre será utilizada, da mesma forma a peconha feita de material sintético.





A simplicidade desse objeto técnico impressiona pela sua forma que atravessa os tempos e pela eficácia com que atinge sua finalidade, considerando que até os dias atuais ainda não há uma técnica mais eficaz do que a peconha nos pés de uma pessoa para alcançar as partes mais altas de uma palmeira. Entendo que não há como separar pessoa e peconha, nisso constitui a habilidade da apanhadora e do apanhador, mover-se do chão à copa da palmeira, com este cinturão nos pés. Uma eficácia que dura no tempo aderindo outras necessidades como por exemplo, os pés calçados, bem como a utilização de materiais sintéticos, considerados mais maleáveis e duráveis.



A agilidade com que colocam e retiram a peconha entre uma subida e outra, só confirma a aderência desse utensílio aos pés e destes à palmeira, inserindo o corpo da pessoa ao corpo da palmeira, auxiliando a compor esta habilidade. Como enfatiza Ingold (2000, p. 353): os fundamentos da habilidade estão na condição irreduzível da inserção do praticante em um ambiente, e essa inserção inclui objetos e utensílios como a peconha. Devo dizer que a peconha adequa-se de tal modo à função que executa, no sentido dado por Leroi-Gourhan (1965, p. 105) que investe de uma estética o movimento da coleta.

3.2.3 O terçado

O terçado é um objeto de fundamental importância que acompanha tiradores e tiradoras de açai durante todo o trajeto da coleta e compõe junto com a peconha e as rasas, uma espécie de família (VELTHEN, 2007) pela união que formam no açazal juntamente com a planta e a coletora/coletor. O “terçadinho”, como é chamado por alguns, pode variar de tamanho, geralmente trata-se de um objeto de porte médio, até pela necessidade que tem os coletores de levar esse instrumento junto a seu corpo no momento de escalar a palmeira para que o corte do cacho seja realizado.

Nesse sentido, pude acompanhar a coletora Vânia manuseando uma faca de cozinha, mas normalmente o terçado é o mais utilizado por coletores e coletoras durante essa atividade. Desde a saída de casa para a caminhada até o açazal são muitas as utilidades do terçado e da faca, como por exemplo, abrir caminho no mato e limpar o chão, sendo etapas importantes feitas com o manuseio deste instrumento, que garante o acesso da pessoa até a palmeira. Ariel, por exemplo, fala das cobras que são comuns por causa da várzea, por isso o jeito seria limpar debaixo da palmeira:

Quando limpa em baixo, ela não dá, só quando tá assim muito sujo, muito mato no pé da árvore é meio perigoso subir, a gente já sobe, de longe a gente alimpa, a gente vai com uma bota, a gente já vai com terçado, vai roçando, a gente topa ela, e leva um gancho assim, tipo um gancho, aí vai topando pra ver se tem cobra, achou a cobra a gente mata ela.

No momento da subida o terçado vai geralmente preso ao cós da calça ou do short, mas pode ir também em uma das mãos, e algumas vezes torna-se necessário que o coletor e a coletora façam uso dele mesmo durante a subida. Então, enquanto com uma das mãos a pessoa segura a haste da palmeira, com a outra, segura o terçado, e movimentava o braço retirando galhos secos, cipós e folhas, de modo a facilitar a visão e mesmo a subida. Já na copa da palmeira, novas limpezas podem ser feitas, porém o principal objetivo é o corte da munheca, nome dado à parte do cacho que o mantém seguro à haste da açazeira – o nome tem relação com o formato dessa parte que é associado, pelas pessoas que coletam, ao punho da mão humana.



É notório que o cacho está agarrado à haste de uma forma meio circular e pelos relatos que ouvi, a retirada dessa peça carece de uma mão instrumentalizada e habilidosa. Seu Ronaldo lembra um tempo de muita escassez quando não tinha nem faca, nem terçado:

E tem aquele caso também que um tempo aí atrás era até difícil faca pra trabalhar, não é no tempo dos meus filhos. Eu era mais novo. Eu apanhei açaí uma vez de serrote, serrote velho, pois é, porque não quebrava a **munheca**, serrava, serrava, nessa época tava difícil que nem faca tinha. Complicado.



Não se trata apenas de força ou de uma lâmina afiada, a retirada do cacho requer um golpe feito de tal maneira que possa quebrar o vínculo entre as partes sem deixar cair o cacho, ainda mantendo-o preso para em seguida ser retirado com facilidade pela mão da pessoa que coleta para em seguida leva-lo em segurança até o chão. Quero enfatizar que a força colocada nesse movimento é cuidadosamente calculada apesar de parecer espontânea, isto porque os caroços ficam presos ao cacho e devem ser mantidos assim até o chão, trazidos pela mão do coletor.

Esse é o grande desafio na coleta, preservar a delicadeza do fruto sabendo que a fina camada que reveste o caroço requer cuidado para não ser esmagada, ralada ou *magoada*, o que provocaria uma interferência no sabor e prejuízo ao coletor. Para alcançar esse objetivo é necessário que haja um perfeito entrosamento entre a mão que segura o objeto cortante e o braço que o impulsiona de modo que o terçado se assemelha a uma extensão do braço e da própria mão.

É possível entender porque Leroi-Gourhan (1965, p. 33) confere importância ao gesto como sendo este que atribui à ferramenta ou utensílio o poder de uso e de utilidade, o utensílio – diz ele, e aqui neste caso, melhor empregar a palavra ferramenta –, só existe realmente no gesto que o torna tecnicamente eficaz. Leroi-Gourhan (1965) chama de percussão para as ações realizadas com o auxílio desses utensílios – percussão do verbo percutir, que significa “choque produzido pelo encontro de dois corpos, golpe, pancada”. O movimento feito para retirar o cacho do açaí aproxima-se do que o autor chama de *percussão arremessada* cuja descrição diz o seguinte:

A percussão arremessada concretiza-se quando o utensílio seguro na mão é arremessado na direção da matéria. O braço (e muitas vezes um cabo que prolonga o braço) acompanha o utensílio numa trajetória (sic) mais ou menos longa, garante a aceleração da parte percutora que atinge com grande força o ponto visado.

Ao comentar sobre a imprecisão desse tipo de ação, em relação a outras percussões por ele descritas, causada pelas próprias circunstâncias do ato, onde o utensílio encontra-se a certa distância do ponto visado, por esse motivo, toca-o de maneira imprecisa, ora acima, ora abaixo, mas a força da percussão é consideravelmente aumentada no decurso da trajetória – diz ele, ora, é exatamente esse o desafio do coletor, graduar a força aplicada de tal modo que o cacho quebre mas não a ponto de cair antes que o utensílio seja recolhido à cintura, para que possa liberar sua mão e com ela retirar o cacho e carregá-lo até o chão.

O utensílio é apresentado na descrição do autor como um prolongamento do braço em um arranjo tão bem adaptado sendo quase impossível pensar em ambos de forma separada. Junte-se a esse dado, que os terçados são peças individuais, cada um tem o seu, como na fala de Marcelo: – meu terçado, tá quase quebrando, tantos anos..., o que reforça a condição de totalidade entre o usuário e o utensílio igualmente pela via do afeto que vai além da utilidade do objeto que está se desintegrando. Para Henri Focillon (2012, p. 14), há uma relação sentimental entre a ferramenta e as mãos:

Entre a mão e a ferramenta começa uma amizade que não terá fim. Uma comunica à outra seu valor vivo e a molda perpetuamente. Nova, a ferramenta não é nunca um “fato”, é preciso que se estabeleça entre ela e os dedos que a seguram aquela harmonia que nasce de uma progressão possessiva, de gestos suaves e combinados, de hábitos mútuos e mesmo de um certo desgaste.

A descrição precisa feita por Leroi-Gourhan (1965) reafirma a importância do gesto e possibilita a observação do ato de percutir na altura da copa da palmeira como algo que só é possível ao coletor/coletora, pelo trançado feito entre ele/ela e a planta, pois é ela que fincada no chão dá a sustentação necessária para que os golpes possam ser desfechados e os cachos repletos de frutos possam ser retirados com segurança pelas mãos da pessoa que coleta.

Bateson (1972, p. 466) também enfatiza não haver limites entre corpo humano e objetos a ele acoplados ou incorporados. Sua explicação passa pelo alcance das sensações, considerando a bengala utilizada por um cego para guiar-se:

Suponha que eu seja um homem cego e uso um bastão. Eu vou tocar, tocar, tocar. Por onde eu começo? Meu sistema mental está limitado ao cabo do bastão? É limitado pela minha pele? Começa na metade do manche? Começa na ponta do pau? Mas estas são perguntas sem sentido. O bastão é um caminho ao longo do qual as transformações de diferença estão sendo transmitidas. A maneira de delinear o sistema é desenhar a linha limite de tal forma que você não corte qualquer um desses caminhos, de maneiras que deixem as coisas inexplicáveis. Se o que você está tentando explicar é um determinado pedaço de comportamento, como a locomoção do cego, então, para esse fim, você precisará da rua, do bastão, do homem; a rua, a vara, e assim por diante, volta e volta.

O terçado é considerado também como uma espécie de condição dada ao homem amazônico para enfrentar um mundo perigoso, um mundo verde e líquido – cujo verde labiríntico pode desorientar –, para não sucumbir à imensidão de água e verde e tantas formas de vida que daí emergem. O terçado é uma extensão necessária à mão humana, como se pode observar na narrativa do personagem Miguel dos Santos Prazeres em *O Minossauro* de Benedito Monteiro (1975, p. 24):

Eu, com meu terçado 128 ainda podia dividir os galhos. Cortava folhas enormes, cipós moventes e terríveis raízes flutuantes. Fazia atalhos. Conforme as cores, meu terçado luzia e reluzia ao vento. E cortava espaço e tempo... Não fosse meu terçado 128 – o senhor pensa – tínhamos ficado no meio da viagem... só mesmo o meu terçado podia cortar o verde que corria pelo fio do vento. Fiz do trançado verde uma porção de estradas. Abri caminho no verde-labirinto.

O terçado é mencionado durante toda a narrativa, como a companhia inseparável do protagonista, sempre que ele se coloca, o terçado está junto como um prolongamento de si mesmo e ao mesmo tempo, como uma entidade separada que se une como que num acordo – eu e meu terçado –, evidenciando um duplo protagonismo por meio dessa união de individualidades. Diz ele nesse trecho: – O terçado na minha mão era uma arma diferente de todas. Eu, também, com o terçado 128 na mão, ficava diferente e tihoso de tudo. A experiência do poder que vem através desse acoplamento é vivenciada pelos jovens coletores e coletoras da Ilha, no que pude observar através de manejos cheios de confiança na subida, na copa e mesmo na descida triunfante com o cacho de açaí nas mãos.





Porém, a utilização de uma ferramenta pontiaguda e dotada de uma lâmina que precisa estar sempre amolada e afiada, implica na criação de uma metodologia por parte dos pais e mães que começaram a levar suas crianças ainda cedo para o mato. Nas narrativas dos jovens e das jovens e de seus pais e mães, são descritas as táticas de uso desses objetos cortantes durante a infância e o treinamento subsequente. Bobo manuseia com destreza o terçado na altura da copa, no entanto, até que chegue à copa, o terçado fica seguro ao cós do short na parte traseira. Pergunto se quando começou a subir já levava faca ou terçado, ele então responde:

Bobo: [...] Eu acho que já.

Terezinha: [...] É? Era uma faquinha ou era uma faca grande?

Ana Júlia: [...] Tu lembra a época que o papai ensinava, que o papai ia lá, subia no cacho via que tava bom, aí cortava e tu ia só pra pegar? Lembra?

Bobo: [...] Primeiro era assim.

Ana Júlia: [...] Era o papai que subia, olhava o cacho, porque a gente não sabia, às vezes quando tava bom, aí ele ia olhar quando tava bom, aí ele cortava e mandava a gente só ir buscar, pra gente aprender.

No método aqui descrito, o uso do instrumento cortante é feito por etapas, o pai observava o cacho maduro, subia para fazer o corte, e em seguida o filho subia apenas para fazer a parte da mão, quebrar e descer com o cacho. Dona Ivaneide, mãe de Leandro, até hoje mantém as pontas quebradas como garantia de segurança:

Terezinha: [...] A senhora tinha medo da faca? De ele subir com a faca?

D. Ivaneide: [...] Não, assim sem a ponta não. É que ele, meu marido quebra todas as pontas de terçado e faca, ele deixa sem ponta.

Terezinha: [...] Pra não ter risco.

D. Ivaneide: [...] É.

Ingrid: [...] Já aconteceu algum acidente de alguém se cortar, se furar?

D. Ivaneide: [...] Olha, aqui em casa não, mas teve pessoas por aí que já aconteceu de se cortar, de cair e se machucar, mas não muito profundo.

Dona Ivaneide menciona outros objetos que são perigosos como a própria folha da açazeira quando ainda não abriu, ela tem a forma de um bastão pontiagudo que pode machucar seriamente as pessoas, então, o cuidado não se restringe apenas ao uso do terçado, este acaba funcionando como uma proteção, no sentido de retirar os perigos, limpar, de modo que o coletor sinta-se seguro para alcançar sua finalidade.

Táticas de cuidado associadas ao manuseio do terçado foram relatadas pelos pais e filhos/filhas. Seu Ronaldo e Rodrigo lembram como foi:

Terezinha: [...]Essa parte do menino que tá começando a subir, primeiro ele sobe sem a faca ou não?

Ronaldo: [...]É. Primeiro ele vai pegar uma praticazinha.

Rodrigo: [...]Quando eu subia, professora, aí eu subia com a faca, de lá cortava e jogava a faca, aí descia e pegava a faca.

Ronaldo: [...]Também. Pra acostumar. O Naldinho quando ele começou, quase ele me mata uma vez, porque eu falava pra ele: olha, quando tu cortar, tu joga, mas tu vê pra onde tu vai jogá o teu terçadinho. Não. Ele pegava e cortava, e só fazia assim vape com o terçado. Não! Olha, várias vezes, eu corri dentro do mato, com medo do terçadinho caí em cima de mim.

Rodrigo: [...]E, às vezes, professora, eu cortava e jogava a faca, quando eu ia quebrar a munheca do cacho e não quebrava, aí descia de novo, pegava, subia de novo e cortava.

Ronaldo: [...] O Naldinho fez uma parada uma vez, ele jogou a faca, ele não conseguiu quebrar e eu disse: desce e pega a faca de volta. Ele não. Começou a roer a munheca do cacho lá em cima, pra poder quebrar, foi, até que ele conseguiu, não queria descer e não desceu.

Terezinha: [...]Pra subir de novo, né?

Ronaldo: [...]Pra subir de novo. Ele roeu, roeu e quebrou lá em cima. E tem aquele caso também que um tempo aí atrás era até difícil faca pra trabalhar, não é no tempo dos meus filhos. Eu era mais novo. Eu apanhei açai uma vez de serrote, serrote velho, pois é, porque não quebrava a munheca, serrava, sea munheca do cara ficou bem quebrada, nessa época tava difícil que nem faca tinha. Complicado.

A forma repassada ao Rodrigo inicialmente implicava que ele se desfizesse do terçado logo após o corte jogando-o no chão, deixando a mão livre para puxar o cacho e trazê-lo até o chão. Seu Ronaldo relata que o filho mais jovem, Naldinho, tendo feito o corte, em seguida jogou a faca em direção ao chão, porém o corte não foi suficiente para que ele conseguisse retirar o cacho. E o que ele fez – ao invés de descer, pegar a faca e subir de novo – foi usar os dentes, roendo o cacho até que este desprendesse do estipe. Seu Ronaldo dizendo que não usava terçado porque naquela época não tinha dinheiro para comprar então usava qualquer pedaço de ferro para cortar o cacho. As vivências no açazal me possibilitaram perceber o protagonismo destes objetos que se fazem presentes também nas narrativas. Reveladores de paisagens corporais coexistentes no tempo e espaço como indícios de um saber-viver a insularidade amazônica em constante adaptação às condições sociohistóricas.

3.2.4 Vestimentas, acessórios e improvisações

A vestimenta e demais acessórios corporais apresentam-se como um repertório contextual, mas revelam algo da subjetividade de seus usuários em relação aos modos de relacionar-se com seus próprios corpos. Vestir-se para praticar a panha é ornar-se e, ao mesmo tempo, cuidar-se. Enquanto observo do chão as investidas do corpo durante a panha, percebo a conciliação entre o corpo-ferramenta (MAUSS, 2003, p. 407) e o corpo enquanto manifestação do ser ou *dasein* (HEIDEGGER, 1986), imerso em um trançado de conexões que o constituem enquanto ser no mundo, cuja condição é ter e ao mesmo tempo ser um corpo, o que impõe reconhecer neste campo de observação, algo da complexidade inerente ao humano (LOCK, 1998), ressaltando que quem vê este corpo na sua totalidade e externalidade é sempre o outro.

O que pode o vestuário e demais acessórios corporais dizer sobre um corpo que por si só carrega tamanha complexidade sendo a um só tempo, ação e inscrição, o morador e a moradia? Desde que comecei a acompanhar os jovens no açaizal e Bobo foi o primeiro jovem coletor que acompanhei, passei a observar o elemento vestuário e a indagar sobre os sentidos e significados do vestir-se desta ou daquela maneira, naquele ambiente.

Busquei olhar um pouco mais para essas sutilezas na tentativa de organizá-las para melhor entendê-las no trançado em que se faz a panha. Primeiro me dou conta que – como toda atividade periódica – há uma roupa específica, que pode ser entendida como roupa de trabalho, por ser utilizada especificamente para esse fim, porém, não há uma diferença evidente. De uma maneira geral, o que todas tem em comum é que são roupas bastante usadas, já um tanto gastas pelo tempo, são elas que vão se transformando em “roupa de trabalho”, obviamente que o tecido simbólico com que é feita essa distinção deve ser considerado.

Ambos, coletoras e coletores, não dão muita ênfase à essa denominação “roupa de trabalho”, entendo essa atitude por tratar-se de uma prática em ambiente doméstico, mas, tanto na saída para o açaizal, quanto em outros momentos, até mesmo quando presenciei uma demonstração de subida na açazeira, percebi que coletores e coletoras trocam a roupa que estavam usando por uma outra e, várias vezes me respondiam sorrindo afirmativamente diante da pergunta se aquela era uma roupa de trabalho, o riso era como se eu estivesse me importando demais com algo que não tem tanta importância.

Dona Ivaneide, certa vez em sua casa, me levou a um compartimento de madeira, onde ficavam guardadas o que ela considera como “roupa de mato”, no sentido de uma roupa simbolicamente distinta:

Dona Ivaneide: [...] Vou pro mato, visto a minha roupa de mato e vou pro mato debulhar o açaí, eu gosto de fazer isso, é rápido que a gente também..., não sou muito rápida assim como esses profissionais aí né.

Dona Ivaneide: [...] Não vá coisar⁵¹ essas roupas velhas, pelo amor de Deus, tudo roupa de mato.

Terezinha: [...] Sim, as roupas de mato.

Dona Ivaneide: [...] É roupa de mato.

Terezinha: [...] Aqui é o guarda roupa?

Dona Ivaneide: [...] É o guarda roupa do mato.

Que outras características possuem essas roupas de trabalho ou “roupa de mato”, além de serem roupas já usadas? Percebi que apresentam variações quanto ao formato, à elasticidade e à cor das peças. Com relação ao formato, observei que quase sempre as pessoas usam duas peças – camisa e calça/short/bermuda – tanto homens quanto mulheres, com exceção de alguns homens que dispensam o uso da camisa. A camisa pode variar entre com e sem manga e entre manga curta e manga comprida.

Quanto à elasticidade, os tecidos também variam do mais maleável – meia, malha e lycra – até tecidos mais grossos e menos flexíveis como o brim, o tecido geralmente é meia ou malha. A utilização de materiais menos flexíveis pode ser explicada no caso de não haver outra opção e, neste caso, pode acontecer que, pelo próprio uso continuado e a aderência ao corpo do coletor e ao corpo da planta, provoque uma transformação no tecido tornando-o maleável.

Ao estudar as roupas – partindo da sociedade inglesa –, Stallybrass (2008, p. 13-14) destaca-lhes a capacidade de aderência e de circulação e o seu enorme potencial para a transformação:

[...] a roupa é tanto uma moeda quanto um meio de incorporação. À medida em que muda de mãos, ela prende as pessoas em redes de obrigações. O poder particular da roupa para efetivar essas redes está estreitamente associado a dois aspectos quase contraditórios de sua materialidade: sua capacidade para ser permeada e transformada tanto pelo fabricante quanto por quem a veste; e sua capacidade para durar no tempo.

A permeabilidade tem a ver com capacidade de transformação, o que possibilita a reutilização das roupas usadas se tornarem roupas de trabalho ou “roupa de mato”.

Quanto às cores das roupas, há uma variação entre os tons claros e escuros, esse dado se torna importante quando observo que usando uma camisa clara, a tinta do açaí torna-se bem visível e ao passo que as blusas de cor escura, impedem tal visibilidade, portanto, a roupa do coletor pode apresentar ou não as marcas da tinta do açaí, dependendo da cor.

O que chamo aqui de acessórios/improvisações são peças direcionadas aos pés e mãos, braços e pernas. Começando pelos pés, observei que variam entre descalços e calçados fechados

⁵¹ Coisar no sentido de mexer.

– tênis e botas –; depois vem as mãos, apesar de não haver presenciado mãos com luvas no açaiçal, esse acessório foi mencionado nos diálogos. Pude ver pernas cobertas com meias três quartos – aquelas de jogadores de futebol –, e os braços que, à maioria das vezes, estão descobertos, também variam algumas vezes, apresentando-se protegidos com camisas de manga comprida e também de maneira improvisada, com protetores na área dos cotovelos.

Como é possível observar, a roupa de mato apresenta-se dentro de alguns critérios, combinados ao gosto de cada pessoa, a fala de Leandro reflete isso, quando perguntei a ele se aquela era “a roupa”, ao que ele responde:

Terezinha: [...] essa que é a roupa né, Leandro?

Leandro: [...] Mais ou menos, eu ainda não tenho camisa manga comprida, a minha furou, mas eu gosto de camisa manga comprida, sapato, o meu sapato também furou, aí tem que comprar de novo.

Terezinha: [...] tá bom, vou escrever aqui que hoje o teu uniforme tá incompleto.

Leandro: [...] eu não gosto de tirar com camisa manga curta, mas eu subo.

A condição de serem roupas usadas não retira-lhes o sentido e o significado que passa pelo gosto, quando Leandro diz que não gosta de subir com manga curta mas acaba subindo assim mesmo, isso tem um sentido para ele, sentido esse que no meu entender, passa pelo duplo cuidado com o corpo físico e com o simbólico neste mesmo corpo, indissociado do físico. A roupa protege do contato com animais peçonhentos que moram na açazeira e do contato com a própria planta por serem contatos que além de marcarem os corpos expõem a riscos de doenças, podendo atingir sua integridade tanto física quanto social, como será discutido mais adiante.

A vestimenta que mais me chamou atenção no açaiçal dentre o grupo de jovens, foi a de Bobo, com um short de malha mais longo que os shorts normais, porém acima dos joelhos e uma blusa de meia manga curta na cor escura. Nos braços, uma espécie de proteção ajustada à área dos cotovelos, as pernas cobertas por uma meia três quartos de cor verde e os pés calçados em uma bota preta de cano curto, cujo material, semelhante à uma borracha, aparentemente pouco flexível, mas que nos pés dele, não parecem prejudicar sua agilidade durante a subida e a descida na açazeira.

De um modo geral, o visual de Bobo, associado ao topete pintado em um tom quase laranja, contrastando com o resto do cabelo preto – e observei muitos jovens na Ilha com os cabelos coloridos –, me fizeram relacionar a coleta a uma prática mais global, algo como um esporte radical – o skate, por exemplo – onde os atletas usam acessórios e materiais para cobrir partes do corpo sujeitas a acidentes. Lembro de ter escutado de seu Vitor, certa vez, que a panha “é uma ginástica que o cara faz”.

A forma como Bobo veste-se para a panha leva-me a perceber que o ornamento, o enfeite, não está dissociado da função da roupa – cobrir o corpo de modo a protegê-lo e ao mesmo tempo, dando-lhe as condições necessárias de realização da prática de subir e descer na açazeira –, ainda que tais enfeites não sejam tão visíveis como no caso de Bobo. Para Maffesoli (1996, p. 165), as roupas ou a ausência delas, são eminentemente artificiais, constituem as relações sociais e, segundo ele, *inscrevem-se numa economia geral da sociedade*, antes mesmo do enfeite e da roupa, o próprio ato de estar nu já é em si um artificialismo.

Permite ver também, pelas considerações de Maffesoli citando Baudrillard (1996, p. 166), que o artifício do enfeite abole a distinção natureza-cultura e o quanto que essa abolição deságua na paisagem e faz pensar – ainda com Maffesoli (1996) – que sendo o corpo um **invólucro**, cujo envoltório também chamado de aparência inscreve-se nele, no sentido global que uma sociedade dá de si mesma, do mesmo modo, a humanidade constitui paisagens e deixa-se constituir por elas numa espécie de trançado *natureculture* (HARAWAY, 2003), indissociado desde suas raízes.

Já havia escutado que tem apanhadores que mesmo sem camisa não encostam o abdômem no estipe da palmeira, para isso, desenvolvem uma forma peculiar de subir, aqui as táticas (CERTEAU, 1998) não estão no vestuário, mas no movimento gestual desenvolvido no próprio corpo. Quando vi o jovem Vinicius realizar esse tipo de engajamento, identifiquei como mais uma forma de subida e passei a chamar de modo macaco, pois em muito se assemelha a maneira como esse animal transita entre as árvores. Tal gesto impede as marcas naquela região do corpo.

Bobo improvisa, do seu jeito, uma performance, à medida que constrói um vestuário que, no meu entender, tem múltiplas finalidades, a de protegê-lo das intempéries da panha, a de ornamentá-lo, pois é impossível ignorar a expressão que aquele vestuário comunica no movimento da panha, por isso menciono aqui o termo performance (DAWSEY, 2006, p. 22):

De acordo com Victor Turner, como vimos, a experiência se completa através de uma forma de “expressão”. Performance – termo que deriva do francês antigo *parfournir*, “completar” ou “realizar inteiramente” – refere-se, justamente, ao momento da expressão. A performance completa uma experiência. Porém, o que se entende por completar? Essencial à performance – e, aqui, também recorremos a Turner – é a sua abertura. Ou, em outros termos, o seu não-acabamento essencial. Daí, a sua atenção aos ruídos.

Os cabelos pintados de Bobo, seu vestuário, acessórios e improvisos, me permitem estabelecer conexões entre o açazeiro e o mundo, o jovem coletor como tantos outros jovens frequenta a escola, as festas e demais espaços de exposição e visibilidade, e através dele, o

açazal torna-se um lugar de circulação e de visibilidade narcísica, conectado a tantos outros espaços. Portanto, coletar é estetizar o mundo do açazal.

Quando Bobo improvisa a proteção para os cotovelos e pernas, tais improvisos táticos tornam possíveis a ele resguardar-se do estigma (GOFFMAN, 1981) que marca de forma negativa o corpo do coletor. Neste caso, as peças são incorporadas e como um escudo, protegem-no do estigma. Mas antes disso, as roupas falam o que Bobo, por algum motivo, não conseguiu expressar – pelo menos para mim, quando lhe perguntei se a panha deixava seu corpo diferente de alguma maneira e ele me respondeu que não – que ele se importa com as marcas deixadas pela panha, de modo a intervir, tentando evitá-las, resguardando seu corpo, por intermédio do vestuário e acessórios.

A atenção no engajamento com a planta é tão fundamental quanto cada elemento que participa do movimento, afinal é a planta que oferece o apoio, que lhe dá segurança, para que seu corpo colado ao dela, alcance o seu intento. O terçado vai acoplado ao corpo, preso à cintura pelo cós do short, na parte de trás e não parece incomodar, a peconha envolve os pés calçados com a bota enlaçando-os ao caule da palmeira.

O cuidado com os pés leva as pessoas a calçá-los durante a coleta, o que revela-se um duplo cuidado tanto para proteger a sola dos pés que está sujeita a queimaduras pelo contato veloz com a estipe da palmeira – principalmente durante a descida, quanto para proteger da forma que os pés descalços assumem tornando-se esparramados, com os dedos afastados, de tal maneira que alguns não conseguem calçar sapatos. Seu Ronaldo confirma esse dado numa fala anteriormente citada, quando diz que o uso de sapatos pelos coletores mais jovens é, diz ele, *pra não engrossar o pé, eles têm medo de engrossar o pé, aí fica com o pé fino. Eles têm vergonha né?*

A fala de Seu Ronaldo somada à de Ariel quando me diz que sobe do jeito pés grosseiro mesmo, porque sobe sem sapatos, torna bem evidente o que parece ser um dilema para alguns coletores, dilema entre o antigo costume de subir descalço e ter os pés “grossos” pelos calos, pelas marcas, pelo inchaço e conseqüente deformidade – é sabido que o trabalho no mato incluindo a coleta causa deformidade nos pés que ficam alargados e impedem o uso de sapatos –, e a atual condição de coletar com os pés calçados e mantê-los “finos”, digo atual porque ao que parece, antes a possibilidade de ter um calçado era mais difícil, ainda hoje adquirir um novo calçado não é tão fácil, quando aqueles já gastos de tanto uso, não servem mais.

As botas que calçam os pés de Bobo, na perspectiva dele, tornam-se seus próprios pés, ou algo como uma extensão deles e repercute sua adesão ao caule da palmeira também. Digo isto porque me ocorre que quando ando ou corro e meu pé está confortavelmente dentro de um

sapato, não penso no meu pé separado do sapato, eles, são uma coisa só. Do mesmo modo penso que, quando o vestuário adere ao corpo e vice-versa, não é mais possível senti-los como coisas separadas.

As luvas usadas por Marcely tem origem na mesma motivação, proteger as mãos das marcas e dos calos. Vânia, que não usa luvas, me diz que tem calos nas mãos porque, durante a subida, é nas mãos que concentra sua força, o que confirma a fala de Michely, irmã de Marcely: – “na hora de puxá o peso pra cima é a mão que segura o corpo”. Então, porque Marcely usa luvas e Vânia não? Sem esquecer, no entanto, que o acessório nunca deixa de ser um enfeite, um ornamento.

A cada novo acessório trazido para a prática, é necessário um tempo até que seja incorporado, até que ambos – corpo e acessório – deem início à aderência. Em relação aos pés que aderem as botas, mãos que aderem luvas, braços que aderem cotovelleiras e todo o resto, o contrário também procede, as coisas aderem aos pés, mãos, braços e pernas e assim uma nova orientação surge para o conjunto daquela habilidade. Observei a performance primorosa de Bobo calçado com suas botas de borracha dura, subindo e descendo nas palmeiras, como se não houvesse nada entre seus pés e a estipe da palmeira.

Para Anne Hollander (1980), roupas revelam mais do que ocultam, por esta perspectiva é que quando vejo pessoas – homens e mulheres – de calças compridas, subindo nas palmeiras, vejo também a opção religiosa dessas pessoas, numa constante adequação entre o vestuário, a religião e a insularidade. Outra autora, Calanca (2008, p. 17), lembra que a roupa transforma o corpo para além do biológico e do filosófico, essa transformação tem, portanto, múltiplos significados, que vão do religioso, passando pelo estético até o psicológico.

Mauss (2003, p. 405) bem antes, já alertava para a intervenção de “outros fatos técnicos” e o quanto modificam hábitos corporais, é o que diz ele, nesse recorte um pouco mais amplo que fiz depois de analisar o quanto de adquirido havia no andar das mulheres Maori:

Num livro de Elsdon Best, publicado na França em 1925, acha-se um documento notável sobre a maneira de andar da mulher maori (Nova Zelândia). (Não se diga que são primitivos, julgo-os sob certos aspectos superiores aos celtas e aos germanos.) "As mulheres indígenas adotam um certo '*gaiit*' (a palavra inglesa é deliciosa): a saber, um balanceio solto e, no entanto, articulado dos quadris que nos parece desgracioso, mas que é extremamente admirado pelos Maori. As mães exercitavam (o autor diz '*drUF*') suas filhas nessa maneira de andar que é chamada '*onioi*'. Ouvi mães dizerem a suas filhas (eu traduzo): 'não estás fazendo o *onioi*, quando uma menina deixava de fazer esse balanceio.'" (*The Maori*, i, p. 408-9, cf. p. 135.)

Era uma maneira adquirida, e não uma maneira natural de andar. Em suma, talvez não exista "maneira natural" no adulto. E com mais razão ainda quando outros fatos técnicos intervêm: no que se refere a nós, o fato de andarmos calçados transforma a posição de nossos pés; sentimos isso bem ao andarmos descalços.

O uso de sapatos é uma tática capaz de preservar os pés das alterações produzidas durante a coleta, porém, considerando as palavras de Mauss, a mesma tática que preserva os pés da transformação, modifica o engajamento com a planta e conseqüentemente a própria técnica da coleta e é assim com todas as peças que são incorporadas revelando diferentes engajamentos cujas origens contextuais permitem sentir, perceber e co-existir no ambiente por meio de formas distintas.

Em outro momento, Mauss (2003, p. 404) chama atenção para as variações que o ambiente projeta naquilo que chama de hábitos, estes são suscetíveis inclusive a modismos, daí conclui-se o quanto gestos e técnicas são indissociáveis do estar-no-mundo, e as variações são indícios dessa relação:

"hábitos" variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição.

É interessante notar que as peças corporais utilizadas por coletores e coletoras, são retiradas do cotidiano, quando passam a ser reutilizadas na panha, transformando-se em roupas de trabalho, ou "roupas de mato", porém, cada vestuário e acessório carrega uma singularidade que os coloca bem distante do tipo de roupa de trabalho conhecida como uniforme. São peças que aderem um novo sentido que lhe foi acrescentado, com isso transformam-se e transformam o corpo que vestem.

Considero que o vestuário é fundamental na configuração do *jeito* (HARRIS, 2005, p. 202) utilizado por cada pessoa no ato da panha, além de expressar diferentes percepções através das peças que vestem. Cada peça escolhida revela algo do olhar que cada um tem de si mesmo junto à uma forma própria de praticar a atividade no lugar onde vivem. O vestuário ajusta-se ao corpo, este ao vestuário, ambos imersos no espaço-temporal de modo que a técnica corporal se realize com êxito. Dona Lúcia que hoje sobe de calça comprida, blusa de malha sem manga e botas, durante sua infância/juventude, usava vestidos feitos de saco de açúcar e com essas roupas ela e suas irmãs iam para o mato, como ela diz: tirá açáí, pegá folha, riscá seringa.

Pois é. Nesse tempo não tinha que nem hoje em dia, hoje em dia é tudo, tem que trabalhar pra comprar uma roupa, pra comprar um sapato, o papai não comprava roupa pra nós, nós usava aquele saco de açúcar, não tem aquele saco de açúcar? Pois é, aquilo que era a nossa roupa que nós vestia nesse tempo, as minhas filhas acham graça disso (risos).

O vestir-se para a panha do açaí, por mim vivenciado tem dois aspectos, de um lado tem um quê de intervenção, no sentido de evitar que o corpo do coletor se transforme em um corpo desvalorizado pelas marcas do contato com a planta. De outro lado, me pareceu notório que para alguns coletores, deixar-se marcar pela coleta é algo muito importante, são as marcas do trabalho realizado. As roupas, acessórios e improvisações são utilizados tanto com a intenção de proteger o corpo de tais marcas, e nesse sentido, como intervenção, quanto apenas como proteção física do corpo de possíveis exposições a ferimentos e dores.

Ainda assim é possível perceber nas roupas utilizadas, maneiras ou modos pelos quais os indivíduos podem diferenciar-se como indivíduos e declarar alguma forma de singularidade (BARNARD, 2003, p. 93). Nesse sentido, as vestes de todas as pessoas que observei, quando tomadas em conjunto, podem ser consideradas re-criações ou re-invenções, mas são principalmente, re-apresentações das corporalidades juvenis situadas na Amazônia.

CAPÍTULO 4
O TRANÇADO DOS CORPOS NA PANHA



Numa das primeiras vezes que perguntei sobre a coleta na Ilha das Onças, utilizei o verbo apanhar, como eu já ouvira tantas vezes: – tu apanha açáí? E ouvi o seguinte: – “[...] aqui ninguém apanha, aqui a gente tira o açáí”. Porém, quando visitei Ana Júlia, ela me tranquilizou, dizendo que, tanto apanhar quanto tirar, são verbos comuns para nomear a coleta. Conversando com Seu Ronaldo aprendi mais dois verbos muito utilizados também: arriar e baixar tem a mesma finalidade. Diz ele:

Terezinha: [...] Como é que vocês chamam pra dizer que a pessoa tá lá tirando o açáí?
Seu Ronaldo: [...] É, tipo assim, se perguntarem assim; cadê o fulano de tal? Tá pro mato arriando açáí, a gente fala assim, tá pro mato arriando açáí, tá pro mato baixando açáí, tá pro mato apanhando açáí, a gente fala assim, vários modos de falar né?

Os coletores são reconhecidos desde os primórdios da existência humana, o que torna a coleta uma prática tradicional milenar. A panha do açáí faz parte da vida na Ilha e, por isso, sem muito esforço os moradores guardam na memória relatos de quando a panha era bem sazonal, como na fala de Rosilene Cascaes, tia de Vinícius:

[...] Quando chegava a época de janeiro, final de dezembro né, pra janeiro, que começava a *falhar* o açáí, a gente ia pro mato procurá o açáí, porque o nosso costume é almoçar e jantar o açáí. A gente ia pu mato: eu, meu tio e a minha tia, que a gente tinha quase a mesma idade, ia sempre mais, nós três. A gente ia pu mato e a gente via um cachinho de açáí começando a pintá né, escurecê um pouquinho, a gente normalmente, eu, ela e ele, subia no açazeiro pra tirá o açáí. Hoje em dia não, o açáí graças a Deus já num falha como antes. A gente ia mesmo, às vezes bebia só aquela água, mas tinha que tê. Hoje em dia, o açáí já num falta, nem pra vendê, nem pra bebê. Isso é uma coisa, eu conto pá todo mundo, eu acho legal, a gente muleca ia procurá, andá atrás de açáí pra bebê. Como o mato lá era muito grande, meu avô teve uma extensão de terra bastante grande né, então a gente andava muito atrás.

A memória ainda vívida de um tempo em que o açáí falhava, uma expressão típica da Ilha para nomear a falta da fruta, a vida era marcada pela sazonalidade vegetal – “final de dezembro né, pra janeiro” –, contrasta com o tempo de agora em que o açáí floresce de janeiro a janeiro, graças à valorização, manejo e comercialização desse fruto. Rosilene revela que o costume da Ilha é “almoçá e jantá o açáí”, então, nesse período, relembra, dava-se um jeito de andar mato adentro, olhando para o alto, com os olhos aguçados à procura de um cachinho de açáí começando “a pintá”, era esse que serviria para contornar o que era costume – “às vezes bebia só aquela água, mas tinha que ter”.

Além desse relato para confirmar as diferentes nuances e temporalidades da floresta insular, contrastando com a predominância de açazais que se vê hoje, a memória de Rosilene revela um tempo da infância/juventude, onde procurar açáí no mato era uma necessidade e, ao mesmo tempo, uma diversão, uma brincadeira. Chamo atenção para o quanto de brincadeira

havia nessa procura, reconhecendo que há por parte das crianças uma motivação também relacionada a esse componente lúdico.

Há um trajeto que possivelmente começa a ser trançado no lugar de nascimento, com o tempo passa a abranger o lugar de crescimento e desdobramento da existência – como chama atenção o termo heideggeriano *dasein*, para o estar no mundo como condição do ser; mas que passa inevitavelmente pela brincadeira, em seguida passa pela coleta do bébi, seguindo para um tipo de coleta mais profissional, para fins de comercialização, que está profundamente ligada à valorização e expansão do açaí mundo afora.

O consumo do fruto do açaí em expansão vem provocando uma notável transformação que, impulsionada pelo aspecto econômico-sócio-cultural, repercute em várias dimensões da realidade ribeirinha, sendo visível na vegetação e refletindo diretamente no corpo da Ilha das Onças e no corpo das pessoas que coletam, ainda que não seja possível saber exatamente quais as consequências a médio e longo prazo dessa expansão.

O que apresento aqui é uma descrição etnográfica dos movimentos praticados durante a coleta, vista como um saber fazer corporal ou incorporado, e técnico, no sentido maussiano do termo, e que chamo aqui de trançado, para dar a reconhecer que há um entrelaçamento necessário e fundamental entre o corpo humano e o corpo vegetal, tornando possível às pessoas chegarem na copa da palmeira presas à sua haste, apenas por um cinturão nos pés, para buscar os frutos lá no alto e depois descerem carregando-os com firmeza até o chão.

Uso a palavra trançado para nomear o movimento técnico de coletar o açaí, mas também para descrever a forma como organismo e ambiente apresentam-se conectados de modo a garantir a existência humana e de outras formas de vida. A palavra em questão me foi trazida durante a estada no campo, pelo Seu Ronaldo, certa vez, ao narrar a queda que levou da açazeira, cujo maior sofrimento foi ter caído entre os caules que cresceram compartilhando a mesma raiz, então, para dizer desse compartilhamento, recorreu ao termo trançado, para evidenciar um tipo de crescimento de várias palmeiras em uma raiz comum, também chamada de touceira, diz ele:

[...] Elas iam nascendo juntas, tipo se trançavam assim, né? Se aqui tinha uma árvore, bem aqui tinha outra árvore, essa uma já ia crescendo e forçando pra cima da outra, tipo assim, elas iam se trançando, só que, quando chegavam lá em cima elas separavam, aí eu subia numa árvore dessas, nessa árvore aí na beira, na faixa de uns 14 (quatorze) anos mais ou menos, por aí, numa faixa dessa, tá com quase 30 (trinta) anos que isso aconteceu.

Foi quando passei a perceber a panha como um movimento que se dá mediante o entrelaçamento de corpos humano e vegetal, um trançado entre humano, planta e as dimensões

ali congregadas. Este trançado fundamental possibilita ao homem chegar ao topo, à copa, colher os frutos, servir-se deles e expandir a espécie *Euterpe oleracea*.

4.1 O meu corpo no trançado

Ao iniciar a descrição do trançado dos corpos humano e vegetal na panha do açaí, cujo movimento inclui a subida, a parada na copa e a descida, senti a necessidade de falar do meu corpo, pois é por ele que capto, percebo, apreendo e apresento os corpos no açazal. A etnografia que produzo, repleta de imagens fotográficas e em vídeo, registram o corpo das pessoas que coletam não obstante, considero que “[I]magens corporais não são apenas imagens de outros corpos; elas também são imagens do corpo por trás da câmera e suas relações com o mundo.” (MACDOUGALL, 2006, p. 2, tradução minha)⁵², também refletem o meu corpo.

Meu corpo, que é o meu ponto de vista sobre o mundo (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 108), acostumado à terra firme, chão de cimento e ruas asfaltadas, emerge numa imensidão aquática que abriga o campo de pesquisa e me impõe uma entrega ao ritmo das águas. Quando me dirijo ao açazal para acompanhar Bobo na panha do açaí, observo que meu corpo já está em outra rítmica, o balanço das águas, as pontes feitas com o caule da açazeira e o solo encharcado, ambos me pedem equilíbrio.

Então, para chegar à casa de Bobo, o primeiro a ser visitado, encaro o Furo do Nazário transbordando em vários momentos e quando o rio transborda o solo encharca e os meus pés passam a conhecer a terra úmida enlameada e repleta de caroços de açaí. Para chegar no açazal, as hastes finas de açazeiras transformadas em pontes são escaladas por mim na horizontal e eu preciso me segurar em algo, nas mãos de Ana Júlia, até que eu ganhe alguma habilidade e passe a percorrê-las sem segurar em nada, mas é preciso ir devagar.

Começa um aprendizado de equilíbrio em que a água, o translado, pareciam me preparar anteriormente. O meu aprendizado iniciático aquela realidade fica visível quando olho para os pés da minha acompanhante, percebo que ela tem a técnica, pois eles não se deixam enlamear tão facilmente. O que me faz lembrar a fala de uma moradora da Ilha do Maracujá, D. Jesus, ela dizia que a gente da cidade de Belém tem os pés “tudo limpinho”, diferente do pessoal da Ilha.

⁵² [C]orporeal images are not just the images of other bodies; they are also images of the body behind the camera and its relations with the world.

Minha experiência me diz que a gente que mora na margem urbana da Baía pode até ter os pés limpos lá na outra margem, mas mantê-los limpos e secos requer muita experiência, muitas caminhadas no chão alagadiço, que levam até os açaiçais.

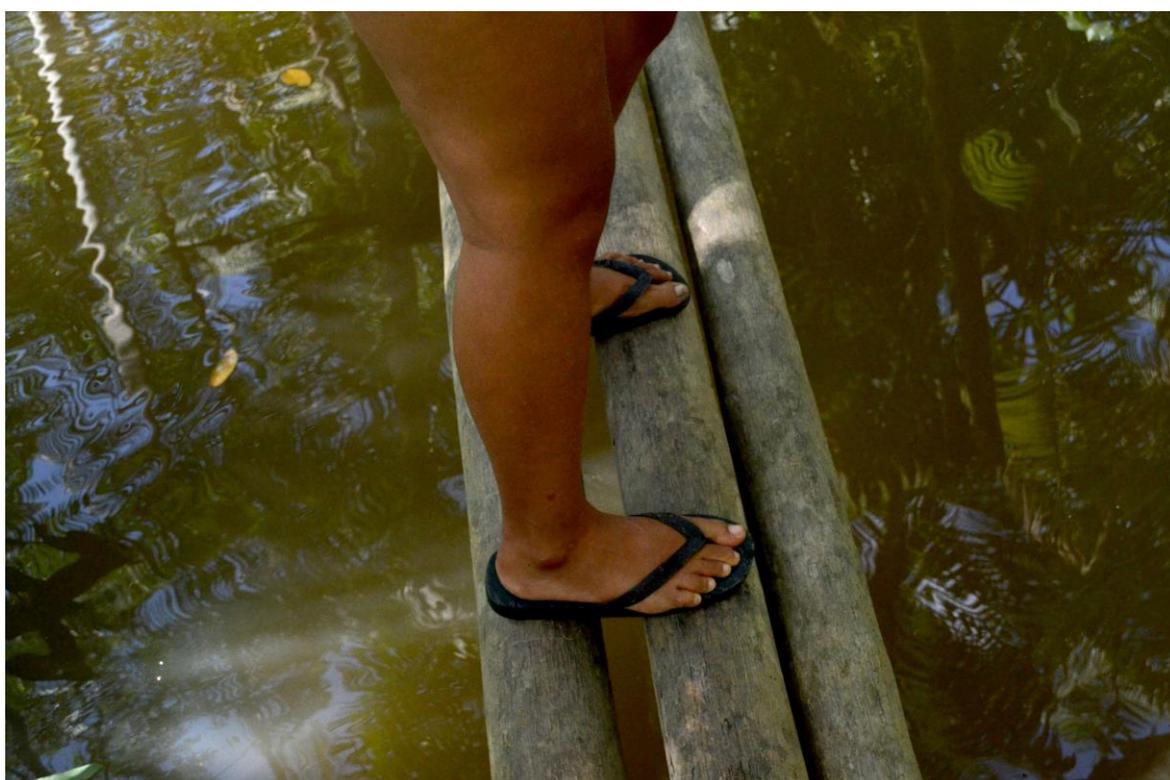
Desde a primeira vez me impressionei de ver Bobo atravessar correndo as pontes feitas com os troncos finos e roliços da açazeira enquanto eu tinha de segurar firmemente as mãos da Ana Júlia, para não me desequilibrar.



A ponte liga as beiras de um igarapé que passa atrás da casa de Ana Júlia, quando a maré está de cheia, pois quando está seca o que fica é apenas uma enorme vala.

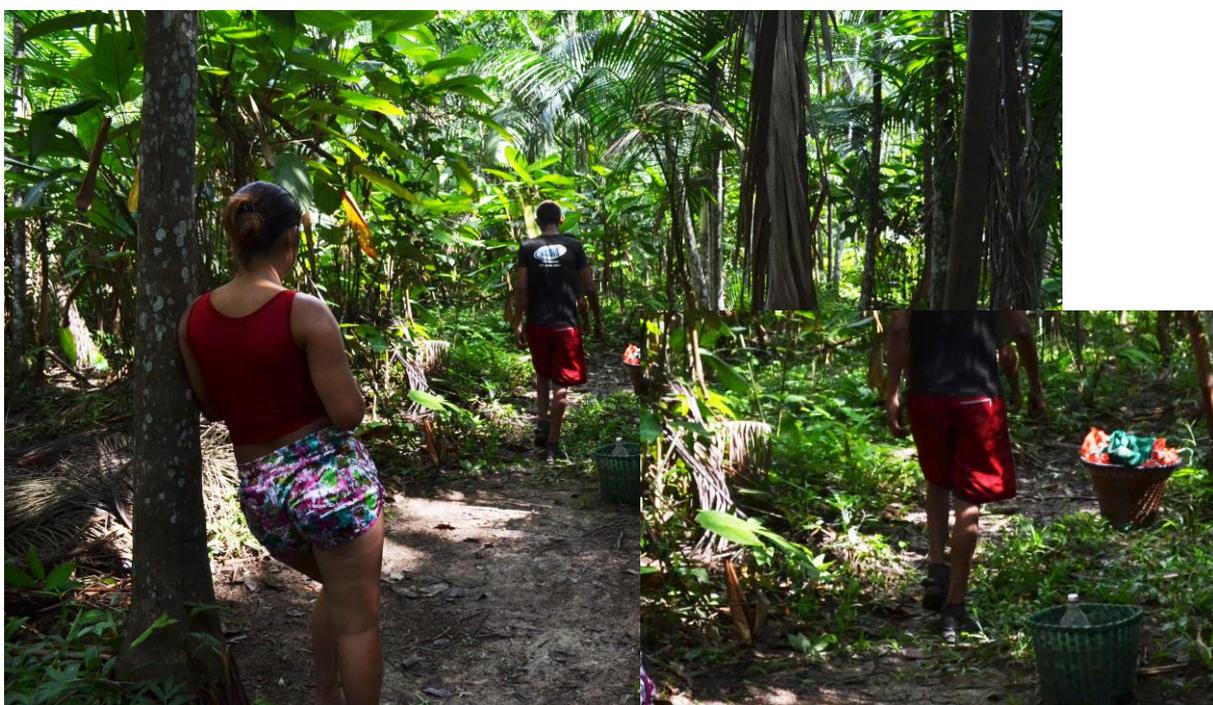


Ana Júlia me estende a mão sempre, pois tenho medo de cair, a ponte é roliça, é claro que se eu morasse na ilha ou, se eu tivesse crescido ali, não ficaria tão insegura.





Enquanto Ana Júlia me espera, eu fotografo Seu Vito e Bobo, pai e filho, caminhando juntos no açcaizal, mas é por pouco tempo, porque mais adiante, cada um irá coletar em pontos diferentes.



As rasas estão à beira do caminho. Entre Ana Júlia e Bobo vê-se a rasa pequena que por ser sempre pintada de verde confunde-se com a folhagem, e um pouco mais adiante de Bobo, a rasa grande, é a que armazena o açaí para comercialização, enquanto a menor é a que armazena o bébi. Aproximo a imagem para poder realçar as botas de Bobo, seu Vitor caminha logo à frente, descalço e logo atrás, Bobo calçado com botas.



No fundo da rasa menor vê-se algum bébi coletado, uma garrafa com água e um copo de alumínio, eles levam, às vezes, pão e bolacha para merendar no açazal, são quatro horas de trabalho, no mínimo acompanhados desses objetos.

No caminho vejo os cachos tirados anteriormente que vão se acumulando um ao lado do outro e depois de serem *disbulhados*. O amontoado de *vassouras* revela que aqui já houve *dibulha*, por todos os lados o serviço da panha deixa indícios, a paisagem modifica-se constantemente. A peconha de sarrapilheira, no meio das *vassouras* de açaí, as rasas entremeadas de fibras sintéticas e orgânicas – jacitara e guarumã –, todos os materiais harmonizam-se, misturam-se, não há limites aonde começa um e começa outro, tudo é *natureculture* (HARAWAY, 2003; LATOUR, 2013).



Eu sigo Ana Júlia que segue Bobo, como não consigo acompanhá-los de perto, meu caminhar tem outro ritmo. Ana Júlia que sempre me espera para que possamos ir adiante, Bobo é muito rápido sempre que eu chego ele já está escalando a haste, às vezes, nem mesmo ela sabe em que palmeira ele está.





Novamente chamo atenção aqui para meus pés, quando estava em campo só tinha olhos para Bobo escalando as palmeiras, mas por algum motivo registrei-os, estou calçada com sandália rasteira de látex, sim, do mesmo látex extraído da seringueira que Seu Vitor fez questão de me mostrar. Ana Júlia calça sandálias havaianas.

Os pés de Ana Júlia estão limpos, ela sabe percorrer os finos caules de açazeira utilizados como pontes sobre o chão enlameado. Enquanto os meus, aqui e ali, afundam na lama, ainda estou aprendendo a técnica. Caminhamos pelo meio de pequenos igarapés, formados durante a enchente da maré que quando a maré seca, formam charcos.



Bem aqui, minha cicerone para, ela está escolhendo o melhor atalho para que possamos chegar até Bobo. Acompanhar o ritmo do coletor em dia de trabalho, não é tarefa simples, meu corpo hesita, balança com a câmera nas mãos, tento acompanhar sua performance, cuja culminância ocorre no alto da palmeira, as imagens que produzo, são uma fonte valiosa de informação e algumas vezes estão tremidas comprovando minha busca por equilíbrio na superfície vacilante⁵³, característica do chão de várzea. Em pleno exercício de adaptação,

⁵³ Ver BASSALO, T. de F. R. *Diálogos com a metrópole: um estudo antropológico dos moradores da ilha do Maracujá em relação de proximidade com Belém (PA)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

busco o melhor ângulo para o alto, as imagens que produzo são também indícios do modo como me coloco em observação no campo-açaizal.



4. 2 Primeiro eles vão olhá, juntá do chão, vê como a gente faz ...

O subtítulo corresponde a uma frase dita pelo Seu Vitor, quando lhe perguntei como é que começa o aprendizado da panha. Ele então me responde que começa desde cedo o aprendizado que culmina em escalar palmeiras, cuja altura assusta. Começa com uma relação familiar e extensiva ao mato, ao açazal, o açaí é o alimento por excelência e para obtê-lo é necessário aprender a escalar a palmeira geradora.

O trançado começa desde muito cedo para quem mora aqui, com a interação do organismo do coletor e da coletora ao ambiente, portanto, ao nascer na Ilha das Onças, habitá-la e praticá-la tem início o trançado dos corpos humano e vegetal, bem antes de chegar no açazal, como algo mais fundamental, ligado por exemplo a nossa condição de estar no mundo, na perspectiva batesoniana, que é estar imediatamente sediada em um lugar e interagindo com todos os aspectos presentes neste lugar.

O jovem Bobo foi a pessoa que acompanhei mais de perto na dinâmica do trabalho propriamente dito no açazal, as demais pessoas, jovens coletores e coletoras, são colaboradores

importantes, porém não tive a mesma proximidade. A importância das demais pessoas é fundamental para reiterar o que observei com Bobo nas manhãs de trabalho, que para ele e sua família, começa geralmente às seis e meia da manhã e vai até as onze horas, momento em que ele precisa retornar para casa com a rasa no ombro, tomar banho, se arrumar e ir para a escola.

No ambiente circundante, o engajamento com a palmeira é apenas mais um dentre tantos engajamentos possíveis e necessários para quem mora na Ilha das Onças. Os pais apresentam o mato, oferecem a sua experiência, convidam a participar dela, compartilham-na. Seu Vitor lembrou que seus filhos quando crianças tinham *um fogo pá entrá no mato*, ele e Dona Conce compartilharam com seus filhos o seu jeito de viver naquele lugar, que é o jeito que lhes foi dado para viver também.

A relação com o mato, antes de ser manejo ou cultivo, é coexistência, é viver no mato. Percorrendo o açazal na companhia da família de Bobo, vejo que as palmeiras são bem altas o que poderia me levar a pensar que só as mais baixas seriam cultivadas ou manejadas, mas não é bem assim. Os açazais são locais praticados diariamente, portanto são manejados de diversas maneiras, talvez o sentido dessa palavra seja até muito restrito para expressar ou significar a intensa troca que há entre os corpos que praticam este lugar, são humanos e não humanos, animais diversos – grandes e pequenos, que ainda vivem por aqui – e muitas plantas.

São cheiros, toques, sons e sabores trocados entre esses corpos que compartilham o mesmo ambiente que, no meu entender, modelam-se entre si a partir dessas sensações e percepções. A altura das árvores e dos outros seres que por ali transitam, o roçar dos corpos ao corpo-folhagem das plantas, o som das falas e mesmo do pisar durante as caminhadas, o gosto de cada fruto, tudo é troca e manejo.

Pois entendo manejo de uma forma talvez um pouco mais ampla, como cultivo numa via de mão dupla, como um conformar-se entre si na diversidade dos seres vivos e não apenas enquanto manuseio unilateral. Qualquer contato produz sensações, porém, quando estamos falando de contato frequente, as sensações já produzem adequação e conformação ao que pode ser nomeado de familiar, no sentido dado por Anna Tsing (2015, p. 181):

Você visita aquele ponto o suficiente para conhecer as flores de cada estação e a atividade dos animais; você produziu um *lugar* familiar na paisagem. *Lugares familiares* são o início da apreciação das interações multiespécies. A busca por alimento, ou forrageamento, funcionou exatamente desta forma na maior parte da história humana. Para encontrar uma planta, animal ou fungo útil, os forrageadores localizavam lugares familiares e retornavam a eles continuamente.

Se há familiaridade pela frequência do contato, então, todas as palmeiras que compõem açazais frequentemente praticados são cultivadas no sentido de perceberem e no que resulta de

tal percepção, ainda que não haja uma intervenção direta na sua altura. Continuando nesta perspectiva, entendo que, para além das condições ambientais e climáticas, existem as condições de familiaridade que fazem com que a planta identifique vozes, ruídos, passos, pele, entre outros contatos e sensações de pessoas que frequentam seus arredores com assiduidade, mais ainda daqueles e daquelas que, numa relação de proximidade, fazem-lhe escalada em busca de seus frutos.

Conversando com Seu Vitor percebo que ele conta sua história utilizando-se de um marcador temporal ligado à sobrevivência por meio do mundo vegetal, ele me mostra a árvore da seringa, me fala que já houve o *tempo da seringa*, me mostra a árvore de andiroba, todas convivendo no açazal, e agora é o *tempo do açai*, então, para ele, mais forte do que uma temporalidade do peixe, é a dos vegetais.

Considerando essas aproximações estabelecidas entre vida humana e vida vegetal, as pessoas que vivem na Ilha e que são coletoras, passam a identificar nas plantas, aspectos comuns, como notei por exemplo, na linguagem de Seu Ronaldo, ao descrever a prática de manejo, ele utiliza expressões que ressaltam aspectos como a feminilidade associada principalmente à reprodução e ao descanso após a reprodução:

Seu Ronaldo: [...] tem umas arvorezinhas que já está tudo buchudinha de cachinho já ... Porque vamos supor, se numa touceira tem seis árvores, aí a grande tá altona, aí ela tem um cacho bonito lá em cima e as outra do lado tão tudo pequena, tão tudo mirradinha, a gente tem que tirar a grande, torar ela bem no pé e mais essas que estão mirradinhas a pessoa tira, corta também elas, aí espalha. Se tinha seis árvores naquela touceira, aí vai ficar ali umas três árvores junto com os filhotãozinhos, que já vão nascendo também de novo né!?

Ariel: [...] Aquela que produzia fruta não vai produzir mais porque ela já tá descansando também.

Terezinha: [...] Exatamente.

Ariel: [...] Tem um período que inclusive as árvores já tem que ta bem, tem um período que elas descansam entendeu? Aí o que a gente faz? Trabalha todo verão, aí a gente utiliza algumas parte pra nós, aí pega uma parte da panha aí a gente fica guardando entendeu? Pro inverno, o inverno que vem fervendo aí, fervendo por que o cara olha e tá só a copa do açazeiro, a gente não vai achar nada.

Nas falas das pessoas envolvidas, a palmeira geralmente é nomeada como pertencendo ao gênero feminino, a açazeira reproduz, gera filhos e produz o alimento. Durante a coleta, a açazeira é citada pelo pronome pessoal na terceira pessoa, é ela e ela pratica ações, dotada de agência, são falas que, somadas a observação, me levaram a pensar no quanto de parceria existe entre a planta e as pessoas coletoras, na fala de Bobo, a planta, vai para a frente e cabe ao coletor dar um jeito de trazê-la, equilibrá-la, como num jogo, em que hora um, hora outro, assumem o comando no jogo da panha.

Para Michael Pollan, em sua *The botany of desire* (2001), as plantas são capazes de decidir e desenvolver táticas complexas em busca de adaptação e correspondência aos desejos dos humanos, assim garantem a reprodução das espécies e a sobrevivência em contextos hostis.

A vivência no açaizal possibilita experimentar uma correlação entre corporalidades e temporalidades junto ao tempo/corpo da planta, do fruto, e no tempo/corpo do homem, o coletor jovem. Antes de subir, os coletores aprendem com os pais – mesmo os que não tem pais, fazem referência a um adulto, semelhante a pessoa de um instrutor – que os ensinam a examinar de baixo para cima, a copa das palmeiras onde estão os frutos prontos para serem coletados pela sua coloração.

A temporalidade emite sinais no corpo da planta, tinge os caroços de modo que as pessoas desenvolvem previamente aos movimentos corporais de subida e descida, o olhar de observação a fim de detectar quais os frutos que estão prontos para serem coletados, quais as palmeiras que oferecem melhores condições para a subida e, quando estão lá no alto, continuam observando qual será a próxima palmeira que deve ser escalada e como devem proceder da melhor maneira possível para chegar até ela.

Todas as caminhadas realizadas no açaizal pelos coletores e coletoras fazem parte do cultivo que, como já disse começa pela coexistência, o “existir com” implica em observação e inclusão, o ato de manejar é uma conformação ou adaptação entre todos os participantes, portanto, morar na floresta é um manejar e um deixar-se manejar também, nesse sentido, entendo que as plantas percebem a presença e a coexistência com outras espécies, a agência da planta começa pela simples percepção da coexistência.

O que quero enfatizar aqui é que antes da panha há o convívio, a coexistência, que descreve um movimento trançado entre natureza e cultura, como algo quase que permanentemente indissociado. Na memória de Dona Ivaneide, o lugar em que viveu durante a infância e juventude na Ilha das Onças, era repleto de árvores de porte avantajado, ela faz questão de dizer que não existiam tantas palmeiras de açaí e que foram necessários alguns cuidados para que a espécie *Euterpe oleracea* viesse dominar:

Dona Ivaneide: [...] Olhando, vendo como, o pessoal do Moju, pessoal do Moju são pessoas muito inteligente, chegaram aqui e aonde não dava nada que era só lama, lama, lama, eles foram, traziam mudas daí, acho que eles fizeram curso na Embrapa né? Traziam mudas e aí já iam plantando, hoje a gente vê o pessoal todinho limpando o mato, que o mato só era mato mesmo, matagal, mata sem nada.

Terezinha: [...] A senhora me diz assim, que o pessoal do Moju veio, era na sua juventude, adolescência?

Dona Ivaneide: [...] Era, 20 anos, por aí assim, menos disso, que eu ainda não tinha marido ainda, a minha mãe até alojou esse povo em casa, a casa da minha mãe era um barracão grande, que a gente era menina ainda e ela alojou e eles vieram tirar madeira, essa madeira que eu tava lhe falando.

Terezinha: [...] Sim.

Dona Ivaneide: [...] Pra vender e dessa madeira que ele vieram tirar, eles já começaram a plantar, entendeu? Aí foi que veio já começar o açaí, aí o povo daqui já aprendeu a cuidar do seu mato. Quando nós chegamos aqui, como eu lhe falei, a pessoa que tomava conta desse mato aqui não se preocupou em plantar nada, em fazer o mato, como dizem, era só cipó, pé do guarumã, pé da sororoqueira, que se a senhora for ver por aí tem aqui no mato, a gente aonde era capoeira grande de sororoca, de guarumã, de jacitara, de marajá,...

O período que Dona Ivaneide menciona, quando tinha a idade de vinte anos, corresponde às décadas de 1980/1990, considerada como a década do início da expansão da comercialização do açaí. Hoje por exemplo, não se vê esse tipo de vegetação lenhosa na Ilha. Sua fala chama atenção também para os cuidados aprendidos com o pessoal do município de Mojú, que, segundo ela, foram para a Ilha retirar madeira para venda, mas plantaram também e daí “– [...] foi que veio já começar o açaí, aí o povo daqui já aprendeu a cuidar do seu mato ... fazer o mato, como dizem [...]”, para ela foram os mojuenses que iniciaram a comercialização do açaí na Ilha das Onças.

Apesar de não ter confirmado com outras pessoas moradoras sobre os dados repassados por Dona Ivaneide, sei que pela proximidade com a cidade de Belém, a Ilha das Onças foi e continua sendo muito praticada por gentes de diversos lugares. Seu relato me ajudou a pensar em quantas paisagens conformam a Ilha das Onças e no quanto essas paisagens vêm sendo transformadas ao longo do tempo.

A expressão êmica “fazer o mato”, utilizada por Dona Ivaneide e que também aparece em relação aos animais domesticados como sendo “feitos” é criticada por Ingold⁵⁴ (2000, p. 11), pois para este autor, as coisas podem ser acompanhadas, podem mesmo receber condições para crescerem e/ou se desenvolverem, mas não podem ser feitas ou produzidas à medida que não foram geradas:

Com base em estudos etnográficos de como as pessoas que realmente cultivam o solo ou mantêm o gado entendem a natureza de sua atividade, mostro que o trabalho que as pessoas fazem não produz plantas e animais, mas antes estabelece as condições para seu crescimento e desenvolvimento. As distinções entre coleta e cultivo, e entre caça e criação de animais, dependem, assim, do escopo do envolvimento humano no estabelecimento dessas condições. Além disso, o cultivo de plantas e a criação de animais não são tão diferentes, em princípio, de criar filhos. Ao contrário da sabedoria convencional de que não apenas os animais e as plantas, mas também as crianças são

⁵⁴ Texto original: Drawing on ethnographic studies of how people who actually live by tilling the soil or keeping livestock understand the nature of their activity, I show that the work people do does not make plants and animals, but rather establishes the conditions for their growth and development. The distinctions between gathering and cultivation, and between hunting and animal husbandry, thus hinge on the scope of human involvement in establishing these conditions. Moreover, growing plants and raising animals are not so different, in principle, from bringing up children. Contrary to the conventional wisdom that not only animals and plants but also children are ‘made’, through domestication and socialisation, I conclude that children, animals, plants and even – in a sense – artefacts as well, are ‘grown’.

'feitas', através da domesticação e socialização, concluo que crianças, animais, plantas e até – em certo sentido – artefatos também são 'crescidos'.

Para este autor, o trabalho das pessoas não é capaz de fazer plantas e animais, no entanto, a questão parece ser mais de ordem semântica, pois entendo o “fazer” na fala de dona Ivaneide, não no sentido de dar origem, mas no sentido de dar as condições necessárias, não se trata de um fazer mas de um saber-fazer e isto é ensejamento, é oportunizar em alguns casos desde o nascimento e o desenvolvimento de uma planta, proporcionando-lhe as condições adequadas para que cresça e floresça, no caso específico de “fazer o mato”, como ela mesma reitera, é um cuidado dedicado ao mato para fazer crescer nele um açaizal.

É no mínimo curioso perceber que, mesmo com todo o conhecimento acerca do desenvolvimento de uma planta como a açazeira, a temporalidade diferenciada de cada cacho é assegurada e se reflete na coloração dos frutos que permitem desse modo a identificação por parte da pessoa que coleta, comparo essa característica presente em cada cacho de uma mesma árvore como sendo uma individualidade. A temporalidade do fruto precisa ser identificada de preferência antes da subida, essa é uma atenção aprendida, transmitida e efetivada na vivência plena do coletor no açaizal.

Caso contrário, é sujeito a pessoa que coleta subir e retornar sem nada ao se dar conta que o fruto ainda não está no ponto:

Leandro: [...] muitas vezes, no começo só de olhar a gente sabe quando está preto. As vezes a gente se confunde, chega lá em cima e tá parau. A gente olha daqui, poxa aquele cacho tá preto e chega lá e não é bem assim. Aí, na próxima subida é que a gente já sabe, com 15 dias já tá bom.

Terezinha: [...] E olha só, por exemplo, eu olhando daqui eu vejo que tem um monte de galhos secos lá caído, isso já é o trabalho de vocês?

Leandro: [...] Sim. Já foi feito uma limpeza já, tirado o bocó e cortado.

Terezinha: [...] Os bocó que também são capa?

Leandro: [...] Isso.

Paralelamente a toda essa questão discutida, me pergunto se esse cuidado aprendido com os mojuenses pelos moradores da Ilha das Onças seria uma das causas do sabor diferenciado do açaí da Ilha, a que se refere Borges (2014, p. 13), reconhecido nas feiras livres de Belém como o melhor açaí. É interessante pensar que o fenômeno da comercialização do açaí modifica a vegetação e conseqüentemente o corpo da Ilha das Onças como um todo e, ao mesmo tempo, modifica o corpo de moradores e moradoras que passam a depender da coleta e da comercialização, cuja principal ferramenta é o corpo humano.

A panha é vista por mim como uma técnica de dois, do corpo humano e do corpo vegetal, o corpo humano necessita do alimento e a planta além de fornecer seus frutos para servirem de

alimento, oferece-lhe também o suporte para o corpo humano conseguir chegar até os frutos. As falas das pessoas que coletam, os modos como se relacionam com as palmeiras, modos que permitem perceber forte noção de alteridade, ao verificarem características existenciais na planta semelhantes às características humanas, começa pela coexistência, ao nascerem próximas de plantas e crescerem com as plantas as pessoas desenvolvem no mínimo o respeito ao ser da planta, isso é alteridade.

4.3 A subida

Terezinha: [...] Como o Sr aprendeu a tirar o açai? Foi igual como o seu filho?

Seu Ronaldo: [...] Eu, é foi, foi [...]. Acho que eu tinha uns 5 (cinco) anos, 6 (seis) na época mais ou menos, por aí. Eu fui aprendendo logo quando eu vi o papai fazendo a peconha né!? Porque nessa época mesmo o açai, ele não tinha valor, a gente tirava mesmo assim só. Na época era mais borracha, trabalhava mais com borracha, papai né? Depois que nós começamos a apanhar o açai, o açai foi valorizando, aí eu já comecei a dá nó na peconha, aquele nó que chama cu de calango né!? Não é? (risos)

Terezinha: [...] Sim.

Seu Ronaldo: [...] Não é aquele nó normal que a gente dá, assim, ele saía tudo de atravessado, nó feio mesmo. Aí foi e aprendi a dá o nó né? Daí já foi subindo devagar foi, foi, aí depois já foi, quando eu tinha meus oito anos, nove anos já tava profissional na açazeira já. Apanho, até hoje apanho, mas já não é como era antes, não é como [...]. Depois que eu peguei esse problema aqui [aponta para o estômago] eu fiquei, mas antes de eu pegar esse problema aí, eu apanhava bem açai.

Terezinha: [...] Hoje em dia já é mais o Rodrigo?

Seu Ronaldo: [...] É ele que tira mais, mas se tiver uma ponta boa assim que tenha açai bastante ele não põe em mim fácil não (risos), ainda perde pro velho ainda, é sim! Porque tem um fato assim é tipo assim, a experiência, né? Porque, às vezes, eu falo pro Naldinho, tu, às vezes, ele sobe na açazeira e vai embora, quando chega lá em cima e corta o cacho e desce, aí ele não arreparou que já tem ao redor dele né? Quer dizer que ele tem ... Eu quando subo numa açazeira, se eu subir numa açazeira aqui mais alta do que as outras eu vou olhar logo todinho o açai que tem arredor e vou, quando eu descer dessa árvore eu já tenho em mente qual é a árvore eu vou subir, qual é a árvore que é melhor pra mim subir, pra mim puxar a outra da frente que já vai ser mais rápido pra mim né!? Eu não trabalho assim: eu subo numa árvore de açai bom e desço e vou, não! É tudo planejado, eu vou apanhando, mas eu vou planejando as subidas que eu vou fazer, é assim que eu faço, tem gente que sobe, sobe numa árvore, chega lá e não olha pra lugar nenhum, só corta o cacho desce prumo e joga lá e pronto. Aí ele vai sair andando, procurando de novo aonde ele vai subir de novo né!? Não é só eu, muita gente faz assim: sobe e aí olha tudinho que tem ao redor, vê qual é a subida que vai ficar melhor e já vai no rumo certo.

Terezinha: [...] Sim. Faz assim Rodrigo? Como é que tu faz?

Rodrigo: [...] É assim também, é assim que eu faço.

Seu Ronaldo: [...] O Naldinho ele não planeja muito a [...].

Terezinha: [...] Mas o Rodrigo planeja?

Seu Ronaldo: [...] É. O Rodrigo já tem uma noção mais ou menos, mas o Naldinho, porque já é mais novo, ele não tem ainda muita experiência.

Para falar da subida é importante observar no modo descrito pelo Seu Ronaldo, o quanto de planejamento esse ato pode ter, dependendo da experiência de quem o pratica, isto porque, como diz o Seu Ronaldo, o ato da coleta “– [...] faz muita força”. Então, planejar significa

poupar energia, ao invés de dar várias subidas para coletar vários cachos a pessoa pode planejar uma subida e trazer quantos cachos forem possíveis em apenas uma subida.

É uma manhã de trabalho no açazal, Bobo não para e isso me deixa feliz, porque concluo apressadamente que minha presença não o está atrapalhando, mas sei também que sem a presença de Ana Júlia seria diferente para mim. Então, observo que ele sai quase correndo de uma árvore para outra sendo que, algumas vezes, não traz nada nas mãos.

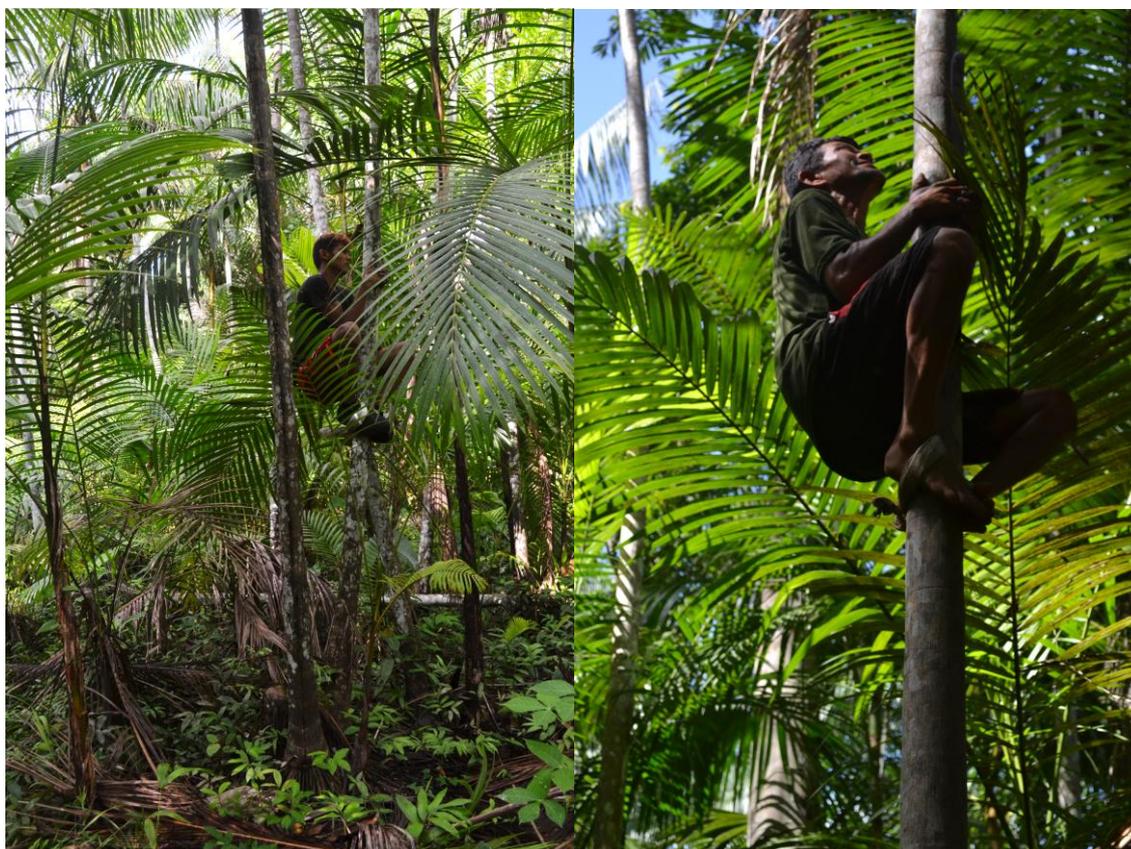
Na manhã de trabalho no açazal, percebo que o ritmo é um tanto frenético, observo que Bobo enlaça a peconha nos pés, com o nó virado para baixo, segurando firmemente com as mãos o caule da palmeira, impulsiona um pequeno salto, tirando os pés do chão e começa então a escalada. Comparo a subida com uma puxada de ar, os movimentos da subida são do tipo rastejantes, o corpo do coletor, encolhe e estica, os pés enlaçados pela peconha ao caule da palmeira apoiam o corpo, impulsionando-o ao próximo passo, enquanto as mãos, dentro de uma rítmica, vão abrindo caminho para o alto, buscando ir mais à frente até chegar na copa da palmeira. É importante notar que o nó da peconha passa pela parte detrás dos pés.



A utilização da peconha requer uma habilidade, porém, antes de colocá-la deve-se prestar toda atenção na hora de escolher em que árvore se deve subir, às vezes não é tão rápido que o coletor decide, para Seu Nilson é uma inteligência que o coletor deve desenvolver: “– [...] por que não é todas as árvores que você chega lá bota a peconha e pula, tem que primeiro prestar uma “atençãozinha” né?”. Pés e mãos agarram-se com força ao caule da palmeira e puxam o corpo para cima, ora pelo impulso dos pés, ora pelo agarramento das mãos, numa conjugação de força e ritmo que é quase imperceptível acompanhar o conjunto da corpo-ferramenta desdobrando-se na subida.

Depois de vivenciar algumas panhas, pude identificar que no momento da subida, existem pelo menos três maneiras diferenciadas das mãos agarrarem o caule da palmeira, as mãos podem estar unidas com os dedos entrelaçados entre si e agarrados ao caule; as mãos podem estar soltas agarrando a haste por trás, uma em cima e a outra embaixo; e as mãos podem estar soltas agarrando a haste, uma pela frente, em cima e outra por detrás, embaixo. Nomeei os modos da seguinte forma – vale dizer que numerei-os e que os modos um e três foram nomeados de acordo com a minha percepção, porém o modo número dois foi nomeado a partir das falas das pessoas coletoras:

1. O modo “mãos entrelaçadas” permite que o coletor encaixe bem os cotovelos e os antebraços no estipe da palmeira, pode-se observar que o abdômen fica a uma distância do estipe.



Aqui pode-se observar que tanto o pai quanto o filho escalam a palmeira com as mãos entrelaçadas.

Vinicius também faz uma demonstração da subida com as mãos entrelaçadas e pode-se verificar que antebraços e cotovelos ficam colados à haste como um ponto de apoio.



2. O modo “preguiça” ou “abraço” permite à pessoa encostar o abdômen no estipe da palmeira apoiando-se, enquanto os braços abraçam o fino caule, um braço em cima e outro em baixo, alternando-se, sendo este o modo mais comum dentre todos.

D. Conce: [...] É. Tem gente que só sobe assim [entrelaça as mãos], eu subo assim, abraçada no açazeiro [faz o gesto]. Eu não sei subir assim [mãos entrelaçadas], os meus filhos tudo sobem assim. A Ana Júlia quando apanhava subia assim, agora ela não apanha mais.



Ariel também sobe da maneira do abraço, as mãos estão uma embaixo da outra como se estivessem abraçando a haste da palmeira, essa forma de subir e de colocar as mãos assemelha-se ao modo de subir do bicho preguiça. Outro detalhe presente nesse registro é o terçado que vai em uma das mãos, seguro entre os dedos de Ariel, enquanto Bobo, leva o terçado preso à parte de trás do short. Ariel faz questão de mostrar como segura o terçado.

Vânia também gosta de subir desse jeito e me relata que sua avó diz que ela sobe “– [...] só na preguiça.”, mas Vânia, diferente de Ariel, leva uma faca de cozinha e não um terçado, presa ao cós do short, na parte de trás.



3. O modo “macaco” permite à pessoa ficar bem distante da haste da palmeira, não encostando nem o abdômen nem os antebraços, apenas as mãos seguram o caule, uma segura pela frente e a outra segura por trás. É um modo tático para quem não quer proximidade com a planta, prevenindo também o corpo do contato com escorpiões, aranhas e formigas *tec-tec*, porém, é o modo menos executado de todos, nas panhas que acompanhei e que Vinicius executa muito bem.



Naldinho apresenta a mesma forma de subida realizada por Vinicius, que nomeei de modo macaco, pela semelhança com o jeito de subir que se assemelha à movimentação de um macaco, essa subida é muito utilizada pelos coletores que não querem se deixar marcar pelo serviço, porém, me pareceu ser a forma mais difícil e talvez, por isso, menos comum.



Os pontos de apoio dos corpos durante a subida variam de acordo com as posições das mãos e de acordo com o jeito de cada um executar sua performance. A cotoveleira usada por Bobo, por exemplo, protege uma das partes mais marcadas para quem sobe com as mãos entrelaçadas – cotovelos e antebraços.

Para tanto, é necessário entender o próprio jogo da panha, onde pés e mãos se alternam no apoio para chegar na copa mantendo a alternância até que o trabalho seja concluído, percebe-se que o engajamento entre homem e planta é extenso porque envolve o corpo inteiro e por isso mesmo, intenso, nesse arrastar-se verticalmente do chão à copa da palmeira e da copa ao chão trazendo um ou mais cachos em uma das mãos, enquanto a outra segura a estipe.

Percebe-se que o corpo está inteiro nessa atividade que requer também atenção, nesse sentido, o corpo precisa estar consciente de si mesmo, para que não seja surpreendido por algum bicho peçonhento, a pessoa coletora deve ter o máximo de cuidado, para saber como agir sem precipitação, sem correr o risco de soltar-se da palmeira diante de uma adversidade.

Muitos desafios cercam essa atividade, de vez em quando, estando na Ilha ficava sabendo que alguém havia caído da açazeira, em um dos relatos que ouvi de Dona Maria de Lourdes, a Vó Pingo, mãe de Vânia, ela me contou que há tempos atrás foi surpreendida durante a subida, por uma picada de escorpião em seu abdômen, ela soltou as mãos e caiu.

Com o tempo essas pessoas se cercam de cuidados e repassam oralmente os mesmos cuidados para seus filhos e filhas, algo como o jogo de cintura com a palmeira, perceber e saber levar o ritmo da palmeira ao vento também é algo mencionado, quando as palmeiras são altas e quando o vento bate.

A manhã no açazal passa muito rápido enquanto caminho seguindo Ana Júlia que segue Bobo mais de perto. No mato não se caminha lado a lado, Bobo sempre veloz à nossa frente, some e reaparece na minha vista, surpreendo-me que, carregando a peconha em uma das mãos ou pendurada nos braços, coloca-a tão rapidamente nos pés que quando o vejo já está escalando a estipe, não fosse os registros em vídeo, não teria como descrever tantos detalhes.

Nenhum segundo parece ser desperdiçado durante a coleta, percebo que Bobo em plena escalada, observa as copas em volta, a cor dos frutos, se existem cachos prontos para serem tirados. Registro em vídeo uma dessas manobras rápidas, momento em que ele para rapidamente, observa em volta, estende o braço para a copa da palmeira ao lado, toca nos caroços, dobra o cacho com a mão, puxa o terçado do cós do short, dá um corte no “pé” do cacho que quebra mas continua preso à estipe, aproveita para limpar a copa da palmeira com o terçado na mão direita, em seguida volta em direção à copa da palmeira que está escalando.



Para obter as imagens de Bobo na copa das palmeiras, é preciso vê-lo por entre o extenso trançado das folhas das açazeiras que intermediam meu olhar de baixo para cima, como uma cortina entrecruzada em várias direções – horizontal, vertical e lateral. As palmas são como frestas, que ora revelam ora escondem diferentes dimensões de uma mesma realidade. Meu olhar entrevê, intermediado pelo movimento dos múltiplos folíolos ao vento.

A indumentária de Bobo chama atenção, além da camisa, do short e das botas, tem uma proteção para os cotovelos e as meias são $\frac{3}{4}$, de maneira a proteger melhor o seu corpo contra as marcas do contato com a planta. Na primeira visita à família de Bobo, Ana Júlia me contou que perguntava ao irmão se ele não se importava com as marcas deixadas pela panha sabendo que muitas jovens da Ilha não gostam de homens com o corpo marcado. Ele teria respondido que não, porém vejo aqui que ele não apenas se importa como improvisou alguns acessórios com a finalidade de evitar marcas.

O sobe e desce nas palmeiras é intenso, revela uma enorme habilidade desse jovem em praticar a panha, rapidamente some no mato, quando o vejo já está na copa de outra palmeira, e só agora entendo porque Ana Júlia fez questão de me acompanhar durante todas as visitas ao açazal. Sem a sua presença seria difícil para mim e para Bobo, para mim porque o mato é denso e encharcado, o que dificulta ainda mais a caminhada para alguém que não mora aqui, e para ele porque, certamente, interromperia o seu ritmo de trabalho para me dar atenção.

4.4 Chegando na copa

Na copa da palmeira é a hora de realizar uma nova limpeza, dessa vez no alto, retirar galhos secos que podem abrigar bichos peçonhentos, retirar os bocós secos que ficam pendurados, a limpeza possibilita uma visão melhor para a pessoa quando está no chão observando. Toda essa limpeza é feita com o terçado em punho, vejo que Bobo mantém os joelhos bem agarrados à estipe, enquanto retira o terçado preso ao cós do short, os braços se revezam entre segurar o caule e manusear o terçado para limpar a copa.

Para tirar o cacho que está realmente no ponto, deve-se primeiro golpeá-lo com o terçado e de forma certa bem na munheca, de modo que o cacho ainda fique preso no ponto de ser arrancado com as mãos, pois se o golpe for mais forte, o cacho despenca lá do alto e os caroços caem espalhados. O corpo todo se mantém em alerta afinal são alguns metros acima do chão, novos olhares para as árvores em volta, principalmente quando têm cachos, e novos planejamentos começam a ser feitos para as próximas subidas.

Continuando a descrever o registro em que pude observar Bobo, durante uma subida, no momento em que ele para e observa a copa da palmeira ao lado, mais baixa do que a que ele está subindo, ele retira o terçado do cós da calça, faz uma espécie de limpeza na copa da palmeira e dá um golpe na munheca do cacho sem retirá-lo, e recomeça a subida com o terçado preso entre as mãos entrelaçadas.

Quando finalmente alcança a copa da palmeira que está escalando, de terçado em punho ele novamente observa, limpa e golpeia um cacho, guarda o terçado no cós do short, e com a mão livre segura o cacho, puxando-o com força, em seguida começa a descer trazendo-o pela mão esquerda. Com a mão direita livre ele estende o braço para a copa ao lado, e finalmente puxa com força o cacho que já havia sido golpeado e estava pronto para ser arrancado.

Desce finalmente trazendo os dois cachos, para novamente, me localiza no chão por entre as palmas das açazeiras em volta, eu estou com a câmera no olho, ele me fita rapidamente e desce em disparada com as pernas esticadas, trazendo dois cachos na mão direita, segurando o caule com a esquerda e já no chão, amontoa os cachos junto aos outros e some no mato de novo.

Chama atenção o trabalho orientado conjuntamente, mental, sensorial, corporal, onde os sentidos estão harmonizados a um planejamento quase concomitante a ação. Indago em outro momento, sobre como ele se sente deixando o chão segurando em uma haste tão fina, como é o tronco da palmeira, tanto mais alto mais fino, segue um trecho da nossa conversa aberta:

Terezinha: [...] Porque ela é uma árvore muito fina.

Bobo: [...] A gente sobe assim, eu subo assim [ele demonstra as mãos entrelaçadas e presas à palmeira], tem gente que sobe assim [demonstra com as mãos separadas uma em baixo, a outra em cima, segurando o tronco da palmeira].

Ana Júlia: [...] Ai tu não tem medo não?

Bobo: [...] Eu não.

Terezinha: Por que ela joga também.

Bobo: [...] É.

Terezinha: [...] E como é que tu te equilibra? Equilibra o teu corpo, como é esse esquema?

Bobo: [...] As árvores **às vez** que entorta, quando entorta muito a gente sobe assim jogando o corpo pra trás pra ela não ir muito pra frente ela.

Ana Júlia: [...] Tem que jogar o corpo pra trás né!

Terezinha: [...] Sim. E já aconteceu de tu cair?

Bobo: [...] Não.

Terezinha: [...] Nunca?

Armando: [...] Graças a Deus não.

Nem todos os jovens se sentem tão seguros na copa da árvore quanto Bobo, Leandro e Ariel, por exemplo, expressaram a palavra medo em relação à atividade, mas voltando para Bobo, ele me diz que normalmente a palmeira é segura, “às vez que entorta”, portanto não é sempre que isto acontece. Ele também já havia me falado em outro momento que não gosta de

palmeiras muito baixas, para Bobo, as palmeiras baixas não dão os melhores frutos, os melhores frutos estão nas mais altas, porém alguns preferem as palmeiras mais baixas porque fica mais fácil para subir.

De um modo geral não há um consenso sobre o assunto da altura das palmeiras e seus frutos, ouvi justificativas sobre as árvores pequenas que dão cachos grandes, quando se fala aqui em cacho grande significa que os caroços tem mais polpa, fato é que existem açazais com palmeiras mais altas e outros com palmeiras mais baixas.

Apesar de Bobo não haver mencionado uma manobra radical que é praticada pela maioria dos coletores, que consiste em passar da copa de uma palmeira para a de outra segurando apenas nas folhas das palmeiras, fiquei sabendo através de uma conversa com sua mãe, Dona Conce:

Terezinha: [...] E quando tá lá em cima?
 D. Conce: [...] Dá muito nervoso. Eu tenho, mas eles não têm que eles puxo árvore, eu não puxo árvore, só apanho aqui mesmo, subindo na árvore e tirando o cacho, eles não, meu filho puxa, só que eu não gosto que ele puxe.
 Terezinha: [...] Como é puxar árvore?
 D. Conce: [...] Puxar uma da outra assim, puxar uma perto da outra pra tirar o cacho da outra e aí vai tirando uma perto da outra.
 Terezinha: [...] Mas ele não passa pra outra né?
 Conceição: [...]Passa. Ele vai passando de uma pra outra. Eu tenho medo.
 Terezinha: [...]Porque é alto né?
 Conceição: [...] É.
 Terezinha: [...] Mas olhe deve ser bonito olhar lá de cima né?
 Conceição: [...] (risos) Dá nervoso!

A conversa com dona Conce se deu assim que eu soube que ela tirava açai, motivada pelo interesse em saber sobre mulheres coletoras, mas também pelo momento em que as pessoas chegam à copa, por ser a parte mais alta e por isso mesmo perigosa. Lembrei já ter visto macacos fazendo esse tipo de manobra, passando de uma palmeira para outra, mas como as palmeiras são muito flexíveis, daí a minha surpresa que pessoas, com um peso mais elevado que o dos macacos, pudessem passar de uma árvore para outra, entretanto, ao trazer esse assunto nas visitas posteriores fiquei sabendo que trata-se de uma prática usual, como me disse Rodrigo e Seu Ronaldo nesta conversa:

Terezinha: [...] E como é que chama isso de passar de uma árvore pra outra?
 Seu Ronaldo: [...] A gente chama de puxada. Aí se eu for subir numa árvore aqui, eu corto um talo da própria árvore, raspo ele todinho e faço tipo uma baladeirinha [uma forquilha] na ponta, pra poder puxar a palha da outra que tá longe.
 Terezinha: [...] E isso faz tudo lá em cima?
 Seu Ronaldo: [...] Tudo lá em cima, aí a gente chama isso de puxada, faz puxada.
 Terezinha: [...] Hoje em dia o Sr não faz mais?
 Seu Ronaldo: [...] Faço, mas se é hoje que faço mesmo, faço sim.
 Terezinha: [...]Tu faz também, Rodrigo?
 Rodrigo: [...] Faço.

Terezinha: [...] Mas é um pouco arriscado?
 Seu Ronaldo: [...] É [...]. Não pra quem tem experiência, não é muito arriscado. É mais arriscado quando a árvore tá muito torta, porque ele é arriscado a quebrar né!? Mas se a gente não subir na árvore muito torta, assim não corre muito risco não, mas é arriscado no mato que tem muita árvore alta, esse mato aqui tem muita árvore alta, tem que descer, esse ano agora eu vou jogar pra descampar né!? Pra nascer os filhotes, pra vim nascendo, pra ficar baixo, tudo açazal novo, aí o cacho grande ainda, mas seco.

A “puxada” é uma tática (CERTEAU, 1998) que visa economizar o número de subidas, por ser este o momento em que o corpo mobiliza muita energia. Apesar do risco ser grande, sua realização se faz quase que normalmente e, no meu entender, sempre contando com o quesito sorte. Verifiquei através de relatos que alguns fazem a forquilha que Seu Ronaldo descreve acima, outros apenas puxam a palma da copa vizinha e fazem a passagem – como no caso de Gilberto, irmão de Leandro –, ainda há aqueles que utilizam cordas com o objetivo de laçar as palmeiras mais próximas, tanto para retirar os cachos como para corrigir envergaduras.

As envergaduras nos estipes representam um risco, principalmente quando as palmeiras são muito altas, por esse motivo necessitam de correção, que é realizada através do uso de cordas. No diálogo com Ariel essa informação me foi trazida quando percebi que havia uma corda dentro da rasa que seria levada para o açazal:

Terezinha: [...] Pra que essa corda?
 Ariel: [...] Quando a árvore tá muito alta ela entorta muito e pode quebrar, tem que amarrar, entendeu? Amarra em uma e amarra na outra, aí puxa daqui assim e amarra nela, aí fica normal pra subir, entendeu?
 Terezinha: [...] Mas joga a corda lá de cima? Tipo laçando?
 Ariel: [...] Não, não é assim. Vai subindo e vai puxando, chega lá em cima amarra, puxa, puxa, puxa, até a outra ficar, tipo, meio reto e amarra.
 Terezinha: [...] Entendi.

Se durante a subida o corpo faz um esforço grande para locomover-se no sentido vertical, vencendo a força da gravidade, com muita garra em um movimento ritmado que alterna pés e mãos ao longo do caule da palmeira, à medida que chega na copa e percebe que a estipe vai afinando, entendo que, nesse ponto, altura e equilíbrio exigem da pessoa uma tranquilidade para que dê conta de fazer tudo o que precisa ser feito.

A panha é uma atividade tradicional e familiar, Seu Nilson revela que começou a praticar desde os sete anos de idade junto com os irmãos, a mesma idade em que seus filhos – Ariel, Carlos Ariel e Gabriel – foram iniciados:

Seu Nilson: [...] Foi, apanhar ele ia comigo desde pequenino, todos eles. Aí eles ficavam vendo, aí quando eles começaram a ficar mais um pouquinho, mais maduro um pouco, aí eles começaram a tá indo naquelas uma bem pequeninas né? Aí depois eles já começaram a subir nessas agora. Aí a gente vai ensinando, aí vai tomando confiança, depois que a gente vê, já tarem fazendo as atividades, aí a gente passa a ter

confiança de mandar eles sozinho, entendeu? Mas, logo no momento, a gente tem que tá acompanhando porque é perigoso né? Aí eles começam a andar, quando tão assim com uns sete, dez anos de idade, eles começam a andar [no mato], aí quando começa a pegar os quatorze, quinze anos, eles já estão subindo bem né! Aí a gente começa a ver, olha vai naquela ali, vai naquela outra, naquela não sobe, naquela é perigosa, aí a gente fica ensinando.

D. Sandra: [...] Nem todas as árvores a pessoa pode subir né?

Seu Nilson: [...] Quando a gente começa a ver, aí você começa a desbulhar o açaí, começa a ver e toma confiança daquilo que ele vai fazer e toma confiança.

Terezinha: [...] Entendi.

Seu Nilson: [...] Quando ele faz direitinho, não tem problema nenhum, não dá nenhum tipo de medo assim pra gente né? Nenhum, vamos supor, um problema, né!

Terezinha: [...] Sim.

Seu Nilson: [...] Aí você passa a ter confiança e você já manda ele direto, olha essa área aqui já dá pra ti trabalhar, aí já vai, passar a ter confiança naquele rapaz porque ele já passa já ter o costume daquele trabalho. Entendeu? Aí ele já sabe manejar direito como é que deve ser aquilo.

Terezinha: [...] Os bichos, as coisas...

Seu Nilson: [...] Isso! Como no pé da açazeira corre perigo também né?

Terezinha: [...] Sim.

Seu Nilson: [...] De algum animal peçonhento, às vezes tá como essas águas de lança, às vezes elas estão no pé né, se esquentando.

Terezinha: [...] Aí tem haver com a água, os bichos né?

Seu Nilson: [...] Isso. Tem que ter também a inteligência disso aí, por que não é todas as árvores que você chega lá, bota a peconha e pula, tem que primeiro prestar uma atençãozinha né?

O engajamento no ambiente é descrito por Seu Nilson e pelos outros pais como algo que ensinado mas vivenciado diariamente e conjuntamente, tem a ver com a educação da atenção de que fala Ingold (2010; 2015), o aprendiz de apanhador, segundo seu Nilson, precisa “prestar uma atençãozinha” nos arredores para praticar a coleta. Diz Ingold (2010, p. 17-18):

[...] o movimento do praticante habilidoso responde contínua e fluentemente a perturbações do ambiente percebido (INGOLD, 1993a, p. 462). Isto é possível porque o movimento corporal do praticante é, ao mesmo tempo, um movimento de atenção; porque ele olha, ouve e sente, mesmo quando trabalha.

É curioso que Mauss (2003, p. 402) tenha incluído o ato de ensinar uma técnica como um ato técnico também, pois refere-se a existência de duas técnicas: a técnica do mergulho e a técnica da educação do mergulho, dia ele: “[...] E vejam que se trata claramente de um ensino técnico, e que há, como para toda técnica uma aprendizagem do nado.” Mauss remete ao que sua geração vivenciou: a mudança na forma de ensinar o nado. Nos diálogos com a família das pessoas coletoras é perceptível toda uma metodologia construída pelos pais e mães ao repassar a experiência aos filhos, o que para Mauss seria a técnica da educação da panha. Seu Nilson e Seu Ronaldo descrevem em etapas inclusive, não é o simples ato de subir na palmeira e arriá um cacho de açaí, diz Seu Ronaldo, enquanto Seu Nilson fala em “prestar uma atençãozinha”, o que significa estar alerta também para o entorno, para as mudanças constantes que ocorrem

no açaizal, é isso que faz da pessoa coletora o que Ingold descreve acima como um praticante habilidoso.

Até que a prática se torne um costume, há uma sequência de detalhes e percepções que são assimilados e incorporados, à medida que o jovem começa a desenvolver-se no açaizal, a confiança vem através de uma espécie de inteligência específica, co-construída, frutificada na coexistência entre humano e planta e demais seres vivos que estão no mato, que às vezes é só açaizal, como me disse Seu Vitor, mas, às vezes, têm muitas outras espécies.

A educação da atenção começa pelo engajamento, pela vivência, pela observação aprendida e construída na experiência, por isso, passa também pela transmissão vivenciada e não apenas mera repetição de palavras. No que se refere à escolha da árvore que será escalada, Seu Nilson repassa para seus filhos aquilo que vem aprendendo ao longo de sua existência como coletor de açaí:

Terezinha: [...] Quando o senhor tinha a idade dele [do Ariel] o senhor já sabia essas coisas?

Seu Nilson: [...] Já. Desde os sete anos eu comecei a trabalhar com o açaí junto com os meus irmãos.

Terezinha: [...] E aí já sabia.

Seu Nilson: [...] Já. Poucas coisas que eu me engano no açaí quando eu digo pra eles, vai lá! Eles olham e dizem: – Papai, não presta. Eu digo: – Vai lá! Eu conheço essas árvores.

Terezinha: [...] Entendi.

Seu Nilson: [...] De tanto trabalhar todo ano, direto, a gente conhece.

Terezinha: [...] Cada dia conhece mais.

Seu Nilson: [...] A gente conhece o pé da árvore, a árvore que não presta, a árvore que são boas pra dar o açaí, como um açaí desse aqui bonito e a gente já manda ir lá, pode ir lá, entendeu?

Terezinha: [...] Entendi.

Seu Nilson: [...] Eu sei que tá bom ele, aí tem umas que já não são boa, entendeu? Olha como tem lá na frente do rio, essas duas daqui elas são boas, aquela de lá da beira da água, bem perto da água, o açaí dela caí, ela queima. Já tá previsto tirar ela daí pra deixar aquela nova que tá bem lá, baixa, tá vendo?

Terezinha: [...] Sim. Os caroços vão caindo antes de amadurecer, nem chega a amadurecer?

Seu Nilson: [...] Não! E aí quando amadurece ele queima.

Terezinha: [...] Entendi.

Seu Nilson: [...] Ele seca.

...

Seu Nilson: [...] Aí quando vem essa safra aí, é bom a senhora olhar dali, o açaí que tá aí vai dar só num tempo e quando chega dá tudinho, fica tudo maduro, aí em um local só, você arria cinco, seis, dez rasas, tem lugar que você arria até quinze rasas numa área assim, mas agora não. A gente foi buscar muito longe, entendeu? No meio de mil árvores tem dez só que tem.

Trata-se de uma experiência praticada repetidamente, ao longo de sua vida, o que reveste de *expertise* sua vivência com as árvores. Entretanto, ele narra uma experiência que quase o levou a morte ao cair de uma palmeira “bastante alta”, cuja causa ele atribui à sua falta de atenção:

Seu Nilson: [...] Pra ver se a árvore também, por que eu ... eu vacilei aí no mato tá fazendo uns dois anos, sobre isso aí, por que eu subi e não percebi que a árvore ia cair e ela era bastante alta. Ela quebrou lá no meio, aí eu vim de lá, uns doze a treze metros de altura, quebrou assim (pá) e eu vim assim mesmo, aí cai com o peito em cima de uma raiz alta que tinha, de sacozeiro, só.

Terezinha: [...] Sim.

Seu Nilson: [...] Eu não morri lá por que lá era bambiada⁵⁵, aquela raiz que né?

Terezinha: [...] Ah eu sei.

Seu Nilson: [...] Se fosse fixada mesmo, já era, aí fraturou quatro costelas aqui, que quando eu cai de lá, só deu pra mim gritar ... Aí aquilo fechou minha a visão e eu (pú) no chão, ampliou de novo e eu levantei, aí eu fiz igual aquela música: “beber cair e levantar”, né?

Terezinha: [...] Sim.

Seu Nilson: [...] Aí quando eu morria, eu caia no chão, aí eu tornava de novo, aí eu... ainda cheguei a pegar a bota, o terçado que tava no meu bote né?

Terezinha: [...] Sim.

Seu Nilson: [...] E de lá quando cheguei lá onde ele [o Ariel] tava, no caminho: “que foi papai?” Eu disse: a árvore de açai quebrou comigo meu filho, “não acredito”, aí pronto aquilo que modo que cada vez mais vinha pesando o peso, aquela dor vinha crescendo, crescendo, crescendo aí eu... da minha respiração, eu disse olha meu filho eu não tô dando conta mais, a sorte que a gente anda pro mato, a gente leva a garrafa com água.

Terezinha: [...] Entendi.

Seu Nilson: [...] Aí eu peguei logo a garrafa com água, aí joga na minha cabeça! Ele jogou a água, eu tomei dela, aquilo a modo que soltou assim (uuu), soltou depois que eu tomei a água e jogou a água na minha cabeça né! E de lá aquele peso foi aumentando, aumentando, aumentando, parecia que ia pra dez, vinte, trinta, quarenta, cinquenta, cada minuto que passava a modo que o peso, aquela dor vinha dez quilos de cada vez.

Terezinha: [...] Sim

Nilson: [...] Aí ia embora, aí eu desço no igarapé, pego o barco e consigo chegá em casa.

A atenção sempre é necessária porque, conforme ressalta Ingold (2010, p. 18) citando Bernstein (1996), as condições do ambiente nunca são as mesmas:

Como escreveu Nicholai Bernstein, ‘a essência da destreza reside não nos movimentos corporais propriamente ditos, mas na *harmonização dos movimentos com uma tarefa emergente*’, cujas condições de entorno nunca são exatamente as mesmas de um momento para o outro. (BERNSTEIN, 1996, p. 23, ênfase original).

É interessante mencionar que a queda de Seu Nilson, o deixou fora do açaizal por alguns meses, momento em que precisou ficar de repouso forçado na sua casa. Durante esse período, foi o filho Ariel que começou a ir sozinho pro açaizal, uma experiência marcante, descreve:

Ariel: Não conseguia ir sozinho, papai ia comigo, entendeu?

Terezinha: Sim.

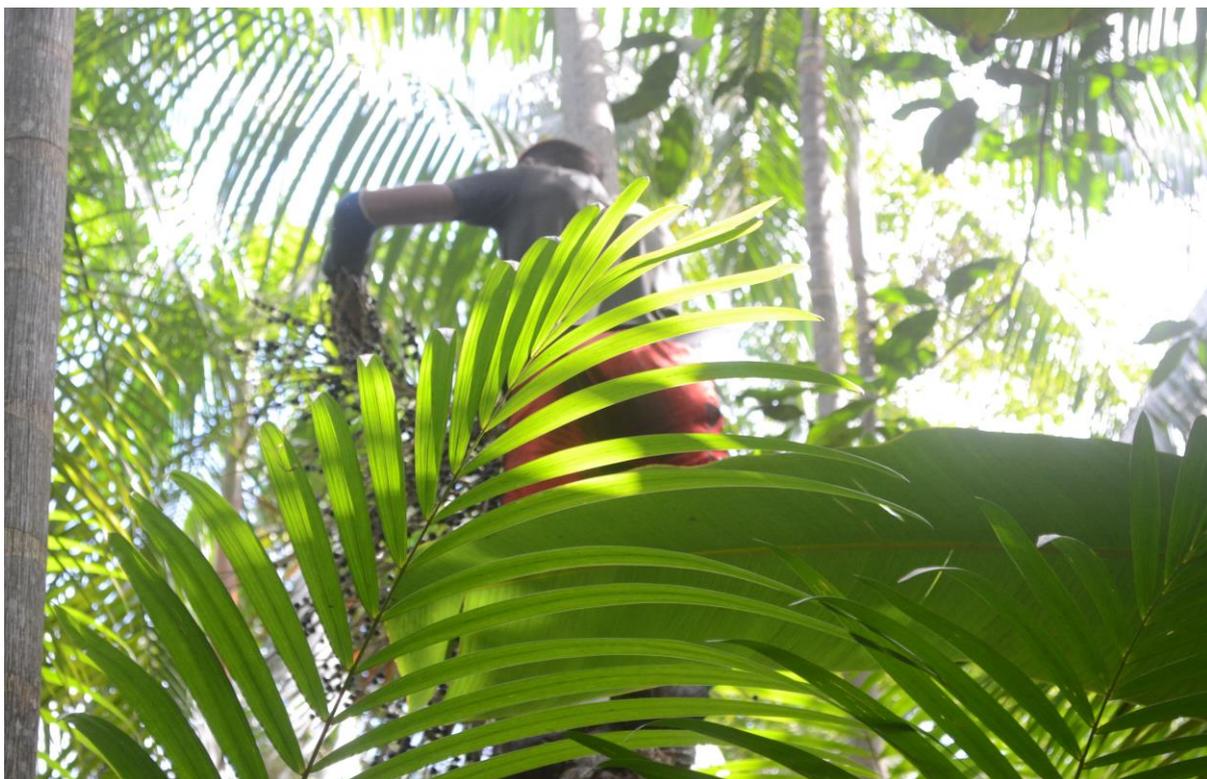
Ariel: Papai ia comigo, mas com o tempo ele já começou a me levar pra mais longe, pra mais longe, aí chegou um tempo que ele adoeceu, aí ele não pôde ir pro mato, foi entre os meus quatorze e quinze anos, ele adoeceu, aí eu tive que ir sozinho, aí eu fui me lembrando das partes por onde nós passava antes, entendeu? Porque o caminho é reto, vai direto, aí eu ia me lembrando os caminhos, as dobras, aí eu achava lugares

⁵⁵ No sentido de ser flexível.

que eu não tinha conhecido antes. Eu guardava na cabeça, aí ia embora sozinho tirar açai e voltava.

O momento em que Ariel começa a ir sozinho para o açazal, entendo como um rito de passagem para o mundo adulto, quando ele passa a se responsabilizar inclusive pelo sustento da família, demonstrando coragem diante do desconhecido, ele mesmo diz acima, que ainda não conhecia tudo no açazal. Em seguida, Seu Nilson pôde retornar para a atividade acompanhado de seus filhos como no registro acima em que aparece com o filho mais jovem, mas Ariel conseguiu cumprir a substituição do pai com êxito.

Acompanhando com a câmera a performance de Bobo na copa de uma palmeira em dia de panha, chama atenção não uma técnica, mas um conjunto delas praticadas com o objetivo de trazer cachos de açai do alto até o chão. Nota-se no jeito de corpo utilizado por Bobo, uma familiaridade com a haste e com o redor, familiaridade construída no tempo de prática, para observar tanto a copa da palmeira que o mantém quanto copas de açazeiras vizinhas e, quem sabe, avaliando a tintura dos cachos, ele está calculando, tanto a melhor forma de retirar o cacho como também, quando as copas à sua volta devem ser escaladas.





4.5 A descida

Mas cinco subida eu dou conta, e ainda fica com o corpo bonito, não vê a Marcele lá como é? Olha o Marcelo! Aí tem gente que pensa que ele faz academia, mas não é. É esse exercício de subir e descer todo dia.

Dona Lúcia

Qualquer observador no açaizal é capaz de perceber que a subida tem um ritmo e a descida tem outro. A palavra ritmo inclui movimentos sequenciais e o tempo gasto neles, como é o caso do movimento descrito pela pessoa que escala a palmeira. Isto porque ao levar o corpo do chão até o topo, a força empregada deve ser capaz de carregar a si mesmo, de elevar a massa corporal do próprio corpo, do chão até alguns metros acima, até a copa. Para isso é necessário a impulsão dos pés apoiados ao corpo da palmeira que lhe dá segurança.

Durante a descida, o peso do corpo é de certo modo aliviado pela força da gravidade, a menos que haja necessidade de impor freio no trajeto da copa ao chão. Em compensação, há o peso dos cachos trazidos em uma das mãos, porque a outra precisa apoiar-se na grande parceira dessa aventura cotidiana, que é a própria palmeira.

Observei dois tipos de descida e dois modos diferentes de realizar cada uma. Tem uma descida que é sem interrupções, a pessoa só para quando está no chão; já o outro tipo de descida, a pessoa vai parando quantas vezes achar necessário até chegar ao chão. Durante a descida nos dois tipos, as pernas podem estar esticadas ou flexionadas impondo uma disposição corporal distinta.

Na descida sem pausa, a velocidade que o corpo atinge até chegar ao chão impressiona, observei que, neste caso, quanto mais as pernas estiverem eretas mais veloz a descida, quanto mais flexionadas, menos veloz a descida. Na descida com pausa, a velocidade é regulada de tempo em tempo através da parada dos pés como se fossem freios e as pernas variam entre meio flexionadas e muito flexionadas.

Durante a descida, os pés esquentam pelo atrito com a haste da palmeira, se for em horário que a temperatura está mais quente – sabe-se que a palmeira esquenta também – a sola dos pés pode apresentar queimaduras, por esse motivo, o horário preferencial da panha é durante a manhã e de tarde quando o sol “esfria”, apesar de alguns coletores afirmarem que *apanham* a qualquer hora do dia e até de noite. Esta é a opinião de Bobo:

Terezinha:[...] então tu sobe meio dia?

Bobo: [...] qualquer hora ... papai tira qualque hora ... sem sapato... meu primo também ele tira todo dia, qualque hora.

Ana Júlia: [...] o Renan não, ele já tentou [com sapato], não consegue, ele diz que a perna dele dói, cansa.

Apesar da opinião de Bobo, é perceptível que as pessoas se protegem mais, tanto para resguardar o corpo de ferimentos e poderem subir mais vezes como se faz necessário, quanto para preservar o corpo da desvalorização simbólica impressa pelas marcas, nesse sentido, o cuidado com o corpo é maior hoje em dia em relação ao modo como a panha era feita anteriormente.



Em dois momentos da descida registrados e aqui apresentados, Bobo desce com as pernas ligeiramente flexionadas, enquanto Vânia desce com as pernas retas.



Observa-se que os joelhos durante a descida não estão colados à haste, e sim a parte superior da coxa, por isso, lembrei que a professora Rai, tia de Vinicius, me alertou para o fato de que o saco escrotal dos jovens está sujeito à ferimentos no contato com a haste, o que pode ocasionar dores, penso eu que sem a intermediação da tia jamais ouviria deles tal relato.

É possível observar que nem todas as vezes o terçadinho vai no cóis do short, aqui por exemplo, Bobo equilibra o cacho e o terçado em uma única mão e as pernas estão visivelmente flexionadas.

A descida também pede atenção, de acordo com o relato de Dona Ivaneide:

Dona Ivaneide: [...] Não é só a faca, professora. Esse talo bem aqui oh, se a árvore tiver muito, o meu marido não gosta de deixar encostando, isso daqui é um perigo porque se essa ponta aqui quando a pessoa ta descendo, pode entrar no olho, já aconteceu com meu sobrinho, ela quebra a senhora viu?

Terezinha: [...] Sim.

Ivaneide: [...] Que ela quebrou com facilidade?

Terezinha: [...] Tem um menino que cegou.

No recorte a seguir de uma conversa com Seu Ronaldo, deixa ver o quanto os movimentos de subida e descida são conectados entre si:

Seu Ronaldo: [...] É. O Rodrigo já tem uma noção mais ou menos, mas o Naldinho, porque já é mais novo, ele não tem ainda muita experiência.

Terezinha: Mas o Rodrigo na idade do Naldinho [...].

Seu Ronaldo: [...] É a mesma coisa.

Terezinha: [...] Como assim?

Seu Ronaldo: [...] Não tem, não tinha experiência.

Terezinha: [...] É?

Seu Ronaldo: [...] Ainda tá aprendendo ainda, é, ele ainda ta aprendendo ainda, às vezes eles sobem em árvore que não era pra subir, ele tinha que subir na outra pra poder fazer só uma subida, pra tirar tudinho os cachos só de uma vez, vamos supor, eu vou subir numa árvore aqui, aí bem aqui tem outra árvore que também vai ter que dá uma subida nela, bem na frente tem mais outro e atrás de mim tem outra árvore, e aí o quer que eu vou fazer? Eu não vou, se caso não dá pra mim puxar essa que tá atrás de mim, aí eu vou procurar a árvore que tá mais próximo dela pra mim fazer só uma subida, aí dessa aqui eu já posso tirar que tá na minha frente e que tá do meu lado, aí dessa daqui de trás eu já vou procurar outra, que já venha já alguma coisa pra poder fazer aquela [...]. Porque essas árvores mais alta, a gente puxa a palha e ela vem assim, elas se aproximam uma da outra, aí dá pra gente tudinho assim, a gente tira às vez, três, quatro cachos de açaí, às vez até seis cachos, amarra tudo na palha e arreia, vem descendo devagar. Mas geralmente é no tempo do inverno é mais dois cachos que o cara tira assim, agora dessa safra que vai dá do verão não, aí é só subida de quatro cachos pra cima.

Da memória de apanhar o açáí, Dona Antônia lembra da importância da perna durante a descida, se durante a subida os braços puxam o corpo para cima impulsionados pelos pés e pernas, durante a descida, as pernas funcionam como reguladoras:

Terezinha: [...] E aí na volta que vem com o cacho...

Dona Conce: [...] Vem com o cacho e segura só com uma mão.

Terezinha: [...] E a força maior é na perna ou é no braço?

Dona Conce: [...] É na perna pra não escorregar de uma vez.

Terezinha: [...] A perna que é o freio?

Dona Conce: [...]É.

Os cachos são pesados, observo bem a força que faz Bobo para transportá-los desde a copa até o chão. Entre uma e outra subida, costuma-se arrumar um local para reunir os cachos que estão sendo tirados, até que uma boa quantidade seja ali depositada. O local aonde os cachos ficam amontoados geralmente corresponde a uma área onde muitas açazeiras estão com seus cachos prontos para serem retirados. São esses os momentos de pausa para sentar, beber uma água, quando é possível escapar do sobe e desce frenético.





Entre uma subida e outra, Bobo repete o gesto de juntar os caroços de açáí caídos no chão para complementar a rasa. Desde sua mais tenra infância ele pratica o “juntá do chão”, pois na hora de dia retirada do cacho e na própria descida, muitos caroços se desprendem. Enquanto registrava o momento em que Vânia descia de uma açazeira, sua filha Mika, me dizia: “lá vem chuva de caroço”.



A panha resulta de um engajamento compartilhado em família e com o entorno, baseado no cuidado. Esse cuidado é ensinado enquanto uma educação da atenção, tanto pelos riscos que

apresenta quanto pela sutileza do fruto coletado, nesse sentido, pais e mães se encarregam de orientar filhos e filhas nesta tarefa. No caso de Rodrigo, por exemplo, foi a mãe que intermediou o desenvolvimento da habilidade, Seu Ronaldo confessa que tinha medo:

Seu Ronaldo: [...] É. Porque quando eu saía pra Belém, ele ficava com a mãe dele, aí ela ia mostrando pra ele, porque eu ficava com medo, né? Assim, porque eu sei que é um trabalho arriscado, aí não tem uma olhada, naquela hora que o Arthur tava ali atrás, né? Deus o livre vacilar, ele pode cair de uma altura baixa que for, ele vai quebrar uma perna, um braço, porque ele não tem uma experiência, ele não transmite segurança nem pra ele próprio, aí é arriscado.

Terezinha: [...] Dava um pouco de medo assim.

Seu Ronaldo: [...] É. A pessoa fica insegura, né? No caso, como ele tava ali indagora, ele tava tipo inseguro, com medo assim. A senhora não viu que quando ele chegou numa hora lá, ele “ai, aí” não sei o quê? Ele já deu uma [...]. Quer dizer que se ele tá numa altura mais alta, ele sente uma coisa dessa, ele se solta e alguma coisa ele vai fazer, é muito arriscado.

A condição é que as pessoas demonstrem aptidão para a coleta do açaí, por ser esta uma atividade que inclui o desprendimento do chão na companhia de uma planta, sustentado pela fina haste da açazeira. A fineza do estipe não significa fraqueza, prova disso são as pontes estendidas no chão da Ilha feitas com o tronco da palmeira. Nos contatos familiares, conheci pelo menos dois jovens – Carlos Ariel e Gilberto – que tendo se acidentado durante a panha não se sentiram mais em condições de praticar a coleta e a família precisou respeitar a decisão.

A inserção de filhos e filhas na arte da panha vem de uma necessidade da parceria familiar, de manter a terra sob o domínio da família, terra que foi dos avós e agora será de filhos e netos, mesmo sendo arrendada, é considerada como uma herança. Nesse sentido, os jovens, desde cedo, são incentivados a auxiliar os pais no cultivo/coleta do terreno da família, lembrando que desde cedo recebem também a sua parte no terreno, que pode ser uma “ponta” ou várias “pontas”, depende da divisão feita como forma de manter a terra sob o domínio daquela família.

Os fortes laços de pertencimento com o lugar-Ilha são expressos pelo Seu Vitor na descrição sobre os modos de viver em família na Ilha da Onças: “[...] porque aqui é melhor até pra gente criá os filho, criá perto da família, ensiná a trabalhá, ensiná a estudá, a gente tem um campinho pra jogá bola, em Belém, não”. São laços afetivos que ligam os filhos à terra levando-os a valorizarem toda a experiência compartilhada nela e com ela ao longo de gerações.

CAPÍTULO 5

DEPOIS DA PANHA

5.1 *Dibulha* e artesanato na produção comercial da rasa

Logo após uma sequência considerável de subidas nas açazeiras e o acúmulo de uma boa quantidade de cachos repletos de caroços, as pessoas que coletam iniciam a catação dos frutos coletados. Na Ilha das Onças o nome dado para esta atividade é *dibulha* e ainda *disbulha*, não raro ouvi pelos corredores da Escola que alguém tinha ido *dibulhá* um açai. Buscando a palavra no dicionário⁵⁶ encontro *debulha*, do verbo *debulhar*, cujo sentido relaciona-se ao ato de tirar da espiga os grãos de cereal ou ainda desfazer-se, desatar-se e *debulhar-se* em lágrimas.

A palavra pronunciada pelos interlocutores carrega o diferencial pela maneira como esta atividade é praticada na ilha, com características bem específicas. É um trabalho manual que consiste inicialmente em retirar os caroços presos aos cachos e estendê-los em um tecido que é colocado no chão com esse objetivo. Depois que os caroços são retirados dos cachos e estendidos no tecido, eles serão visualizados atenciosamente pelas pessoas responsáveis em *dibulhar*.

Tanto a retirada dos grãos do cacho – também chamado de *pendão* – quanto a catação propriamente dita são técnicas corporais, manuais e tradicionais, no sentido maussiano, pois ambas, para além da transmissão, tradição e eficácia, despertam em seus/suas praticantes, a necessidade de criar o *jeito* de melhor realizar a tarefa sempre com o objetivo de conservar a integridade daqueles pequenos frutos, que por serem finos em suas extremidade, *magoam-se* com facilidade. Na sequência da *disbulha*, vem a disposição/organização dos frutos nas rasas, de modo que possam atrair compradores.

O *dibulhar* seleciona pelo menos três tipos de grãos, um que é considerado perfeito para ser vendido e vai para a rasa grande, outro, considerado não tão atraente para o freguês, este vai para a rasa menor, e outro que por algum motivo não serve para ser consumido, este vai ser descartado no chão.

⁵⁶ Dicionário Online de Português www.dicio.com.br.

A narrativa de Dona Ivaneide dá a conhecer um pouco mais dessa prática tão comum na Ilha:

Terezinha: [...] A senhora ainda dibulha?
 Ivaneide: [...] Dibulho sim, quando é a época que tem eu dibulho.
 Terezinha: [...] E essa época ta chegando?
 Ivaneide: [...] Tá chegando já, mês de agosto eu creio, setembro já tem e aí eu vou ajudar porque só uma não dá conta né, fazer o serviço...
 Terezinha: [...] Mas a senhora vai pro mato?
 Ivaneide: [...] Vou pro mato, visto a minha roupa de mato e vou pro mato dibulhar o açai, eu gosto de fazer isso, é rápido que a gente também..., não sou muito rápida assim como esses profissionais aí né.
 Terezinha: [...] É outra coisa que eu acho incrível também, só de olhar já vai...
 Leandro: [...] Só de olhar vai dá pra senhora aprender também.
 Terezinha: É (risos). Só de olhar rápido já sabe o que vai jogar o que fica.
 Ivaneide: [...] Tem um sistema professora, do povo aqui de pegar assim ó!
 Leandro: [...] Tem que tirar só os zinhos.
 Ivaneide: [...] Tem que ter uma estratégia pra não ralar o açai muito e não ferir a mão também, entendeu?
 Leandro: [...] Fere muito as mãos.
 Ivaneide: [...] Não presta dibulhar com a luva porque arranha todinho o açai, tem que ser com a mão mesmo, não adiante botar a luva que não vai resolver o problema, entendeu?
 Terezinha: [...] Entendi.
 Ivaneide: [...] Muitos põem, mas só que rala. O nosso açai daqui eu creio que ele é de boa qualidade, ele um açai de boa qualidade!

O fruto do açai tem uma delicadeza, portanto, não pode ser muito manipulado senão ele fica ferido, então o dibulhador precisa ter um jeito de catar sem mexer muito no fruto porque há o risco de desvalorizá-lo, lembrando que ele será exposto na feira e valorizado pelos maqueiros⁵⁷ que são os principais compradores. Lembrando que para não *magoar* o fruto – machucar, ferir, expressão bastante utilizada na Ilha –, ainda no cacho, ele precisa ser retirado com todo o cuidado também e é esse momento que dói as mãos do dibulhador.

O diálogo revela a sensibilidade das mãos ao tocar os grãos, é algo que impressiona, como lembra Focillon (2012, p. 10-11), é entre os dedos, no oco da palma das mãos, que o homem primeiramente conhece as coisas. O ato de debulhar, permite constatar tamanha habilidade para o conhecimento, a partir das mãos, ainda segundo este autor:

[...] tudo o que tem casca, roupagem, pelagem, e mesmo a pedra, seja ela talhada aos estilhaços, arredondada pelos cursos das águas ou de grão intacto, tudo isso é presa para a mão, é objeto de uma experiência que a visão ou o espírito não podem conduzir por si sós.

⁵⁷ “[T]rabalhadores conhecidos como *maqueiros ou batedores de açai*” extraído do artigo *RELAÇÕES E PRÁTICAS COMERCIAIS NO PORTO DO AÇAÍ, JURUNAS, BELÉM-PA* Marcos Trindade Borges, Carmem Izabel Rodrigues.

Disponível em: http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Marcos%20Trindade%20Borges%20-%201020496%20-%20203732%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

E os grãos como que pedem as mãos sem luvas, pois outra textura que não seja a pele das mãos, pode feri-los, tamanha a sensibilidade deste fruto. Conversando com os dibulhadores/apanhadores, adentro em um mundo de nuances coloridas sobre o tempo do fruto, de onde advém tantas considerações sobre os caroços de açaí, é o que dá para perceber no teor da conversa que tivemos no açaizal durante o ato da dibulha, conversando e olhando o Bobo dibulhar:

Ana Júlia: têm umas pessoas que dizem que esse aqui é o melhor açaí [ela me mostra o caroço bem pretinho mas coberto de uma espécie de névoa branca] e aí tem uns que dizem que não, porque esse, quando tá assim, tá quase seco já, tipo já passando do estágio maduro.

Terezinha: já num tem quase carne?

Ana Júlia: É. Alguns dizem que sim, e outros dizem que não, que é o melhor açaí, não sei ...

Terezinha: e o que tu acha Bobo?

Bobo: melhor é o açaí que fica debaixo do pau.

Terezinha: como assim?

Bobo: custa apretá, apreta devagar, no coberto não sécam assim, aí fica bem massudo. No descampado séco logo, paráu eles séco. [quer dizer que secam antes de amadurecer]

Terezinha: então tu concorda que esse que fica assim já tá quase secando?

Bobo: tem uns que não porque fico debaixo de pau, paráu acinzento no vento açaí da beira da costa são tudo assim,

Terezinha: da beira da costa?

Bobo: é, açaí de lá tudo tuíra.

Ana Júlia: ele tá dizendo que o açaí lá da onde o Rodrigo apanha, no caso é melhor, porque lá é mais fechado, num pego muito sol, aí vai apretando aos pouco, só com o vento e dá bastante vento lá né?

Terezinha: entendi.

Bobo: mato do meu tio lá no Cavado tudo assim, o açaí tudo tuíra.

Terezinha: ahhhh

Ana Júlia: o sol ele apreta muito rápido, num é que ele aprete, ele faz ...

Terezinha: ele num amadurece?

Ana Júlia: com a pressão do sol no caso, aí ele tando no coberto, assim no fechado, ele vai só com o vento, vai amolecendo aos poucos, ele fica bem preto mesmo.

O risco de secar antes de amadurecer é grande, a expressão utilizada por Bobo, “debaixo do pau”, no sentido de ficar à sombra, condição esta, que para o Bobo, dá uma diferença na qualidade do fruto do açaí, é o fruto que amadurece mais devagar, em áreas de muito vento, que ameniza o sol forte, é mais “massudo”, quer dizer que tem mais polpa e um sabor mais acentuado. Também entendo que a expressão “debaixo do pau”, remete a açaiçais cultivados junto de outras espécies de árvores, que propiciam sombra aos frutos da açazeira.

Bobo elogia açaiçais que possuem sombra, árvores frondosas e muito vento, como é o caso da Beira da Costa, localidade da Ilha das Onças que fica de frente para a cidade de Belém, especificamente de frente para a orla do bairro do Jurunas, segundo ele, essa é a região da Ilha que produz o açaí mais gostoso e onde moram o Rodrigo e a Vânia, e onde também tem safra durante os meses de mais chuva que se chama de inverno, de janeiro a maio, aproximadamente.

Essas narrativas reforçam a ideia de que as condições de convivência dos açazais com o solo, o clima, a vizinhança vegetal, animal e humana, tudo isso influencia o fruto gestado, conferindo-lhe singularidade ante os demais. São inúmeras nomenclaturas locais para a temporalidade deste fruto, que estende-se da cor verde até a cor preta, quando “o açai tá pintando” ou “tá tingindo”, é que está iniciando o amadurecimento, e corresponde ao mesmo que começar a “apretá”, também conhecido como “parau”, até chegar no “tuíra”, que é o açai pronto para ser consumido.

O modo parau engana muitos apanhadores, ele pode estar começando a ficar preto e não estar maduro, interessante que daí deriva a nomenclatura paroeiro (BORGES, 2010), dada ao mau apanhador, aquele que apanha o açai que ainda não está maduro. No diálogo com Bobo e Ana Júlia, a discussão é que há uma diversidade de modos *tuíra* – caracterizado pela presença de fina camada esbranquiçada semelhante a um véu que envolve o grão –, e isso se deve aos fatores acima relacionados.

Os pontos onde ocorre as “dibulhas” ficam marcados, evidenciados por clarões abertos no mato, indicando que ali a copa das árvores é menos adensada, no chão também há vestígios identificados pelo mato rasteiro pisado e pelo amontoado de “vassouras”, nome dado pelos coletores/moradores aos cachos, sem os frutos. O coletor escolhe o melhor lugar para debulhar, às vezes coincide de ser um lugar onde foi praticada a debulha recentemente.





No detalhe desses registros, Bobo segura os caroços com a mão esquerda e cata com a mão direita e de vez em quando coloca as duas mãos para selecionar os caroços estendidos na lona branca. Seu Vitor, segura os caroços com a mão direita enquanto a mão esquerda procura os caroços que não estão em condições de venda. Ambas mãos, direita e esquerda, fazem um trabalho perfeito dentro do que é concebido por cada dibulhadô como sendo os grãos ideais para atrair o freguês.

Os caroços são cuidadosamente selecionados, uns vão para a rasa verde e outros vão para a rasa maior, ainda há os que estão sendo amontoados em uma das mãos e serão

dispensados, jogados fora, por não estarem em condições nem de serem comercializados nem consumidos, servirão de adubo para a terra fecunda.

Focillon (2012, p. 9) chama atenção para o arranjo das mãos direita e esquerda na repartição de uma diversidade de tarefas e aqui vejo-as executarem com maestria mais essa técnica, que junto às outras, formam o conjunto das técnicas corporais insulares. O sabor do açaí bebido depende da seleção dos frutos, portanto, a dibulha é uma técnica manual responsável por esse resultado, cada dibulhador preza para que o resultado de seu trabalho seja valorizado e para essa tarefa específica da dibulha, ainda não há uma ferramenta além das próprias mãos.

Quando existem várias palmeiras próximas umas das outras que naquele dia estão com os frutos bem “tuíra”, maduros, prontos para serem “tirados”, então é ali que o coletor começará amontoando os diversos cachos coletados. Depois de “arriá” todos os cachos “tuíra”, ele então estende um saco de sarrapilheira no chão e começa a selecionar os caroços que vão para a rasa grande e os que vão para a rasa menor que é a rasa do “bébi” e outros ainda que voltam para a terra.

Se no ato da coleta, o terçado e a peconha são dois objetos imprescindíveis, durante a debulha, não podem faltar as rasas, sempre uma pequena e uma maior, acompanhadas de um tecido que pode ser de napa ou de sarrapilheira, que estendido no chão irá aparar os caroços

retirados pelas mãos habilidosas do “dibulhadô”, que serão cuidadosamente selecionados em seguida.

Nos açazais por onde andei, é comum a pessoa que apanha o açaí, também dibulhar, de início, pensei tratar-se de uma atividade feminina, mas vi muitos homens dibulhando além de Bobo e Seu Vitor, aliás vi famílias inteiras fazendo esse serviço, como na casa de Vânia, onde as açazeiras ficam bem próximas da casa, por isso a dibulha ocorre ali mesmo no pátio.



Ana Júlia e Bobo explicam que a retirada dos frutos é feita em cima do tecido que eles chamam de disbulhadô:

Ana Júlia: Aí vai e coloca no disbulhador que a gente chama.

Bobo: Nesse caso é ali.

Terezinha: Que é uma napa?

Ana Júlia: Um local limpo só assim.

Bobo: Ali é uma, é pequeno, mas é uma. A gente só faz colocar os cacho tudinho, as vez quando tem um pra disbulhar vai disbulhando logo, se não a gente arreia um bocado e depois vai disbulhar.

Terezinha: E isso é mais de mulher, serviço de mulher?

Bobo: Tem homens que gostam de disbulhar.

Terezinha: Tem homens que gostam, mas não é que seja de mulher.

Ana Júlia: Não.

Terezinha: É quem tiver podendo.

Bobo: A minha mãe ela gosta de disbulhá.

Terezinha: É aquele negócio de tirar da...e também limpar né?

Terezinha: como é o dibulhar?

Bobo: É. Tirar tudinho dos pendão, o seco, o verde, o olhudo.

Bobo nomeia os três tipos que são retirados da napa ou disbulhadô: o seco – porque não tem polpa –, o verde – porque obviamente não está maduro e salta aos olhos do comprador – e o olhudo – porque apesar da cor escura, ainda não está maduro. Todos esses detalhes são muito perceptíveis aos olhos dos compradores que evitam para não sofrerem prejuízo ante a recusa de consumidores pela diferença acentuada no gosto da bebida. Por esse motivo esses tipos são retirados da napa, ficando apenas aqueles que estão reconhecidamente próprios para o consumo e serão diretamente despejados na rasa.



Aqui nessa rasa tem pouco mais de dez “vassouras” de açaí, quando escutei a primeira vez essa expressão, não entendia o que era vassoura nesse contexto, hoje, sei que os cachos sem os frutos, logo após serem debulhados, transformam-se em vassouras e servem para varrer o chão, mas mesmo antes dos frutos serem retirados, os cachos já são chamados de vassouras por alguns coletores. As rasas servem para acolher os frutos em dois momentos. Primeiro, quando por algum motivo não tem o disbulhadô e os frutos são despejados diretamente nela para serem posteriormente selecionados, e segundo, logo após a cuidadosa seleção que é feita em cima de um tecido estendido no chão que pode ser de lona ou de sarrapilheira, momento em que voltarão novamente para as rasas, desta feita, divididos entre a rasa menor, com o “bébi” e a maior, com o açaí para comercialização.

Pela atividade da panha envolver íntima e constantemente rasas, terçados e peconhas, tais objetos sempre estão muito próximos, o que revela uma familiaridade entre eles que vai muito além da função de cada um deles. Falando exclusivamente das rasas que, por serem objetos sustentáveis, aderem com mais sensibilidade ao toque dos humanos, também duram um tempo acompanhando e participando de maneira ativa da vida dos moradores das Ilhas, a rasa grande sempre acolhe os frutos que serão comercializados, portanto, é a excelência dos frutos que ali ficam.

A rasa menor sempre abriga o açaí que será o alimento das famílias dos coletores, portanto, um outro sentimento é ali depositado também junto com os frutos. A napa colocada sobre o chão abrigará toda a espécie de frutos para serem devidamente selecionados, em todos os momentos de ir para o açazal, a “família de objetos” (VELTHEN, 2007) irá junto. Durante a dibulha, o terçado e a peconha ficam por ali, como se estivessem descansando e aguardando, enquanto as rasas estão sendo preenchidas pelo coletor/debulhador.



O “olhudo” é o tipo de caroço que vai para a rasa pequena, é o bébi, eu pergunto se esse açaí é bom? Ele me diz que não é, mas também diz que é, portanto não me convenço e pergunto novamente nesse diálogo aberto enquanto Ana Júlia me mostra um fruto com olho e outro sem, e eu registro bem de perto:

Terezinha: Esse que tá no cesto menor é o bebi?

Bobo: É.

Terezinha: Mas o bebi, como é essa escolha?

Bobo: É o olhudo que a gente diz.

Terezinha: Mas o olhudo é o bom?

Bobo: não.

Terezinha: o olhudo é o não bom?

Bobo: É bom, mas só que a gente tira pá tomá ele.

Terezinha: mas esse que tá aqui [na rasa grande] é o melhor?

Bobo e Ana Júlia: é!!!



Não satisfeita e ainda procurando mais informações sobre o “olhudo”, converso com Camila de Jesus, ela me explica da seguinte maneira:

[...] é porque quando o açaí tá verde, antes dele ficar totalmente maduro, ele fica, tem essa expressão que a gente chama, ele fica olhudo. Na verdade, é quando ele ainda não tá totalmente maduro, entendeu? Então é por isso que a gente tira esses pra outro fim, tipo pra beber, no caso, o pessoal bate em casa e toma esse porque não é aquele açaí bom pra vendê entendeu?

Dona Ivaneide me explica que tem de prestar atenção se o caroço tem a boca branca: “Aí depois, professora, a gente vai meter a mão dentro do cacho pra ver se ele tá bom mesmo. Ainda tem esse sistema, a gente pega o caroço e vê se tá com a boca branca”. Então, se a boca do caroço estiver branca ainda não está bom de apanhar, é o que explica Leandro:

Leandro: Aham. Não tá ainda, geralmente os que tão bom, essa boquinha que tá meio branca, tem que tá roxa, bem vermelhinha, assim mesmo, quase da cor assim do açaí, essa boquinha branca aqui tá considerado que tá com a boca branca aí não é tirado.
Terezinha: É mesmo.
Leandro: Tá considerado parau ainda, não tá bastante, assim, bem maduro, mas tem um lá na frente que tá.

Interessante pensar que tais nuances começam a ser observadas pelo apanhador antes de subir, quando ainda está no chão, porém quando está na copa também é necessário observar se o cacho tem o olhudo, o caroço cuja boca é branca e que deve ser deixado ainda por mais um tempo, porém, quando o apanhador, por algum motivo, retira um cacho que contém os olhudos, o jeito é retirá-los durante a dibulha. Esses frutos não serão descartados na terra, serão consumidos pela família do apanhador, por isso vão para a rasa verde, a rasa do bebi.

Depois de muito dibulhar, é hora de montar a rasa, a dedicação do Bobo nessa hora é tanta, que fico a contemplá-lo como a um artista produzindo sua arte, observo-o forrar a rasa com folhas de guarumã, e ir distribuindo os frutos do açaí com tamanha sensibilidade e cuidado que vejo surgir na minha frente um objeto estético.

Aproveito para enfatizar que me chamou atenção a forma como os coletores arrumam as rasas logo após a debulha, é isso que venho apresentar aqui, o momento após a coleta, em que é feita a seleção dos frutos. Dona Ivaneide me coloca a par de uma técnica no preenchimento da rasa e descreve uma ordem de camadas na organização da rasa durante a dibulha:

Dona Ivaneide: ficava agoniada lá esperando né? Graças a Deus que esse daqui varava lá de dentro do mato com um monte de cachos, bem uns sete, oito cachos, que ele gostava de apanhar todos os cachinhos, o cachinho que tá o pretinho bem pretinho, que chama de taira.
Terezinha: Sim.

Dona Ivaneide: Fica quase branco, aqueles que dá pra fazer o fundo que a gente faz o fundo bem feitinho assim, que é aquele tuiira no fundo, aí no meio da rasa vai o preto ... aí de novo no começo faz a mesma coisa, não sei se o povo trabalha assim hoje, eu gosto de trabalhar assim, catar bem catadinho, deixar...

As rasas são fabricadas com as talas de jupati e forradas com folhas de guarumã, as duas espécies são encontradas ainda em abundância ali mesmo no mato, sendo que a tala de jupati é coletada pelo Bobo e sua família e vendida na feira do Ver-O-Peso até hoje, porém as folhas de guarumã não mais. As rasas com o açaí geralmente possuem a inscrição do nome do dono da produção. No caso, aqui dá para ler o nome Vitor e o trabalho estético do Bobo que arruma cuidadosamente a embalagem com a marca de sua família, além de ser uma alternativa sustentável e oferecer uma temperatura perfeita para conservar o fruto até as etapas seguintes da comercialização, que incluem o traslado para margem urbana e a exposição nas feiras.

Lucia Hussak Van Velthem (2010: 21) ao discutir questões relativas a afirmação das artes indígenas diante da noção ocidental de arte, ressalta as múltiplas expressões do fazer artístico indígena, ainda que o olhar ocidental tenha uma tendência a privilegiar apenas “a plumária ou os objetos rituais”, limitando assim a produção daqueles povos as que detém, como ela mesmo diz, maior impacto visual, e ignorando as demais. Dentre estas, figuram os objetos de uso cotidiano que, para além de seu desempenho funcional, são dotados de notável qualidade estética:

Nas sociedades indígenas os esforços criativos alcançam muitos domínios, pois o campo abrangido pela “arte” é amplo e se expressa de diferentes formas, das mais efêmeras pinturas corporais às duradouras edificações, incluindo artefatos de uso cotidiano e ritual, manifestações performáticas e musicais.

O que discuto aqui é a proximidade entre as artes indígenas, a exemplo da imagem do cesto cargueiro⁵⁸ (VELTHEM, 2010, p. 22), cuja descrição prende-se ao trançado da palha, e o ato de montar uma rasa enchendo-a com os frutos do açaí, conforme é realizada pelos moradores da Ilha das Onças e o quanto essa montagem se aproxima de um objeto estético.

⁵⁸ VELTHEM, Lucia Hussak Van. Artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e dos artefatos. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 19-29, maio 2010. Figura 2: Cesto cargueiro dos Baré. Feito de cipó ambé, envira e com trançado “olho de piaba”. Foto: Lucia van Velthem, 2008.



Fonte: Lucia Van Velthem, 2008.



Considero como montagem de uma rasa, todas as etapas que levam o cesto a acomodar o açai e transportá-lo até as feiras urbanas onde o fruto será comercializado. A rasa começa a ser forrada com folhas de guarumã e a receber os caroços de açai que vão cuidadosamente ali se aconchegando depois de uma minuciosa seleção. Os frutos são distribuídos em camadas conforme já foi descrito anteriormente. Enquanto acompanho toda essa arrumação, como um

trabalho das mãos, vejo-a como um fazer artístico, a montagem da rasa, nesse sentido, revela um objeto de arte cujo tempo de vida é breve, pois restringe-se à travessia para a feira em margem urbana onde ficará exposta em busca de um comprador que a avaliará pelo viço do fruto. Mas em meu olhar, o que vejo naquele objeto ali construído debaixo do açazal é de uma rara beleza, por isso contemplo-o naquilo que em mim desperta o belo associado à brevidade da vida e à funcionalidade presente naquela construção, como resultado de um gesto que tece o artefato e deposita os frutos de modo atraente ao olhar que participa da experiência estética.



Outro modelo de montagem da rasa é uma espécie de coroinha feita com o folíolo da folha da palmeira – a coroa que Dona Lúcia coloca para o freguês. Segundo ela, a coroinha permite que a rasa acomode mais caroços de açaí para além dos limites da rasa. As mãos da Dona Lúcia e de Marcelo moldam com especial delicadeza e criatividade os caroços na rasa em um arranjo estético, por isso denomino o que fazem de artesanato, por ser a rasa um objeto artesanal e a forma como acomodam os frutos constitui em sua totalidade um objeto artesanal seguindo a definição de Otávio Paes (2006, p. 10):

Feito pelas mãos, o objeto artesanal está feito para as mãos: não só podemos ver como apalpar. A obra de arte nós vemos, mas não tocamos. O tabu religioso que nos proíbe tocar nos santos se aplica também nos quadros e esculturas. Nossa relação com o objeto industrial é funcional; com a obra de arte, semi-religiosa; com o artesanato, corporal.

A montagem de cada rasa possui um modo único é feita pelas mãos, segue do açaiçal até a beira do rio perfeitamente acomodada nos ombros das pessoas e de lá segue nas embarcações até a margem urbana onde será apreciada, tocada e provada para enfim ser comprada. O jeito de Dona Lúcia é colocar uma espécie de coroa feita com a própria palha da açazeira. Bobo forra a rasa com as folhas do guarumã de modo que as folhas ultrapassem o beicho da rasa e com isso permite um acréscimo de frutos ao freguês.

Interessante constatar na dissertação de Borges⁵⁹ que o açaí da Ilha das Onças é destaque nas feiras livres de Belém, especialmente na feira do Porto do Açaí:

[...] há uma preferência dos maqueiros e marreteiros do Jurunas pelo açaí da Ilha das Onças, por ser um açaí de excelente sabor, cuja produção e “medida” não obedece ao padrão da lata16, e por isso é considerado um dos melhores produtos de revenda, particularmente para os marreteiros, além do que a região é relativamente próxima do Porto do Açaí.

O destaque, além do excelente sabor, é que a medida não obedece ao padrão, significa que a rasa da Ilha das Onças é maior, cabe mais pelo mesmo preço, e acrescenta-se o excelente sabor. Bobo e Seu Vitor também “dibulham” o açaí, observei que esta prática ocorre mais de uma vez durante uma manhã de trabalho, assim que acumula uma quantidade de cachos numa certa área, é fundamental que ocorra a debulha, para se ter a exata noção de quantas rasas já estão cheias.

Na hora de montar a rasa, a mão que executa a técnica faz isso com poesia, ali a técnica manual captura um devir e cria aos meus olhos um objeto que é pura beleza. Otávio Paes⁶⁰

⁵⁹ Disponível em: http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Marcos%20Trindade%20Borges%20-%201020496%20-%203732%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁶⁰ PAZ, O. O uso e a contemplação. *Revista Raiz-Cultura do Brasil*, 2006.

(2006) lembra que nós humanos possuímos uma “necessidade não menos imperativa que a fome ou a sede, a necessidade de nos encantar com as coisas que vemos e tocamos, quaisquer que sejam seus usos diários”, tal necessidade de encantamento é satisfeita no produto construído de forma artesanal.

Tanto quem produz artesanato, quanto quem, como eu, aprecia, contempla o objeto que está sendo criado artesanalmente à minha frente e quem mais adiante irá comprá-lo para se deliciar com os frutos que estão no seu interior, fico ainda no texto de Octávio Paes (2006, p. 1) sobre a presença da beleza nos objetos úteis, pois, para este autor, a beleza é uma presença e convive com a utilidade:

Um pote de argila cozida: não o coloque numa vitrine, ao lado de objetos raros e preciosos. Pareceria fora do lugar. Sua beleza está relacionada ao líquido que ele contém e à sede que deve saciar. Sua beleza é corpórea: eu posso vê-lo, tocá-lo, sentir o seu cheiro, ouvi-lo. Se estiver vazio, deve ser enchido; se estiver cheio, deve ser esvaziado.

E complementa mais adiante:

Uma jarra de vidro, uma cesta de palha, um vestido rústico de musselina, uma bandeja de madeira: objetos belos, não apesar de sua utilidade, mas por causa dela. Sua beleza lhes é inerente, como o perfume ou a cor das flores. É inseparável de sua função: são coisas belas porque são coisas úteis. O artesanato pertence a um mundo anterior à distinção entre o útil e o belo. Tal distinção é mais recente do que se imagina. Muitos dos artefatos que chegaram até nossos museus e coleções particulares pertenciam a um mundo no qual a beleza não era um valor isolado e autônomo.

A rasa repleta de açaí, decorada caprichosamente pelos apanhadores é uma artesanaria e como tal equilibra utilidade e beleza. Reivindico aqui a beleza de um cesto em plena utilidade, carregado de frutos de açaí ainda vivos que acabaram de ser “tirados” da açazeira, a beleza desse objeto ou o que me leva a contemplá-lo é a sua prenhez, é sua ocupação, ele está cheio daquilo para o qual foi tecido, os frutos do açaí cuidadosamente arrumados em seu interior, aconchegados às palmas de sua árvore-mãe, que ali estão para lhe acompanhar em aconchego, para que possa ser finalmente embarcado, exposto, vendido, transformado e novamente vendido, para ser saboreado, alimento forte, tornado vida no corpo que sorve prazerosamente o líquido grosso.

5.2 As marcas da panha: do modelo de masculinidade, ao estigma e à agência da planta

Pelos estudos das técnicas corporais, Mauss (1974) observa que as relações entre indivíduo e sociedade ficam impressas no corpo ou, como afirma Levi-Strauss (2003, p. 12) na sua introdução à obra de Mauss: “[é] por intermédio da educação das necessidades e das atividades corporais que a estrutura social imprime sua marca nos indivíduos”.

Logo, o corpo é um lugar de exposição das marcas da estrutura social e consequentemente um lugar passível de observação, de como grupos e indivíduos lidam com suas idiossincrasias corporalmente expressas. Para Levi-Strauss (2003), o vanguardismo de Mauss aí reside, em perceber e tornar relevante no estudo das técnicas corporais, o modo como a estrutura social imprime suas marcas.

O campo em que me vi inserida me mostrou e levou-me a refletir sobre a coleta como uma prática que marca limites de gênero, pois durante as conversas com as pessoas interlocutoras tomei conhecimento da existência de rapazes que por algum motivo não gostam de tirar o açaí e são chamados pejorativamente de “florzinha”, enquanto as mulheres que gostam de praticar a coleta são rotuladas também pejorativamente de “mulher-macho”; não obstante, a panha atribui masculinidade às pessoas que praticam.

Por outro lado, o corpo do homem que coleta é um corpo visivelmente “marcado” pela lida no mato, e entre as jovens da Ilha, não é um corpo atraente, pelo contrário, conforme o que escutei, as jovens preferem os rapazes que não tem o corpo marcado pela panha do açaí, portanto, no jogo dos afetos, trata-se de um corpo desvalorizado.

No meu entendimento, o desvalor de tais marcas pode estar associado a uma condição de inferioridade vinculada a uma não civilidade, imputada a quem ou àqueles que ainda não se emanciparam do mundo natural⁶¹ (INGOLD, 2000, p. 61, tradução minha), expresso nesse trecho do autor:

Nesta história, um papel especial é criado para essa categoria de seres humanos que ainda não conseguiram alcançar essa emancipação do mundo natural: conhecida no passado como homens selvagens ou selvagens, agora são mais polidamente designados como caçadores e coletores.

Entre os moradores que dialogam comigo já ouvi que muitos não aprovam tal atividade pelas marcas que deixa no corpo, que as jovens preferem rapazes que não tenham o corpo

⁶¹ Texto original: In this story, a special role is created for that category of human beings who have yet to achieve such emancipation from the natural world: known in the past as wild men or savages, they are now more politely designated as hunters and gatherers.

“marcado”, que a coleta é para quem não tem uma situação “muito boa” e, ainda, que uma boa parte das famílias da Ilha tem utilizado mais mão de obra contratada do que repassado os detalhes da coleta e estimulado seus filhos a essa prática; por outro lado e ao mesmo tempo, já ouvi Seu Vitor dizer que a coleta é “uma ginástica que o cara faz”, e como resultado da coleta, tem-se um corpo moldado à semelhança dos padrões oferecidos nas academias de ginástica aos seus usuários.

Se por um lado, tem-se um corpo marcado e de outro, um corpo modelado, que apesar de ser um ideal para muitos, como bem disse Seu Vitor ao referir-se à panha como uma ginástica, no entanto, a modelagem como resultado de uma atividade braçal é vista de maneira negativa. As “marcas” corporais deixadas pela panha dizem muito do contato direto com o mato e da relação sistêmica com o ambiente, sua evitação diz muito de uma sociedade que não as aceita por vê-las como algo inferior aos padrões construídos nesse entre-margens urbanas-rurais.

As marcas dizem muito também do consumo vertiginoso do açaí promovendo uma indústria crescente que se mantém pelo corpo laborioso de coletores contratados e possivelmente explorados, e de um momento singular vivenciado por coletores e coletoras com quem dialoguei, que coletam em seus próprios terrenos, conseguem lucrar abastecendo diariamente a Belém metropolitana com açaí de boa qualidade e por um preço diferenciado.

As marcas deixadas pela panha refletem um estigma social definido enquanto marca ou sinal que designa o seu portador como desqualificado ou menos valorizado, ou segundo a definição de Erving Goffman (2004, p. 4): “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena”, que neste caso está associado à ruralidade e à pobreza.

Outro ponto que quero destacar, voltando à Mauss, é que o estudo das técnicas corporais é apresentado como um campo novo, de incontáveis detalhes inobservados, que por isso mesmo, devem ser explorados incansavelmente. Levi-Strauss (2003, p. 14) aproveitando-se disto, avalia, por exemplo, o quanto que os meios mecânicos por atuarem diretamente nos corpos, são capazes de modificar enormemente a educação física do homem contemporâneo.

Essa afirmação levou-me a refletir sobre uma peculiaridade da prática estudada, é que até hoje não se tenha encontrado um substituto mecânico tão eficiente quanto o desempenho do corpo humano para a coleta do açaí, o que a torna algo emblemático com relação à eficiência do corpo-ferramenta já descrita anteriormente aqui mesmo neste trabalho e ao mesmo tempo, como uma prática cercada de discriminação e preconceito.

Nesse sentido dialoguei com Bobo buscando saber se ele está consciente de seus movimentos corporais, e como se dá esta consciência. Fiz isso no momento em que ele me dizia que, para encher uma rasa, ele precisaria subir em aproximadamente sessenta açazeiras, daí eu provoquei:

Terezinha: Agora que eu tô entendendo o preparo físico, né?

Ana Júlia: É.

Terezinha: Aí, por exemplo, Tu também gosta de jogar futebol?

Bobo: Sim.

Terezinha: E desde pequeno praticando [a coleta] assim tu sentia uma diferença no teu corpo?

Bobo: Não.

Interessante ponto de vista o dele diante de minha pergunta, sua resposta negativa me lembra que às vezes é difícil ser e ter um corpo e dar conta de olhar para este corpo com estranhamento. A questão do corpo exige mais do que conciliar teoria e prática (LOCK, 1993, TURNER, 2014), primeiro porque “[t]raz consigo a dificuldade de as pessoas terem e serem corpos” e depois porque “a subjetividade e sua relação com a biologia e a sociedade não podem ser ignoradas.” Existe uma tal complexidade envolvendo os corpos humanos e é a partir delas que tais corpos se desenvolvem entrelaçando subjetividade, biologia e sociedade.

Mauss (2003) já alertara que a investigação do corpo somente é possível a partir do tríplice ponto de vista que considera as dimensões sociológica, psicológica e biológica. Isto só é possível porque tais dimensões constituem uma unidade (DAÓLIO; RIGONE; ROBLE, 2012, p. 183), mesmo assim ou talvez por esse motivo, são complexas e não tão evidentes às pessoas. Voltando a Bobo, como um jovem do sexo masculino, percebe o seu corpo? Afinal quem me vê é sempre o outro, além das tantas mudanças ocorrendo ao mesmo tempo em um corpo jovem. Do Bobo mesmo não consegui extrair muitas palavras, pois entendo hoje, que o seu jeito de ser para comigo sempre foi o de responder minhas perguntas com poucas palavras e às vezes com o silêncio, principalmente durante o trabalho no açazal.

Não obstante e apesar dele me dizer que não percebe mudanças em seu corpo, a sua indumentária chamou muito minha atenção durante a coleta no açazal, me pareceu uma maneira cheia de cuidados com o seu corpo, observei e registrei que ele improvisa alguns adereços para cobrir os braços, as pernas, o pé e o abdômen a fim de não se deixar marcar pela atividade que pratica, usando botas, meias três quartos que vão até um pouco abaixo do joelho, camisa de manga comprida ou, se for de manga curta, usa uma proteção para os cotovelos.

Esse costume talvez não me despertasse tanta atenção se antes, numa conversa que tive com Ana Júlia, ela não tivesse mencionado que as jovens da Ilha das Onças não gostam dos rapazes que têm “marcas” da panha, relacionadas ao trabalho no “mato”.

Sobre a panha, diz Ana Júlia:

Tem adolescente que gosta e tem os que não gosta, o Cassiano, foi seu aluno, ele nunca gostou, ele sempre quis estudar, e chamavam ele de boiola, de frutinha, porque ele não apanhava o açaí. O Rivaldo também foi seu aluno, ele não gosta, nunca gostou, a irmã dele é casada com meu primo e ela tira o açaí até hoje, ela gosta e o marido dela, meu primo, também tira.

Ana Júlia me disse que falou assim para Bobo: “tu não tem vergonha que as menina não vão querer namorar contigo?”, sua fala se justifica porque na Ilha, as meninas não gostam ou não querem namorar os meninos que tiram o açaí, que tem o corpo marcado. Pergunto a ela o que pensa disso, se namoraria um rapaz com o corpo marcado da panha. Percebi que levou um tempo pra responder que sim, penso que há um embaraço na cabeça das jovens quanto aos rapazes, cuja sobrevivência depende dos recursos do “mato”.

Dito de outra forma, os rapazes que trazem no corpo a marca da coleta são menos valorizados no jogo das trocas afetivas, em relação aos que não tem as marcas. Não sei se conseguiria desvendar entre as jovens, o porquê das marcas da panha contribuir para desvalorizar o corpo dos rapazes, mas é pertinente observar o imprevisto na vestimenta que esse fato gerou, tal preocupação não se vê por exemplo, entre todos os coletores e nem entre os mais velhos, o próprio pai de Bobo, não usa calçado durante a caminhada no mato nem durante a subida.

Outro aspecto que merece atenção por ser recorrente no relato dessas pessoas é que seu trabalho sempre foi associado à sujeira, na realidade, não se trata de sujeira propriamente dita, apenas suas mãos e outras partes do corpo que ficam tingidas com a cor que solta do fruto do açaí ao ser manuseado. Pelo que pude perceber, a lavagem das mãos, para os jovens coletores, é uma prática muito importante, mais do que isso, passa a ser uma formalidade, no meu entender, algo quase ritualístico, lembrando que há algum tempo atrás, na juventude de seus pais, não existia tal procedimento.



Há uma padronização inclusive quanto aos materiais utilizados nessa lavagem, a água sanitária por exemplo, torna-se fundamental, o limão e a pedra, são citados pelo Bobo como uma fórmula seguida pela maioria dos jovens com quem conversei:

Terezinha: tu lava tua mão com que Bobo?

Bobo: limão, quiboa.

Terezinha: sai tudo?

Bobo: É. Depois eu passo a pedra.





É possível observar que a camisa de Ariel também está tingida pelo fruto da açazeira. Tomando o corpo do coletor como uma superfície marcada pela panha, as marcas são observadas aqui de duas maneiras, tanto no sentido do que elas representam no jogo das trocas afetivas quanto para relevar a agência da planta, de modo que olhando o corpo do coletor é interessante pontuar esse agenciamento não humano, pois, não é apenas o corpo da planta que passa pela agência humana, tanto assim que a planta deixa seus vestígios, tingindo o corpo das pessoas, arranhando-os e modelando-os também.

Jovens que desde cedo não demonstram ou demonstraram aptidão para a coleta sofreram discriminação por parte da população da Ilha, principalmente os homens que ganham a fama de “florzinha” quando por algum motivo se recusam a coletar, o que significa que além da filiação de pais e mães coletores e coletoras, há uma pressão por parte da comunidade para que seja dada continuidade na panha do açáí. Curioso que, de um lado, a comunidade usa a coleta como critério de masculinidade e, a mesma comunidade, desta vez representada pelas jovens, discrimina as marcas no corpo dos jovens coletores como algo de menor valor no mercado das trocas afetivas na Ilha.

Então, há aqui um duplo recorte em relação às marcas no corpo do apanhador e da apanhadora de açáí, a primeira a ser analisada é a marca enquanto estigma (GOFFMAN, 2004). É interessante chamar atenção para a observação feita por Sahlins (1972, p. 14) de que os coletores enquanto classe representam o paleolítico, colocados na condição de marginais

responsáveis pelo atraso na “marcha planetária de evolução cultural”. Para Sahlins (1978, p. 8), é possível viver na afluência de duas maneiras, seja produzindo muito, seja desejando pouco.

Assim, em uma leitura econômica da escassez, seu surgimento aparece vinculado ao pressuposto de que as necessidades humanas são infinitas, ao passo que os bens ou os meios de satisfazê-las são sempre finitos. O esforço de Sahlins (1978) é justamente questionar a reprodução desta “imagem”, e o faz a partir dos dados de que dispõe, tomados a partir de novas questões e de outras perspectivas. O interessante é que os dados que Sahlins (1978) toma em análise cobrem um amplo universo etnográfico, da Polinésia à América, passando pela África.

São dados produzidos por outros autores que permitem-no refutar a ideia de que a sociedade de caça-coleta estaria erigida sob esforço contínuo, sem descanso, nem excedente, nem tempo para o “lazer” e para construir “cultura”. A partir dessa crítica, Sahlins (1978) argumenta contra a teoria da escassez, afirmando que tal sociedade, se analisada mais profundamente, na verdade é a “primeira sociedade da afluência” (SAHLINS, 1978, p. 7), mas para perceber isto é necessário entender que existe uma lógica própria do pensamento mercantilista que identifica a afluência com a satisfação de todas as necessidades materiais. Entretanto, essa não é a mesma lógica de caçadores-coletores, para estes, as necessidades são limitadas e os recursos para satisfazê-las são sempre suficientes, configurando afluência.

O que quero salientar aqui, mostrando que o texto de Sahlins (1978), apesar de não mencionar o corpo dos coletores, traz muito evidentemente para o momento atual, toda a carga que pesa sobre os coletores, não falo aqui da carga oriunda da produção, mas sim de uma carga de discriminação impressa pelo mercantilismo e outras perspectivas que foram sendo acumuladas sempre no sentido de desqualificar o trabalho “braçal”.

As marcas desse trabalho chamam atenção mais pelo esforço em ocultá-las, para não se perpetuarem impressas nos corpos dos coletores da contemporaneidade. Os coletores não são nômades, pelo menos no sentido determinado, mas constantemente sentem-se na obrigação de justificar porque escolheram morar em uma ilha de várzea, sem energia elétrica e sem água potável. Ora, os sujeitos das duas pesquisas que realizei, afirmam que lá eles não precisam comprar principalmente frutas, porque são bem abastecidos de manga, goiaba, taperebá, açaí, também pescam camarão, todos os rios que cruzam essas ilhas estão cheios de matapis.

Mesmo não se tratando mais de uma sociedade da afluência, até porque a proximidade a um centro urbano também influencia nos costumes e no alimento que vem para a mesa, ainda assim eles reconhecem que comem melhor que a gente da cidade e sem gastar. Existe o consumo da farinha agregado ao açaí, o consumo da carne de gado, do feijão e do macarrão, mas se querem peixe eles mesmos pescam, se querem comer frutas, eles plantam, colhem e comem. É

muito forte a potência desse corpo que consegue acessar o próprio alimento pelo cultivo, para consumo próprio e para comercialização, que resulta na satisfação de necessidades outras, que os fluxos vão engendrando.

Chamo atenção para as táticas corporais (CERTEAU, 1998) desenvolvidas pelas pessoas seja através da improvisação no vestuário, seja pelo desenvolvimento de modos singulares de praticar a coleta, o que configura um certo jeito de subir e descer da palmeira, como por exemplo o gesto que denominei de modo macaco, onde o coletor não permite que seu abdômen encoste no estipe da açazeira, impedindo as marcas do contato com a palmeira naquela região do corpo. Essas táticas são utilizadas na dupla intenção de proteger o corpo dos perigos da panha e das marcas simbólicas.

A agência da planta, no meu entender começa desde o nascimento das pessoas em uma região insular cuja dominância na vegetação fica por conta de açazeiras. A filiação destas mesmas pessoas se dá por meio de pessoas outras que já praticavam a panha, tendo aprendido com seus pais que por sua vez, já traziam o corpo modelado pelas caminhadas no mato e na panha do açaí, conseqüentemente, a vinculação dos açazais como lugares familiares, expressão dada por Anna Tsing (2015, p. 181) à relação de familiaridade que se estabelece com determinados lugares na busca por alimentos:

Você visita aquele ponto o suficiente para conhecer as flores de cada estação e a atividade dos animais; você produziu um *lugar* familiar na paisagem. *Lugares familiares* são o início da apreciação das interações multiespécies. A busca por alimento, ou forrageamento, funcionou exatamente desta forma na maior parte da história humana. Para encontrar uma planta, animal ou fungo útil, os forrageadores localizavam lugares familiares e retornavam a eles continuamente. [...] Os lugares familiares de procura de alimento não requerem exclusividade territorial; outros seres, humanos ou não, também o aprendem. Suas geografias expansivas e sobrepostas resistem a modelos comuns que dividem o mundo em “seu espaço” e “o meu”. Além disso, os forrageadores, mais do que se concentrarem em certas espécies individualizadas, atem-se às paisagens, com seus múltiplos residentes e visitantes. Lugares familiares implicam formas de identificação e companheirismo que contrastam com a hiperdomesticação e a propriedade privada nas formas em que conhecemos. Sem os fungos, a floresta estaria abarrotada de pilhas de madeira morta, e outros organismos teriam uma base de nutrientes cada vez menor. Assim, o papel dos fungos na renovação de ecossistemas torna mais do que óbvio que os fungos são sempre companheiros de outras espécies. A interdependência entre as espécies é um fato bem conhecido – exceto quando diz respeito aos humanos. Prestar atenção a essa diversidade pode ser o início da apreciação de um modo interespecífico de ser das espécies. Os cereais domesticaram os humanos. O caso de amor entre as pessoas e os cereais é um dos grandes romances da história humana.

Visitar o mesmo lugar durante certo tempo ou o tempo necessário para conhecer as flores que brotam a cada estação bem como a atividade dos animais que por ali também circulam é o suficiente para revestir um lugar de familiaridade. Para Anna Tsing (2015), esses lugares ou o dar-se conta deles, propiciam a percepção de que humanos participam de interações

junto a outras tantas espécies na busca por alimento e sinaliza para uma interdependência interespecie que inclui a espécie humana, o que sempre foi ignorado.

A autora também pontua que tais lugares implicam maneiras de identificação e companheirismo entre as espécies para além da domesticação e do controle humano sobre outras espécies. A partir desses lugares é possível pensar que tais relações entre espécies são capazes de transformar os humanos, ou que a domesticação é uma via de mão dupla, a mesma forma como apreendo o manejo nos açazais. Portanto, lugares familiares propiciam uma abertura para compreender interações marcadas pelo companheirismo entre as espécies.

Interessante também lembrar que para além da Ilha das Onças e suas açazeiras, a relação com as palmeiras é algo muito antigo no Brasil, não é à toa que os primeiros habitantes nomearam o Brasil de “Pindorama” na linguagem tupi-guarani, o que corresponde em português à “terra das palmeiras”, conformando nesse sentido, uma familiaridade ancestral entre estas plantas – que estão aqui desde o princípio –, e outras tantas espécies que vem se constituindo mutuamente ao longo do tempo.

No texto publicado pelo Museu Goeldi⁶², cujo título – *Da raiz aos frutos as palmeiras são riquezas das populações amazônicas* –, enfatiza sua importância para as gentes aqui nascidas:

As palmeiras pertencem à família *Arecaceae* e se diferenciam das demais plantas por apresentarem características peculiares. Podem ser solitárias ou agrupadas, podem germinar por sementes ou rebrotar formando touceiras, de estipes mais finos ou de diâmetros maiores. Algumas são de grande porte, outras nem tanto. O caule é lenhoso e cilíndrico, coroado por um penacho de folhas. As folhas mais alongadas são características físicas que conferem identidade às palmeiras, que ao esvoaçar ao vento se movimentam como em uma dança. ... “Elas têm a maior área foliar entre diversas plantas e também algumas têm a capacidade de se reproduzirem assexuadamente por “rebrotação ou perfilhamento”, aponta Mário Augusto Jardim, engenheiro florestal, pesquisador da Coordenação de Botânica do Museu Paraense Emílio Goeldi e especialista na palmeira *Euterpe oleracea* Mart. (onde o fruto do açaí faz a alegria dos paraenses). As populações tradicionais mantêm estreita relação com as palmeiras, que por meio da produção de frutos e de outros insumos (folhas, cacho, madeira, raiz, seiva e palmito) que oferecem, movimentam a economia e fazem parte das culturas amazônicas. Este grupo de plantas está entre as 227 espécies de árvores que são hiperdominantes no bioma amazônico.

A síntese das características da palmeira de açaí relacionada ao ambiente e a sua classificação de hiperdominância no Bioma Amazônico, pinçadas por especialistas, dá uma ideia do quanto a presença dessa planta não pode ser ignorada, do quanto que ela participa da história das populações que vivem na Amazônia, coexistindo e servindo-se mutuamente. Para

⁶² Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/da-raiz-aos-frutos-as-palmeiras-sao-riquezas-das-populacoes-amazonicas-1>. Acesso em: 14 fev. 2019.

quem mora na Ilha das Onças, as açazeiras são mais do que plantas, são “a vida da gente” – como já me disseram em campo – pela presença secular, pelo alimento e tantos outros benefícios que só sabe quem mora em um lugar onde as açazeiras são predominantes entre os seres vivos.

Nesse sentido, entendo o exercício da panha como uma mútua negociação e muito íntima entre as espécies humana e vegetal, ao mesmo tempo em que atribui masculinidade aos coletores também produz marcas que simbolicamente desvalorizam e ao mesmo tempo modelam seus corpos, tornando-os vigorosos. As marcas são visíveis na planta e na pessoa que coleta, seja homem ou mulher, e extrapolam para o entorno, evidenciando múltiplas agências interespecies imbricadas neste processo.

5.3 As mulheres e a panha

As relações de qualquer pessoa que mora na Ilha das Onças com as açazeiras é de muita intimidade, tanto pela presença compartilhada secularmente – e é bem possível que as palmeiras já estivessem ali, antes mesmo da Ilha ser habitada por humanos – quanto pelo alimento ofertado por esta planta a seus habitantes ao longo de muitas gerações, que precede a explosão comercial da bebida/comida, fenômeno que se vive hoje.

Nessa relação íntima de coexistência interespecífica perpassa também, o ato de coletar o açaí, onde todos e todas que ali vivem, praticam à sua maneira tanto a ida ao “mato” como a prática de “tirá o açaí”. Nesse momento, homens, mulheres, plantas e bichos se entrelaçam em relações criativas que envolvem técnicas corporais e uso de instrumentos, o que configura um amplo manejo entre os seres envolvidos. O ato de tornar-se coletor e coletora perpassa, neste sentido, a esse “fazer com” junto a plantas e animais.

No entanto, ao longo da pesquisa de campo percebi durante os diálogos, um discurso que limita a panha ao mundo masculino, sendo considerada como “serviço de homem” e tendo como principais justificativas sua força e constituição física. Não obstante, para além deste discurso, durante as visitas às famílias e aos açazais, tomei conhecimento de que as mulheres tiram sim o açaí. E foi conversando com Ana Júlia e Dona Conce – sua mãe, que passei a adentrar nesse universo de limites e interdições.

Com Ana Júlia fico sabendo que muitas jovens coletam, mas são apelidadas de “mulher-macho”, sendo que a própria Ana Júlia me disse não participar da coleta. O diálogo com Dona Conce é mais aberto, ela me relata sua experiência no açazal e de vez em quando me aponta alguém que está passando de barco, dizendo: “olha a mulher desse aí apanha açaí, esse daí é

meu primo e a mulher dele tira açai, ela que tira”. Dona Conce também me relatou que a filha Ana Júlia tirava açai, mas de uns tempos para cá não tira mais.

Desse momento em diante passei a buscar as redes de jovens coletoras e fui me dando conta que não era assim tão fácil acessá-las, e é isso que trago para este espaço: questões relativas às dificuldades em acessar jovens coletoras de açai na Ilha das Onças. É interessante observar e até contrastar com as dificuldades e interdições mencionadas, que a presença das mulheres nos estudos sobre divisão do trabalho é frequentemente associada à coleta de vegetais enquanto que os homens aparecem vinculados à caça e/ou à pesca (Sahlins, 1978, p. 16). Vale ressaltar que na obra *Nós, os Tikopia*, homem e mulher podem até sair juntos para o principal evento diário que é a busca por alimentos, mas dependendo do ambiente, o gênero passa a distinguir as atividades (FIRTH, 1998, p. 184):

Se o alimento deve ser buscado nas plantações, então o marido e a mulher podem sair juntos para a colheita; se é no mar, provavelmente estarão separados, o homem levando sua vara e a linha para a borda do recife ou seus apetrechos de mar alto numa canoa, enquanto a mulher leva a rede de mão e a mochila de peixe amarrada à cintura para vasculhar os poços.

O campo teórico sobre o trabalho feminino, em atividades pesqueiras, extrativistas e agrícolas na Amazônia, chama atenção para as discussões que apontam a importância do trabalho feminino nestas atividades e alertam para os problemas relacionados à sua invisibilidade (Motta-Maués (1993 [1977]); Alencar (1993); Maneschy (2001)). A constante reificação de um “modelo bipolar de divisão socioespacial e do trabalho”, constantemente repassada nos trabalhos etnográficos, seria responsável pela invisibilidade do trabalho da mulher na pesca (ALENCAR, 1993, p. 66 *apud* MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 379-380). Segundo Motta-Maués citando Woortmann, trata-se de romper com essa visão bipolar:

Se se colocar a ênfase, porém, continua Woortmann, “na variedade das atividades, na cooperação entre homens e mulheres e no ponto de vista das mulheres, a bipolaridade se decompõe e se relativiza” (WOORTMANN 1992, p. 42). E o pesquisador, em vez de absorver e “acreditar” no discurso feito “para o estranho”, que ele é também, pode ser capaz de chegar – sem se tornar nativo, certamente – ao discurso privado, ao diálogo interno da comunidade.

Todas estas discussões me auxiliaram na problematização do lugar das mulheres na panha do açai, a partir das perspectivas apresentadas é possível perceber a complexidade que permeia o universo estudado, a fim de não invisibilizar a coleta realizada por mulheres.

As mulheres que compõem as famílias de meus interlocutores, que no início eram apenas jovens do sexo masculino – Bobo, Rodrigo, Ariel, Marcely, Vânia, Vinícius e Leandro – as mulheres só apareceram lá pelo meio da pesquisa, todas elas foram as anfitriãs de minha

chegada em cada uma das casas e açazais que conheci e vivenciei. A troca que realizei com estas mulheres foi intensa e creio ser perceptível ao longo de meu trabalho, o quanto elas me auxiliaram a compreender as nuances da coleta do açáí.

As mães, tias e irmãs destas pessoas me receberam em suas casas de maneira acolhedora e me acompanharam nos açazais, por entre chãos movediços e pontes instáveis, Ana Júlia, Dona Ivaneide, a pequena Mika e sua mãe Vânia, Dona Lúcia, as tias de Vinicius, todas me auxiliaram a firmar meu corpo pouco habituado à várzea, com isso também proporcionaram a construção do corpo da presente tese. Foi acompanhada quase sempre por estas mulheres, que adentrei no universo “masculino” da coleta do açáí. Entre caminhadas, conversas, idas e vindas do fazer etnográfico, elas também me apresentaram entrelaçamentos complexos acerca da panha feminina e de suas práticas cotidianas na Ilha das Onças.

De acordo com os diálogos, a prática das famílias na Ilha das Onças é ir para o mato acompanhados de seus filhos e filhas, nesse sentido, ambos são iniciados na panha do açáí, como uma brincadeira e ao mesmo tempo, como forma de aprender a auxiliar os pais nas tarefas do mato. Com o passar do tempo, algumas diferenças começam a ser notadas. Uma delas permite observar a existência de dois tipos de coleta, a coleta referida como panha do bébi – o açáí coletado para consumo próprio, da família – e a coleta referida como panha do açáí – o açáí coletado para comercialização.

Nota-se que a panha feminina restringe-se ao bébi, contudo, quando destina-se à comercialização, estas mulheres são estigmatizadas pois a atividade é considerada “serviço de homem”. Para entender essa divisão é necessário vincular a coleta para fins de comercialização à uma expansão crescente, tendo se transformado na principal fonte econômica das famílias da Ilha das Onças. Dentro dessa nova configuração a coleta do bébi pode parecer algo destituído de valor, no entanto, é ele que garante a alimentação das pessoas e famílias, pois o açáí constitui a base alimentar de todos na Ilha.

O cuidado está em olhar para além de uma divisão polarizada onde os homens comercializam e as mulheres permanecem unicamente no ambiente doméstico, só assim é possível atentar para as complexidades presentes nas relações simbólico-práticas que estas pessoas mantêm entre si, com as palmeiras e o ambiente como um todo. Dona Conce ao lembrar do tempo em que tirava açáí, faz referência a uma época boa em que gozava de autonomia financeira conquistada através da panha do fruto:

Terezinha: [...] Dona Conceição, a lembrança que a senhora tem de tirá o açáí, na sua infância, qual é?

Dona Conce: [...] Eu gostava de apanhar açáí, quando eu era solteira eu gostava de apanhar, eu ganhava o meu dinheiro e não ficava dependendo nem da mamãe e nem

do papai, até hoje eu sinto falta de... [barulho de motor, barco passando bem em frente à casa]

Dona Conce: [...] [apontando] aquela ali é minha sobrinha, ela vai pro mato.

Terezinha: A senhora lembra como foi pra senhora aprender? Foi junto com outras crianças? Junto com seus pais?

Dona Conce: [...] Foi com meus pais que eles iam pro mato, meus irmãos tiravam e aí eu aprendi, via como eles subiam, tentava também e aprendia.

Terezinha: [...] Sim. E a senhora usava faca?

Dona Conce: [...] Usava.

Terezinha: [...] Faquinha ou faca grande?

Dona Conce: [...] Faca grande pra cortar o cacho.

Terezinha: [...] Sim. Porque tem lugar que é faquinha.

Dona Conce: [...] É. Tem gente que só espetava assim com a faca, eu não, eu cortava.

Terezinha: [...] Sim. Quando sobe...

Dona Conce: [...] É. Tem gente que só sobe assim, eu subo assim, abraçada no açazeiro. Eu não sei subir assim, os meus filhos tudo sobem assim. A Ana Júlia quando apanhava subia assim, agora ela não apanha mais.

Terezinha: Então a senhora subia diferente.

Dona Conce: [...] Era. Eu subia engraçado assim (risos).

A conquista da autonomia por intermédio da coleta é algo que Dona Conce gosta de lembrar, em meio a tantas informações trazidas por ela, foi quando comecei a procurar pelas redes de jovens do sexo feminino, mas em vão, pois sempre que alguém, dentre os meus contatos, mencionava o nome de uma jovem que praticava a panha, eu tentava chegar até ela, porém sem êxito ou quando conseguia contactá-la, sentia que havia um mal entendido, ou ela me dizia não coletar ou desistia de me encontrar.

Por outro lado, seguia ouvindo que a coleta do açaí era serviço pesado e por isso era serviço de homem, como na conversa com o Seu Ronaldo e o Rodrigo – pai e filho –, sobre o assunto:

Seu Ronaldo: [...] Tem uma menina aqui do Laranjeira, hoje não vai dá, tinha que conversar com ela bacana, porque ela é meia braba, ignorante, ignorante assim, não entende muito as coisas, tem que conversar direito com ela, se tivesse tudo certo eu ia levar a senhora na casa dela, que ela apanha açaí e ela tem não sei quantos filhos, ela tem nó no pé! Quero que a senhora veja, nó por tudo que é lugar, ela tem nó, cotovelo, no braço. Ela sobe assim mesmo, assim, daquele jeito que tava lhe mostrando. [sem encostar a barriga, e que eu chamo de modo macaco]

Terezinha: [...] Mas o negócio é que ela sobe muito?

Seu Ronaldo: [...] Sobe muito! Porque é pra sustentar os filhos, né? O marido tá meio baqueado lá.

Terezinha: [...] Sim. O marido dela não sobe?

Seu Ronaldo: [...] Não, mas quando, nem aquela mangueira aguenta ele ali, por demais grande, muito forte, muito gordo.

Terezinha: [...] Eu já escutei que as mulheres tiram quando o homem é muito gordo.

Seu Ronaldo: [...] Tiram e muito!

Terezinha: [...] Porque que tem pai que diz que esse serviço é só de homem?

Seu Ronaldo: [...] É porque eu mesmo, pra lhe falar a verdade, eu sei o trabalho que dá e a força que a gente faz, e quando falam pra mim – “eu não deixo essa menina apanhar açaí”, a Simone [a menina aqui do Laranjeira, citada por ele acima] já me falou e eu já vi o calo no pé dela também, aí eu fico imaginando, eu sei a força que eu faço numa açazeira, aí fico pensando como é que uma mulher dessa tem força? Pra fazer isso.

Terezinha: [...] Ela já tem esse músculo?

Seu Ronaldo: [...] Olha, o músculo eu [...]. Porque mulher, geralmente, é mais difícil, né?
 Rodrigo: [...] Ela é magrinha.
 Seu Ronaldo: [...] Ela tem a força aqui assim, ela tem [...]. Igual corpo de homem, o corpo dela assim, né?
 Terezinha: [...] Sei.
 Seu Ronaldo: Mudou o corpo dela, igual corpo de homem.

Quando ele diz que o corpo da mulher que coleta o açaí fica igual ao corpo do homem – o corpo dela assim ... Mudou o corpo dela, igual corpo de homem –, comecei a pensar mais detidamente nessa fala, no que significa para uma mulher da Ilha relacionar a panha do açaí a uma mudança no seu corpo, capaz de transformá-lo em “corpo de homem”. Como já havia me dito Ana Júlia no início da pesquisa, as mulheres que gostam de apanhar o açaí ganham fama e apelido de mulheres masculinizadas. Será que isso justificaria o silêncio das mulheres que mesmo coletando evitam dizer que coletam? Vale considerar, porém que, no caso da pessoa citada pelo seu Ronaldo, seu marido não pode subir na açazeira, então coube a ela arcar com o sustento da família coletando açaí para comercialização.

Por intermédio desse caso fico sabendo de outros semelhantes, sempre que o marido tiver algum impedimento físico, a mulher irá assumir esse papel de coletar para comercializar e portanto garantir o sustento da família, numa família em que não há homens, apenas mulheres, são elas que irão assumir a panha do açaí e não apenas a panha do bébi, o que não diverge de mulheres do meio urbano.

Quando conheci Vânia percebi que havia uma semelhança com os casos acima, seu marido era impossibilitado de coletar por um problema físico então era ela quem coletava para sustentar a família, sendo que no seu caso, sua mãe e avó também são coletoras e ainda são ativas na prática. Para Vânia, o difícil não é a coleta, mas enfrentar o ambiente nas feiras urbanas para comercializar o açaí, nesse momento me disse que solicita o auxílio de um homem, que pode ser o barqueiro que leva a rasa ou o seu irmão, para enfrentar a negociação.

Conversando com a professora Socorro, ela acrescenta outras informações que apontam para esse sentido, quando lhe perguntei se na sua juventude ela tirava o açaí e se teria conhecido outras jovens que também tiravam:

Prof. Socorro: [...] Existia muito isso, as pessoas falavam: “as mulheres eram pra ficar em casa fazendo serviço de casa”, tanto que o homem não lavava louça, não lavava roupa, não lavava nada, não fazia nada dentro de casa, não varria a casa, porque isso era serviço de mulher e serviço de mato era serviço de homem, tá entendendo?
 Terezinha: [...] De subir no açazeiro, especialmente.
 Prof. Socorro: [...] Era. Tinha muito, muitas famílias que não aceitavam.
 Terezinha: [...] Acho que até hoje, né?
 Prof. Socorro: [...] É até hoje. Se tu for olhar, aprofundar a tua pesquisa, tu vai ver que até hoje tem pessoas que não, moças daqui que não apanham açaí, mas tem muitas

que apanham, elas precisam, tem a vaidade delas, elas querem dinheiro pra fazer o cabelo, pra ter o notebook, pra ter um celular com internet, elas trabalha pra ter, pra elas possuir.

Terezinha: [...] E quem que tu conhece assim? Das meninas.

Prof. Socorro: [...] Não quero falar (risos). Por que tu vai olhar elas na escola e vai ver que são lindas, maravilhosas, Entendeu? Mas elas sobem no açazeiro, só que elas colocam uma roupa especial pra não ferir a mão, não ferir o pé, elas sobem de tênis, tá entendendo? Mas se for falar assim elas não vão ficar gostando, elas vão ficar chateadas. Porque elas me pediram tanto pra não falar, eu conheço cada uma que sobe no açazeiro.

Terezinha: [...] Sim.

Prof. Socorro: [...] Mas também elas têm todas as coisas delas, tem dinheiro pra fazer cabelo, tem dinheiro pra fazer unha, tem notebook, tem internet, tem tanta coisa.

O diálogo com a professora Socorro em 2016, aponta questões pertinentes sobre o quanto a panha tem propiciado a autonomia financeira dessas jovens mulheres, desmistificando também no que se refere a sua feminilidade, pelo contrário, possibilita além de cuidados com o corpo e a beleza, o acesso aos meios de comunicação globalizada, pela obtenção de aparelho celular, notebook e outros bens de consumo.

Outro dado importante trazido na fala da professora é o cuidado que as jovens coletoras tem em proteger seus corpos das marcas da coleta: “elas colocam uma roupa especial pra não ferir a mão, não ferir o pé, elas sobem de tênis”, semelhante processo, irei observar entre os rapazes, ambos jovens, resguardando seus corpos das marcas da panha. Os calos, principalmente nos pés pelo uso da peconha, mas também nas mãos que seguram a haste da palmeira com força, os arranhões do contato com as plantas em volta da palmeira e a própria palmeira, todo esse conjunto de sinais que vejo como agências da planta ao ser escalada, devem ser evitados.

Para entender o porquê das evitações, recorro novamente ao diálogo inicial com Ana Júlia, é ela que me informa espontaneamente sobre uma conversa que teve com o irmão em que dizia a ele: “tu não tem vergonha que as menina não vão nem querer te namorá com o corpo todo marcado da panha”, nesse momento, percebi que o estigma do corpo marcado afeta homens e mulheres que são discriminados (as) dentro da própria Ilha. Enquanto pesquisadora, penso que, se as marcas afetam homens, significa dizer que as mulheres sofrem ainda mais profundamente, porque as restrições são maiores, há o risco – real ou não – de terem o corpo transformado em corpo de homem, de perderem a feminilidade, o que significa dizer sofrer rejeição nas relações afetivas.

Essa restrição parece confirmar-se no campo quando as mulheres que tem filhos e família constituída me permitiram registrá-las durante a panha do açaí, mas as jovens não. Reporto-me aqui ao encontro com Marcely e família, assim que soube que Marcely e sua irmã Micheli eram excelentes coletoras de açaí, tentei o contato de muitas formas, foram alguns

meses aguardando ser chamada para uma visita. Apesar de Marcely ter me recebido em sua casa e conversado comigo, não consegui acompanhá-la no açaizal apesar de ter planejado por diversas vezes, ela sempre escapou aos nossos encontros.

Logo na primeira visita a mãe de Marcely, Dona Lúcia interveio: “a Micheli? Mas quando, ela num dá conta, muito pesada, é que falavam na escola que a Marcely tirava e a Marcely pra num passá vergonha sozinha dizia que a irmã também tirava”. Quer dizer que dentro da própria escola Marcely passaria vergonha se concordasse que gostava de tirar o açaí, então, ela dizia que a irmã também tirava, porque teria o apoio da irmã. Percebi que Marcely apresentou aptidão para a coleta desde cedo e na escola havia o perigo de ser ridicularizada pelo seu talento de coletar o açaí, o que significa dizer de modo enfático que o estigma não está fora da Ilha, mas lá dentro, tanto para os jovens como para as jovens, porém, no caso das jovens elas evitaram de muitas maneiras me receber para conversar sobre isso, o que se confirma na fala da professora Socorro que jurou segredo às alunas para que ninguém soubesse quem são as jovens que praticam a coleta.

Ao preservarem suas identidades, protegem-se da ridicularização, no diálogo com Michely ela me disse como aprendeu a subir na palmeira: “acho que é tentação mermo, andá com os menino, trepá, ficá tentando subir”. Mas confessa que não gosta de coletar: “eu sou muito pesada aí eu num dô conta de puxá meu peso pra cima”. Entretanto, ela confirma que se garante em tirar o açaí para consumo próprio: “porque o bébi só é um pouco, três subida já dá”. Sobre a irmã Marcely ser coletora do açaí para comercialização, ela diz: “bom pra ela que num engorda”. A conversa com Michely me fez entender que a interdição se dá de maneira mais forte para as mulheres que tiram o açaí para comercialização.

A discriminação está relacionada ao envolvimento em um campo de trabalho que envolve um esforço físico maior e um retorno financeiro maior também, o que, de acordo com as normas sociais remete ao campo masculino. Porém, é notável que ambos, mulheres e homens, protegem seus corpos das marcas de uma atividade discriminada por ser considerada braçal, portanto, desvalorizada no comércio simbólico das relações que ainda valorizam atividades consideradas mais contemplativas.

De acordo com o depoimento de Dona Lúcia, na sua infância e juventude, ela e suas irmãs é que subiam na açazeira, disse-me ela que seu pai “nunca soube o que é subir numa açazeira, ele entendia de matapi, essas coisa ...”. Enquanto o pai pescava, as filhas coletavam plantas, dentre estas, o açaí, que segundo seu relato, o pai levava o açaí coletado para vender em margem urbana e, às vezes, o açaí retornava sem comprador. Com o tempo e a valorização

comercial do açaí, penso eu, que é este o momento em que o açaí passa a ser considerado um “serviço de homem”.

Dona Lúcia me falou também que seu marido prefere tirar o açaí para venda muito mais do que para consumo próprio, enquanto que para ela – sempre preocupada com o alimento “precioso” como ela chama para o bebê – este é o que vem primeiro:

Dona Lúcia: Ele com o pai dele, não gostam de tirar o bebi, o Marcelo diz que prefere tirar 10 (dez) rasas pra vender, mas não gostam de tirar o bebi. Não sei porque todo homem é assim, não gostam de tirar açaí pra beber.

Terezinha: Ah é?

Comecei a entender melhor o porquê das mulheres casadas, mães dos apanhadores e apanhadoras de açaí, terem mais desenvoltura em apresentar-se coletando o açaí. E foi assim que acompanhei, conversei, registrei em áudio, em fotografia e em vídeo, dona Antônia, mãe do Bobo; dona Silvana, mãe do Rodrigo; Dona Lúcia, mãe da Marcely; Vânia, sua mãe e sua avó e Dona Ivaneide, mãe do Leandro.

Por esse motivo não poderia deixar de mencioná-las em sua relação com a panha do açaí, sempre preocupadas com o alimento para suas famílias, responsáveis pela retirada do bebê, principalmente, mas também se for necessário elas farão a coleta para comercialização. Responsáveis por orientar os filhos a subir, mesmo subindo bem menos que os homens quando se trata de açaí para comercialização. O jovem Rodrigo, por exemplo, me informou que aprendeu a subir com Dona Silvana, sua mãe e Seu Ronaldo me confirmou:

Terezinha: Então, ele aprendeu mais como a mãe que ia dizendo pra ele?

Seu Ronaldo: É. Porque quando eu saía pra Belém, ele ficava com a mãe dele, aí ela ia mostrando pra ele, porque eu ficava com medo, né? Assim, porque eu sei que é um trabalho arriscado, aí não tem uma olhada, naquela hora que o Arthur tava ali atrás, né? Deus o livre vacilar, ele pode cair de uma altura baixa que for ele vai quebrar uma perna, um braço, porque ele não tem uma experiência, ele não transmite segurança nem pra ele próprio, aí é arriscado.

Terezinha: Dava um pouco de medo assim.

Seu Ronaldo: É. A pessoa fica insegura, né? No caso, como ele tava ali indagora, ele tava tipo inseguro, com medo assim. A senhora não viu que quando ele chegou numa hora lá, ele “ai, ai” não sei o quê? Ele já deu uma (...). Quer dizer que se ele tá numa altura mais alta, ele sente uma coisa dessa, ele se solta e alguma coisa ele vai fazer, é muito arriscado.

Terezinha: O Rodrigo caiu quando era pequeno?

Seu Ronaldo: Não.

Mesmo na panha, a múltipla jornada de trabalho das mulheres está presente, uma espécie de “atuação combinada” (AMARAL; MOTTA-MAUÉS, 2017, p. 7), pois há sempre, um conjunto de tarefas sob a responsabilidade da mulher, dentro e fora, nos âmbitos privado e público. No caso de Vânia por exemplo, ela tira o açaí, leva as rasas para comercializar no Porto

do Açaí e à tarde sai na canoa pelo Furo Laranjeira, junto com a cunhada, vendendo lanches – coxinhas e sucos – que elas mesmas preparam, sem falar no alimento preparado, na lavagem das roupas e na organização do espaço doméstico e do entorno da casa.

Acessar mulheres na panha do açaí não foi tarefa fácil eu mesma só consegui registrar a panha entre mulheres que são mães das pessoas com quem dialoguei no açaizal, portanto, revelar-se enquanto coletora, jovem e solteira é estar sujeita ao estigma de mulher que perdeu sua feminilidade, talvez isso explique porque não tive permissão para acompanhar e registrar a panha entre as mais jovens.

Este dado aponta para a dimensão do segredo (SIMMEL, 1999) e, ao mesmo tempo para os jogos do eu (GOFFMAN, 2002) revelando a tensão permanente entre o mostrar-se e o ocultar-se, e a escolha constante, a quem eu devo mostrar-me e o que eu devo mostrar. É sempre um jogo a relação do interlocutor com o pesquisador, o que deve ser preservado e o que deve ser mostrado. Assim fico com as imagens das mulheres que são mães e que me permitiram registrá-las em atividade no açaizal, escalando palmeiras para obter o bébi e para obter o açaí comercial.

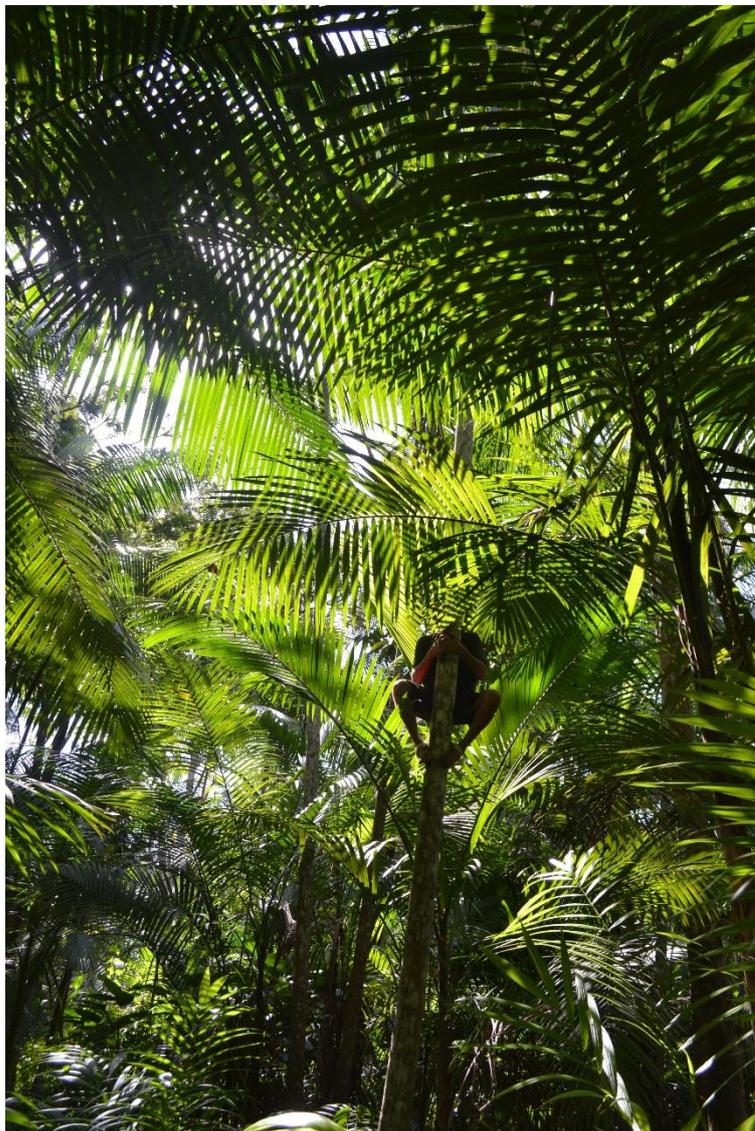






CAPÍTULO 6

O TRANÇADO PAISAGEIRO DOS CORPOS NA PANHA



A etnografia dos usos dos corpos na “panha” do açaí, suas dimensões simbólico-práticas, vivências e diálogos sobre o modo como as pessoas se veem e interagem no ambiente onde vivem, amplia-se e inclui a dimensão vegetal-corpórea como parte importante do movimento da panha. Para falar da coleta do açaí é imprescindível, incluir a planta e o jogo entre os corpos humano e vegetal que possibilitam a subida, a coleta e a descida da palmeira.

Investigar o corpo das pessoas durante a coleta não significa, de modo algum, restringi-las ao centro/çaizal, mas ao contrário, partindo desses limites, tornar evidentes as relações sistêmicas que os mantêm, conforme já advertia Mauss, lido por Claude Levi Strauss (2003, p. 23-24) na introdução de sua autoria ao conjunto da obra maussiana:

Ora, o social não é real senão integrado em sistema, e esse é um primeiro aspecto da noção de fato total: "Depois de terem inevitavelmente dividido e abstraído um pouco em excesso, os sociólogos devem buscar recompor o todo". Mas o fato total não consegue sê-lo por simples reintegração dos aspectos descontínuos - familiar, técnico, econômico, jurídico, religioso — sob qualquer um dos quais poderíamos ser tentados a apreendê-lo exclusivamente. É preciso também que ele se encarne numa experiência individual, e isto sob dois pontos de vista diferentes: primeiro, numa história individual que permita "observar o comportamento de seres totais, e não divididos em faculdades"; a seguir, naquilo que gostaríamos de chamar (reencontrando o sentido arcaico de um termo cuja aplicação ao caso presente é evidente) uma *antropologia*, isto é, um sistema de interpretação que explique simultaneamente os aspectos físico, fisiológico, psíquico e sociológico de todas as condutas: "O simples estudo desse fragmento de nossa vida que é nossa vida em sociedade não basta".

O olhar que apresento traz os aspectos que envolvem a coleta como um sistema cuja expressão traduz-se em uma espécie de saber-viver incorporado, e não “divididos em faculdades”, como indica o autor. Para tanto, é preciso treinar esse olhar pela via antropológica enquanto “sistema interpretativo” para que se torne capaz de apreender seu caráter sistêmico e compreendê-lo simultaneamente através dos usos do corpo direcionados à panha do açaí.

Inserida em um conjunto de práticas características da vida insular, que contorna a metrópole belenense, e que formariam, parafraseando Mauss (2003), um conjunto de técnicas corporais insulares, que venho relacionando à constituição de corpos fortes, vigorosos, despertos – no sentido do tónus que conforma –, e que, no meu entender seria como que o resultado dessas práticas de engajamento com as plantas, as águas, o chão de várzea, ou num sentido mais amplo, com os lugares praticados, a exemplo do açaizal, dos caminhos de rios e das margens urbanas.

Na pesquisa consegui reunir pessoas coletoras de margens diversas na Ilha, onde a maioria “tira” e comercializa o açaí, portanto, tal prática vincula relações entre humanos e ambiente, e entre floresta e cidade, de modo que atualiza fluxos, contribuindo para friccionar velhas fronteiras como natureza e cultura, rural e urbano, eu e o outro e, ainda, corpo e mente.

Os corpos que vejo são corpos relacionados *com* o ambiente, neste sentido me aproximo do comentário feito por Amir Geiger⁶³ sobre o olhar de Gregory Bateson, em *Naven* (2008), ao dizer que “já vigora, nesta perspectiva de *Naven*, o princípio de que as relações são mais

⁶³ Em nota de rodapé número 13 (página 38) da Apresentação à edição traduzida de *Naven*, EDUSP, 2008.

importantes do que as coisas relacionadas”, justo porque é impossível falar dos corpos dos coletores sem evidenciar seus vínculos com o “mato” circundante e a margem urbana. Os corpos dos coletores se constituem entre rios, margens e alturas, barcos, rasas e feiras.

Autores como Ingold (2000), por exemplo, tornaram-se fundamentais neste trabalho, porque valorizam e justificam tais relações. Para Ingold (2000, p. 2), é necessário observar a forma como os seres humanos percebem e lidam com seus arredores, porque essa forma assume múltiplos aspectos e durante muito tempo essa multiplicidade foi considerada unicamente como variação cultural. Entretanto, elas são tanto culturais quanto biológicas e é por este transversalismo que produz habilidades geradas ali mesmo no ambiente:

O fato de que os seres humanos são organismos cuja vida e reprodução dependem de sua interação com organismos de outras espécies, bem como com componentes abióticos do meio ambiente, não descarta a possibilidade de eles também estarem conscientes de si mesmos como seres que podem se relacionar uns com os outros como sujeitos, e que podem, portanto - neste nível intersubjetivo - desfrutar de uma vida distintamente social.

Do mesmo modo, o fato de que os seres humanos são portadores de genes cuja combinação específica é um produto de variação sob seleção natural não significa que eles também não podem ser portadores de tradições culturais que podem ser transmitidas por um processo de aprendizagem de algum modo análogo à, mas da mesma forma fundamentalmente distinto do processo de replicação genética.

O meu interesse pela relação entre humanos e ambiente torna-se mais forte quando começo a ir para o açaizal, observando o coletor e a palmeira, noto que há um jogo de equilíbrio entre esses “organismos” lá no alto, que se assemelha a uma dança, porque os dois estão relacionados junto ao vento. Certa vez ouvi do coletor sobre a açazeira: “quando ela tomba comigo prum lado eu volto com ela pro meio”, então, uma das minhas questões mais urgentes passa a ser o entendimento dessa relação como necessária porque constitui os seres envolvidos.

Entendo a coleta como uma relação entre humanos e plantas, e nesse sentido, pode ser tomada também, como uma habilidade no sentido empregado por Ingold (2000, p. 5), enquanto capacidade de ação que todo ser orgânico é dotado:

Por habilidades, não quero dizer técnicas do corpo, mas as capacidades de ação e percepção de todo o ser orgânico (mente e corpo indissolivelmente) situados em um ambiente ricamente estruturado. Como propriedades dos organismos humanos, as habilidades são, portanto, tanto biológicas quanto culturais.

Porque as habilidades e sensibilidades são desenvolvidas “através do envolvimento contínuo com os constituintes humanos e não humanos de seus ambientes”. Esse envolvimento contínuo com os diversos componentes possibilita o conhecimento do ambiente, portanto,

observar as habilidades é perceber que a cisão entre natureza e cultura “pode ser vencida”, é o que afirma Ingold (2000, p.10).

A propósito, é importante notar que a ideia de percepção utilizada por Ingold (2000) vem por meio de Gibson (1979), para este autor, a percepção é a realização do organismo como um todo em seu ambiente, equivale ao próprio movimento exploratório do organismo no mundo. Se a mente está em algum lugar, não é “dentro da cabeça”, ao invés de “lá fora” no mundo. Há uma rede imanente de caminhos sensoriais criados em virtude da imersão do perceptor no ambiente. Segundo Ingold (2000), são as leituras de Gibson (1979) que o fazem lembrar de Gregory Bateson, para quem a mente, diz ele, nunca esteve limitada pela pele.

Então, pergunta Ingold (2000, p. 3): “Não poderia uma abordagem ecológica da percepção fornecer o *link* que eu estava procurando entre a vida biológica do organismo em seu meio ambiente e a vida cultural da mente na sociedade?” Ao que tudo indica a resposta estaria na existência de uma mente espraiada onde se daria a ligação entre cultura e natureza.

A definição de ambiente para Ingold (2000, p. 20), lançou uma luz sobre o que vivenciei em campo e o modo como venho abordando os usos do corpo na coleta, a partir de uma relação de necessidade:

Em primeiro lugar, ‘ambiente’ é um termo relativo, relativo ao ser cujo ambiente é ou está. Assim como não pode haver organismo sem um ambiente, por isso, também não pode haver meio ambiente sem um organismo (GIBSON, 1979, p. 8; LEWONTIN, 1982, p. 160). Assim, o meu ambiente é o mundo como ele existe e assume um significado em relação a mim, e, nesse sentido, veio à existência e sofre desenvolvimento comigo e ao meu redor.

Mas a coleta do açaí pode ser vista de muitas maneiras, depois de ir para o açazal, algumas vezes, vejo-a hoje como um jogo travado entre humanos e plantas, cujo intento é conseguir retirar o “sangue da palmeira”, um jogo que deixa marcas em ambos corpos. Humanos sobem em sua presa vegetal, munidos de uma faca para lhe extrair o fruto, e a palmeira à maioria das vezes lhe dá o fruto, mas em outras lhe devolve ao chão com as mãos vazias, em agência própria ou com o auxílio de outros seres que agem tentando protegê-la, sabe-se que ferroadas de escorpiões já derrubaram coletores, ataques de formigas *tec-tec* e de aranhas, também já alcançaram o mesmo fim.

Sabe-se também que as palmas da açazeira, antes de abrirem suas folhas em leque, são como espadas com finas pontas verdes afiadas que, num descuido já cegaram alguns coletores. As abelhas, às vezes, agem contra a presença do coletor na copa e as mesmas palmas abertas em leque que alguns coletores utilizam para se passar de uma palmeira à outra, já lhes deixaram soltos no ar e em seguida, rumo ao chão. Sem falar quando a própria palmeira não suportando

o peso do coletor quebra, fazendo-o tombar no chão, como me relatou seu Nilson, “mas primeiro ela dá um estalo”.

O professor de história com quem conversei em Barcarena, havia comentado sobre uma certidão de óbito que teve conhecimento no antigo cartório que funcionou na Ilha das Onças onde constava como *causa mortis* a queda de um jovem rapaz de cima de uma açazeira em superfície pontiaguda. Então, semelhante ao massacre sacrificial dos patos, de que fala Maués⁶⁴, por ocasião das festividades do círio de Belém, cujo prato típico é o tradicional **pato no tucupi**, a bebida deliciosa e tão nutritiva servida diariamente à mesa dos paraenses também revela o seu lado grotesco quando acompanhada bem de perto. A quantidade de açáí coletado para abastecer diariamente a área metropolitana de Belém também revela, de vez em quando, esse aspecto de duplo sacrifício, humano e vegetal, realizado para satisfazer a fome de açáí, sacrifício humano que a duras penas extrai o sangue da palmeira.

As experiências da panha vivenciadas nos açazais que visitei foram diferentes nesse aspecto, porque baseadas no cuidado e na atenção, como demonstrei anteriormente, ambas compartilhadas por pais e as mães durante as práticas. Por essa via, entendo que o corpo dos coletores é moldado por esses agentes e também molda o ambiente, num jogo fundamentado naquilo que Ingold (2000, p.7) chama de educação da atenção, que depende somente do envolvimento com o ambiente, daí deriva um conhecimento que é emerge a medida que é desenvolvido, “no decorrer da experiência vivida”, também considerado como “ecologia sensível”.

É quando começo a experimentar falar dessa relação por intermédio do termo paisagem, observando a paisagem como um corpo e o corpo como paisagem, o que apresento a seguir é uma reflexão desse diálogo entre as corporalidades e seu entorno enquanto paisagem.

Isso feito a partir da análise do cotidiano de jovens coletores de açáí, todos moradores da Ilha das Onças, localizada entre dois centros urbanos, Belém e Barcarena, e mantendo conexões diárias com ambos. A cidade de Barcarena – detentora do controle administrativo da ilha – e a metrópole Belém funcionam como polos, onde os moradores transitam para realizar trocas diversas, sendo que a principal delas é o comércio do açáí realizado preferencialmente nas margens de Belém.

As conexões entre os moradores e o ambiente são ampliadas para além das águas, num cotidiano paisageiro (SANSOT, 1983), que resulta de um saber-viver entre rios, margens, solos

⁶⁴ MAUÉS, H. R. Almoço do Círio: um banquete sacrificial em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 220-243, agosto 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rs/v36n2/0100-8587-rs-36-2-00220.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

de várzea, de terra firme e alturas – pois são necessárias práticas malabarísticas agarradas ao fino caule da palmeira até o alto de sua copa, de onde os coletores “passam” para outras copas, até que o fruto do açaí seja extraído em quantidade suficiente para ser comercializado.

Mas toda a coleta prescinde de conhecimentos, a coleta do bébi, não é diferente, além de ser o treinamento fundamental para desenvolver a habilidade de coletar o açaí para a comercialização. Existem características que a planta, como qualquer ser vivo, só revela pela intimidade que surge no contato diário, ou numa outra perspectiva, só depende da capacidade do coletor em apreender tais características a partir das interações com o vegetal.

É possível observar que o fruto do açaí possui variações que são associadas a uma espécie de temporalidade própria que, num período mais longo, corresponde à safra e à entressafra. Durante a safra o fruto apresenta diferentes tonalidades que vão do verde ao roxo escuro, quase preto, uma temporalidade sentida e expressa diretamente no corpo do coletor e consequentemente na vida dos moradores, pelo fato da coleta do fruto se dar durante o verão e configurar um período de fartura na mesa e “dinheiro no bolso do ribeirinho”, como dizia seu Abaeté, morador da Ilha do Maracujá.

Existem açazais na Ilha onde o fruto amadurece durante a época de maior incidência de chuvas. O açaí que “dá” no inverno é considerado superior em sabor e, nas feiras, tem um preço altamente valorizado. Um dos açazais que visitei, o da família do Rodrigo Botelho tem essa característica. Mas predominantemente o verão é a “safra” como dizem os moradores, e o inverno, a entressafra, ou o tempo que o açaí começa a “falhar”. Portanto, há uma “relação ecológica” muito forte de onde o tempo é derivado, ou, como diz Evans Pritchard (1993, p. 107-108), quando o tempo é “reflexo” das relações humanas com o ambiente, configurando um “tempo ecológico”.

O coletor atribui uma temporalidade ao fruto que está na cor e também imbricada no sabor, perceptível visualmente para o coletor, que ao olhar do *pé* do açazeiro para os cachos, mais especificamente para sua copa, sabe se o fruto está no “tempo” ou quase “passando do tempo” - conhecido como “tuíra”, é o tipo de açaí considerado mais gostoso. Como Tilley (1994) irá dizer mais adiante: “[n]em o espaço nem o tempo podem ser entendidos além das práticas sociais que servem para vinculá-los”.

Para cada uma dessas temporalidades há uma nomenclatura distinta associada como um adjetivo, que imprime uma qualidade ou atribui uma ação à planta, neste caso, uma ação praticada pelo próprio fruto. Então, o açaí pode estar paroando, ou “pintando” como já ouvi também, indicando uma ação no sentido de que o fruto está começando a maturar; o paráu é uma qualidade, portanto um adjetivo atribuído ao fruto que já está quase maduro; e existe ainda

a qualidade tuíra, denominação utilizada quando o açaí está quase passando do tempo, uma temporalidade no sabor do fruto que constitui sua excelência, porém com uma vida tão curta que “rápido estraga”.

Obviamente que cada uma dessas denominações guarda infinitas nuances ao olhar de cada coletor. Todas elas remetem ao tempo adequado para a degustação, que também varia, mas é calculado entre o consumo para o bébi, mais imediato, e para a comercialização, que requer ainda o traslado para a margem urbana, incluindo outros estágios até que chegue em forma de bebida ao consumidor.

O açaí coletado para a comercialização requer esse conhecimento, porém aplicado de forma extensiva à várias palmeiras, considerando que são necessárias muitas subidas para coletar diversos cachos, no intuito de encher quantas rasas forem possíveis. Da palmeira para as mãos do coletor até chegar ao consumidor, os matizes entre o parau e o tuíra aguçam o olhar do comprador.

Essa descrição elaborada trata de dimensões relativas ao estudo da paisagem estão presentes na coleta do açaí. Assim, busco alguns autores para dialogar, alguns mais detidamente e outros, mais rapidamente, como é o caso de Sansot, (1983 *apud* ECKERT, 2009, p. 89), para quem a paisagem é “experiência humana plural e descontínua na qual os sujeitos, em suas biografias, relacionam imagens, motivados pelo saber e pelo imaginário”, sendo entendida ainda como um sistema de trocas entre o mundo sensível e o mundo das significações.

De acordo com Sansot (1983 *apud* ECKERT, 2009), experiências humanas com paisagens estão sempre presentes, tanto “no enraizamento a um lugar de pertencimento, quanto no deslocamento pela diversidade de lugares vividos”. Diz a autora que “a experiência humana se dá aos sentidos” através do olhar, da escuta, do cheiro e do gosto, ao que chama de “jogos perceptivos” e é, desse modo, que habitantes constroem suas “lógicas de viver os espaços e os tempos culturais” (ECKERT, 2009, p. 89).

A coleta se assemelha, para mim, a um jogo entre humanos e plantas, um jogo que requer entrega e envolve risco, prazer e certo automatismo, pois, entendo que o coletor se conecta com a palmeira para conseguir seu intento. Nesse trajeto de subida e descida, observo que há uma mútua modelagem entre o corpo dos jovens coletores e o ambiente, ambos modelam-se e apresentam marcas, manifestando uma troca, que reforça a ideia de imbricamento, que é o que me leva a tratar essas práticas cotidianas dentro de um enquadre necessariamente mais amplo, como totalidade e como paisagem.

A modelagem é evidente tanto nos corpos de coletores quanto no corpo do lugar, a Ilha das Onças, que vem fertilizando mais e mais açazeiros e é modelada pelo manejo, modificando

o tamanho das palmeiras, e na habilidade do coletor que tem o corpo ágil para subir em tantas palmeiras quantas forem necessárias para encher as rasas de açaí. Esse aspecto constitui para mim, a idéia de que a coleta do açaí, enquanto prática cotidiana, articula paisagens, mas é também por elas articuladas.

Como já foi dito, os corpos dos coletores são modelados de várias formas pela prática da coleta: os músculos dos membros inferiores e superiores são tonificados e visivelmente torneados, a barriga também é modelada no trajeto, ocorrendo a perda de gordura, evidenciando os músculos. Há também, arranhões nos braços e pernas. O uso da peçonha, marca a parte de cima dos pés, escurecendo-a e tornando-a mais alta, visível como um inchaço. Os pés que se agarram ao tronco da árvore enlaçados na peçonha são os mesmos que caminham descalços longas distâncias, tornando-se mais largos, espalmados e arqueados, curvados para dentro, o que pode passar despercebido para muitos é rapidamente identificado pelos moradores da ilha.

As mãos do coletor são grossas e apresentam calos associados à coleta e à prática da “dibulha”, essas marcas no corpo são percebidas e significadas de diferentes formas pelos jovens coletores que participam da pesquisa, alguns não se importam e exibem-nas como símbolos do trabalho, outros não gostam e estrategicamente utilizam acessórios como botas para proteger os pés, camisas de mangas compridas para proteger os braços e a barriga, protetores de cotovelo e joelhos e luvas, de modo que o corpo inteiro se apresente limpo e sem marcas.

Todos esses dados justificam a uma busca por uma ciência que contemple e reconheça as dimensões mobilizadas nas ações humanas. O tópico descrito por Morin (1975, p. 200) como totalidade antropológica, apresenta uma exposição de compreensões e explicações cujo propósito é tentar abarcar tamanha complexidade. Diz ele:

Todavia, já aqui, pudemos constituir o campo propriamente antropológico nas interações, interferências e atividade fenomenal (*praxis*) entre quatro pólos sistêmicos, complementares, concorrentes, antagonistas: o sistema genético (código genético, genótipo), o cérebro (epicentro, fenotípico), o sistema sociocultural (concebido como sistema fenomenal-generativo), o ecossistema (no seu caráter local de nicho ecológico e no seu caráter global de meio ambiente).

A totalidade antropológica de que fala o autor chama atenção para as relações de necessidade instauradas entre esses sistemas, afirmando que, cada um deles é “co-organizador, co-autor, co-controlador do conjunto” (MORIN, 1975, p. 200), e que o sistema humano se forma a partir de todas essas interações. Cada sistema tem uma importância fundamental nessa evolução que, fica claro, reconhece a relação entre homem e ambiente e implode ao mesmo tempo a dicotomização entre natureza e cultura. A ciência do homem deve fundar-se no

poliocentrismo (MORIN, 1975, p. 202) reconhecendo que a humanidade se constitui no entrelaçamento do sistema biológico, neural, sociocultural e ambiental, e assim deve ser estudada.

O autor lembra mais adiante que a ideia do fato social total (MAUSS, 2003) ganha todo sentido a partir dessa compreensão, mas é preciso ampliar o horizonte e integrar contribuições de conhecimentos científicos diversos. Essas considerações iniciais me fizeram aproximar a totalidade antropológica, a partir da epistemologia de Morin (1975) ao termo paisagem, de acordo como é abordado por outros autores.

O interesse de Christopher Tilley (1994, p. 25), arqueólogo e antropólogo, pelo tema da paisagem relaciona-se ao interesse de saber como os locais são humanamente construídos. Ele entende por "paisagem", “a forma física e visual da Terra como um ambiente e como um cenário em que ocorrem as localidades e na relação dialética com a qual os significados são criados, reproduzidos e transformados”.

Então, nas sociedades não-industriais, “a experiência biológica da paisagem”, que se faz no contato direto com os fenômenos naturais, tais como a terra, a água, a madeira, pedra, vento, chuva, sol, estrelas e céu, constitui a parte mais importante da experiência diária, e coloca os ritmos da vida em correspondência aos ritmos da natureza.

Tilley (1994) vai buscar, por intermédio da fenomenologia, um melhor entendimento sobre a relação entre humanos e o que está ao seu redor, porque como enfatiza, apesar de antropólogos e arqueólogos terem se interessado há tempos pelas relações entre pessoas e paisagem, não há considerações relevantes, e mesmo nos estudos sobre caçadores-pescadores-coletores, a paisagem ainda não é o foco.

Na avaliação de Tilley (1994), as abordagens existentes mostram o ambiente como tendo pouco ou nenhum efeito sobre as exigências práticas de ter que viver nele, ou como um mero cenário para as ramificações sem restrições da mente humana. Portanto, de um lado, há a visão naturalista que considera a paisagem como um pano de fundo neutro para a atividade humana, e de outro a visão culturalista que, mesmo valorizando a paisagem, acaba separando a humanidade em mundos culturais divorciados da "natureza", ressaltando Tilley (1994), citando Ingold (1993; 2000), de quem se considera próximo. A proximidade entre ambos se dá, principalmente, segundo Tilley (1994), no que Ingold (2000) chama de "perspectiva de moradia", quando trata pessoas e meio ambiente como componentes constitutivos de um mesmo mundo, de tal modo que seria inútil pensar natureza e cultura em separado, ou que o ambiente seria uma pauta em branco.

Tanto quanto Ingold (2000), Tilley⁶⁵ (1994, p. 23) também enfatiza a historicidade presente na noção de paisagem, como neste parágrafo:

A paisagem é uma forma escultural anônima sempre formada por agência humana, nunca concluída, constantemente sendo adicionada, [pela] relação entre as pessoas e isto é uma dialética constante e um processo de estruturação: a paisagem é tanto meio *para* quanto resultado *de* ação e de histórias anteriores da ação. As paisagens são experimentadas na prática, nas atividades da vida. (tradução minha)

Por isso, ele diz que a paisagem se constitui no presente enquanto e resultado de ação, mas também de histórias que antecederam a ação. Paisagens participam das atividades da vida e comunicam-se com experiências de outros tempos.

Aqui há uma abertura para pensar as camadas de memórias que constituem uma paisagem e, na Ilha das Onças, essas camadas, ainda que recobertas pelo mato, ou mesmo, configuradas de modos diversos pelo incessante devir, não deixam de pulsar, pois se trata de um lugar secularmente transitado e marcado de vivências outras.

Ao estudar as populações pré-históricas, seu principal foco, Tilley⁶⁶ (1994, p. 23) deixa claro que paisagens têm agências na produção do conhecimento humano, diz ele:

Pode-se considerar que as características da paisagem natural podem ser consideradas como tendo proporcionado um recurso simbólico de extrema importância para as populações pré-históricas. Uma série de etnografias de sociedades em pequena escala, (...), tanto de caçadores-coletores como de cultivadores de subsistência, indicam que, em vez de simplesmente fornecer um pano de fundo para a ação humana, a paisagem natural é uma forma cognitiva com nomes de lugares, associações e memórias que servem para humanizar e enculcar a paisagem, unindo características topográficas, árvores, rochas, rios, aves e animais com padrões de intencionalidade humana. (tradução minha)

Tal afirmação, alimenta meu diálogo com o corpo do lugar onde moram as pessoas que coletam o açaí, quando conheci a divisão do mato denominada de ponta, sendo que cada uma delas pertence a um membro da família. Em todas as visitas que realizei nos açais fui informada dessa divisão.

⁶⁵ Texto original : The landscape is an anonymous sculptural form always already fashioned by human agency, never completed, and constantly being added to, and the relationship between people and it is a constant dialectic and process of structuration: the landscape is both medium *for* and outcome *of* action and previous histories of action. Landscapes are experienced in practice, in life activities.

⁶⁶ Texto original: Features of the natural landscape may be held to have provided a symbolic resource of the utmost significance to prehistoric populations. A number of ethnographies of small-scale societies, discussed in Chapter 2, of both hunter-gatherers and subsistence cultivators, indicate that rather than simply providing a backdrop for human action the natural landscape is a cognized form redolent with place names, associations and memories that serve to humanize and enculture landscape, linking together topographical features, trees, rocks, rivers, birds and animals with patterns of human intentionality.

Elas são nomeadas por acontecimentos significativos, ocorridos naquele lugar, por exemplo: no açail da família do Ariel Lima Teixeira tem a “Ponta da Formiga”, porque bem ali naquele local alguém levou uma surra de formigas; há também a “Ponta do Espírito” que leva o acento no segundo “i” por ser o apelido de um antigo contratado, que ali trabalhou naquela “ponta”, sendo que hoje já é falecido; a “Ponta do Puraqué”, dentre outras trazendo também nomes de animais, peixes, aves, árvores, insetos, sempre fazendo referência a acontecimentos ocorridos naquele local.

Cada “ponta” tem seus limites e, assim, é traçado um mapa mental onde cada membro da família sabe com exatidão onde localiza-se o seu terreno em relação aos demais. A floresta de açail que inicia por detrás dos quintais das casas construídas sempre à beira dos rios, se estende para dentro da ilha num espaço que a maioria dos moradores diz não saber a real totalidade do seu centro, mas quando se trata de limites entre uma “ponta” e outra sabem mensurar com precisão, utilizando como fronteiras elementos naturais, carregados de significados, revelando sobretudo a intimidade com que praticam o lugar, mas também implodindo com os limites entre natureza e cultura.

As atividades humanas se inscrevem dentro da paisagem de forma que não é possível acessá-las, ou mesmo, entendê-las tomando-as separadamente⁶⁷ (TILLEY, 1994, p. 27) e revelando outros imbricamentos:

As atividades humanas se inscrevem dentro de uma paisagem tal, que cada penhasco, árvore grande, riacho, área pantanosa, torna-se um lugar familiar. As passagens diárias através da paisagem tornam-se encontros biográficos para indivíduos, lembrando traços de atividades passadas e eventos anteriores e a leitura de sinais - um registro dividido aqui, um marcador lá. Todos os locais e paisagens estão, portanto, incorporados nos tempos de memórias sociais e individuais. Os seus passados, tanto quanto seus espaços, são decisivamente constitutivos de seus presentes. Nem o espaço nem o tempo podem ser entendidos além das práticas sociais que servem para vinculá-los. A experiência humana de encontrar um novo lugar ou saber como agir ou continuar em um local familiar está intimamente ligada a experiências anteriores. (tradução minha)

Certeau (2008, p. 35) faz referência à paisagem enquanto memória e palimpsesto – o sentido de palimpsesto remete ao manuscrito em pergaminho que após ser raspado e polido era novamente aproveitado para ser escrito e, debaixo de cada escrita, por modernos métodos

⁶⁷ Texto original: Human activities become inscribed within a landscape such that every cliff, large tree, stream, swampy area becomes a familiar place. Daily passages through the landscape become biographic encounters for individuals, recalling traces of past activities and previous events and the reading of signs - a split log here, a marker stone there. All locales and landscapes are therefore embedded in the social and individual times of memory. Their pasts as much as their spaces are crucially constitutive of their presents. Neither space nor time can be understood apart from social practices which serve to bind them together. The human experience of encountering a new place or knowing how to act or go on in a familiar place is intimately bound up with previous experiences.

chegava-se aos antigos caracteres. Toda essa descrição imagética remete a uma interessante representação da temporalidade impressa pelas práticas cotidianas na constituição de lugares, comparo a Ilha das Onças a um extenso palimpsesto entremeado de águas da Baía do Guajará.

Os lugares são praticados e continuamente humanizados através do consenso em torno de algumas de suas qualidades significativas que atravessam os tempos, segundo Tilley⁶⁸ (1994, p. 15),

As pessoas estão imersas em um mundo de lugares que a imaginação geográfica pretende compreender e recuperar - lugares como contextos para a experiência humana, construídos em movimento, memória, encontro e associação. Pode ser um forte afeto pelo lugar (topofilia) ou aversão (topofobia), mas os lugares são sempre muito mais do que pontos ou locais, porque eles têm significados e valores distintivos para as pessoas.

Ao mesmo tempo em que um lugar é sempre novo, conforme já dizia o velho Heráclito na antiga Grécia, Tilley (1994, p. 26) observa que o novo se dá a partir do antigo: “[o]s seus passados, tanto quanto seus espaços são essencialmente constitutivos de seus presentes.” É assim que a Ilha das Onças conjuga lembranças seculares da Olaria Landi, da Usina Vitória, do Engenho do Faria e das pequenas roças com os açazais.

Mas este autor faz questão de mencionar também algumas outras implicações que o termo paisagem sugere, por isso traz as considerações de Cosgrove e Daniels (1994, p. 24), que veem na paisagem "uma imagem cultural, uma maneira pictórica de representar, estruturar ou simbolizar o ambiente", uma imagem que pode ser estruturada sobre uma tela, por escrito e sobre o solo através da terra, da pedra e da vegetação.

Paisagens, na definição de Cosgrove (apud Tilley, 1994, p. 24) são imagens criadas e lidas, como textos verbais ou não verbais, e suas origens remontam aos primeiros estados capitalistas de uma cidade renascentista italiana, que simultaneamente dá à luz ao capitalismo e à noção de paisagem. Por outro lado, toma a paisagem como uma maneira particular de ver (uma peculiaridade do olhar), uma perspectiva, daí o surgimento do estudo de técnicas lineares de perspectiva desenvolvidas na pintura de paisagens para criar uma imagem “realista”, paralelamente ao desenvolvimento de práticas como a cartografia, a astronomia, a topografia e o mapeamento envolvendo regras geométricas formais.

⁶⁸ Texto original: People are immersed in a world of places which the geographical imagination aims to understand and recover - places as contexts for human experience, constructed in movement, memory, encounter and association. There may be a strong affection for place (topophilia) or aversion (topophobia), but places are always far more than points or locations, because they have distinctive meanings and values for persons.

Crosgrave (*apud* Tilley, 1994) relaciona a esse fato que toda noção de paisagem, propague uma ideologia visual que mascara as forças sociais e as relações de produção, as relações de exploração e alienação, tais representações da paisagem teriam o potencial de obscurecer e, ao mesmo tempo articular a experiência vivida.

A paisagem como imagem traz implicações tanto ideológicas quanto ontológicas para a maneira como pensamos o mundo, por esse motivo é que Tilley (1994, p. 24) ressalta que "devemos ter cuidado com as tentativas de resolver suas contradições; antes, devemos permanecer em sua duplicidade, e por que não dizer, complexidade.

Retomando esse termo, Flávio Silveira (2009, p. 75) entende a paisagem como fenômeno acima de tudo complexo, lembrando que o uso do termo complexo remete ao sentido empregado por Morin (1991), enquanto um "problema" e não como solução, por admitir que toda paisagem é cultural tanto quanto natural. Neste sentido não há natureza ou paisagem natural dissociada de cultura. O autor menciona Carlo Ginsburg (1989) que trabalha a paisagem a partir da noção de indícios, das marcas deixadas pelos animais perseguidos por caçadores, evidenciando uma hermenêutica em relação ao meio, acessível tanto aos humanos quanto aos não humanos.

Na pesquisa de campo observo que a prática da coleta exemplifica bem essa dialética, porque ao mesmo tempo em que a presença humana imprime suas marcas no ambiente, este também imprime nos corpos dos coletores as suas próprias marcas, mas penso no quanto o nosso corpo é grafado pelo lugar e expressa a grafia do lugar. Ambos, corpo e lugar inscrevem-se mutuamente.

Ao acompanhar o jovem Ariel até o açazal me dou conta do quanto ele apreende sobre vestígios do ambiente, e do quanto ele percebe a multiplicidade de espécies que circulam ali. Ele me apresenta uma formiga, o nome dela é *tec-tec* e corresponde ao barulho que ela faz. Ele me mostra onde ela mora – a casa dela é no pé da açazeira e faz esse barulho quando se sente incomodada – percebe que quando sobe na palmeira a formiga reclama a invasão. O aprendizado da coleta ocorre dentro do que Ingold chama de "perspectiva da habitação", de onde emergem relações complexas entre plantas-animais-humanos, produzidas através de uma "educação da atenção" (INGOLD, 2000, p. 22) e que o autor chama de relações ecológicas.

Nesse sentido, entende-se que as paisagens são constituídas em meio a relações ecológicas e a partir de diferentes agências capazes de redefinir sua fisionomia constantemente, tal entendimento requer educar a atenção por meio do "ajuste fino de habilidades perceptivas" (INGOLD, 2000, p. 22), o que demanda tempo de vivência, escuta e observação. E me fez

lembrar de meus primeiros olhares à Ilha das Onças, que a distância, me parecia uma floresta flutuante sobre a baía e, principalmente, “intocada”.



Digo, principalmente, porque como a observava da margem continental e para remeter ao aspecto ideológico, sempre anterior à própria captura da imagem: o olhar e a compreensão do lugar foram se modificando à medida que fui me integrando através das visitas, no contato com as histórias, impressas para além da paisagem, na memória de seus moradores e nas suas narrativas, bem como nas narrativas dos viajantes que por ali aportaram, descortinando as temporalidades de um lugar secularmente praticado.

As narrativas dão conta de uma floresta onde havia árvores lenhosas em abundância. Alguns moradores disseram que “já saiu muita madeira daqui”, e o que vejo hoje é, como já disse anteriormente, a predominância da palmeira de açai e de uma outra palmeira, que também é fonte de subsistência – o jupati, ainda abundante. Seguindo na escuta às pessoas interlocutoras, são mencionadas árvores de seringa, andirobeiras, plantações de cana de açúcar e as roças de milho, quiabo, maxixe e abóbora, que eram levados ao mercado Ver-O-Peso para serem comercializados, além de olarias que utilizavam a lama abundante na fabricação de tijolos e telhas, teve também a usina de beneficiamento da borracha e de outras sementes a exemplo do muru-muru. Nos relatos das pessoas mais antigas percebe-se que são muitas as inscrições, algumas visíveis apenas nas narrativas do imenso palimpsesto insular que é a Ilha das Onças.

Chama minha atenção no entorno das moradias, a variedade de árvores frutíferas tais como mangueiras, jameiros, goiabeiras, taperebazeiros, ingazeiros, dentre outras, que crescem na várzea e alimentam todos aqueles sistemas que coexistem numa região com características de estuário. As ilusões causadas pelas primeiras impressões me remetem ao “olhar míope” de que fala Mariano Klautau (1995), direcionado desde muito às ilhas do entorno de Belém; mas também remete ao “olhar míope” porque dicotomizado, que vê homem e natureza como realidades tão separadas, desfocadas.

Há na paisagem uma implicação ontológica, como algo por intermédio do qual a vida é vivida, algo repleto de significados culturais e simbólicos constantemente atualizados. Não se trata de apenas um olhar ou um pensamento, não se trata de um mero objeto a ser contemplado, ilustrado, representado e estetizado, mas algo que faz com que as coisas sejam o que são, nesse sentido ela é “ontos”, dotada de essência e, ao mesmo tempo de existência, é o que diz Tilley (1994, p. 26):

Uma paisagem tem importância ontológica porque é vivida dentro e por fora, mediada, trabalhada e alterada, repleta de significado cultural e simbolismo - e não apenas algo olhado ou pensado, um objeto meramente para contemplação, descrição, representação e estetização.

O pensamento fenomenológico heideggeriano e merleau-pontyano está presente na sua perspectiva de ver o habitar como parte fundamental do ser humano e o corpo como o ponto de vista privilegiado pelo qual o mundo é apreendido, o ser está implicado em ser-no-mundo. O pensamento de Ingold⁶⁹ (2000, p. 189) destaca a idéia de paisagem pelo vínculo com à temporalidade e assim relaciona a antropologia com a arqueologia:

Primeiro, a vida humana é um processo que envolve a passagem do tempo. Em segundo lugar, esse processo de vida é também o processo de formação das paisagens nas quais as pessoas tem vivido. [...] Perceber a paisagem é, portanto, realizar um ato de lembrança, e lembrar não é tanto uma questão de chamar uma imagem interna, armazenada na mente, como se envolver perceptivamente com um ambiente que está gravemente prenhe do passado. (tradução minha)

Entre a visão naturalista, onde a paisagem é neutra, e a visão culturalista que vê a paisagem resumida a um determinado ordenamento cognitivo ou simbólico do espaço, Ingold

⁶⁹ First, human life is a process that involves the passage of time. Secondly, this life-process is also the process of formation of the landscapes in which people have lived. (...) To perceive the landscape is therefore to carry out an act of remembrance, and remembering is not so much a matter of calling up an internal image, stored in the mind, as of engaging perceptually with an environment that is itself pregnant with the past.

sugere uma terceira via que chama “perspectiva de habitação”, por onde é possível compreender ainda melhor o que é paisagem para Ingold⁷⁰ (2000, p. 189):

(...) o que eu chamo de "perspectiva da habitação", segundo a qual a paisagem é constituída como um registro permanente - e testemunho - de vidas e obras de gerações passadas que têm habitado dentro dela e, ao fazê-lo, deixaram lá algo de si mesmos. Para os antropólogos, adotar uma perspectiva desse tipo, significa trazer conhecimento nascido da experiência imediata, privilegiando os entendimentos que as pessoas derivam do seu envolvimento cotidiano vivo no mundo.

Para Ingold (2000, p. 154), a perspectiva da habitação é uma perspectiva relativa “à imersão do organismo-pessoa no ambiente ou mundo da vida como uma condição inescapável de existência”. Por esta via, o mundo continua a existir em torno do habitante, “e seus componentes múltiplos assumem significado através da sua incorporação em um padrão regular de atividade da vida”; quer dizer que os significados são produzidos, à medida que este ou aquele componente participa mais ativamente da vida regular do habitante, não há, nesse sentido, um significado e mesmo uma forma dada previamente, por isso a importância da temporalidade.

Então, não se trata de dar ao ambiente uma importância maior ou menor, mas de entender que ambiente e organismo não existem em separado e estão constantemente sendo constituídos na temporalidade. Essa noção é fundamental para meu trabalho, pois venho entendendo que a relação com o lugar molda o corpo das pessoas no tempo e de modos bem específicos, o tempo do agora na Ilha das Onças é a relação comercial com o fruto do açaí, assim os lugares e todo um vasto círculo de seres e coisas interagem-se por entre camadas de temporalidades diversas.

Ingold (2000) acrescenta que o conceito de paisagem coloca a ênfase na forma e não na função da paisagem, do mesmo modo que o conceito do corpo enfatiza a forma e não a função de uma criatura viva. Se o corpo é a forma que uma criatura se faz presente como um ser-no-mundo, então o mundo de seu ser – se apresenta sob a forma da paisagem.

Para ele, ambos, paisagem e corpo são formas, o corpo é a forma da pessoa ser no mundo e a paisagem é a forma do mundo do ser da pessoa, o que permite pensar que, se cada ser contém em si uma totalidade, o corpo pode conter a paisagem ou pode assumir a forma paisagem, de modo que um corpo pode ser uma paisagem e uma paisagem pode ser um corpo.

⁷⁰ Texto original: what I have called a ‘dwelling perspective’, according to which the landscape is constituted as an enduring record of – and testimony to – the lives and works of past generations who have dwelt within it, and in so doing, have left there something of themselves. For anthropologists, to adopt a perspective of this kind means bringing to bear the knowledge born of immediate experience, by privileging the understandings that people derive from their lived, everyday involvement in the world.

A expressão organismo-ambiente, utilizada por Ingold (2000, p. 3) remete à Gregory Bateson, que foi quem primeiro a utilizou e influenciou marcadamente o pensamento de Ingold⁷¹,

Lendo Gibson, lembrei-me do ensinamento desse notório inconformista de antropologia, Gregory Bateson. A mente, Bateson sempre insistiu, não é limitada pela pele. Não poderia uma abordagem ecológica da percepção fornecer o link que eu estava procurando para, entre a vida biológica do organismo em seu meio ambiente e a vida cultural da mente na sociedade?

Ingold (2000) afirma que tal relação, que Bateson utiliza e acrescenta “organism-plus-environment”, oferece a “sinergia dinâmica” capaz de substituir a “dicotomia obsoleta entre natureza e cultura”.

Porém, na obra de Bateson (1973, p. 455), há todo um passo a passo, toda uma preparação para que essas ideias quando apresentadas e desenvolvidas, sejam de fato compreendidas porque não se trata apenas de apresentá-las e desenvolvê-las, mas de antes, operar toda uma desconstrução que possibilite a perspectiva, o pensamento ao que este autor propõe:

Nós enfrentamos um mundo ameaçado não só com a desorganização de muitos tipos, mas também com a destruição do meio ambiente, e nós, hoje, ainda não conseguimos pensar claramente sobre as relações entre um organismo e seu meio ambiente. Que tipo de coisa é essa, que chamamos de "organismo mais ambiente"?

A dificuldade em identificar a amplitude de tais relações deriva das bases errôneas onde o conhecimento foi edificado, pois é notório que o organismo não está isolado, porque é sempre organismo mais ambiente. Com isso há uma imanência intrínseca nessa relação, o que causa impacto não é tanto o que diz Bateson⁷² (1972, p. 451), mas a perspectiva que nos foi oferecida para pensar até então:

Se o organismo acabar destruindo seu meio ambiente, ele realmente se destruiu. E podemos facilmente ver esse processo levado ao seu melhor *reductio ad absurdum* nos próximos vinte anos. A unidade de sobrevivência não é o organismo reprodutor, nem a linha familiar, nem a sociedade. [...] A unidade de sobrevivência é um organismo flexível em seu ambiente. (tradução minha)

⁷¹ Texto original: Reading Gibson, I was reminded of the teaching of that notorious maverick of anthropology, Gregory Bateson. The mind, Bateson had always insisted, is not limited by the skin. Could not an ecological approach to perception provide the link I was looking for, between the biological life of the organism in its environment and the cultural life of the mind in society?

⁷² Texto original: If the organism ends up destroying its environment, it has in fact destroyed itself. And we may very easily see this process carried to its ultimate *reductio ad absurdum* in the next twenty years. The unit of survival is not the breeding organism, or the family line, or the society. (...) The unit of survival is a flexible organism-in-its-environment.

A unidade de sobrevivência, portanto, não está no organismo fechado em si mesmo, mas na relação entre organismo e ambiente, para pensar essa conexão é inevitável indagar o pensamento e aquilo que chamamos de mente, afirma Bateson⁷³ (1972, p. 454):

Costumamos pensar no "mundo físico" externo como separado de um "mundo mental" interno. Eu acredito que esta divisão é baseada no contraste na codificação e transmissão dentro e fora do corpo. O mundo mental – a mente – o mundo do processamento de informações – não é limitado pela pele. (tradução minha)

Considero que a proposta de Bateson ainda hoje, promove uma reviravolta na forma instituída de conhecimento quando retira a mente dos limites do cérebro humano, espalhando-a no ambiente, ela engloba todo o mundo fenomênico, conseqüentemente, o conhecimento deixa de ser produto de um sistema fechado, ou pelo menos, como foi concebido até então.

Toda essa perspectiva baseia-se numa visão sistêmica de natureza, onde os organismos e o meio ambiente constituem um todo único co-evolutivo, conectado através de uma unidade comunicativa que agrega organismos entre si e aos demais componentes do meio em que vivem. Bateson⁷⁴ (1972, p. 461) afirma também não haver separação entre a mente e o corpo, argumentando que nós somos subsistemas ou mentes integrantes de um sistema mais amplo, diz ele:

A epistemologia cibernética que lhe ofereci sugeriria uma nova abordagem. A mente individual é imanente, mas não apenas no corpo. É imanente também em caminhos e mensagens fora do corpo; e há uma Mente maior da qual a mente do indivíduo é apenas um sub-sistema. Essa Mente maior é comparável a Deus e é talvez o que algumas pessoas querem dizer com "Deus", mas ainda é imanente no sistema social total interconectado e ecologia planetária. (tradução minha)

Esse tipo de concepção abre uma conexão ainda maior do que podemos imaginar, a que estamos todos interligados e aqui nesta pesquisa utilizo-a para também referendar minha perspectiva ao olhar o corpo dos coletores na prática diária. O pensamento de Bateson (1973), possibilita compreender essa relação como conjuntos de sistemas bioculturais, onde corpo e ambiente estão tão imbricados, a ponto de poder pensar a paisagem como cofator da corporalidade daqueles que a constituem. Por esta perspectiva, as práticas da coleta observadas

⁷³ Texto original: We commonly think of the external "physical world" as somehow separate from an internal "mental world." I believe that this division is based on the contrast in coding and transmission inside and outside the body. The mental world-the mind-the world of information processing-is not limited by the skin.

⁷⁴ Texto original: The cybernetic epistemology which I have offered you would suggest a new approach. The individual mind is immanent but not only in the body. It is immanent also in pathways and messages outside the body: and there is a larger Mind of which the individual mind is only a subsystem. This larger Mind is comparable to God and is perhaps what some people mean by "God," but it is still immanent in the total interconnected social system and planetary ecology.

no domínio insular cotidiano seriam poéticas do espaço, no sentido bachelardiano, enquanto criação e autocriação, que resultariam numa constante invenção do espaço cotidiano.

Assim é que me aproximo da teoria da autopoiese apresentada por Maturana (2014, p. 191), para expressar o quanto que corporalidades e paisagens articulam-se em reciprocidade, para Maturana (2014, p. 191), a autopoiese ocorre no corpo:

Ou, em outras palavras, a corporalidade, que é onde a autopoiese do sistema vivo de fato ocorre, é a condição de possibilidade do sistema vivo, mas o modo de sua constituição e realização contínua é em si continuamente modulada pelo fluir do viver do sistema vivo no domínio no qual ele funciona como uma totalidade. É, por exemplo, nesse domínio operacional que um elefante existe como um elefante, e é nesse domínio operacional que nós seres humanos existimos como seres humanos. Portanto, a corporalidade e o modo de funcionar como uma totalidade são intrínseca e dinamicamente entrelaçados. De modo que nenhum deles é possível sem o outro, e ambos se modulam mutuamente no fluir do viver. O corpo se transforma de acordo com o modo do sistema vivo (organismo) funcionar como um todo, e o modo do organismo funcionar como um todo depende da maneira pela qual funciona a corporalidade....

[...]

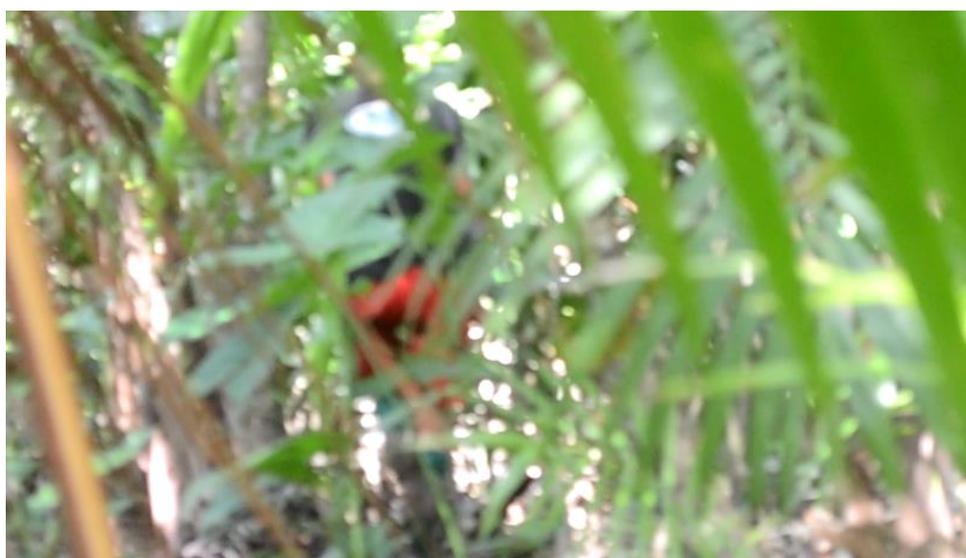
O humano não é uma expressão de algum programa de computador que especifica certos modos de funcionar, é uma maneira de viver relacional que implica seu ser fundado numa corporalidade básica. (p. 210).

Passo a identificar nos gestos das pessoas que coletam a maleabilidade da água – elemento abundante na Ilha – que movimenta todo aquele sistema, bem como a flexibilidade das palmeiras – presença abundante –, e a capacidade de moldagem da lama, talvez seja por isso que aderem com intimidade ao caule da palmeira, percorrendo-o de cima a baixo e de baixo a cima, quase que ignorando a força da gravidade.

Os corpos das pessoas que coletam alimentam-se com o fruto da açazeira, bebido e comido, todas as espécies vivas que ali coexistem – peixes, camarões, porcos, patos e outros – também são alimentados pela açazeira e alimentam-na, o que me leva a dizer que os corpos das pessoas coletoras contém paisagens que os contém mutuamente. E a paisagem se constitui a partir desses e de outros corpos, formando múltiplos trançados que avançam em várias direções, pelas copas das árvores, pelos caminhos de rios, tudo participa do trançado paisageiro que entrelaça seres humanos e não humanos, terras, rios, plantas e objetos.

As palmeiras são espécies companheiras (HARAWAY, 2003) que co-habitam na Ilha das Onças junto a humanos e outras espécies não humanas, constituindo-se umas às outras em processos criativos e *sympoiéticos* (HARAWAY, 2016) que se expandem em várias direções. Como afirma Haraway (2016), na *sympoiesis* há um processo de “fazer com” onde humanos e não humanos se constituem mutuamente. As espécies companheiras formam trançados paisageiros pelos açazais da Ilha das Onças, trançado de corpos humanos e vegetais durante a

coleta arrastam outras espécies também. Nesse companheirismo interespecífico que se desenvolve no tempo e nele perpetua-se de formas diversas, as paisagens vão se constituindo, testemunhando e registrando práticas de diferentes modos de vida.



CONSIDERAÇÕES FINAIS OU O CORPO QUE RETORNA NO FINAL DA TESE

Quem vê as casas à beira dos rios que conectam toda a extensão da Ilha das Onças não imagina o tamanho do mato que tem por detrás delas e nele um açaizal que parece não ter fim. Na realidade, assim eram as casas que visitei, portanto, não posso dizer que todas as casas têm mato porque não é assim exatamente. Hoje, ao tentar retroceder no exercício de reunir algumas conclusões sobre este estudo, penso nelas, nas açazeiras, no quanto elas são maioria naquele lugar, mas a Ilha continua sendo das Onças.

Quem me levou para conhecer os açaiçais foram jovens escolarizados, em sua maioria, que moram com seus familiares e participam do projeto familiar de trabalhar com a coleta do açaí nos terrenos que pertencem por arrendamento a essas famílias. Alguns conseguem tocar, ao mesmo tempo, seus projetos individuais, como exemplo, Leandro que gosta de ser cabelereiro e Vinicius que joga futebol na categoria juvenil em um agremiação de Belém. O que eles me fizeram perceber é que o açaí traz um retorno material que deve ser aproveitado, como me disse seu Ronaldo, o tempo do açaí é o melhor tempo de se viver na Ilha das Onças.

A Ilha das Onças é um lugar que tem uma história muito ligada à proximidade com Belém, mas seus moradores e moradoras foram acostumados a contar a história do município de Barcarena como sendo a sua história. Neste trabalho, consegui apresentar um lugar que vem sendo praticado há séculos e de várias formas, e suas gentes, bichos e plantas vêm deixando marcas ao longo do tempo e em constante devir. Busquei problematizar o lugar em constante interação com os seres que nele habitam, na constituição das corporalidades das pessoas coletoras, fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais locais, evidenciando fluxos e fronteiras entre o rural e o urbano no contexto insular metropolitano, tomado como aspecto constitutivo das pessoas que estabelecem ali o seu pertencimento.

Lugares têm memória e são feitos de memórias, a Ilha das Onças já foi seringal, já abrigou pequenas roças, fábricas e vive, hoje, a expansão dos açaiçais à medida que o consumo da bebida cresce, no mercado regional, nacional e internacional. A relação de dependência das ilhas que circundam Belém em função da capital é uma via de mão dupla, Belém também depende do extrativismo das ilhas, do açaí produzido na Ilha das Onças.

Apresento em detalhes como é a relação das pessoas que praticam a panha com os lugares-açaiçais. A panha reúne a forma como as pessoas constituem suas moradias, as longas caminhadas por entre as moradias, de casa para o açaizal e do açaizal para casa, e apenas menciono o trajeto da casa até a margem urbana, onde o açaí vai ser comercializado.

A importância dos objetos, do vestuário e das improvisações que são utilizadas pelos coletores e coletoras, como aspectos que revelam o simbólico, presente nas relações homem/mulher e palmeira. O corpo que coleta não é um corpo nu, é um corpo vestido de uma determinada forma que tem a ver com o desenvolvimento dessa técnica hoje, que configura um jeito distinto de vivenciar a panha nos dias atuais.

A panha é descrita etnograficamente por intermédio dos movimentos corporais que constituem essa atividade ancestral, dividida em três movimentos, o movimento da subida, o movimento que acontece na copa e o movimento da descida. Em cada um desses momentos, a postura corporal se dá de modo específico, durante a subida o corpo empreende muita força pra desprender-se do chão e chegar até a altura onde ficam os cachos.

Chegando na copa, o desempenho é diferente, trabalhar com mãos e braços livres enquanto as pernas seguram a haste, apoiando o corpo enquanto as mãos executam várias atividades que culminam com a retirada dos cachos. De posse dos cachos, começa a descida, até que os cachos cheguem no chão, os corpos realizam toda sua potencialidade, reunindo planejamento, percepção sensibilidade e ação. Cada subida é diferente porque a realidade é dinâmica e a relação pessoa/planta configuram jeitos que são atualizados constantemente.

A panha é uma ação que ocorre em relação, e cada vez mais passei a enxergar o agenciamento das plantas, sua participação no evento de várias formas, o quanto que essa prática implica um conhecer entre ambos vegetal e humano. À medida que as partes se entregam ao jogo, elas se conhecem e se ajustam.

A dibulha e a produção artesanal das rasas que serão comercializadas em margem urbana, revelam habilidades que implicam uma estreita relação com a beleza, é assim que eu vejo. A produção da rasa começa com a dibulha que é também uma técnica/ habilidade/jeito tradicional, transmitida, construída e também atualizada nesse presente. O objeto artesanal é um objeto vivo, ele permite uma relação corporal, ele existe para ser tocado. É assim que observo a produção da rasa para comercialização entre meus interlocutores, um objeto que provoca a contemplação e a beleza, pode ser tocado e consumido, numa brevidade que dura o tempo da produção ainda no açaiçal, o traslado até a feira urbana e a exposição aos compradores.

A panha marca os corpos das pessoas e essas marcas podem ser vistas a partir de três perspectivas, como atributo de masculinidade, como estigma e como indício da agência da planta. Quando são vistas como serviço de homem, pois, o jovem que não gosta de coletar é chamado pejorativamente de “florzinha” quer dizer se ele se recusar a coletar, ele não é reconhecido como sujeito masculino. Nesse sentido, a coleta atribui masculinidade aos corpos

humanos. Contraditoriamente, as marcas também são vistas como discriminatórias, corpos marcados são evitados no jogo dos afetos, as meninas dizem que não gostam de rapazes que têm o corpo marcado pela panha, então, o corpo, marcado pela atividade se apresenta como um corpo desvalorizado.

As marcas da panha podem ser vistas como ação da planta, como agência, mostrando que a planta não é passiva, ela consegue agir, tem agência sobre os corpos que com ela se relacionam. A terceira questão trabalhada tem a ver com a presença da mulher nos açazais, com a participação das mulheres, trata-se de uma questão complexa por ser considerada como serviço de homem e, ao mesmo tempo, ser praticada também por mulheres.

As marcas, deixadas no corpo das pessoas coletoras, são vistas como resultantes do duplo manejo entre humano e planta, portanto, marcas falam das interações, humanos manejam seus ambientes, mas são manejados por eles também. O revelado incômodo, deixado pelas marcas, leva algumas jovens pessoas a improvisar peças no vestuário usado na coleta. Cobrir certas partes do corpo para resguardá-lo das marcas, são táticas que buscam resguardar o simbólico.

Lembro da fala do seu Manuel Padeiro, morador da Ilha do Maracujá, padeiro por profissão, funcionário de uma padaria localizada na travessa Humaitá esquina da 25 de setembro em Belém, decidiu morar na Ilha do Maracujá, durante os anos de 1950, onde permaneceu o resto de sua vida, quando o conheci no ano de 2009, durante a pesquisa para a minha dissertação. Naquela ocasião, em uma de nossas conversas, ele me revelou, “não tiro açai porque não sou macaco, eu pago para tirarem açai no meu terreno, mas eu mesmo não tiro”. Ouvir aquilo me causou estranheza, então, era assim que a gente da cidade vê a atividade da panha? Como algo que não é “humano” e nesse sentido como algo inferior? Era o que eu me perguntara à época. A fala do seu Manoel Padeiro retorna à minha memória agora que estou voltada totalmente ao corpo dos coletores.

Remonta à fala de uma ex-aluna durante uma de minhas primeiras viagens à Ilha das Onças, quando lhe falei sobre meu projeto de estudar a panha, ela me dizia que só apanha açai quem precisa e não tem outra maneira de ganhar a vida, que sua família paga as pessoas para tirar o açai.

O corpo do coletor é um corpo paisageiro sim, construído na interação homem-planta, mas é também um corpo interditado, estigmatizado. Nesse sentido, as marcas no corpo das pessoas são há um só tempo, marcas que evidenciam a agência da planta, mas também marcas que evidenciam na escala valorativa das profissões, uma atividade inferior que por esse motivo, precisam ser escondidas quando não podem ser evitadas.

O estigma que discrimina a atividade da panha como uma atividade inferior, colocando as pessoas que coletam num patamar indiferenciado de outros animais, como os macacos, por exemplo. Durante muito tempo, o açaí não tinha o valor que tem hoje, era “comida de pobre”, apenas para consumo próprio, pouco rentável, quando a panha era praticada por mulheres, como no caso da família da Dona Lúcia. A panha torna-se “serviço de homem” à medida que vai ocupando a principal fonte econômica das regiões insulares próximas de Belém.

Mas isso seria suficiente para que as mulheres mais jovens evitassem dizer ou assumir que coletam o açaí? Por que as mais jovens são as mais vulneráveis ao estigma da coleta do açaí?

A coleta não é apenas a escalada, ela abrange outras práticas que compõem a vida na Ilha, formando o conjunto das técnicas corporais insulares e que constituem o corpo do coletor. A dupla moldagem no corpo da pessoa que coleta e no corpo do lugar, começa pelo andar, pela caminhada na várzea, na terra úmida, lamacenta, andar nas pontes estreitas, roliças, feitas com o caule da açazeira; pilotar embarcações, equilibrar-se nelas, percorrer rios e mais rios, a caminhada da beira até o centro, são atividades que no meu entender, compõem a panha, visto que constituem os corpos das pessoas que tiram o açaí.

O corpo é lugar e o tempo nele se inscreve, o corpo também é movimento, e como movimento torna-se corpo-ferramenta. As pessoas que me permitiram compartilhar suas experiências nos açazais são jovens em sua maioria, porque ainda não haviam constituído suas próprias famílias, porque ainda moravam com seus pais, são jovens “escolarizados”, a maioria já havia conseguido concluir o Ensino Médio.

É através deles que vejo o quanto a vida contemplativa nos moldes gregos ainda é muito valorizada em detrimento do trabalho manual, braçal, ainda muito desvalorizado, no entanto, é através do trabalho da panha que vem o sustento e compensa o esforço, muito mais do que o estudo.

A panha é vista, por mim, como um trançado humano-planta que configura uma parceria para que ocorra a coleta, a planta oferece seus frutos a quem conseguir colhe-los no alto de sua copa. O trançado entre esses corpos envolve a paisagem, constitui a paisagem por isso chamo de trançado paisageiro, trazendo também as implicações na utilização do termo paisagem e a forma como vejo essa paisagem.

A Ilha das Onças é um corpo – paisagem em constante devir, os açazais revelam trançados paisageiros entre humanos, palmeiras e múltiplas espécies vivas participantes daquele sistema. A panha se faz no trançado dos corpos humano/vegetal, pelo trançado se dá o

conhecimento, conhecer é sentir e sentir é misturar-se (INGOLD, 2015), misturar-se é entrelaçar-se ao corpo vegetal da palmeira.

Não há coleta sem coexistência, é por ela que se dá o manejo, o duplo manejo. A sabedoria das pessoas que realizam a panha reúne vida ativa e contemplativa, para conhecer é preciso misturar-se ao ambiente, integrar-se à paisagem. O trançado paisageiro das corporalidades envolvidas na panha produz narrativas de ligação, revelam fluxos e imbricamentos.

Nesse sentido, o corpo que retorna no final da tese não é o corpo humano essencializado, são corpos que se constroem em reciprocidade no trançado de subjetividades socioambientalizadas. As palmeiras também tem suas subjetividades pois cada uma delas produz frutos de sabores diferenciados perceptíveis aos seres interagentes. Portanto, são corpos articulados com o seu entorno, não apenas articulados no sentido biomecânico, mais do que isso, são corpos cuja existência se faz na relação de troca com os corpos ao seu redor, apontando para uma coexistência plural essencial, o que me permite dizer que, no final da tese, o que retorna são corpos de humanos e plantas que carregam todo um ecossistema a fazer-se mutuamente num trançado paisageiro, cujo devir entrelaça experiências de um passado em atualização constante no presente.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, A.B. *et al.* **Um sistema agroflorestal na várzea do estuário amazônico** (Ilha das Onças, Município de Barcarena, Estado do Pará). *Acta-Amazonica Supl.*, Manaus, v. 15, n. 1-2, p.195-224, 1985.
- ANIBAL, G. A. **La Tecnología en el cuerpo Biomecánica de los quilombolas en dos selvas brasileñas.** *(Con)textos-Revista d'antropologia i investigació social*, Barcelona, v. xx, n. 1, p. 23-40, mês 2008.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBA, E.; SAVARESE, N. **A arte secreta do ator.** Dicionário de antropologia teatral. Campinas: Editora UNICAMP, 1995.
- BARNARD, M. **Moda e comunicação.** São Paulo: Editora Rocco, 2003.
- BASSALO, T. de F. R. **Diálogos com a metrópole: um estudo antropológico dos moradores da ilha do Maracujá em relação de proximidade com Belém (PA).** 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- BATESON, G. **Naven.** São Paulo: Editora EDUSP, 2008.
- BATESON, G. Os homens são como a planta: a metáfora e o universo do processo mental. *In: THOMPSON, W. I. (org.). Gaia: uma teoria do conhecimento.* São Paulo: Gaia LTDA., 2001.
- BATESON, G. **Steps to an ecology of mind.** United States of America: First Ballantine Books Edition, March 1972.
- BATESON, G.; MEAD, M. **Balinese character: a photographic analysis.** New York: Academy of Sciences, 1942.
- BIARD, F. **Deux années au Brésil.** Paris: Librairie de L. Hachette, 1862.
- BORGES, M. T. **Do porto à mesa: etnografia dos fluxos de comercialização, circulação e consumo de açaí no bairro do Jurunas – Belém/PA.** 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- BORGES, M. T.; RODRIGUES, C. I. **Relações e práticas comerciais no Porto do Açaí, Jurunas, Belém-Pa, 2010.** Disponível em: http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Marcos%20Trindade%20Borges%20-%201020496%20-%203732%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.
- CACCAVONI, Arthur. **O Pará comercial.** S.l. : s.n.] 1900. 117 p. il.
- CALANCA, D. **História social da moda.** São Paulo: Editora Senac, 2008.
- CALZAVARA, B.B.G. **As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico.** Belém: FCAP, 1972.

CASEY, E. **The fate of place: a philosophical history**. Berkeley: University of California Press, 1997.

CASTRO, P.; HUBER, M. **Biologia marinha**, 8. ed. São Carlos: Editora AMGH, 2012.

CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CSORDAS, Thomas. **Corpo/significado/cura**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

DAMATTA, R. **O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues**. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, 1978.

DAÓLIO, Jocimar; RIGONE, Ana Carolina Capelline; ROBLE, Odilon José. Corporeidade: o legado de Marcel Mauss e Maurice Merleau-Ponty. *PRO-POSIÇÕES*, v.23, N 3 (69), p. 179-193, set./dez. 2012.

DAWSEY, J. T. Benjamin e a antropologia da Performance – o lugar olhado (e ouvido) das coisas. *Revista Campos*, Curitiba, v. 7, p. 17-25, 2006.

DAWSEY, J. T. **Benjamin** e a **antropologia** da Performance – o lugar olhado (e ouvido) das coisas. *Revista Campos*, Curitiba, v. 7, p. 17-25, 2006.

DESCOLA, Philippe. **Sobre o conhecimento antropológico**. *Revista de @ntropologia da UFSCar*, 10 (1), jan./jun. 2018.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

DURAND, G. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

ECKERT, C. As variações “Paisageiras” na cidade e os jogos da memória. *In*: CANCELA, D. C.; SILVEIRA, F. L. A. da (org.). **Paisagem e cultura**: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: Editora UFPA, 2009.

ECKERT, Cornelia & ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **O tempo e a cidade**. 1ª edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005.

ELIADE, M. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? LANDER, E. (org.). *In*. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Argentina: CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. p.133-168. (Colección Sur Sur).

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

FERREIRA, Lucélia Leite. **Entre o rio e o asfalto**: o cotidiano de jovens da Ilha de Cotijuba, Belém-Pará. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FIRTH, Raymond. *Nós, os tikopia: um estudo sociológico do parentesco na Polinésia primitiva*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

FOCILLON, H. **Elogio da mão**. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2012.

FRANCE, Claudine de. **Cinema e Antropologia**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, 1998.

FREIRE, M.; BATESON, G. **Margaret Mead e o caráter balinês: notas sobre os procedimentos de observação fotográfica em Balinese Character**. A photographic analysis. Revista Alceu nº 13, cidade, v. 7, p. 60 a 72, julho a dezembro, 2006.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**, São Paulo: Olho d'água, 1995.

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. **A juventude rural no desenvolvimento territorial: Análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo**. Estudo & Debate, Lajeado, Univates, v. 13, n. 1, pp. 69-82, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LT, 1988.

HANNERZ, U. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. Rio de Janeiro: Mana, 1997.

HARAWAY, Donna. **O Manifesto das espécies companheiras: cães, pessoas, e a outridade significante**. Chicago, IL: Prickly Paradigm, 2003. [Traduzido por Sandra Michelli da Costa Gomes].

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX** in: TADEU, T (org) *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós humano*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

HARRIS, M. **Descobrimos conexões ao longo do rio no Baixo Amazonas**, Brasil. Anuário Antropológico, Brasília, UnB, v. 42, n. 1, p. 111-135, 2017.

HARRIS, M. **Riding a wave: embodied skills and colonial history on the floodplain of the Amazon**. Ethnos, Abingdon, v. 70, n. 2, p. 197-219, junho 2005.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOLLANDA, S. B. de. N. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HOLLANDER, A. *Seeing through clothes*. First avon printing, Cidade: Editora, 1980.

HOMMA, A. K.O. *et al.* **Açaí: novos desafios e tendências**. Amazônia-Ciência & Desenvolvimento, Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.

INGOLD, T. **The perception of environment essays on livelihood, dwelling and skill**. Nova York: Taylor & Francis e-Library, 2000.

JURANDIR, D. **Marajó**. Belém: CEJUP, 1992.

KLAUTAU DE ARAÚJO, J. M. **Caligrafias de Belém**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1995. v. 1.

LEROI-GOURHAN, A. **Evolução e técnicas 1: o homem e a matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

LEROI-GOURHAN, A. **O gesto e a palavra: memória e ritmos**. Lisboa: Edições 70, 1965.

LOCK, M. **Cultivating the body: anthropology and epistemologies of bodily practice and knowledge**. *Annu. Rev. Anthropol.*, v. 22, p. 133-155, 1993.

MACIEL, R.; ROZAL, E. F. **Saberes tradicionais de jovens e adultos e a presença de conceitos geométricos em Tracuateua/PA**, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/jatsRepo/1171/117154389013/html/index.html>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MAUÉS, H. R. **A ilha encantada**. Medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores. Belém: Editora UFPA, 1990.

MAUÉS, H. R. **Almoço do Círio: um banquete sacrificial em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré**. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 220-243, 2016.

MAUSS, M. As Técnicas Corporais. *In: MAUSS, M. Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, v. 2, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **A fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MIRANDA, V. C. de. **Glossário paraense ou coleção de vocábulos peculiares a Amazônia e especialmente a Ilha de Marajó**. Belém: Editora UFPA, 1968.

MONTEIRO, B. **O minossauero**. Rio de Janeiro: Editora Nova Cultura, 1975.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MORIN, E. **O enigma do homem: para uma nova antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MORONI, J. **Epistemologia ecológica: a concepção de uma nova teoria do conhecimento proposta por Gregory Bateson**, 2008. Disponível em: www.marilia.unesp.br/filogenese. Acesso em: 14 fev. 2019.

MOTTA-MAUÉS, M. A. **Trabalhadeiras e camarados: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica**. Belém: Editora UFPA, 1993.

MOURÃO, L. **Memórias da indústria paraense**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 13., 2017. *Anais eletrônicos* [...]. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/10%20Mem%C3%B3rias%20da%20ind%C3%BAstria%20Paraense.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

NEU, V. *et al.* **Sustentabilidade e sociobiodiversidade na Amazônia**: integrando ensino, pesquisa e extensão na região insular de Belém. Belém: EDUFRA, 2016.

PAES, O. **El uso y la contemplacion**. Revista de Camacol, v. 11, n. 1, p. 120-125, mar. 1988.

PEIRANO, M. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEIRANO, M. **Etnografia, ou a teoria vivida**. Ponto Urbe [online], 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1890>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCISA). Série: Movimentos Sociais e conflitos nas Cidades da Amazônia, Fascículo 7, Feirantes dos Portos Públicos de Belém. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

RODRIGUES, C. I. **Vem do bairro do Jurunas**: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano. Belém: Editora NAEA, 2008.

SAHLINS, M. A sociedade da afluência. In: CARVALHO, E. A. (org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Editora Ciências Humanas LTDA., 1978. p. 6-43.

SAHLINS, M. **Stone age economics**. Chicago: Aldine, 1972.

SAMAIN, E. **Os riscos do texto e da imagem** – em torno de Balinese Character (1942), de Gregory Bateson e Margaret Mead. São Paulo: Revista de cultura áudio-visual/USP, 2000.

SANSOT, P. **Les formes sensibles de la vie sociale**. Paris: PUF, 1983. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

SCOLES, R. **Comunidade negra de Itacoã**: território, biodiversidade e organização social, pilares para o etnodesenvolvimento? In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias/ estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 2, 2009.

SEEGER, Anthony. **Os índios e nos estudos sobre sociedades tribais brasileiras**. São Paulo: Editora Campus, 1980.

SILVEIRA, F. L. A. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: SILVEIRA, F. L. A.; CANCELA, C. D. **Paisagem e cultura**: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: Editora UFPA, 2009.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SIMMEL, G. **A Ponte e a Porta. Política & Trabalho**, João Pessoa, v. xx, n. xx, p. 10-14 1996a.

SIMMEL, G. **A Ponte e a Porta. Política & Trabalho**, João Pessoa, v. xx, n. xx, p. 15-24 1996b.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C. P. **Viagem ao Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

STALYBRASS, P. **O casaco de Marx**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

TETSURO, W. **Antropologia del paisaje: climas, culturas y religiones**. Salamanca: SIGUEME, 2006.

TILLEY, C. **A phenomenology of landscape**. Berg: Oxford/Providence, USA, 1994.

TORRES, Danielly Gurjão. **A ictiofauna e a atividade pesqueira na Ilha das Onças, Barcarena - Pará**. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Biológicas, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca.

TSING, Anna. **Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras**. Tradução Pedro Castelo Branco Silveira. *Ilha – Revista de Antropologia*, 17 (1), 2015, p. 177-201.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 2013.

TURNER, V.; BRUNER, E. **The anthropology of experience**. Urbana e Chicago: University of Illinois Press., 1986.

Turner, B. S.. **Corpo e Sociedade**. São Paulo: Idéias e Letras, 2014.

VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. *In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (org.). Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

VELTHEN, L. H. V. **Cestos, peneiras e outras coisas: a expressão material do sistema agrícola no rio Negro**. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, n. 1, 2012.

VELTHEN, L. H. V. **Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre)**. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 50, n. 2, 2012.

VELTHEN, L. H. V. **Trançados indígenas norte amazônicos: fazer, adornar, usar**. *Revista de Estudos e Pesquisas-FUNAI*, Brasília, v.4, n.2, p.117-146, dez. 2007

VILLAÇA, A. **Chronically unstable bodies: reflections on Amazonian corporalities**. London: Royal Anthropological Institute 2005.

WATSUJI, Tetsuro. **Antropologia del paisaje: climas, culturas y religiones**. Ediciones Salamanca: Sigueme, 2006.

XIMENES, R. **Assahy-yukicé, iassaí, oyasaí, quasey, açã, jussara, manaca, açai, acay-berry**: rizoma. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.